UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O PROCESSO EDUCACIONAL EM ESTADO MÍNIMO: imersão no cotidiano do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2008-2020)

IARA SUZANA TIGGEMANN

Rio Claro – SP
2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O PROCESSO EDUCACIONAL EM ESTADO MÍNIMO: imersão no cotidiano do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2008-2020)

IARA SUZANA TIGGEMANN

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Dr. Romualdo Dias

Rio Claro – SP
2021

T566p

Tiggemann, Iara Suzana
O processo educacional em Estado Mínimo : imersão no cotidiano do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2008-2020) / Iara Suzana Tiggemann. -- Rio Claro, 2021
376 p. : il., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientador: Romualdo Dias

1. Neoliberalismo. 2. Instituto Federal. 3. Cotidiano institucional. 4. Habitus. 5. Campo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Rio Claro

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: **EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL: o processo educacional em Estado Mínimo**

AUTORA: IARA SUZANA TIGGEMANN
ORIENTADOR: ROMUALDO DIAS

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ROMUALDO DIAS (Participaçao Virtual)
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO (Participaçao Virtual)
Faculdade de Educaçao / Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte / MG

Prof. Dr. FLÁVIO CAETANO DA SILVA (Participaçao Virtual)
Departamento de Educação Centro de Educação e Ciências Humanas / Universidade Federal de São Carlos - SP

Profa. Dra. ALDA ROBERTA TORRES (Participaçao Virtual)
IFSP / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo / SP

Prof. Dr. GABRIEL TERRA PEREIRA (Participaçao Virtual)
IFSP / Instituto Federal de São Paulo - Campus Catanduva / SP

Rio Claro, 31 de março de 2021

Titulo alterado para:
O processo educacional em Estado Mínimo: imersão no cotidiano do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2008-2020)

AGRADECIMENTOS

Uma tese não se faz sem apoio, sem base, sem estrutura. Apresenta-se como um processo solitário e individual, mas se consolida com diferentes suportes e atravessamentos, de diferentes ordens, naturezas, intensidades. Assim, agradeço:

À minha família que possibilitou que essa tese tivesse um lugar para crescer e se desenvolver dentro da nossa casa, se fazendo (um) presente em nossas rotinas, em nossos espaços e tempos de convivências;

À Alice, por fazer perguntas intrigantes desde que começou a falar e me fez acreditar que não é tolice questionar obviedades;

À Isabela, pelas doses diárias de sensibilidade, ousadia e coragem;

Ao Claudio, por dividir leituras, por acompanhar minhas escolhas, minhas escritas e meu modo de interpretar o mundo;

Aos meus pais Clair e Lauro, aos meus irmãos Leandro e Bruno, pelos (re)começos;

À matriarca Ecy e sua grande família Christante, por todo apoio e carinho.

À Carina Rugai Moreira de Macedo, minha analista de longa data, por abrir pequenas brechas e desvios de rota nas neuroses e repetições do *habitus*;

À Simone Mendes, à Géssica de Faria, à Isabel Dias, ao Luciano de Assis, pelos distensionamentos do corpo e da mente longe da indústria farmacêutica;

À Valéria e sua filha Cíntia Barbosa, pelos cuidados da casa e para com as meninas nos primeiros anos do Doutorado, por contribuírem para um ambiente favorável à pesquisa e pela estabilidade que proporcionaram quando estive realizando as disciplinas;

À Helena Massunaga, Ivete Rossi, Lívia Salvadego e Maira Jácomo, pela atenção dispensada às minhas filhas quando estive ocupada com a tese;

Às amigas de dentro e de fora do IF: Izabela Salvador Pião, Gabriela Salvador de Amo, Tatiane Basconi, Rafaela Franzini, Patrícia Antonino, Maria Célia Mazote, Fernanda Ribeiro, Sandra dos Santos, Camila Dias, Maristela Rodrigues e Iveti Gregory, por me oferecerem seu tempo, seu colo, sua energia;

Ao Victor Eduardo Barbosa, por me ajudar a encontrar soluções em campos desconhecidos; à Tahira Zanon Brasil, pela tradução do resumo; à Ana Elisa Osterkamp, pelas vírgulas e afins; à Milena Brito, pela ABNT; ao Vagner e equipe, pela impressão de muitos textos deste Doutorado;

Ao Adolfo Samuel de Oliveira, por colocar Bourdieu entre nós;

À Roseli Zanon Brasil, pela cumplicidade na Linha de Pesquisa. Pelos pontos de interrogação e exclamação que trouxe para minha pesquisa e minha vida;

Aos professores e colegas da UNESP-Rio Claro que compreendem que um Programa de Pós-Graduação se faz de encontros e experiências. Agradeço especialmente aos professores Arlete Brito, Luiz Carlos Santana, João Pedro Pezzato, aos colegas Giovani Cammarota, Élvio Costa, Ítalo de Souza e à Lucimara Basso, pelas trocas;

À Ivana Brandt e sua equipe da Seção Técnica de Pós-Graduação da UNESP; também ao pessoal da Biblioteca, pela atitude humanizada no trato das questões burocráticas;

Aos professores Emília de Freitas, Renata Moschen Nascente, Celso Luiz Conti do PPGE da UFSCar, pela oportunidade de aprofundar a discussão sobre currículo, gestão e administração escolar;

Ao professor Flávio Caetano da Silva, pela possibilidade de cursar a disciplina “Praxeologia em educação: leituras em Pierre Bourdieu”. Sua generosidade e humildade em relação ao conhecimento me provocaram profundamente. Agradeço também pelos seus apontamentos muito bem-humorados no decurso da avaliação deste trabalho;

À professora Alda Roberta Torres, pelo olhar crítico, cuidadoso e rigoroso à construção do meu relatório de pesquisa;

Ao professor, colega e amigo Gabriel Terra Pereira, pela escuta ativa, por suportar comigo a angústia de construir e enfrentar meu objeto de estudo. Pelas inúmeras ponderações que apresentou ao longo de todo processo, em situações formais e informais;

À professora Lucília Regina de Souza Machado por aceitar prontamente o meu convite de participar do processo final de avaliação desta pesquisa. Pela sua assertividade em sua arguição e abertura ao debate;

A todos que participaram do documentário “10 anos de memórias do IFSP-Câmpus Catanduva”, pelas reflexões sobre a instituição. Ao professor Eliezer Pacheco pela valiosa contribuição;

Aos servidores do IFSP, pela pronta disponibilidade em alcançar os mais diversos materiais empíricos e bibliográficos. Aos alunos matriculados, egressos e evadidos, pelos bate-papos desinteressados;

Ao IFSP e sua política de incentivo à qualificação docente. À Renata Scarpelini e Renata Bersan, pela paciência. Aos meus coordenadores de curso João Saska Romero e Ricardo Jimenez, pelo cuidado e confiança. Às professoras substitutas, Patrícia Piovezan e Marcela Lopes Gomes, pelo trabalho sério que desenvolveram junto aos alunos e aos cursos;

Ao meu orientador Romualdo Dias, por me ensinar que a ciência é inimiga de pressa e de pressão. Por acreditar no meu processo de construção por meio desta pesquisa. Por me oferecer seu conhecimento crítico e a indicação de inúmeras leituras - a munição mais pesada contra o neoliberalismo -, como ele mesmo diz;

Ao povo brasileiro que vem custeando meus estudos pela via da Universidade Pública. Que esta tese faça jus aos seus anseios e às suas necessidades.

Quem anda no trilho é trem de ferro. Sou água que corre entre as pedras: liberdade caça jeito.

Manoel de Barros

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, mais especificamente do Câmpus Catanduva, em seus primeiros anos de existência(s) e resistência(s). O foco desta tese está na tensão situada entre a macropolítica e a micropolítica, entre o plano das intencionalidades e o seu desenvolvimento, bem como, na tensão entre a velha e a nova institucionalidade; na captura desses entremeios, o cotidiano ganhou centralidade. No referencial teórico utilizado, destaca-se Pierre Bourdieu e seus conceitos de violência simbólica, *habitus* e campo, junto à compreensão de que os indivíduos interiorizam a exterioridade e exteriorizam a interioridade num processo contínuo e inacabado. Para construção desta tese também foram estudados autores críticos ao neoliberalismo que dialogam com a teoria bourdeusiana. Em termos metodológicos, a pesquisa de abordagem qualitativa se valeu de dispositivos analíticos advindos da cartografia social, destacando-se a prática do diarismo e a pesquisa documental. Os Institutos Federais são apresentados enquanto política focal de educação profissional pública em contexto de Estado Mínimo. Os recursos orçamentários insuficientes, associado ao fato de não termos de pronto profissionais politicamente engajados na proposta, fazem com que o projeto dito revolucionário ainda não tenha alcançado seus objetivos e finalidades. O currículo escrito dos cursos analisados mostra que o IFSP se coloca a serviço do mercado a despeito de um trabalho que se volte para a melhoria das condições da população como um todo. Em relação à análise do cotidiano institucional, fica evidenciado que o IFSP absorve uma lógica economicista e se apresenta como sendo flexível e de amplas oportunidades. No entanto, servidores e estudantes revelam um trabalho humano intensificado e fragmentado. Em termos propositivos são apresentados novos processos de subjetivação e um trabalho mais horizontalizado com as comunidades locais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Instituto Federal. Cotidiano institucional. *Habitus*. Campo.

ABSTRACT

The research aims to analyze the educational process of the Instituo Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, more specifically the Campus Catanduva, in its first years of existence(s) and resistance(s). The focus of this thesis is situated on the tension between intentions plans and its development, between macropolitics and micropolitics, as well as the tension between old and new institution. In capturing these insides, quotidian gains centrality. Among the employed authors to conceive this thesis, Pierre Bourdieu stands out, as so as his many concepts; habitus and field and the symbolic violence has its relevance, along the comprehension that individuals exteriorize the interior and interiorize the exterior in a continuous and unfinished process. Other neoliberalism´s critical authors were also studied as their work dialogue with bourdeusian theory. In methodological terms, a qualitative research is built on analytical devices arising from social cartography in which stands out documentary research and the practice of maintaining diaries. The Federal Institutes are presented as public and professional education´s focal policy in Minimum State context. The insufficient budgetary resources conjoined to the fact that politically engaged professionals on the proposal are not at hand lead the daring and, so called revolutionary project not to achieve its goals and finality yet. The written courses curriculum analyzed shows that Federal Institute puts itself on market´s service despite of a work that promotes improvement to population as a whole. Concerning Institute´s daily analyzes is evidenced that Federal Institute absorbs an economist logic and presents itself as being flexible and having ample opportunities. However, officials and students uncovered an intensified and fragmented human work. In propositional terms, new subjectivation´s processes are presented and a more horizontal work with local communities.

Key Words: Neoliberalism. Federal Institute. Quotidian Institutional. *Habitus*. Field.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Gráfico da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - em unidades 60
Figura 2: Mapa do Estado de São Paulo e indicação das unidades do IFSP 61
Figura 3: Educação gratuita 130
Figura 4: Indicadores de Emprego e Renda 159
Figura 5: Verticalização no IF-Catanduva 166
Figura 6: RSD – Laboratório de Laboratório de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos 179
Figura 7: A fé dos aprovados 199
Figura 8: Entre pilhas 234
Figura 9: Gráfico de vencimentos de docentes e técnico administrativos do IFSP- Câmpus Catanduva em janeiro de 2019 250
Figura 10:Resultado das Avaliações PIT segundo semestre 2018 287
Figura 11: Gestão do tempo e organização pessoal 290
Figura 12: Campanha de divulgação do processo seletivo para cursos técnicos IFSP 291
Figura 13: Imagem alusiva ao dia das mães no ano de 2018 292

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cursos oferecidos no IFSP em 2016 e 2017 71
Tabela 2: Comparação de Cursos Superiores e de Pós-Graduação no IFSP em 2012 e 2017 71
Tabela 3: Os maiores cursos de graduação em número de matrículas por sexo – Brasil – 2015 119
Tabela 4: Mulheres nos cursos de Engenharias - 1991 a 2016 120
Tabela 5: Evolução de postos de trabalho na área de Engenharia no Brasil entre 2003 a 2015 120
Tabela 6: Municípios da Microrregião de Catanduva 127
Tabela 7: Municípios da Microrregião de Novo Horizonte 128
Tabela 8: Quantitativo de alunos por Câmpus em 2018 141
Tabela 9: Recursos Acadêmicos da Biblioteca do IFSP-Catanduva 202
Tabela 10: Titulação dos professores do IFSP-Catanduva em 2019 235
Tabela 11: Incentivo à qualificação para técnico-administrativos 252
Tabela 12: Escolaridade dos servidores técnico-administrativos do IFSP-Câmpus Catanduva em maio de 2019 253
Tabela 13: Distribuição do orçamento para o Câmpus baseado na Matriz CONIF 267
Tabela 14: Número de técnico-administrativos e docentes em comissões 2013 e 2019 307

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico dos Cursos do IFSP - Câmpus Catanduva (2010-2020) 74

Quadro 2: Arrecadações para finalidades diversas 83

Quadro 3: Perfil da Função Docente de Instituição de Educação Superior, por Categoria Administrativa (pública e privada) – Brasil – 2015 121
Quadro 4: Cursos ofertados no IFSP – Câmpus Catanduva – 1º semestre de 2019 159
Quadro 5: Matriz Curricular do Curso Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio – IFSP – Catanduva 188
Quadro 6: Matriz Curricular do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio – IFSP - Catanduva 189
Quadro 7: Matriz Curricular Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio – IFSP - Catanduva 190
Quadro 8: Cargos técnico-administrativos do IFSP-Câmpus Catanduva 2019 250
Quadro 9: Atividades docentes do IFSP com base na Resolução 109/2015. 280

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAE	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAGED/MTE	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/ Ministério do Trabalho e Emprego
CAIC	Centro de Atendimento Integral à Criança
CEIC	Comissão de Estruturação e Implementação de Cursos da Educação Básica
CETEC	Centro Educacional Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Técnico de Catanduva
CFQ	Conselho Federal de Química
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COLDIR	Colégio de Dirigentes
CONCAM	Conselho de Câmpus
CONEPT	Congresso Nacional de Educação Profissional e Tecnológica
CONEX	Conselho de Extensão
CONIF	Conselho Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRA	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRE	Coordenadoria de Registros Escolares
CRQ	Conselho Regional de Química
DAE	Diretor Adjunto Educacional
EC	Emenda Constitucional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EMI	Ensino Médio Integrado
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Financiamento Estudantil
FIESP - DEPAR	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/Departamento de Ação regional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FG	Função gratificada
FPA	Folha de Preferência de Atividades
GAD	Gerência Administrativa
GED	Gerência Educacional
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Federal ou Institutos Federais
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- Riograndense
IMES	Instituto Municipal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira...
IPEA	Instituto Pesquisa Econômica Aplicada
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
JIF	Jogos dos Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OBMEP	Olímpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMIF	Olímpiadas dos Institutos Federais
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programme for International Student Assessment / Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PIT	Plano Individual de Trabalho
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa nacional de amostra por domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica – Modalidade Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RDE	Regime de Dedicação Exclusiva

REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RG	Registro Geral
RIT	Relatório Individual de Trabalho
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SENAI	Serviço nacional de aprendizado industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria.
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TAE	Técnico/a em Assuntos Educacionais
TI	Tecnologia da Informação
TLLE	Trabalho de Local de Livre Escolha
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. **DEMARCAÇÃO** 17

2. **O PROJETO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SEU ENTORNO: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS** 33
2.1 Pela pauta da *Folha*: a crise de 2008 33
2.2 Outros antecedentes 39
2.3 Enfim, os Institutos Federais 47
2.4 Cabeça, tronco e membros 54
2.5 O gigante IFSP 60
2.6 Os percentuais previstos em lei: distintas interpretações 65
2.7 Porte e importâncias: o que cabe no IF-Catanduva? 76

3. O ESTADO, O INSTITUTO FEDERAL E O PODER SIMBÓLICO INVESTIDO 87
3.1 O conto do Estado neutro 87
3.2 O Estado no cerne do privado 91
3.3 As verdades que se impõem por violência 96
3.4 Da soberba do Estado ou como se produz um funcionário público 105
3.5 Os conceitos de *habitus* e campo em Bourdieu 110
3.6 O IF e seus eleitos 118
3.7 O IF e seus herdeiros 123

4. O LOCAL, O REGIONAL E O CURRÍCULO DO IF-CATANDUVA 127
4.1 O público nosso de cada dia 127
4.2 A escolha pelas áreas ou eixos tecnológicos e os cursos 133
4.3 APL ou arranjos produtivos culturais, sociais locais: ambiguidades e conchavos 142
4.4 Currículo e Projetos Pedagógicos de Cursos no IF-Catanduva 148
4.4.1 “Química” e o suprimento de demandas 150
4.4.2 “Indústria” e seus pontos de sustentação 153
4.4.3 De Catanduva para o mundo: “Informática” e suas conexões 158
4.5 O que as formas informam? Um pouco mais sobre currículo do IF-Catanduva na descrição sucinta dos cursos 165
4.6 E o ensino integrado? Se perdeu? 180

5.EXISTIR E RESISTIR NO IF-CATANDUVA: (IN)TENSAS RELAÇÕES 204
5.1 Servidores: residentes e domiciliados em... 207
5.2 Uns e outros: subcampos do IF-Catanduva 214
5.3 Afinidades 224
5.4 Professores Mestres e Doutores, e o raio da metafísica pneumática 231
5.5 Os Especialistas: Técnico-Administrativos da Educação e da Administração 238
5.6 O valor (do trabalho) das pessoas do IF-Catanduva: disputas e ressentimentos 250

5.7 E os estudantes, quanto valem? 259
5.8 Para que(m) servem os Institutos Federais? 268
5.9 Intensificação e fragmentação do trabalho 279
5.10 “O IF é uma mãe!” 292
5.11 “Euforia, desilusão, adoecimento e cura” 295
5.12 Jornada flexibilizada para técnico-administrativos 312
5.13 Banalização dos domingos e dos eventos 318
5.14 Os espaços físicos e as paredes (invisíveis) da escola 325

6. PROPOSIÇÕES 335

REFERÊNCIAS 365

1. DEMARCAÇÃO

> “Amarás a escola porque é a casa onde se trabalha para fazer-te um homem instruído, honesto, útil a tua família e a tua pátria.”
>
> “O Operário” – Órgão Oficial da Escola de Aprendizes e Artífices de Santa Catarina, junho de 1937.

Esta tese ocupa-se sobre um “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”, tendo como principal objetivo analisar o processo educacional desta instituição naquilo que foi incumbida a fazer e naquilo que se tornou ou vem se tornando. Ou entornando...

A epígrafe escolhida não é gratuita porque não é fortuita a formação que se espera dos sujeitos. Ninguém se torna instruído, honesto e útil sozinho, por acaso do destino ou do divino. A escola é a casa onde intencionalmente se opera para constituir o sujeito em seus múltiplos aspectos. Bem verdade que o que se entende por ser instruído, honesto e útil varia de grupos sociais para grupos sociais, e do século XX ao XXI estes aspectos da formação ganharam novas nuances. O que chamo a atenção é para a necessidade do “fazer pedagógico” a ser realizado pela escola, pois todas estas dimensões não são obra da natureza; são frutos de uma ação deliberada própria do campo educacional que está/deveria estar comprometido com a humanidade. Feito mantra, essa curta sentença inicia falando de amor e termina referindo-se à pátria. Que operação é essa que captura os sujeitos colocando-os a serviço de um ideal de país?

O processo educacional em qualquer sociedade e em qualquer momento não se constrói no vazio, não se faz só de (boas) intenções, que estão (também) amarradas a um conjunto de crenças. Referindo-se à sociedade capitalista Boltanski e Chiapello (2009) referem-se ao “espírito do capitalismo” como “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (p. 39). Para os autores, o capitalismo carece de justificações por se tratar de um sistema absurdo. Nesse sentido, esse espírito, essa expressão, essa doutrina historicamente necessária é que movimenta o modo de produção capitalista, que o torna factível e justificável. É nessa perspectiva que o processo educacional de um Instituto Federal será analisado, em seus primeiros anos de existência(s) e resistência(s) em contexto neoliberal.

O estudo realizado se insere na discussão “educação para o trabalho”, e o foco está na tensão situada entre o plano das intencionalidades e o seu desenvolvimento, entre a macropolítica e a micropolítica. Também captura a tensão situada entre a velha e a nova institucionalidade agora na sigla IFSP.

Parto do pressuposto de que por si só a análise de documentos normativos não compreende o processo educacional em sua totalidade, simplesmente porque cada fração de Instituto Federal é o que é pelo resultado de sua própria construção histórica. De acordo com Sguissardi e Silva Junior (2018)

> cada unidade institucional, ao mesmo tempo em que incorpora valores, normas, procedimentos, etc., socialmente constituídos, constrói sua própria forma de ser e de organizar-se; elabora normas e cria valores; e estabelece condutas, costumes, códigos e referências, que coletivamente utiliza como critérios para examinar, analisar, incorporar, negar ou modificar o que lhe é proposto. (p. 12).

Nesse sentido, o cotidiano ganha centralidade nesta pesquisa, porque entendo que é nele que a cultura institucional se atualiza, ante mandos e desmandos governamentais, entre a adesão e a negação a políticas oficiais e oficiosas. É nesse interstício que minha pesquisa se realiza, nesse entremeio que a pesquisa tem sua materialidade nas experiências de organização do cotidiano escolar.

Ao referir-me a processo educacional como objeto de estudo reporto-me aquilo que gera determinado resultado, previsto ou imprevisto, calculado ou não. Processo como movimento, transformação, transmutação de uma realidade em outra. E assim, ao falar em processo educacional do Instituto Federal (IF) estou me referindo aquilo que fazemos e que resulta em determinada forma(ção). Assim, considero como parte do processo educacional a sua Lei de criação de 2008, as escolhas dos municípios, os formatos de seleção dos profissionais, bem como os microprojetos do ensino, da extensão, da pesquisa e inovação, da administração e representação que derivaram dessa iniciativa, em execução ou não.

Por processo educacional compreendo também o exercício continuado das atividades, a realização contínua e prolongada de ações que apresentam

determinada unidade ou regularidade. Neste sentido abordo uma espécie de marcha cadenciada que foi observada ao analisar práticas de servidores do IF na realização do seu trabalho, bem como em práticas de aprendizagens por parte dos alunos. Em diversas e diferentes ações, mais do mesmo foi sendo encontrado em bocados de IF, em sua estrutura e modo de funcionamento. Em uma abordagem sobre o movimento de sentidos, instalado na materialidade do processo educacional, ocupei-me em captar as marcas das repetições em confronto com as marcas de elementos disruptivos, isto é, dos efeitos inéditos que escapam aos dispositivos de controle e planejamento. Esta combinação confere substância ao que pode ser nomeado “devir educacional”.

Essa instituição centenária diz ter seu nascedouro no ano de 1909, quando o governo Nilo Peçanha promoveu a instalação de dezenove “Escolas de Aprendizes e Artífices” nas capitais de quase todos os Estados. Com elas constitui-se a incipiente rede federal de ensino profissional, com a intenção de promover o desenvolvimento das forças produtivas do país por meio da educação das classes proletárias. O Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou o ensino profissional primário e gratuito, justifica que o aumento populacional nos centros urbanos requeria instrumentos para que as dificuldades na luta pela existência fossem superadas. Assim, entendia-se na época que se fazia necessário

> não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime. (sic!, BRASIL, 1909).

Ao longo de um século, muitas transformações ocorreram na rede técnica federal de ensino, e trago para este estudo a análise de alguns aspetos relacionados com a ampliação exponencial que ocorreu com a Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008a). Promulgada no segundo mandato do governo Lula, a lei se concretou em centenas de novas escolas de educação profissional e tecnológica. O que parece não ter se transformado, todavia, foi o seu ímpeto primitivo de se apresentarem como difusoras de uma nova forma de pensar e agir. Carvalho (2018) ao pesquisar as Escolas de Aprendizes e Artífices na Primeira República refere-se a elas como

> centros irradiadores de uma **nova mentalidade** e práxis para o mundo do trabalho a partir do exemplo e da atuação dos jovens artífices entre as classes populares, induzindo toda a sociedade brasileira a **um novo modo de vida** onde quer que estivesse instalada uma escola de aprendizes artífices do governo federal. (CARVALHO, 2018, p. 9, grifos meus).

Guardadas as singularidades de cada período histórico, procuro mostrar que servidores desta instituição estão identificados com a produtividade, com o pragmatismo, com uma visão utilitarista do tempo, das coisas, do conhecimento e das pessoas. Apresento nos resultados deste estudo algumas marcas de como a racionalidade neoliberal parece inundar e transbordar o espaço social investigado. Embora nos coloquemos como críticos desse sistema – uns mais do que outros – em nossas práticas cotidianas exaltamos o sucesso individual, a competição, a meritocracia, e interiorizamos cada vez mais um modelo empresarial de gerir nosso trabalho e nossa vida. Somos capturados e capturamos novos adeptos.

Se a mentalidade do século passado ensejava a formação do homem ordeiro e disciplinado, ajustado ao ritmo da produção fabril, o espírito atual fomenta a adequação ao modo de produção nomeada como sendo “flexível”, num mundo que se apresenta sem empregos, mas de exaltadas oportunidades, manifestas no discurso de setores em alguns postos da engrenagem produtiva.

Ao longo desta investigação algumas questões foram se colocando em meu horizonte de pesquisa as quais procuro responder nesta tese: a quais interesses esta instituição atende? Sendo uma instituição destinada à qualificação de classes trabalhadoras, ela está a serviço de quem? Em quais aspectos ela se diferencia e se assemelha a outras instituições? Tendo como eixo os Arranjos Produtivos Sociais, Culturais Locais como esta instituição se articula à comunidade, promovendo-a e desenvolvendo-a em suas potencialidades? Ou, ao contrário, como a instituição submete a comunidade aos ditames do Capital? Seria possível pensar numa instituição nova, que diz inovar ao reproduzir a lógica produtiva da sociedade capitalista?

Por outro lado, enredados nessa racionalidade, o que faz com que servidores percebam-se como agentes do Estado e não se sintam expropriados e explorados em seu trabalho? Como estrutura-se o nosso trabalho para que o compreendamos

como espécie de emprego de luxo? É a flexibilidade de horários e a variedade de tarefas que vendam nossos olhos a ponto de não enxergarmos que o trabalho se avoluma à medida que é executado? Esta instituição é de fato tão permissiva que faz com que nos deixemos capturar pelo rendimento de fazer sempre mais, nos desdobrando em muitas e diferentes frentes de trabalho? As vantagens, liberdades e possibilidades que usufruímos dão-nos clara sensação de customizar nosso trabalho a ponto de nos sentirmos sozinhos ou solitários?

Essas questões emergiram à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, no movimento que articulou leituras de textos e leituras de mundo, Num esforço de síntese: estaríamos remando contra ou a favor da formação de um *éthos* capitalista?

Dentre os Institutos Federais, tomei o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) como principal referência, utilizando mais especificamente o Câmpus Catanduva para análise. A escolha por este e não outro Câmpus se deu pelo fato de nele trabalhar desde 2011, quando este tinha praticamente um ano de funcionamento. Minha inserção inicia como técnica em assuntos educacionais (TAE) e, a partir de 2016, como professora do cargo Educação/Pedagogia. Assim, tive a oportunidade de conhecer esta instituição atuando em dois importantes segmentos, técnico-administrativo e docente, e desenvolver atividades junto a estudantes e suas famílias. Doravante, o Câmpus Catanduva será denominado IF-Catanduva por uma escolha ética e estética.

Ao pesquisar esta realidade valho-me, sobretudo, dos estudos de Pierre Bourdieu (1998, 1999, 2001, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016, 2017) numa leitura que se contrapõe à “substancialista” ou “ingenuamente realista” que considera cada prática em si ou por si mesma. Com Bourdieu também vejo esse espaço social se movendo, vejo o conjunto de elementos em interação sem procurar neles uma essência – biológica ou cultural – imutável.

Bourdieu me instiga não só pelos conceitos que ele desenvolveu. Sua forma de pesquisar me inspira por ter rompido com os ditames da ciência de sua época, compreendendo a penetração no mundo social como condição para produção do conhecimento. Além disso, por entender que não existe um método *a priori*, afirma que o que existe é uma construção metodológica que se faz ao realizar a pesquisa.

O autor inverte a forma de compreender os fenômenos sociais, ao propor que, para explicá-los, não devemos seguir o ponto de vista dos indivíduos, uma vez que estes não são individuais, mas são anteriores aos próprios indivíduos. De acordo com Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999):

> Não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de propiciar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. (p. 29).

Assim, ao se fazer essa inversão, reestrutura-se o trabalho a ser edificado, partindo do princípio da "não-consciência", colocando em primeiro plano as relações objetivas de existência e em segundo plano as representações que os indivíduos fazem delas, fruto daquelas que, por sua vez, transformam-se pelas práticas destes.

Nesse sentido, as falas de servidores e alunos, os documentos por eles/nós produzidos, as formas de valorar eventos, situações, pessoas, objetos, suas/minhas escolhas, os seus/meus critérios, as suas/nossas exclusões, enfim, as práticas de todos que compõem o espaço social IFSP são resultantes de um processo histórico, geográfico, político, social e culturalmente situado.

Disso que investigo também faço parte. E preciso dizer que meu olhar não ocorre de fora, com certa distância e dotado de precavida neutralidade. Olho de dentro, e olho para mim mesma misturada e misturando-me à instituição. Faço uso de uma ciência dita "suja", ao modo de me permitir experimentar o uso de dispositivos analíticos advindos da cartografia. No limite, um jeito de se posicionar – assim como Bourdieu – contra os cânones da ciência e ainda assim compreender que se está produzindo conhecimento rigoroso. Para os desavisados, alerto que não se trata de obscurantismo, e sim da adoção do rigor de outra natureza.

Prado Filho e Teti (2013) afirmam que "existem tantas cartografias possíveis quanto campos a serem cartografados" (p.46). Se a velha conhecida "ciência dos mapas" tem como especialidade representar territórios e suas fronteiras, sua topografia e seus acidentes geográficos assim como tratar da distribuição da

população em um determinado espaço, mostrando características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, de educação, etc., a cartografia social

> mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamento entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. (PRADO FILHO e TETI, 2013, p. 47).

Se para cartografar é preciso de território, na cartografia social eles não são fixos e são de outra natureza: “territórios subjetivos, territórios afetivos, territórios estéticos, territórios políticos, territórios existenciais, territórios desejantes, territórios morais, territórios éticos e assim por diante”. (COSTA, 2014, p. 68).

Como servidora desta instituição há exatos 3.559 dias[1], conforme registra o SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública –, transitei pelos mais diversos terrenos – ásperos, lisos, escorregadios, férteis, inertes, buscando transformar em linguagem aquilo que me toca. Parti da perspectiva que não foram simplesmente coletados dados, mas assumo que estes foram produzidos, uma vez que meus sentidos estiveram aguçados para alguns e não para outros elementos, provocados por referencial teórico específico.

Também estive entre os terrenos, e olhei para onde não havia nada plantado de especial, e a ele dei relevo. Costa explica sobre a força do gramado na pesquisa cartográfica:

> o cartógrafo ao cartografar o que se passa nos intervalos deve aprender muito com a grama. É no espaço não cultivado das importâncias culturais e sociais que ele colocará seu olho e seu corpo. Ele perguntará por aquilo que brota nos espaços mais improváveis, pelos montículos de vida que se fazem nos cantos, naquilo que o próprio espaço costuma refugar ou avaliar enquanto não importante. (COSTA, 2014, p.73).

[1] Em 1 de maio de 2021, data de finalização desta Tese, 9 anos, 8 meses e 28 dias de trabalho.

Como a grama que preenche os vazios, tateei nos intervalos, nos interstícios, naquilo que para alguns seria insignificante. Nas inúmeras reuniões que participei, no conteúdo dos *e-mails*, nos memorandos e documentos diversos, nas postagens em redes sociais, nas entrevistas nos meios de comunicação, nas conversas, por vários cantos busquei detalhes ou entalhes. Participei de eventos solenes, de manifestações, de confraternizações e de outros jogos de poder nas situações mais ordinárias. Atentei para as formas, as proformas, as performances e seus atores, suas motivações, interesses, obrigações. Prestei atenção ao que se diz na instituição, o que dela se diz e as razões para dizer.

Em determinado momento passei a prestar atenção não só ao que se dizia, mas também à forma de dizer. E também ao que não se dizia. Ao interdito. A boca calava, mas o corpo se manifestava. Comecei a observar os agrupamentos, quem andava com quem, quando, onde, por quais motivos e interesses.

A cartografia se inscreve no registro das pesquisas qualitativas e como tal, assume algumas atitudes. Bogdan e Biklen (1994) apresentam características da investigação desta natureza, sendo que um ponto fundamental diz respeito à análise indutiva que a sustenta. Nas pesquisas de abordagem qualitativa não operamos com hipóteses previamente definidas, e não esperamos que os resultados se enquadrem numa teoria geral. “Não se trata de montar um quebra-cabeças cuja forma final conhecemos de antemão” (p.50). Eu diria ainda que não se trata de completar o quebra-cabeças, ou apresentar todas as peças se encaixando. Sobre a indução, Bogdan e Biklen afirmam que a forma vai se fazendo à medida que se recolhem e examinam os dados:

> O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão se tornando mais fechadas e específicas no extremo. O investigador qualitativo planeia utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes. Não presume que sabe o suficiente para reconhecer as questões importantes antes de efectuar a investigação. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 50).

Nesse sentido, o processo de recolha, seleção e análise de dados (o qual chamo de produção de dados) mostrou-se em minha experiência de pesquisadora, que o mesmo acontece melhor se eu estiver inserida no local de estudo, ocupando-me com o contexto, com o movimento e a circunstância histórica da qual também participo. Nesta minha escolha sinto-me respaldada por Bogdan e Biklen (1994). Estes autores afirmam que os investigadores que optam por um paradigma de pesquisa assentado no princípio da qualidade, mais do que no princípio da quantidade, “entendem que as ações podem ser mais bem compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência” (p. 48) e separá-las do seu contexto é perder seu significado. Disso, articula-se outra característica, que diz respeito ao fato de o pesquisador interessar-se mais pelo processo do que simplesmente por determinados resultados. Considera-se que a realidade pesquisada é movediça e que o recorte a ser feito deve ser mais abrangente que aqueles.

Outro ponto importante é o fato de a pesquisa de abordagem qualitativa operar com os sentidos que são atribuídos, a forma como os sujeitos interpretam as suas experiências. Ou seja, uma prática não tem sentido em si mesma, senão conhecida por meio daqueles que a vivem. Ainda que haja controvérsias a este respeito, o que Bogdan e Biklen (1994) destacam é que não operamos fora dos significados e das perspectivas dos sujeitos pesquisados. O que se faz é compreender determinados pontos de vista, sem necessariamente concordar com eles. Isto possibilita refletir como um esforço epistemológico antecede ao campo de estabelecimento da moralidade.

Uma última característica apresentada por Bogdan e Biklen (1994) diz respeito ao fato de a pesquisa qualitativa ser descritiva; o que registra e produz conhecimento nessa abordagem são as palavras e não símbolos numéricos. Nesse sentido, o pesquisador será exaustivo na forma de apresentar/produzir a realidade, abordando o mundo de forma minuciosa. “Nada” é trivial ao pesquisador que adota este referencial de interpretação, e tudo quanto seja possível não lhe escapa do escrutínio.

A forma de fazer a descrição, o estilo que se adota ao escrever não é imparcial. E assim já antecipo que a escolha por um texto carregado de expressões

populares foi uma forma de marcar posição, de não fazer conchavo com quem acredita que um trabalho rigoroso precisa ser inacessível à população, inacessível inclusive aos pares.

Feitas estas considerações apresento os diários de campo, uma expressão que por si só parece combinar com a cartografia. Utilizei a prática do diarismo como forma de registro, de reflexão e autorreflexão. Procurei por meio deste dispositivo objetivar reuniões, aulas, encontros, eventos que ocorreram nos mais diversos espaços do IF-Catanduva e fora dele.

Nas situações que narrei estive presente, e a observação e o posterior registro escrito se deram a partir do que pude sentir, perceber e elaborar, incluindo-me como elemento da realidade que descrevia. Atentei também aos meus movimentos e sentimentos, partindo da premissa que “o cientista social que trabalha com sujeitos humanos e objetos sociais é afetado por eles e ao mesmo tempo influi sobre eles no decorrer das interações” (HAMMOUNTI, 2001, p.12). Assim, o que pude narrar, incluindo toda uma gama subjetiva, serviu como provas e pistas.

Ao reler as anotações, conseguia voltar no tempo-espaço, me ver ali, pela possibilidade de o diário fazer ver, fazer falar. Portanto, ao servir como testemunho de uma determinada circunstância, o diário de campo transformou-se em poderoso recurso de análise e autoanálise.

De acordo com a Hammonti (2001, p. 16):

> O diário pode conter não só descrições de observações, simples relatos de acontecimentos, impressões e confissões, mas também comentários, análises, sínteses que podem traduzir a compreensão do que está acontecendo e porque está acontecendo de determinada forma, e quais são os pontos de vista dos outros atores, suas perspectivas, suas definições de situações e estratégias de sobrevivência ou de luta (clandestina ou declarada) diante das pressões, obstáculos e relações de poder, etc. Trata-se, do que havíamos anteriormente chamado de "perspectiva interpretativa", perspectiva reflexiva e de análise institucional, de descobrir/analisar a “trama institucional”, o “romance institucional”, as intrigas, os segredos e os não-ditos, ou seja, desvendar o tecido social que esconde um padrão principal ou padrões culturais dominantes ou antagônicos (de grupos institucionais ou categorias em conflito, dirigentes, executores, auxiliares, etc.).

Assim, nas diversas situações das quais participei, tive o cuidado de fazer breves anotações em um caderno. Isso já se constituía numa prática comum desde os tempos de TAE, quando meus colegas de IF me apontavam como *nata* escriturária de atas. Essa característica pessoal contribuiu para o desenvolvimento da técnica e da pesquisa cartográfica, tendo sido aprimorada ao longo do processo.

Bogdan e Biklen (1994) afirmam a necessidade de disciplina para realizar os diários de campo, e assim, me propunha organizar as ideias tão logo pudesse acessar o computador pessoal. E à medida que ia (d)escrevendo, detalhes iam voltando à mente, reconstruindo a cena na ordem cronológica dos acontecimentos. Em uma única situação, pedi que uma colega lesse meu diário de campo depois de concluído, e ela, apesar de reconhecer a presença de minúcias e pormenores, ainda sugeriu complementos por ter participado da situação narrada. Isso foi de fundamental importância para que eu tivesse maior clareza do que fazia e porque fazia as observações e registros de uma determinada forma. Ou seja, a prática do diarismo não é neutra, não é isenta, e não pretende dar conta da totalidade de um determinado acontecimento. Significa que o observador ocupa um lugar e enxerga a realidade de determinada perspectiva. Portanto, não se trata do registro fidedigno da realidade – se é que isso seria possível -, mas procura captar elementos que o sensibilizam e para ele tem significado.

Costa ao apresentar a cartografia como uma nova forma de pesquisar afirma que aquilo que selecionamos para o registro não tem a ver com a importância social atribuída aos elementos, aos fatos, às ocorrências. Explica o autor: “a condição para selecionar o que fará parte de sua pesquisa é a força do encontro gerado” (2014, p. 73). Mais do que importâncias, os diários de campo tratam de portâncias, aquilo que se pode levar/portar de um determinado encontro.

O que enfim se cartografa é a dispersão, e a ideia de descrever fragmentos se justifica uma vez que se compreende que em diferentes momentos e ambientes, há repetição de elementos que se inscrevem numa mesma categoria. As anotações de excertos da realidade são feitas na expectativa de que estes estejam impregnados do universal. Tomar notas de pequenos detalhes pode parecer inicialmente irrelevante, mas estes podem significar verdadeiras pérolas ao pesquisador. Como apresentam Bogdan e Biklen (1994)

> Tal qual um mineiro apanha uma pedra, perscrutando-a na busca de ouro, também o investigador procura identificar a informação importante por entre o material encontrado durante o processo de investigação. Num certo sentido, os acontecimentos vulgares tornam-se dados de um ponto de vista particular – o do investigador. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.149).

Pequenas pepitas podem indicar caminhos porque como indica Hess (2009) elas guardam consigo algo que se inscreve sob um mesmo termo ou sob a mesma denominação.

Os diários de campo têm ainda uma importante qualidade: eles possibilitam justapor acontecimentos distintos que originalmente são separados no tempo/espaço. Ao se valer deste dispositivo, o cientista social pode operar como quem folheia um álbum de fotografias e perceber semelhanças e diferenças; apesar dos meses/anos transcorridos, apesar das distintas situações e lugares capturados, verifica o que se mantém e o que se transforma; o que na transformação é mantido e na manutenção é transformado.

Nesse esforço de realizar um estudo etnográfico ou antropológico da instituição construí 18 diários de campo. O primeiro em 25 de abril de 2018, uma quarta-feira qualquer, e o último 13 de março de 2020, poucos dias antes de se instalar a pandemia do Covid 19 no Brasil. Esses registros se avolumaram em 107 páginas, que possibilitaram um retrato do IF-Catanduva, uma espécie de amostra do movimento que se fez até então.

Esses diários de campo possibilitaram melhor compreender essa instituição e me compreender nela. A experiência de observação e posterior transcrição possibilitaram a leitura e a interpretação de documentos diversos produzidos no IFSP. Os dados etnográficos junto à pesquisa documental ganharam relevo em minha investigação, insumo para a teorização. Assim, ao apresentar o texto de exposição dos resultados desta pesquisa de doutorado utilizo trechos destes diários de campo para sustentar minha argumentação.

Na tese utilizo “Fulano”, “Beltrano”, “Ciclana” e não professor ou técnico-administrativo A, B, C... para marcar esses servidores como sujeitos indeterminados, enfim, quaisquer sujeitos do IF-Catanduva, enfim, agentes que habitam esses

servidores, partindo da ideia de que a exterioridade se faz presente na interioridade e vice-versa.

Enfim, em meu percurso de pesquisa entrei no doutorado com a submissão de um projeto que versava sobre a evasão dos estudantes do IFSP, e o que não quis fazer foi evadir no sentido coloquial do termo que significa furtar(-se), esquivar (-se) a dizer e/ou realizar (algo). Nessa empreitada, encontrei uma instituição adoecida, fragmentada, precarizada, suscetível aos acontecimentos e ataques externos. Como diz Bourdieu (2001) não é porque uma pedra atingiu o vidro que ele se quebrou, mas quando o atingiu, porque era quebrável.

Feito osso que se apresenta denso por fora e poroso por dentro, nossa estrutura é frágil. Se somos hoje duramente atacados por um governo conservador de ultradireita, o somos também porque estamos divididos, cindidos. Há divisões e subdivisões entre os servidores, entre as categorias de servidores, em nosso trabalho, em nós mesmos. Não porque queremos, mas porque estamos assim sendo constituídos.

Ao longo de uma década não conseguimos sequer chegar a um consenso de como chamar o IFSP. Carinhosamente, ele é abreviado de “ifi”, “iéfi”, “ifét”, “ifispi”, e a falta de unidade nos abrevia, nos reduz. Não prego que a denominação precisa vir por decreto, e compreendo que esse signo linguístico que não se fixa diz muito sobre a instituição. A experiência desregrada como regra é sinal dos novos tempos regidos pelo mercado.

Teria nascido morta? Não! Pelo contrário. Argumento que a instituição é vívida, é potente. Muito potente em revitalizar o Estado, esta entidade que concentra violência física e simbólica, que se faz invisível, mas que existe pela crença coletiva e se faz notar por seus efeitos. Argumento que com os Institutos Federais o Estado (mercantil) não se reduz, pelo contrário, pode se agigantar. Nesta perspectiva, de mínimo, ele não tem nada!

Do ponto de vista de onde redijo esta tese, o Estado a serviço do mercado está entranhado em nossos modos de nos constituirmos enquanto sujeitos, e o Instituto Federal de São Paulo lhe presta um imenso favor em fazer correr pelos nervos as ideias que lhe servem. Cada servidor público é porta-voz do Estado, e

com a autoridade investida, mesmo quando se coloca contra ele, ainda assim trabalha para ele.

Etimologicamente, a palavra servidor significa “servir aos deuses”. Afinal, a que deuses servimos? Quais são nossos tesouros de adoração? Nossos tesouros estão em seu nome – Ciência, Tecnologia, Educação, – o tripé que deu sustentação à República, que foi seu projeto de autoprojeção (HERSCHMANN e PEREIRA, 1994). Desses tesouros desdobram-se outros, direta ou indiretamente relacionados, como o pensamento racional e abstrato que tem na Matemática sua melhor expressão.

São estes mesmos tesouros que separam o joio do trigo, os conhecimentos mundanos dos conhecimentos sérios, formais, objetivos, comprovados e validados. Por atos de violência simbólica separam o senso comum do conhecimento científico, e por atos de reconhecimento e consagração dizem quem pode mandar e concentrar riquezas, fazem dos ricos cultos e inteligentes, e dos pobres, quando muito, espertos ou esforçados.

Dito isto, este texto está organizado como segue: depois desta introdução na qual exponho meu objeto de estudo e meu percurso metodológico, apresento o primeiro capítulo intitulado **“O Instituto Federal, Educação, Ciência e Tecnologia e seu entorno”.** Nesta parte, apresento o contexto sócio-político-econômico do ano de 2008 quando se fez o milagre de transformar água em vinho, ideário em Lei, possibilitando multiplicar as unidades de IF às centenas, fazer brotar recursos (in)suficientes para esse projeto de fortalecimento da educação profissional e tecnológica de caráter público, num Estado mínimo. Para construção desse capítulo, inicio utilizando reportagens do jornal “Folha de São Paulo”, pois queria mostrar como o cidadão comum (?) podia ler o que se passava no cenário nacional e que brechas se abriam para a emergência dessa instituição em meio à crise de 2008. Outras leituras se fizeram necessárias seja para contrapor à Folha, seja para avançar em minha análise de como se constituiu a proposta de uma nova institucionalidade. Nesse processo descritivo-analítico apresento o “mostrengo” que passou a respirar por conta própria a partir da aprovação da Lei 11892/2008 e sua materialização. Aquilo que o Reitor Eduardo Módena (2013-2020) do IFSP apresenta publicamente como sendo “Frankenstein”. Apresento características

dessa estrutura esquisita que nos faz igualmente esquisitos. Ainda neste capítulo mostro como o gigante IFSP absorve a realidade externa e a projeta em sua estrutura e funcionamento.

No segundo capítulo da tese **"O Estado, o Instituto Federal e o poder simbólico investido"** trago o pensamento de Pierre Bourdieu apresentando seu modo de compreender a realidade a partir da junção de duas potentes áreas do conhecimento: a Sociologia e a Educação. Apresento o seu entendimento sobre o Estado, os conceitos de violência simbólica, *habitus* e campo, para chegar naquilo que compreendo como sendo o mais vigoroso em sua teoria, o processo de interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade: "o corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo" (BOURDIEU, 2001, p. 185). O pensamento bourdeusiano tem como qualidade não operar abstratamente, e talvez por isso, já neste capítulo, apresento traços do IFSP agora melhor marcados pela sua teoria.

No terceiro capítulo **"O local, o regional e o currículo do IF-Catanduva"** apresento como enxergamos o território onde está situado o Câmpus e como justificamos o desenvolvimento dos cursos. Assim, partes dos Projetos Pedagógicos de Curso são tomadas para análise, a fim de entender como a institucionalidade Instituto Federal foi interpretada pelos servidores; como compreendemos as suas finalidades, seus objetivos e características no currículo escrito. Ao final deste capítulo, abro a discussão de como se estruturam os cursos que mais se aproximam de uma proposta de formação integrada e omnilateral, e o que vimos colhendo como frutos desse processo.

"Existir e resistir no IF-Catanduva: (in)tensas relações" é o título que procura sintetizar o quarto capítulo desta tese. Nesta parte, apresento a instituição dividida em subcampos com tendências homogeneizantes. As lutas travadas internamente e as pressões externas promovem o seu movimento. Dessa forma, a repetição se coaduna com possibilidades novas, ligeiramente inéditas; é assim que os subcampos avançam, sem que haja intenções conscientes ou mesmo controle sobre as mudanças. Neste capítulo, também analiso como o neoliberalismo se faz presente numa aparente ausência; como é consentido, mas também resistido. Debaixo do tapete das garantias e estabilidades do serviço público, transborda a

intensificação e fragmentação do trabalho. O quarto capítulo é inteiro “ilustrado” com situações cotidianas, extraídas dos diários de campo. São eles que contribuem na sustentação da argumentação de que essa escola serve ao Estado Mercantil.

Um último capítulo, à guiza de conclusão, leva como título **“Proposições”**. Neste, retomo e sintetizo as posições desenvolvidas ao longo da tese e apresento caminhos a partir daquilo que tomo como sementes em processo de germinação. Inspirada, principalmente, em Lewkowicz e Cantareli (2003), Dardot e Laval (2017), Masschelei e Simons (2018), Santos (2000, 2006) apresento a proposta de aplicação inversa aos APL para fazer valer o princípio dos arranjos produtivos locais, culturais e sociais mal compreendidos ou mal colocados no corpo da Lei 11892/2008. Ou seja, ao invés de se fazer um trabalho para as comunidades, buscar um trabalho com as comunidades, olhando para as mesmas não a partir dos critérios da academia, pois sendo assim, sempre serão destituídas de potência, serão marcadas por aquilo que lhes falta. Olhar para nosso entorno e ver traços comuns na **comun**idade, no **comun**itário, naquilo que podemos fazer em **comun**hão, e partir deles, inventar uma nova história para instituição e para cada um de nós. Junto a isso, trazer a educação para o presente do indicativo, sem o encargo de formar para o amanhã. Desta forma, aproveitar tanto a incipiente democracia que se vive no IF-Catanduva e no IFSP quanto os laços de amizade, camaradagem e solidariedade que exalam possibilidades devidas, possibilidades de vida. Amarás a escola porque amar pode ser bom. Nos (re)inventamos ou deixaremos de ser.

2. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SEU ENTORNO: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS

2.1 Pela pauta da *Folha*: a crise de 2008

Em 29 de dezembro de 2008 quando a Folha de São Paulo noticiava ser o melhor dia para viajar para o litoral e o interior para as comemorações do final de ano, as ofertas nesse mesmo jornal apontavam R$ 2,199 o preço da gasolina, R$ 13,89 o contra filé especial e o filtrado “Chuva de Prata” a R$3,79, foi sancionada a Lei 11892 que (re)criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No intervalo entre Natal e Ano Novo, o campo político continuava mobilizado para fechar um importante empreendimento e validá-lo pela via burocrática do Diário Oficial da União ainda naquele fatídico ano.

O discurso do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva ao sancionar a Lei, agradecia aos deputados federais e senadores que teriam trabalhado com competência para aprovação do projeto. Na fala do Presidente as divergências políticas pareciam diluídas ou quase nulas para celebrar esse feito aprovado com unanimidade. Talvez fosse o clima festivo que incutimos no dezembro ou fosse mesmo Lula um conciliador de diversos interesses ou ainda, as duas coisas. Neste mesmo discurso disse que iria repetir o óbvio, mas que era importante repetir “porque dizem que a se a gente não repetir muitas vezes, a imprensa não publica” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008) e se pôs a discorrer sobre a estrutura dessas novas unidades federais, do seu papel junto à sociedade num momento em que o país vivia maior investimento em ciência e tecnologia. Ele tinha razão em relação à omissão da imprensa, e a Folha de São Paulo mesmo não publicou a sanção da Lei, talvez por não levar Lula tão a sério ou por levá-lo a sério demais.

Escolhi a Folha de São Paulo para falar deste ano de 2008 por algumas razões, seja por ser um veículo de grande circulação nacional, seja pela possibilidade de consulta gratuita ao seu acervo digital. Também por entender que a Folha, fazendo oposição ao Governo Lula, então em seu segundo mandato na Presidência da República, poderia tanto informar quanto produzir dados para além dos oficiais. Pela pauta da Folha, mediado por outras leituras, apresento o país a

partir de um esquadro bem definido, que me movo num primeiro instante à procura da possibilidade e do significado da (re)criação dos IF naquele momento histórico.

Há outras lentes ou filtros que poderiam ser utilizados para fazer este retrato, como por exemplo, o olhar de quem enxerga as riquezas do país e vê nelas a possibilidade de desenvolvimento e justiça social a partir da consolidação de um Estado forte. Ou a visão de quem reconhece como principal caminho a auditoria da dívida pública a partir do reconhecimento de que o povo brasileiro é violentamente fraudado desde a sonegação de informações à alimentação das finanças internacionais (BENAYON e REZENDE, 2006). Mas aqui operaria num mundo do "se", e a Folha, nessa perspectiva, assumia um papel de me colocar em contato com o mundo "real" que vivíamos ou sofríamos.

A esquerda no poder Executivo Federal foi um soluço na história do país, e bem sabemos que as mudanças estruturais não se fazem da noite para o dia. E nesse curto período de 13 anos, o 2008 ia bem e poderíamos ter registrado o melhor crescimento econômico de 1986 pra cá, segundo a Folha[2].

O PIB (Produto Interno Bruto) em 4,5%, em meio a uma crise mundial, indicava que ainda tínhamos o que comemorar naquele final de ano e parecia que possuíamos fôlego para empenhar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. As manchetes da Folha de São Paulo indicavam a maior crise econômica nos EUA desde a década de 1930, respingando seus efeitos sobre países vizinhos, asiáticos e europeus. A falência de empresas estadunidenses gerou desemprego, que por sua vez provocou queda vertiginosa no consumo, o que explica 2,5 milhões de demissões na indústria Chinesa[3] e o pânico rondando os mercados da União Européia[4]. Em outubro, a Folha já anunciava que "Para americanos, expectativa de recessão é cada vez maior[5]" e dizia o FMI que o "Sistema financeiro está prestes a derreter"[6]. Enquanto "Japão e Alemanha anunciam pacotes para estimular as suas economias[7]", "Para China, os pacotes de

[2] Cfe. Folha de São Paulo, 29/12/2008 "PIB de 4% não deve ser obsessão, diz Tendências".
[3] Cfe. Folha de São Paulo, 20/10/2008 "Indústria Chinesa prevê 2,5 milhões de demissões".
[4] Cfe. Folha de São Paulo, 7/10/20008 "Crise se aprofunda na Europa e espalha pânico pelos mercados"(capa).
[5] Cfe.Folha de São Paulo, 7/10/2008.
[6] Cfe. Folha de São Paulo, 12/10/2008.
[7] Cfe.Folha de São Paulo, 31/10/2008.

socorro são insuficientes"[8]. Em dezembro, a "Toyota anuncia o primeiro prejuízo em 70 anos de história"[9].

Intelectuais europeus temiam que a crise inflasse a extrema direita[10]. Ninio, jornalista da Folha de São Paulo, assim expressa:

> os inevitáveis paralelos entre a grande depressão econômica dos anos 30 e a atual crise financeira acenderam um sinal de alerta na Europa. O temor é o de que a extrema direita saia fortalecida, como aconteceu na ascensão do nazi-fascismo. (NINIO, 2008, p. 24).

Todavia, nos Estados Unidos, as urnas responderam favoravelmente ao democrata Obama que saiu vitorioso nas eleições presidenciais, o que teria afastado conservadores e derrotado o racismo[11]. Pelo esquadro da Folha, seria possível desmontar um racismo estrutural com uma eleição. Para o leitor da matéria, que não sente a discriminação na pele e em seus dias, um respiro de alívio diante do conservadorismo que rondava as urnas. Obama em seu discurso após eleito disse que os desafios são imensos diante "da pior crise financeira de um século" [12].

O Brasil não ficou de fora da instabilidade mundial, e a crise fez-se sentir no último trimestre do ano de forma turva, uma vez que os discursos catastróficos eram contrapostos por dizeres de prospectivas animadoras para este veículo e produtor de realidade. Na Folha de São Paulo lia-se: "Índice de confiança da indústria despenca[13]", "Crise faz Vale diminuir produção"[14], "Férias coletivas reduzem produção de carros[15]", "Crise freia expansão de álcool[16]", "Setor aéreo terá menor crescimento[17]", "Indústria fecha vagas e inadimplência cresce"[18], "Em crise, GM do

[8] Cfe.Folha de São Paulo, 26/10/2008.
[9] Cfe.Folha de São Paulo, 23/12/2008.
[10] Cfe.Folha de São Paulo, 25/10/2008 "Europa teme que crise infle extrema direita".
[11] Cfe.Folha de São Paulo, 6/11/2008 "Vitória histórica de Obama afasta conservadores e derrota o racismo" (capa).
[12] Cfe.Folha de São Paulo, 6/11/2008 "Leia a íntegra do primeiro discurso de Barak Obama".
[13] Cfe.Folha de São Paulo, 30/10/2008.
[14] Cfe.Folha de São Paulo, 1/11/2008 (capa).
[15] Cfe.Folha de São Paulo, 1/11/2008.
[16] Cfe.Folha de São Paulo, 11/11/2009.
[17] Cfe.Folha de São Paulo, 12/11/2008.
[18] Cfe.Folha de São Paulo, 14/11/2008.

Brasil deve faturar U$ 1,5 bi a menos[19]". Para os grandes investidores, menores possibilidades lucrativas, mas para a grande massa, as preocupações de vida: "Para governo e indústria, desemprego vai crescer"[20], "Na crise, reclamação trabalhista de terceirizado tem alta"[21], "Emprego em novembro tem a pior taxa em 10 anos"[22].

No mesmo jornal, a história de vencedores: "Caixa lucra R$723 milhões no terceiro trimestre"[23], "Bancos lucram mais que todos os outros setores somados"[24], "Lucro da Petrobrás cresce 96% e atinge R$10,85 bi"[25], "Gol prevê crescer 6% em 2009, mesmo com crise"[26], "Investimento e consumo disparam e puxam expansão"[27], "Entre maiores países, só Brasil acelera ritmo"[28], "Pacote de reajuste a servidores é aprovado"[29]. Como entender esse momento com tamanha disparidade de informações?

Sendo verdade que a produção industrial caiu e pipocavam notícias de recessão, retração, cortes, demissões, redução da jornada de trabalho, férias coletivas, instabilidade dos vínculos trabalhistas, aumento de terceirizações, acordos de flexibilização trabalhista, também tínhamos possibilidades de acreditar em recordes de arrecadação[30] e o crescimento do PIB a taxas extraordinárias[31].

Todavia, não havia contradição no cenário que se apresentava: havia consenso de que o ano de 2008 tinha sido promissor. Promissor *para quem* é a pergunta que devemos fazer. Em meio à crise mundial que também assolou o país, o papel do empresariado – para usar os termos do governo petista – foi encontrar um jeito de manter o mesmo lucro[32], jogando a conta da crise nas costas do

[19] Cfe.Folha de São Paulo, 18/11/2008.
[20] Cfe.Folha de São Paulo, 4/12/2008 (capa).
[21] Cfe.Folha de São Paulo, 8/12/2008.
[22] Cfe.Folha de São Paulo, 23/12/2008 (capa).
[23] Cfe.Folha de São Paulo, 6/11/2008.
[24] Cfe.Folha de São Paulo, 25/11/2008.
[25] Cfe.Folha de São Paulo, 12/11/2008.
[26] Cfe.Folha de São Paulo, 18/11/2008.
[27] Cfe.Folha de São Paulo, 10/12/2008.
[28] Cfe.Folha de São Paulo, 10/12/2008.
[29] Cfe.Folha de São Paulo, 10/12/2008.
[30] Cfe.Folha de São Paulo, 9/11/2008 "Governo gasta mais de R$6,5 bi com aumentos. Planalto aproveita recordes de arrecadação para dar ao funcionalismo reajuste muito superiores aos da iniciativa privada".
[31] Cfe.Folha de São Paulo, 10/12/2008 "Crise interrompe crescimento virtuoso" e "Crise teve efeito mais defasado no Brasil" (artigo).
[32] Cfe.Lula negando-se a compactuar com medidas de flexibilização do trabalho afirma que "O papel do empresariado não é ficar encontrando um jeito de manter o mesmo lucro". Folha de São Paulo,

trabalhador[33]. Nesse jogo, o Estado livra seu lombo ao responsabilizar os empresários pela situação, isentando-se do seu papel como regulador. E ao travar a disputa entre empregador e empregado, isenta-se também o capitalista rentista.

No ano em que o Brasil "apareceu pela primeira vez como o melhor dos BRIC" – sigla que então designava Brasil, Rússia, Índia e China para indicar os países que tinham "potencial para se transformar em potências mundiais em 2020"[34], o relatório da ONU também apontava para as suas desigualdades sociais. A riqueza de um país nem sempre é compatível com desenvolvimento humano, e no caso brasileiro, havia muito por ser feito, para além da abertura de linhas de crédito para empresas e consumidores[35]. Aliás, com os juros e taxas administrativas que são aplicados no Brasil significa dar corda ao enforcado.

O pacote anticrise do governo não reduziu os juros, apesar da pressão que teria sido feita pelo Governo Lula[36] e por parte dos industriários[37]. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a zero buscou estimular as vendas de carros[38] e caminhões[39], e mudanças nas alíquotas do Imposto de Renda tiveram também como objetivo aumentar o consumo pela via da renúncia fiscal[40]. E no dia em que as taxas de juros nos Estados Unidos chegaram a quase zero[41], o Brasil operava com taxas de 13,75%.

Na contramão da história (ou não...), o Brasil não só mantinha os juros abusivos, como permitiu que se elevassem em algumas categorias. No mês de dezembro de 2008, a Folha noticiava que "Juros do cheque especial atingem maior taxa desde 2003[42]", o que significa que ao ano atingiam 191,75%. Uma dívida de

---

19/12/2008 "Lula não vê motivos para demissões nas empresas. Empresários podem usar "parte dos lucros que acumularam, diz presidente" .

[33] Cfe.Folha de São Paulo, 18/12/2008 "Governo "não vai jogar a conta da crise nas costas do trabalhador, diz Bernardo.

[34] Cfe.Folha de São Paulo, 19/12/2008 "Desigualdade faz Brasil ter índice de Islíndia. Elite do país vive com padrão superior ao da Islândia, enquanto os mais pobres tem qualidade de vida semelhante à da Índia".

[35] Cfe.Folha de São Paulo, 18/12/2008 "Governo libera até R$95 bi para crédito".

[36] Cfe.Folha de São Paulo, ?/12/2008 "Governo pressiona por redução de juros".

[37] Cfe.Folha de São Paulo, 10/12/2008 "Indústria pede redução de impostos e juros".

[38] Cfe.Folha de São Paulo, ?/12/2008 "Vendas de carros sobem até 50% após redução do IPI".

[39] Cfe.Folha de São Paulo, 18/12/2008 "Governo reduz a zero IPI de caminhões".

[40] Cfe.Folha de São Paulo, 12/12/2008 "Pacote reduz IR e incentiva consumo"; 14/12/2008 "Lula reduz imposto e BC mantém juros".

[41] Cfe.Folha de São Paulo, 30/10/2008 "Brasil mantém juros, EUA cortam" (capa).

[42] Cfe. Folha de São Paulo, 10/12/2008.

1000 reais chegava a 2917 reais em vinte quatro meses. Um fenômeno no mínimo preocupante, mais ainda se naturalizado.

Altas taxas de juros implicam nas decisões em nível micro e macrossocial. Tanto incidem nas decisões pessoais de consumo, quanto na possibilidade ou impossibilidade de investimentos que afetam a estrutura econômica e social do país. Nesse segundo caso, menos investimentos significa menos empregos, e menos empregos significa menos consumo, e menos consumo, menos tributos que poderiam gerar novos investimentos. Não tão simples assim como explica Omar (2008), mas grosso modo, atingem CPF e CNPJ, pessoas físicas e jurídicas, e aquelas pessoas que não são pessoas nesse ordenamento legal.

De acordo com Omar:

> Em um país com dívida pública alta, o impacto da alta taxa de juros se ligará diretamente ao aumento da dívida pública e afetará severamente a capacidade do governo para financiar seus projetos de investimento e cumprimento de seus programas econômicos e sociais. (2008, p. 265).

Enfim, a crise econômica é uma crise política. O que estava em jogo é quem sairia fortalecido apesar da crise ou com a crise – se o mercado ou o Estado[43]–, e os destinos da população num mundo de especulação financeira.

Mas, uma coisa era a crise de 2008, a outra, como o Estado lidava com ela, e ainda outra, a "crise financeira permanente". Na argumentação de Santos (2020) há ironia, pois uma crise só pode ser crise se for passageira, se buscamos a sua superação para um estado melhor das coisas. Essa crise "quando se torna permanente transforma-se na causa que explica todo o resto" (SANTOS, 2020, s/p.) como os cortes nas políticas sociais, e é resultado de uma versão do capitalismo que se rendeu à logica do setor financeiro.

É essa mesma lógica que cria um imaginário coletivo em torno dos servidores públicos como preguiçosos e indolentes, é esse mesmo raciocínio que incute a ideia de que o privado é mais eficiente que o público, e que o Estado não deve meter o

[43] Cfe. Folha de São Paulo, 23/12/2008 "Crise econômica fortalece o Estado, dizem Lula e Sarkozy".

bedelho onde não é chamado. Essas ideias todas que a imprensa se não ajudou a construir e difundir, também não cuidou de desfazer.

Boltanski e Chiapello (2009) rebatem – e com força – a ideia de que o capitalismo estaria em crise. O capitalismo? Vai muito bem, obrigado. O crescimento se mantém desacelerado, mas os ganhos do capital se mantém elevados. O que está em crise, dizem os autores, é a crítica ao capitalismo.

Enfim, o projeto dos Institutos Federais enquanto política pública social nascia na corda bamba tendo por lastro essas crises todas. A crise de 2008 era uma marolinha, como se disse por aqui. Mas era crise dentro da "crise permanente". E o projeto se tornou lei. Enfim, "só por Deus" como se diz quando a compreensão não está ao nosso alcance.

2.2 Outros antecedentes

Considerei importante compreender alguns elementos do contexto educacional que fomentaram e/ou contribuíram para a expansão do ensino profissional no comando dos Institutos Federais, bem como incidiram sobre o seu formato. Sem pretender esgotar a temática, procurarei alguns aspectos que possivelmente estiveram presentes na criação dessa instituição singular.

Em 2008, o **Ensino Fundamental** era o único nível de ensino obrigatório, com 32 milhões de matrículas (INEP, 2009), alcançando 97,5% da população entre 6 e 14 anos, conforme PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio) daquele ano (PNAD 2008..., 2009). Sem dúvida, um dos grandes avanços sociais após a Constituição Federal de 1988.

O **Ensino Médio** contava com mais de 8 milhões de matrículas, sendo difícil estimar o percentual de jovens entre 15 a 17 anos que ficavam dentro e fora desse nível de ensino. Naquela década, como ainda hoje, o Ensino Médio não absorvia a totalidade de egressos do Ensino Fundamental, sendo que em 2008 apenas 66% dos alunos ingressantes daquele nível o concluíam (IPEA, 2009).

Kuenzer (2010) aponta a dificuldade de acompanhar a evolução do Ensino Médio no Brasil pela insuficiência de dados e pela forma descontinuada de como

são apresentados – um dado por si só impactante. De acordo com as informações apresentadas pela autora, das matrículas efetivamente realizadas no Ensino Médio em 2008, 48% dos estudantes tinham entre 15 a 17 anos. Dos recortes realizados pela autora neste estudo aponto ainda para o crescimento negativo de – 8,4% de 2000 a 2008, segundo dados do INEP, e a continuidade de retração nos anos seguintes.

Certamente este panorama tendeu favoravelmente para que a obrigatoriedade do ensino regular fosse ampliada, atingindo a faixa etária dos 4 aos 17 anos com a Emenda Constitucional N.º 59, dois anos depois. Portanto, estávamos em vias de tornar "compulsório" o Ensino Médio, pelo menos para estudantes sem distorção idade-série.

No **Ensino Superior** o programa PROUNI[44], UAB[45], REUNI[46] e FIES[47] prometiam ampliar as vagas, seja pela concessão de bolsas integrais ou parciais nas universidades privadas, seja pela oferta de ensino a distância, seja pela reestruturação e expansão das Universidades Federais ou ainda pela via do financiamento da educação. A ideia era maximizar um quadro em que uma pequena fração da população usufruía da educação superior.

De acordo com o relatório "Pnad 2008: primeiras análises"

> Apenas **13,6% da faixa etária entre 18 a 24 anos estão na educação superior**, ou seja, parcela mínima dessa população consegue chegar à educação superior. Esse fato deve-se aos

[44] PROUNI – Programa Universidade para Todos, criado pelo DECRETO Nº 5.493, DE 18 DE JULHO DE 2005.

[45]UAB – Universidade Aberta do Brasil, criado pelo DECRETO 5800, DE 8 DE JUNHO de 2006, promove o desenvolvimento do ensino a distância com a proposta de expandir e interiorizar cursos e programas de educação superior em todo país.

[46] REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado pelo Decreto DECRETO nº 6.096, DE 24 De ABRIL DE 2007, com início neste mesmo ano.

[47]FIES – Tem sua origem no CREDUC – Crédito Educativo, institucionalizado em 1975. Foi reformulado no governo de FHC em 1999 sob a denominação de Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Foi ampliado e reestruturado também no Governo Lula, sob a denominação de Financiamento Estudantil, mantendo o objetivo de financiar a educação de ensino superior, presencial, em cursos não gratuitos, reconhecidos e bem avaliados pelo MEC. No Governo Lula teve uma sensível redução de juros de 9% a 3,4%, além de ampliação do período de carência de 6 para 18 meses e novas regras para amortizações.(FNDE, s/d).

> entraves observados no fluxo escolar do ensino fundamental e médio, que tem elevada taxa de evasão e baixa taxa média esperada de conclusão, como visto anteriormente. Por sua vez, **é provável que o aumento da frequência líquida na faixa etária de 18 a 24 anos seja um dos efeitos da política de ampliação do acesso à educação superior, encampada pelo Ministério da Educação, a qual vem sendo estruturada por três linhas de ação: i) ampliação das vagas nas instituições federais de ensino; ii) ampliação do Financiamento Estudantil (Fies); e iii) instituição do Programa Universidade para Todos (Prouni).** Essas iniciativas deram novo fôlego à expansão da educação superior. (grifos meus, IPEA, 2009, p. 18).

Bem verdade que a política de ampliação do acesso à educação superior não se fez de uma forma harmônica em linhas de ação justapostas como se apresenta acima: são antes projetos de educação e de sociedade que se contrapõe frontalmente. Sem dúvida deram "novo fôlego à expansão da educação superior" (IPEA, 2009, p. 18) devendo ser também compreendidas como expansão mercadológica da educação. Especialmente nas duas últimas iniciativas, o lucro se sobrepõe à prestação de serviços educacionais aos indivíduos.

Assim, havia expectativa de democratizar a oferta educacional no ensino superior, considerado importante nicho de mercado, mas isso exigiria um esforço de repensar o Ensino Médio – considerado o gargalo da Educação formal. Além disso, se era certo que muitos não concluíam esse nível intermediário, também era questionável o que se fazia com três anos de estudo sequer obrigatórios. Não fosse o ingresso na Universidade, o Ensino Médio dito propedêutico deixava a desejar quando pensado para atender as expectativas de entrada no mercado de trabalho. Pelo menos era essa informação que circulava e produzia efeitos.

Uma notícia da Folha de São Paulo[48] retrata esse pensamento por meio de um estudo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O estudo realizado evidenciou que bons empregos e bons salários não eram alcançados com a formação básica oferecida no Brasil. Dentre os seis países pesquisados, o Brasil só estaria à frente do Peru, considerado o país com os piores índices. De acordo com o BID, 43% dos jovens entre 15 a 19 anos sequer haviam concluído o Ensino Fundamental. Dos que concluíram este nível, o PISA (Programme for International

[48] Folha de São Paulo, 29/10/2008 "72% dos jovens têm preparação inadequada. Estudo do BID mostra que maioria dos jovens não tem instrução adequada para obter boa colocação no mercado de trabalho".

Student Assessment traduzido para o português como Programa Internacional de Avaliação de Alunos) que avalia jovens de 15 anos em capacidades de leitura, ciências e matemática, demonstrava que a metade dos alunos que fizeram a prova alcançou o nível mais baixo nestas capacidades. Disso, deduz (!) que de cada 100 jovens de 15 a 19 anos, 72% não estariam aptos para uma boa colocação no mercado de trabalho, sendo direcionados para atividades mais básicas, não voltadas para a aplicação de altas tecnologias.

Além de não ficar claro como se chega a tal resultado, a Folha opera como se todos os empregos estivessem voltados para lidar com altas tecnologias, esquecendo-se inclusive de mencionar que estas exigem cada vez mais, menos pessoas.

Ainda dentro de uma visão de educação pragmática, tecnicista e economicista, a Folha de São Paulo apresentava ainda nesta mesma notícia outro recorte, indicando a precariedade da formação escolar para o exercício de uma profissão, utilizando as respostas do questionário socioeconômico do ENEM: “para 52% dos estudantes que já trabalharam quando fizeram o ENEM, os conhecimentos adquiridos não eram adequados ao que o mercado de trabalho solicitava. Além disso, 73% disseram que o conteúdo aprendido tinha pouca relação com a profissão” (GOIS, 2008, p. 5).

Frigotto alerta que em “tempos de ciclo de crescimento econômico, não necessariamente de desenvolvimento” (2018, p.41) volta-se a usar o jargão da falta de profissionais qualificados. É nesse sentido que a reportagem, valendo-se de orientações determinadas por um organismo internacional e de uma ação oficial como o ENEM apresentava a qualidade do ensino pelo crivo dos interesses do mercado.

Outro elemento diz respeito ao **Ensino Técnico** e suas demandas. Santos (2018) explicita que o que teria levado a criação da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais teria sido a constatação expressa de que de havia “um grande contingente da população brasileira retornando às salas de aula, em idade tardia, para cursar o ensino médio, tendo em vista as demandas no mundo do trabalho em termos de escolaridade da mão de obra” (p. 114). Ainda, ganhava luz um cenário de oferta de 716 mil matrículas no ensino técnico e apenas

92 mil concluintes, o que evidenciava a falta de condições para garantir formação profissional adequada. Santos (2018) indica que esses dados tiveram destaque durante a elaboração do Plano Plurianual do Governo Lula (2004-2007)[49] elaborado em 2003, tendo sido este o impulso inicial para a consolidação de uma política de educação formal e de qualificação para o trabalho. Este impulso começava pela revisão da legislação para avançar tanto na ampliação quanto na diversificação da oferta educacional.

Ou seja, não eram somente lacunas do Ensino Médio e do Ensino Superior às quais nos referíamos na época, falávamos também de **Educação de Jovens e Adultos** a espera de formação profissional, dentro de um contingente ainda maior: naquela conjuntura tínhamos 25 milhões de pessoas que não tinham frequentado a escola ou apenas cursado duas séries do Ensino Fundamental.

O que venho argumentando é que havia a necessidade de – ou o interesse em – suprir a formação para o trabalho em diferentes níveis de ensino. Assim, a (re)criação dos IF vinha atender ao projeto de ampliação das vagas em instituições federais de ensino, ofertando tanto Educação Básica quanto Educação Superior.

No entanto, não eram quaisquer vagas que deveriam ser ofertadas, ou dito de outra forma, não era qualquer formação para o trabalho que se ensejava pelas forças mais progressistas. Desde a década de 1980, a **educação politécnica, integrada, omnilateral** vinha sendo idealizada por grupos alinhados a um projeto de sociedade de base popular como alternativa ao projeto societário regido pelo capital (FRIGOTTO, 2018). Assim, nesse momento histórico em que a esquerda assumia o poder, carregando consigo forças conservadoras regressivas, entendia-se como oportuno desenterrar um projeto de educação que pudesse superar a dualidade entre cultura geral e cultura técnica no conceito da politecnia.

Ao usar o verbo “desenterrar” refiro-me ao primeiro projeto de LDB de autoria do Deputado Otávio Elísio, elaborado em consonância com os princípios da Constituição Federal de 1988. Neste projeto de Lei tinha-se como objetivo para a educação de nível secundário “propiciar aos adolescentes a formação politécnica

[49] Santos (2018) enfatiza que embora a criação da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica tenha sido um marco do Governo Lula, não foi um projeto que esteve presente em sua campanha eleitoral e no programa de governo do então candidato à Presidência da República.

necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo" (artigo 35)[50]. Em relação ao ensino superior, o projeto de lei apontava como objetivos além da formação de profissionais de nível universitário, "a difusão e discussão sistemática da cultura superior aberta à participação de toda a população" (artigo 42). Entendia-se que "os grandes problemas que interessam ao conjunto de toda a população" (artigo 43) deviam ser debatidos e socializados amplamente.

Se por um lado, o mercado se colocava favorável a uma educação profissional aligeirada, tecnicista, produtivista, vislumbrava-se por parte dos setores de resistência a **possibilidade de oferecer novo percurso formativo** em que "a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a formação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, com o ensino técnico, tecnológico ou superior" (CIAVATTA, 2012, p. 84). Destarte, a possibilidade de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, oferecendo as técnicas, as suas bases científico-tecnológicas e aquilo que comumente compreendemos como formação cidadã.

Essa formação ampla, entendida como completa (CIAVATTA, 2012) que os IF se incumbiam de desenvolver ou que foram pensados também para os IF, tinha como respaldo o Decreto 5154/2004 que revogava o Decreto 2208/1997. À base da canetada, os dois decretos sinalizavam a disputa entre projetos societários e educacionais distintos. Com o Decreto 2208/97, a formação profissional impedia a modalidade "Integrado" no Ensino Médio e com a sua revogação, o ressuscitava e mantinha as criticadas modalidades aligeiradas e fragmentadas. FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS (2012) vêm afirmar que o primeiro decreto expressava "o ideário neoconservador ou neoliberal e da afirmação e ampliação da desigualdade de classes e dualismo na educação", e o outro a "persistência das forças conservadoras no manejo do poder na manutenção de seus interesses" (p.52). Ou seja, na forma (autoritária) e no conteúdo (que atendia as forças progressistas e conservadoras), o Decreto 5154/2004 era comemorado pela

[50]PROJETO DE LEI N. 1.258, de 1988). Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29NOV1988.pdf#page=9. Acesso em: 5 de maio de 2019.

metade[51], e a instituição Instituto Federal então emergente era o reflexo dessa contradição, abrigando em seu interior toda sorte de cursos – integrados X concomitantes e subsequentes, cursos de tecnologia X cursos de bacharelado, tecnológicos X licenciaturas, de curta X longa duração; de formação inicial X formação continuada.

Além disso, há outros pontos em evidência nesse momento histórico que vão contribuir para pensar o formato dos IF, como a **valorização das escolas de tempo integral** bem como **o professor de tempo integral**. No que diz respeito ao espectro de instituições controladas pela União, o MEC cobrava que as universidades tivessem em seu quadro um terço dos professores em tempo integral. A medida abrangia universidades públicas e privadas, e o descumprimento da legislação nesse quesito implicava em sanções que chegavam ao descredenciamento de cursos. Na reportagem da Folha de São Paulo[52] publicada em novembro de 2008 sobre este assunto, a qualidade da educação superior é associada ao tempo integral de parte do corpo docente. Tempo integral certamente a ser dedicado ao tripé ensino, pesquisa e extensão, o que na visão da Folha onerava as IES privadas (e não a população atendida por estas instituições).

E sobre esta situação vale lembrar que vivíamos também um contexto de **"excedente" de professores mestres e doutores.** Particularmente, no ano de 2008 quando minha filha mais velha tinha um ano de idade, meu companheiro (também professor) perdia aulas no interior do noroeste paulista em universidade privada. A justificativa era a redução de custos, e nesse processo valia trocar doutores por mestres, mestres por especialistas, antigos professores por novos contratos de trabalho. No Centro Universitário onde eu lecionava brincávamos pelos corredores dizendo que havia professores escondendo o diploma de Doutor debaixo do colchão sob o risco de perder o emprego. Oficialmente, do alto escalão, partia o discurso de que mais do que nunca valia a pena trabalhar naquela instituição porque seria uma das únicas da região a pagar o salário, décimo terceiro e férias em dia. Ou

[51]Santos (2017) em seu artigo "A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros" apresenta mais semelhanças do que diferenças entre um Decreto e outo, mostrando que aqueles que defendiam o novo dispositivo (Decreto 5154/2004) acabaram por preservar a normatividade anterior. Conforme o autor: "Apesar das muitas críticas apresentadas – repetimos: justas – ao Decreto nº 2.208/97 pelos intelectuais do MEC que ajudaram a elaborar o documento sucessor, **tal norma concorda com o que critica**" (2017, p. 236, grifos meus).

[52] Folha de São Paulo, 5/11/2008 "Só ficará faculdade que tiver qualidade, diz nova secretária" .

seja, o que era um direito, passava a ser visto como um benefício ou atrativo, e sutilmente, uma forma de coerção. Olhando ao nosso redor, a situação era ainda mais difícil.

Muitos colegas – horistas como eu – lecionavam em mais de uma instituição, e nos submetíamos a processos seletivos bianuais como forma de manter o (sub)emprego. Nesse sentido, me identifico com a pesquisa realizada pelo SINPRO (Sindicato de Professores de São Paulo) e publicada na Folha em dezembro de 2008, cujo título "1 em 3 docentes deixaria profissão"[53] é no mínimo emblemático. Muitos professores da rede privada sentiam-se privados de seus direitos[54] e expropriados de seus saberes, posto que vigoravam procedimentos de captar e manter alunos-clientes/alunos-recursos a qualquer custo nestas instituições. Além disso, era remota a possibilidade de fazer pesquisa e extensão, o que tornava nossos títulos acadêmicos *stricto sensu* praticamente em desuso. Portanto, os concursos públicos estavam no horizonte de muitos professores da rede privada e fora dela. (Essa discussão é importante porque a trajetória pregressa de muitos professores do IF-Catanduva impactam na forma como compreendem o seu trabalho dentro da instituição como veremos adiante).

O próprio Ministro da Educação Fernando Haddad (2005-2012) em seu discurso de lançamento do PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional)[55] ao abordar uma série de medidas interministeriais adotadas, em andamento ou em projeto, faz menção ao quadro subutilizado de profissionais "de elevada competência técnica em território nacional" (HADDAD, 2007), propondo um programa de concessão de bolsas para doutores de modo que pudessem colaborar com as instituições de ensino superior no país. Talvez esse contingente de professores universitários em potencial, sem emprego, possam explicar, por um lado, a escolha pela alta titulação no quadro de servidores do IF, e por outro interrogar seus pressupostos que impulsionam a sua criação: o discurso de não haver mão de obra qualificada para atender o mercado. Ou seja, em parte se

[53] Folha de São Paulo, 29/12/2008.

[54] Em uma das IES onde lecionava o salário dos docentes era consolidado somente mediante o pagamento das mensalidades dos alunos. Todo dia 10, havia uma torcida para que os estudantes pagassem o boleto para que pudéssemos receber nossa remuneração.

[55] O PDE ficou também conhecido como PAC da Educação (Programa de Aceleração do Crescimento) e caracterizou-se por vinte metas que abrangiam desde a creche a Programas de Pós-Doutorado.

aproveitaria de fração do exército de reserva para formar novo contingente (de reserva).

Neste mesmo pronunciamento Haddad anuncia os primeiros 150 IF (chamados de IFET na época), sem que ainda tivessem sido legalmente regulamentados:

> Nós, a muitas mãos, criamos um novo conceito pedagógico da educação profissional que é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Nós queremos, senhor presidente, que essas 150 novas escolas tenham um novo perfil acadêmico, um perfil que atenda à educação básica, um perfil que forme professores, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática para a rede pública de ensino regular e que tenha um compromisso com a educação tecnológica de nível superior, mas montada para os novos arranjos produtivos locais[56]. (HADDAD, 2007).

O que estava sendo anunciado não era simplesmente a construção de novas escolas, mas sim, um "novo conceito pedagógico da educação profissional", que fora criado a "muitas mãos". Um conceito novo em vários aspectos, uma escola aparelhada para atingir diversos objetivos e atender a muitas e diversificadas demandas – algumas das quais acima referidas. No entanto, Haddad ao anunciá-las mostra que se mantém o vínculo pragmático com os arranjos produtivos locais. Elas são transformadas por dentro em sua estrutura, mas mantém objetivos antigos de formação de mão-de-obra.

No mês seguinte ao anúncio dos IF é sancionado o Decreto Nº 6.095, DE 24 DE ABRIL DE 2007 que os regulamenta provisoriamente até a sanção da Lei 11892/2008.

2.3 Enfim, os Institutos Federais

Já mencionei anteriormente que os IF foram recriados ou reinstitucionalizados, uma vez que no projeto de expansão da rede técnica federal previu-se encampar e transformar escolas já existentes, algumas inclusive quase

[56] O IF-Catanduva estava previsto entre estas 150 novas escolas.

centenárias. Essas 168 escolas em funcionamento em todo o país passaram a chamar-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, popularmente conhecidos como Institutos Federais, e a elas foram somadas novas escolas de igual formato. Este reordenamento teve respaldo no Decreto nº 6095/07 e, posteriormente, na Lei 11892/2008.

Costa e Marinho (2018) no artigo "Educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada: uma visão geral dos embates sobre a aprovação dos IFs" assinalam que o Projeto de Lei nº 3.775/2008 não teria recebido os devidos cuidados durante os cinco meses que tramitou pelo Congresso Nacional entre o seu recebimento pela Câmara dos Deputados e a aprovação (relâmpago) da Lei, no Senado. Costa (2018) refere-se ao processo como displicente com o futuro das instituições uma vez que a forma acelerada mostrou que "houve preocupação com a aprovação da Lei e não com sua aplicação" (2018, p. 163).

Como apontei acima, mais de um ano antes, em abril de 2007, o Ministro da Educação já anunciava essa instituição que se apresentava com ares novidadeiros – "com perfil que atenda à educação básica", com "perfil para formar professores", com "compromisso com a educação tecnológica de ensino superior" e ainda "montada para os novos arranjos produtivos locais" (HADDAD, 2007). E isso não é tudo, como veremos adiante.

O conceito de IF, ao chegar ao Congresso Nacional pelas mãos do Executivo[57], não se transformou. Na Câmara, foram apresentadas apenas poucas emendas, e o momento de maior discussão – senão o único – teria se dado por meio de uma audiência pública para a qual foram convidados representantes de entidades para esclarecer aspectos ainda obscuros acerca dos IF. No Senado, passou brevemente sem alterações.

O fato de sua base estar assentada nos arranjos produtivos locais e especificamente naquele momento histórico os arranjos produtivos passarem por turbulência decorrente da crise financeira internacional não impactou nem à maioria dos parlamentares, nem aos convidados da audiência. Se os setores produtivos demandavam a instituição, novos ventos não mudavam o cenário? Costa e Marinho

[57] A minuta do Projeto de Lei é assinada por Paulo Bernardo Silva (então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Fernando Haddad (então Ministro da Educação).

(2018) indicam que sem paralisar o projeto teria havido a necessidade de maior precaução por parte dos parlamentares:

> Construir um projeto coerente, mesmo dando primazia ao mercado, demandava um olhar mais atento ao fenômeno da crise, que já se anunciava de proporções históricas. Este olhar, necessariamente, não paralisaria o projeto, no entanto, instava a procura de saídas e precauções, tendo em vista a imprevisibilidade do que estava por vir. (COSTA e MARINHO, 2018, p.65).

Menor arrecadação de impostos impactava o projeto de (re)criação dos IF e sua expansão. Sobre isto foi frisado que o projeto de lei não tinha repercussões financeiras porque outros projetos tinham dado guarida à questão da infraestrutura[58].

Quanto a dar guarida, a fala do representante da SETEC, Getúlio Marques – convidado para audiência pública – evidenciou a existência de um projeto para a educação profissional tão logo Lula assumira a Presidência. Referia-se à revogação do Decreto 2208/1997 e a promulgação do Decreto 5154/2004 já referidos nessa tese. E, nesse sentido, enfatizava mudanças realizadas na legislação permitindo a integração entre Ensino Médio e educação profissional, mantendo outras possibilidades já existentes – ensino técnico subsequente e concomitante[59]. Além disso, havia sido aprovada por lei a possibilidade de expansão da rede, dando retaguarda ao PL em questão.

Getúlio Marques também fez menção ao Decreto 6095/2007 que criou os primeiros 150 Institutos Federais, e não deixou de dizer que estes receberam "muitas críticas por parte dos dirigentes dos Conselhos das escolas, das

[58] O memorando que contém o anexo da Minuta de Projeto de Lei endereçada ao Presidente Lula em 19 de junho de 2008, justificando o mesmo, em sua última frase diz: **"Por fim, cumpre esclarecer que a presente proposição legislativa não importa em aumento de despesas".** Assim sendo, o próprio ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão não só promovia essa instituição como principalmente assegurava o seu desenvolvimento no tocante ao provimento de recursos financeiros.

[59]Grosso modo, cursos técnicos integrados são cursos de nível Médio em que a formação propedêutica/ geral e profissional são desenvolvidas de forma integrada. Já os cursos técnicos concomitantes oferecem a formação em instituições distintas. Para cursar esta modalidade de curso é exigido estar matriculado na 2ª série do Ensino Médio em outra escola. Os cursos técnicos subsequentes têm a formação dividida no tempo, de modo que o estudante que já tenha concluído o Ensino Médio possa realizar a formação técnica subsequente à formação geral.

confederações e dos sindicatos, e dada a complexidade e dimensões do projeto, passou-se a trabalhar com consensos mínimos" (COSTA e MARINHO, 2018, p. 68).

Ou seja, mesmo quem defendia o projeto parecia saber que ele apresentava arestas e poréns. Além disso, situações novas apareceram na Câmara dos Deputados como a lembrança do esquecimento de algumas instituições como o Colégio Dom Pedro II.

Trago aqui uma fala que sintetiza o dilema que se vivia no Legislativo. Trata-se da apresentação do deputado Gastão Vieira (PMDB- MA) quando diz:

> Olho esse projeto e fico espantado**. Ele me parece uma panaceia de se querer resolver todos os problemas existentes não apenas na educação profissional, mas também da educação no Brasil** (apud COSTA e MARINHO, 2018, grifos meus).

Não é minha intenção resumir o trâmite do PL em detalhe a partir da perspectiva de Costa e Marinho, mas não posso me furtar de considerar a partir desta leitura que havia pontos em aberto, e que apesar de serem apresentados, não foram suficientemente debatidos ou mesmo encaminhados no sentido de transformar a letra da Lei.

Se o orçamento não era problema isso significava que havia um entendimento de que tínhamos um projeto em mente, que a educação não significava custo, mas investimento? Que se dependesse de mexer na estrutura que alimenta as desigualdades no país como a taxação de heranças e arrecadação tributária sobre grandes propriedades rurais, mexeríamos? Conversaríamos feito gente grande e destinaríamos os *royalties* do pré-sal recém descoberto para essa instituição de educação, ciência e tecnologia? Estávamos dispostos a cutucar estes e outros vespeiros como a auditoria da dívida pública? Ou esse projeto nasceria sem condições mínimas de sobrevida? Além destas questões, há outros pontos de tensão. Listo aqui alguns que considerei importantes, que impactaram a consecução dessa política pública no chão dos Institutos Federais:

– o projeto inicial, antes mesmo de se transformar em PL 3.775/2008 previa um único Instituto para cada unidade da federação. Ao chegar ao Congresso Nacional, o PL previa um total de 38 IF, com a possibilidade de haver uma situação discrepante de cinco institutos diferentes em um mesmo estado (feito este alcançado por Minas Gerais). Esta configuração não foi modificada, pois sequer estava em discussão (aliás, a idealização inicial de um IF por estado apareceu naquele contexto a título de informação). O fato de este número (38 ao invés 27) ter sido minimamente problematizado mostra a anuência ao PL e a transformação da democracia em um "acordo de cavalheiros";

- a atribuição de regime de urgência e prioridade atrelada às questões problemáticas e insolúveis mostravam a necessidade de se aprovar o projeto a toque de caixa, operando de modo a empurrá-lo goela abaixo. Nas palavras de Costa e Marinho (2018) deveria se repensar o projeto e não considerá-lo em "sua forma minimamente digerível pelas partes envolvidas, dando sinal de disposição política para a construção de um projeto sólido republicano e democrático" (p. 68). Fazendo uma contraposição aos autores é preciso considerar que não fosse assim talvez o projeto não fosse aprovado; talvez este fosse o melhor momento ou "O" momento para a aprovação. Também é preciso considerar que o processo de democratização da educação formal no Brasil que se construiu a partir da Constituição de 1988 tendeu a dar o passo maior que as pernas, fazendo-se a expansão para depois pensar a provisão de recursos e o ajustamento das propostas. Com os Institutos Federais isso não seria diferente;

- a ideia de "arranjos produtivos, sociais, culturais locais" não era um conceito unânime e diria até superficialmente compreendido, ou reduzido a "arranjos produtivos" ou associado a "arranjos (políticos) locais";

- não havia clareza se a expressão "arranjos produtivos", em especial o termo "produtivos" considerado perigoso pela representante do SINASEFE[60], de fato contrapor-se-ia à educação emancipatória encampada pelo projeto ou a ela se associaria;

[60] SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

- a verticalização do ensino com cursos que vão da Educação Básica à Pós-Graduação é questionada considerando a falta de identidade da futura instituição; a obrigatoriedade de cursos de licenciatura e programas especiais de formação inicial e continuada de professores é emblemática no contexto de cursos mais voltados para o desenvolvimento tecnológico;

- a criação de um desenho parecido com o das universidades no tocante à estrutura administrativa e acadêmica, à autonomia e à burocracia institucional, mas com salários inferiores para professores do IF remeteria estes à condição de segunda categoria;

- o ato de Estado que nega a possibilidade de um técnico-administrativo chegar ao cargo de Reitor, reforça a diferença entre os servidores, colocando aquela categoria a serviço dos professores, únicos elegíveis ao cargo máximo da instituição. De acordo com o relato e análise realizada por Costa e Marinho (2018), o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) teria insistido, em diferentes momentos, para que fosse contemplada a possibilidade de um técnico-administrativo tornar-se elegível para o cargo de Reitor. Essa possibilidade foi desconsiderada, pois as Universidades não teriam este formato. Afinal, os IF eram ou não um conceito novo?;

- questionou-se, mas nada se fez em contrário, à criação de uma "superestrutura burocratizada"[61] que poderia inclusive por essa razão desvirtuá-la de seu propósito inicial de vincular-se ao mercado de trabalho. Essa contradição, exposta pelo Deputado Paulo Renato de Souza (PSDB/SP), é duplamente emblemática, porque de um lado apresentava o problema da burocracia e, por outro, o vínculo quase natural da formação profissional à serviço do empresariado;

- deu-se menor importância ao projeto pelo fato de ser "apenas" uma recriação de instituições, a partir da integração e transformação de escolas, ao se alegar que não estava se iniciando do marco zero. Mas ao compreender que seriam instituições diferentes a serem integradas e algumas quase centenárias a serem transformadas, foram desconsideradas as dificuldades advindas desse processo;

[61] Expressão cunhada pelo Deputado Paulo Renato de Souza (PSDB/SP) na Sessão Plenária da Câmara dos Deputados Federais em 5/11/2008 cfe. Costa e Marinho (2018).

- a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto e das emendas – o que não é pouco, diga-se de passagem – garantiu o projeto. Parece ter havido um movimento de “não deformar” a proposta inicial, não descaracterizá-la, por mais estranha que ela pudesse parecer.

Dessa diligência movida por forças pulsionais da qual participaram o poder Executivo e Legislativo (deputados federais e senadores), sindicatos e intelectuais convidados, resultou o que Costa e Marinho vieram associar à “metamorfose ambulante”, fazendo referência à obra de Franz Kafka. Ao registrar o resultado da audiência pública, momento em que o PL tivera sido debatido, ainda que não em profundidade, assim sintetizam:

> Saiu-se da audiência com o perigo eminente de que, quando o que estava sendo decidido fosse levado para a realidade, se ter a mesma estranheza com que o personagem Gregor Samsa se viu, ao se deparar com seu corpo todo metamorfoseado, com várias pernas, com novas articulações, visão, audição e até mesmo linguajar diferentes. Já não era compreendido pelos seus próximos, ao contrário, os assustava, que também se viram sem saber o que fazer diante da situação. Outrossim, com a quantidade de incógnitas que se deixou para serem fechadas já em meio a implementação da nova institucionalidade, o mais provável era que seguisse sendo uma metamorfose ambulante. (COSTA e MARINHO, 2018, p.73).

Essa “metamorfose ambulante” precisa ser compreendida ainda num cenário em que o Congresso Nacional era composto por maioria de deputados aliados do Governo Lula, o que talvez explique ou justifique a aprovação do PL. Mas essa característica de aprovação do projeto enviado pelo executivo sem discussão não lhe foi exclusiva, como mostra a reportagem da Folha de São Paulo. De acordo com CABRAL, SANDER e MATAIS (2008, p. 4 e 5) “como é tradição em quase todos os anos, congressistas aproveitaram as últimas sessões para acelerar as votações de projetos, quase todos sem discussão aprofundada e com aprovação simbólica, ou seja, sem registro nominal dos votos”. De acordo com as jornalistas, nas duas últimas semanas de trabalho, a Câmara teria votado 54% de tudo o que se tinha aprovado num semestre. A reportagem indica ainda que até o dia 18 de dezembro o Senado teria aprovado “a toque de caixa nove projetos de lei, cinco propostas de

emenda à Constituição, três medidas provisórias, seis decretos legislativos e nove resoluções. Havia dentre eles, projetos de 1995.” (2008, p. 4 e 5).

Nesse montante de aprovações aligeiradas estava incluso o PL 3.775/2008 assentido pelo Senado sem nenhuma alteração. Transformou-se na Lei 11892/2008, sendo sancionada pelo chefe do poder Executivo Federal em 29 de dezembro como já se disse.

De dentro do IF-Catanduva, servidores mais antigos (lotados no CEFET-SP) relatam desconhecer a discussão que precedeu a nova institucionalidade, e a ideia que se repete é a de que “um dia amanhecemos Instituto Federal”.

2.4 Cabeça, tronco e membros

Um parto sem os devidos cuidados gerou a criatura que Costa e Marinho (2018) denominaram de “metamorfose ambulante” que passa a respirar por conta própria. Um filho esquisito, prematuro, mas desejado. Um filho para quem se depositou mais esperanças do que condições. Um filho que como qualquer outro está sujeito a absorver e a difundir a mentalidade da sua época, que Costa (2018) denominou “excesso de mercado”.

Talvez seja equivocado depositar em nosso mandatário a prerrogativa da criação dos Institutos Federais. Mas impossível não creditar a ele a importância devida. Lula – como ficou mundialmente conhecido – é o ex-operário, trabalhador braçal da metalurgia que chegou a Presidência da República depois de três eleições. Governou o país em dois mandatos consecutivos (2003 até 2006, e de 2007 até 2010), tendo concluído o segundo com aprovação recorde: pelas pesquisas de opinião pública, mais de 80% da população aprovava o seu governo. Notabilizou-se pela estabilidade e crescimento econômico, pela redução da pobreza e pelas lutas em prol da diminuição das desigualdades sociais e raciais por meio de ações afirmativas. Como afirmou Brum:

> Lula é o novo, sim, na medida em que “nunca antes na história deste país”, como ele gostava de repetir, um operário, alguém com a sua origem social, havia se tornado presidente. Para um país desigual e

> racista como o Brasil, é uma enormidade. Levará talvez muitas décadas para se dimensionar o que significa um homem de uma classe social que durante toda a história da República frequentara apenas as periferias do poder finalmente alcançar o centro. (BRUM, 2019, p. 16).

O pior cego é o que não quer ver, diz o ditado. Não há possibilidade de se ignorar essa façanha pessoal e social que o Brasil experimentou. (Até os mais céticos não passam incólumes dessa experiência).

Mas Lula também representou o velho. Velho como arroz requentado, velho como pão dormido, velho como a fome desse país. De acordo com Frigotto:

> Agora para se afirmar como candidato e viabilizar a eleição, Lula não só deveria entrar na vala comum de aceitar, com os demais candidatos, seguir os acordos pactuados nos (des)ajustes da década de 1990 com o sistema do capital. O resultado também foi a composição de um governo que configurou uma aliança de classes e não um confronto de classes na disputa de um projeto societário e de desenvolvimento com reformas estruturais (FRIGOTTO, 2018, p. 25).

O “agora” de Frigotto (2018) se dá em oposição à primeira candidatura em 1989. O Lula das reformas de base, da superação do latifúndio por meio da reforma agrária, o Lula do rompimento do endividamento e dependência externa, o Lula comprometido com a divisão das riquezas do país deixara de existir para se firmar como conciliador de interesses.

Em seus mandatos teve o mérito de “reduzir a pobreza sem tocar na renda dos mais ricos” (BRUM, 2019, p.17). Conforme a autora, se mais gente passava a fazer as três refeições diárias, também é certo que os ricos ficaram mais ricos, e os bancos alcançaram recordes em seus lucros (em 8 anos de mandato, a conta fechava em 280 bilhões). Mágicas não existem – insiste Brum (2019) – e o crescimento econômico e elevação do PIB se davam pela exploração da matéria-prima de forma predatória.

Frigotto (2010) fazendo um balanço dos primeiros quatro anos do Governo Lula aponta para a dificuldade de uma avaliação consensual por parte do

pensamento crítico de esquerda. No entanto, considera dois pontos negativos e um positivo que são comungados. Começo pela boa notícia: o autor destaca a suspensão das privatizações, a diminuição da dependência com os Estados Unidos e a ampliação das relações internacionais com outras regiões do mundo o que, convenhamos, não é pouco. Porém,

> Negativamente, evidencia-se a **continuidade da política econômica** dentro da lógica monetarista e do ajuste fiscal, cuja lógica é incompatível com as reformas estruturais, sem as quais a desigualdade social prosseguirá e não haverá recursos substantivos para investir em educação, ciência e tecnologia, cultura, saúde, etc. Mesmo sabendo de condições objetivas herdadas de um longo passado, **a falta de ousadia e de sinais de uma nova direção acabaram acomodando os interesses que sempre impediram mudanças estruturais.**
>
> **Prisioneira da opção anterior**, o grande esforço do governo se concentrou nas políticas distributivas e de assistência, focalizadas, cujo eixo é o Bolsa Família e políticas de microcrédito e de emprego dentro da prioridade de elevação de renda mínima. Paralelamente, mediante medidas de efeito contraditório, com as parcerias público-privado, desenvolveu outras políticas de inclusão: escola de Fábrica, Programa Universidade para Todos (PROUNI), as mais controversas, etc. (FRIGOTTO, 2010, p. 29, grifos meus).

Na análise que Frigotto (2010 e 2018) empreende, a desigualdade social não só é resultado ou consequência de uma sociedade capitalista, ela é desejável. A sociedade capitalista produz a desigualdade e dela se alimenta. Estamos falando de uma figura monstruosa não só esquisita, mas feroz. O que se critica no Governo Lula é que ao conciliar diferentes interesses ele não consegue desmontar engrenagens e amansar a voracidade desse monstro.

Por fim, os Institutos Federais são a síntese desse momento de conciliação, a síntese do novo e do velho. Também os Institutos Federais soam como “nunca antes na história desse país ...” e repetem o setor produtivo como eixo predominante da educação profissional (COSTA, 2018). Nesse quesito, não é mais um projeto de um governo, mas projeto de Estado pela força dessa repetição.

É claro que quando me refiro ao Governo Lula tenho em mente a correlação de forças e do que foi possível fazer numa determinada conjuntura. Se este governo

permitiu que os ricos continuassem ricos ou ficassem mais ricos, também se empenhou para que os mais pobres saíssem da condição de vulnerabilidade, pudessem, inclusive, chegar ao Ensino Superior. O mesmo governo que expandia e interiorizava as Universidades Federais dava suporte para ampliação de vagas das Instituições de Ensino Superior privadas por meio do PROUNI e FIES.

Gostaria de dar destaque à pessoa de Lula, na forma como Brum (2019) o caracterizou em seu *habitus* para suscitar uma reflexão acerca dos Institutos Federais, criado nessas contradições.

Na visão da jornalista, Lula não é o sujeito identificado com as raízes do sertão pernambucano e nordestino. Não é o sujeito daquilo que consideramos vida simples, dos costumes tradicionais. Afirma Brum:

> Lula é filho de uma família de retirantes da seca que queria primeiro fugir da fome, depois subir na vida pelo ingresso na fábrica, pela via do "progresso" e da industrialização. Vencer na vida no mundo do outro, apropriando-se dele e tornando-o seu pelo acesso aos seus signos. (BRUM, 2019, p.21).

Em outra passagem a jornalista relata: "Lula é um produto da Grande São Paulo, região urbana e industrializada, com muito concreto e aço, um filho da classe operária ansiosa por progresso e mercadorias. E foi com essa visão de mundo que ele governou o país" (p. 71, grifo meus).

Com essa descrição, a jornalista pode ter operado como se *habitus* fosse escolha. Algo parecido "Com que *habitus* vou?" Algo que se assemelha à ideia corriqueira de bagagem cultural em que selecionamos o que vamos levar conosco, como se fosse possível abrir mão dos costumes simples e tradicionais num processo de migração, simplesmente porque não servem ou ficam deslocados em novo contexto.

Considero que essa caracterização de Brum me serve para entender o apreço de Lula ao formato dos Institutos Federais, no entanto, ressalto que não há como deixar elementos que nos constituem de fora ou de lado.

É como a situação de um indivíduo estudar língua portuguesa, preparar-se para uma apresentação em público de modo formal e na hora H derrapar no vernáculo. A forma primeira ou primitiva não se perde, ainda que outra considerada mais adequada seja apreendida. Nas tralhas que trouxe consigo de Pernambuco à grande São Paulo – cimentada, urbanizada, industrializada – a fome de uma família de 8 filhos não se perdeu. Seu ímpeto por mercadorias talvez não provenha do excesso, mas da falta. Pode parecer contraditório no plano racional – o progresso e a vida simples – mas *habitus* não é razão, como veremos no próximo capítulo. Na perspectiva teórica adotada nesta tese, não há como pensar que Garunhuns deixou algum dia de irrigar o coração deste homem.

Dizem que os Institutos Federais foram desenhados pelo Pacheco, escritos pelo Haddad[62], a autoria desses esboços emana de um passado que se fez presente. Certamente o seu projeto recebeu contribuições de outros sujeitos – históricos – desse mesmo tempo, que não aparecem à cena com mesma ênfase ou notoriedade. De tudo que li, ouvi, vivi, entendo que foram apadrinhados por Lula, que viu um caminho de inclusão e ascensão social para pessoas pobres. Por outro lado, como outros, também apostou nessa escola difusora e promotora da ciência e da tecnologia, pois encontrava nelas a possibilidade de projetar o desenvolvimento assentado em máquinas e implementos, destas que se viu às voltas no ABC Paulista onde se destacou como líder sindical. Essas escolas podem representá-lo naquilo que considera promissor numa abordagem progressista, mas também progressivista da qual ele não é (só) causa, mas (também) consequência. E lutou por elas como nenhum outro Presidente da República, no seu mandato e no mandato de sua sucessora Dilma Roussef, outra afeta dessa insígnia chamada progresso.

Camargo e Vilella (2010) apontam que vários setores da atividade econômica se ampliaram e se diversificaram com a disseminação de novas tecnologias nas áreas de informática, telecomunicação, eletrônica, automação industrial, engenharia de novos materiais, o que incidiu na criação e transformação de perfis ocupacionais. Perfis estes para os quais grande parcela da população estaria despreparada para assumir. Assim, os IF se apresentam como um remédio para curar ou remediar o

[62] Eliezer Moreira Pacheco, Secretário da SETEC/MEC e Fernando Haddad, Ministro da Educação no Governo Lula.

desemprego no Brasil. Ou seja, deste ponto de vista, se o problema são as pessoas que não têm profissão porque não têm qualificação, o IF se apresenta como saída para o problema. Ou ainda, se faltam postos formais de trabalho ou adaptação a eles, outra solução é o investimento em práticas empreendedoras, o que igualmente exigiria a escolarização.

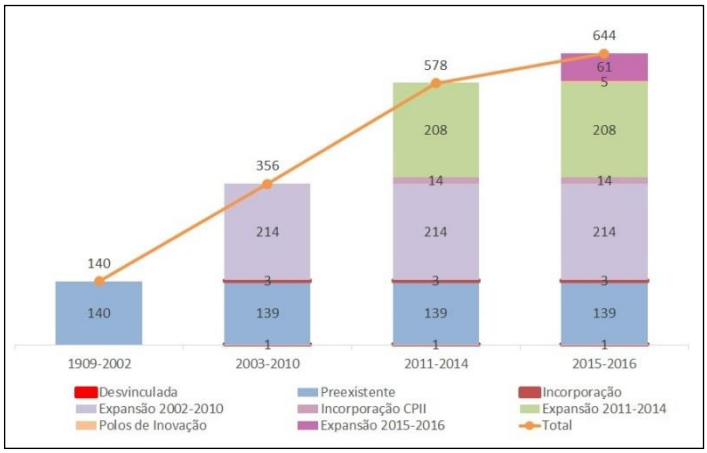
Entendia-se que a adaptação às exigências do mundo globalizado requeria conhecimento para que se pudesse produzir mais. E o conhecimento não seria só chave para a produção, mas também para o consumo dos bens industriais produzidos. Assim, tornou-se necessário expandir as oportunidades educacionais a diferentes setores da população, sendo a educação profissional e tecnológica considerada uma das vias para o desenvolvimento econômico (pessoal, local, regional, etc.).

Assim escrevem Aguiar e Pacheco, justificando os Institutos Federais

> Com a retomada do crescimento econômico e a recuperação dos setores produtivos e de serviços, na primeira década dos anos 2000 o desafio que permeou a Educação Profissional e Tecnológica naquele estágio do desenvolvimento brasileiro foi dimensioná-la a partir do reconhecimento de uma demanda que resultava da exclusão dos processos de formação básica de milhares de pessoas, oferecendo-as oportunidades, sem iludi-las a partir de pressupostos e projeções irreais. (2017, p. 13).

Desta forma, concretaram-se mais de 500 novas escolas de educação profissional e tecnológica, um número que segundo Costa (2018) não se sabe de onde veio. Com Lula foram construídas 214 unidades e até o final da governança de Dilma Roussef edificadas mais 288, conforme gráfico abaixo.

Figura 1: Gráfico da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – em unidades



Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasil, 2016.

Sem dúvida, houve um esforço de caráter público sem precedentes para com a educação profissional e tecnológica, pois desde a criação das primeiras escolas técnicas federais em 1909 até o ano de 2002, haviam sido criadas apenas 140 unidades em todo o país. Mas, garantir condições de realização de um trabalho de excelência em longo prazo – e aqui destaco a formação omnilateral em todos os níveis de ensino e condições adequadas de permanência – já é outra história, são outros quinhentos, como se diz na cultura popular.

2.5 O gigante IFSP

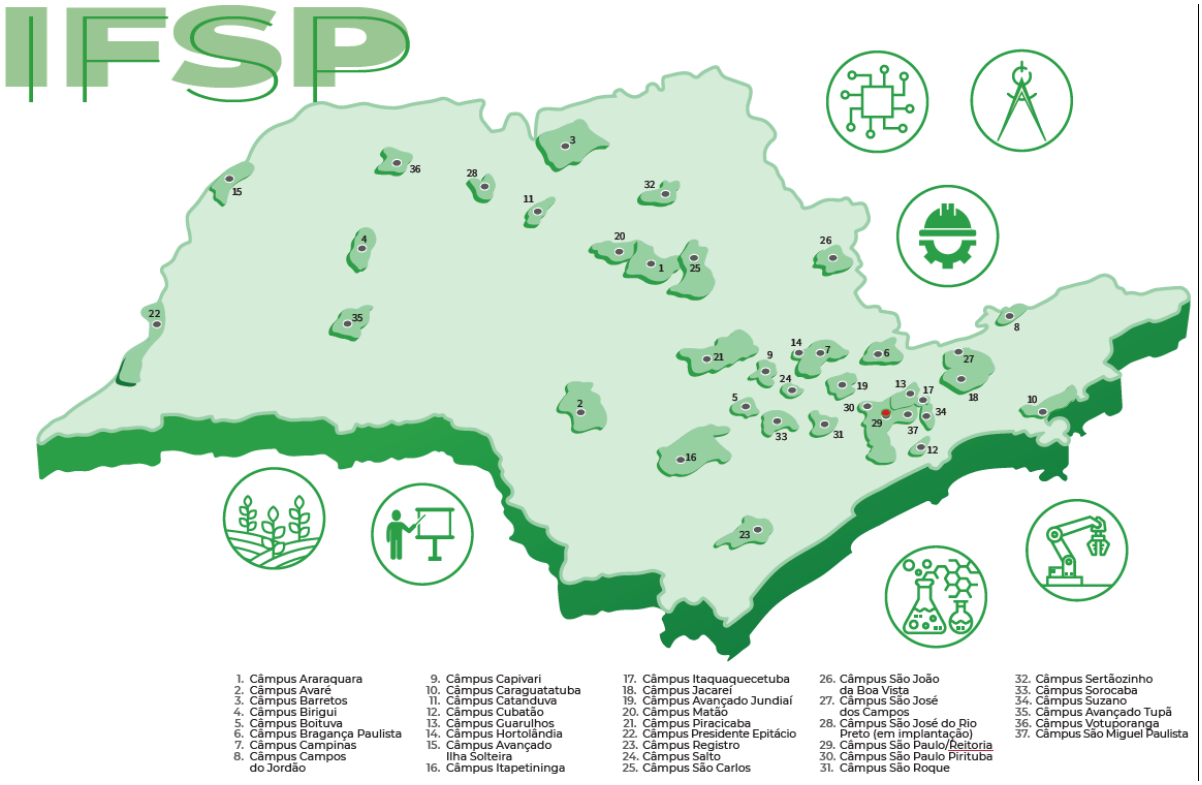
Refeito este começo, olho com mais detalhe como o IFSP – Instituto Federal de São Paulo – se movimentou nessa empreitada, como compreendeu a proposta e o que fez e vem fazendo dela. Como bem disseram Costa e Marinho:

> O desleixo e a pouca profundidade na construção da normativa que originou os IF´s não são condizentes com o tamanho e a importância dessas instituições. Cabe agora verificar concretamente, com trabalhos específicos, a história do verdadeiro impacto na vida das unidades reinstitucionalizadas (COSTA e MARINHO, 2018, p. 78).

Em 27 Estados foram distribuídos 38 IF. E cada um dos 38 IF em sua estrutura multicâmpus se interiorizou com unidades descentralizadas. Assim, além da ampliação exponencial nos últimos anos, outra marca é a **interiorização da rede** e a definição de critérios – pelo menos aqueles explicitados publicamente – para a escolha dos municípios beneficiados com o empreendimento público[63].

De forma desigual foram espalhados pelos Estados, atingindo municípios e populações carentes e nem tão carentes daquilo que normalmente se entende como oportunidades. Como raízes de uma árvore frondosa de médio porte que procura água no subterrâneo, essas escolas foram ganhando terreno à medida que foram produzindo frutos e produzindo frutos à medida que foram ganhando terreno. O IFSP – Instituto Federal de São Paulo – é o maior de todos com 37 unidades espalhadas no Estado, como se pode ver no mapa abaixo.

Figura 2: Mapa do Estado de São Paulo e indicação das unidades do IFSP



Fonte: Portal do IFSP, 2018.

[63] No plano de expansão, os critérios técnicos teriam sido priorizados em detrimento de critérios clientelísticos que historicamente acompanharam a gestão de políticas públicas. Assim sendo, os baixos índices de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do Ensino Fundamental, os aspectos socioeconômicos dos municípios e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais teriam sido critérios para definição geográfica da instalação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No mapa são apresentadas as 37 unidades, inclusive “a lenda” São José do Rio Preto, com prédio reformado pela Prefeitura Municipal, a espera de autorização junto ao MEC para composição do quadro de servidores para o início das atividades. Em torno do mapa, os ícones indicam vínculos com os arranjos produtivos locais (APL). No interior do mapa, onde estão indicadas as unidades, há presença de espaços vazios, o que pode indicar a distribuição desigual no território, quanto pressupor que apesar de enorme, o IFSP ainda tem espaço para abrigar novas unidades. A ausência de borda na figura dá a impressão de vastidão; a falta de contorno pode suscitar a sensação de estarmos à deriva, soltos na página, sem margens de segurança.

Sem dúvida, o IFSP é um gigante, se comparado com os demais IF. Mas isso nem sempre traz vantagens. Estariam suas pernas bambas? Os IF pequenos e de médio porte podem ser mais ágeis e correr a frente. Podem melhor organizar-se politicamente, mantendo a unidade entre as unidades. O número elevado de câmpus que por algum tempo foi exaltado por parte de alguns servidores, foi se mostrando incapaz de atender a todos com recursos satisfatórios. O financiamento da pesquisa e extensão é igualmente dividido entre as Reitorias dos IF, conforme decisão do CONIF. Nesse sentido, o gigante IFSP com 37 unidades recebe o mesmo montante que o IFAC com 7![64]

Nem escola, nem universidade, os IF assemelham-se à arquitetura acadêmica e administrativa das instituições federais de ensino superior, tendo na figura do Reitor o seu gestor máximo a exemplo das universidades. No entanto, mantém-se a denominação de Diretor Geral, o gestor de cada câmpus. Algumas semelhanças em relação às universidades dizem respeito a sua autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua atuação geográfica, bem como a

[64]O questionamento sobre dificuldades dessa estrutura gigante no tocante à gestão e aos recursos orçamentários vieram à tona mais fortemente quando passaram a veicular ideias sobre possível divisão do IFSP em três Institutos Federais. Em vídeo (disponível no Youtube, no Canal do IFSP, e também no sítio institucional), o Reitor Eduardo Módena explicava a situação aos servidores e alunos. Na ocasião, alertava para os entraves à expansão da rede, considerando que em 2015 o MEC planejava a implantação de 80 novas unidades. Naquele momento a própria Reitoria teria enviado ofício à instância superior apresentando a conveniência da divisão, e o assunto teria voltado ao debate em 2018 a partir de uma Nota técnica de reestruturação dos Institutos Federais em âmbito nacional. É interessante analisar esta narrativa e seus argumentos, na qual a quantidade de unidades têm destaque: ao mesmo tempo que é um problema, é também anseio. Não dividir ou dividir para expandir e continuar com os mesmos problemas, mostra um pouco como nos identificamos com esta rede imensa. (Vide https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/485-ifsp-divulga-video-com-esclarecimentos-sobre-a-possibilidade-de-divisao-do-instituto).

possibilidade de registrar diplomas[65]. Outro aspecto que os equipara às universidades federais é a proposta orçamentária anual identificada para cada câmpus e para a Reitoria (IFSP, 2019). Para os mais progressistas, avançam em relação às Universidades no que diz respeito à eleição dos seus representantes. Nos IF, diferente das Universidades, o voto é considerado paritário e um candidato a Reitor ou Diretor se elege com a maioria dos votos, "atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente" (BRASIL, 2008a).

Desde o trâmite no Congresso Nacional do PL 3775/2008 não fica bem claro se a ideia era se parecer com a Universidade ou dela se diferenciar, ou as duas coisas ao mesmo tempo. No texto de Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2010) esta questão é equacionada exaltando o **hibridismo** da nova instituição, como uma desafiadora novidade:

> Os Institutos nascem, assim, pelo menos no seu formato jurídico-institucional, procurando distinguir-se da universidade clássica (embora nela se inspirem), assumindo uma forma híbrida entre Universidade e Cefet e representando, por isso mesmo, uma desafiadora novidade para a educação brasileira. São instituições de educação superior, mas também de educação básica, e, principalmente, profissional, pluricurriculares e multicampi; terão na formação profissional, nas práticas científicas e tecnológicas e na inserção territorial os principais aspectos definidores de sua existência. (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010, p.79)

Os autores dão destaque ao hibridismo e à diferenciação em relação às Universidades, embora apresentem primeiro a educação superior. No texto de apresentação do IFSP, o foco já é outro:

[65] De acordo com a Lei 11982/2008, as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. São equiparados às universidades federais no que diz respeito à regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior.

> Fundada em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, é reconhecida pela sociedade paulista por sua excelência no ensino público gratuito de qualidade.
>
> Durante sua história, recebeu, também, os nomes de Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Com a transformação em Instituto, em dezembro de 2008, passou a ter relevância de universidade, destacando-se pela autonomia. (IFSP, 2020).

Ter relevância de universidade é um jeito de dizer que não é exatamente universidade, mas se assemelha a ela num aspecto caro nos dias de hoje: a autonomia. Também parece que o texto ao remeter-se à história diz que o conceito de escola faz parte do passado. Agora somos Instituto.

Bem verdade que cada câmpus construiu e continua construindo sua história de forma bem específica, apesar de estarem inseridas em uma mesma política de indução à expansão da educação profissional e tecnológica. O Câmpus de Matão, por exemplo, é localizado em área privilegiada da cidade, sendo rodeado por residências de alto padrão. Teve seu percurso iniciado por cursos superiores, e na cidade, o IF passou a ser conhecido como Universidade Federal. Trago como contraponto o próprio Câmpus Catanduva, localizado na periferia, ao lado do CETEC – Centro Educacional Técnico. Sua trajetória inicia com cursos técnicos concomitantes, concorrendo com a instituição vizinha e disputando candidatos com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e FATEC – Faculdade de Tecnologia. Até hoje ao se perguntar sobre o IF em Catanduva, a referência é "aquela escola amarela, que fica ao lado do CETEC, perto do CAIC[66] e da UPA[67]". Poderia ainda citar o CRAS[68], que fica ao seu lado esquerdo, para dizer que a população que circula ou reside no Solo Sagrado é tão marginal quanto se constituiu o próprio IF em seus primeiros dez anos.

Mas o projeto previa exatamente essa segunda situação, atendendo a uma clientela de baixa ou nenhuma renda, oferecendo-lhe a profissionalização como via para a inclusão social, como já disse.

---

[66] CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança. A instituição também é conhecida por oferecer Educação de Jovens e Adultos.
[67] UPA – Unidade de Pronto Atendimento – a única na cidade.
[68] CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

2.6 Os percentuais previstos em lei: distintas interpretações

A proposta dos IF se sustenta na **integração e verticalização do ensino**, na medida em que oferece educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com a finalidade de consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, culturais e sociais locais (BRASIL, 2008a). Assim, a partir de audiências públicas deveriam ser escolhidos os eixos tecnológicos sobre os quais seriam estruturados itinerários formativos de cada Câmpus, atendendo aos percentuais estabelecidos em lei: 50% das vagas destinadas prioritariamente aos cursos técnicos integrados para concluintes do Ensino Fundamental e população de jovens e adultos e 20% para Licenciaturas e programas especiais de formação pedagógica para professores da Educação Básica, com ênfase para as áreas de Ciências e Matemática, e Educação Profissional.

Disso deduz-se que 30% seriam para os demais cursos, ou melhor, atendida a exigência legal, cada Câmpus poderia optar, conforme a disponibilidade de servidores – professores, técnico-administrativos e profissionais para gestão – a criação e desenvolvimento de cursos, sejam eles de formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), de Tecnologia, de Bacharelado e Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado).

Até hoje ao referir-se aos percentuais de vagas, há quem faça menção à soma 50% + 20% + 30%, e com base na lei comutativa da adição, a ordem das parcelas não alteraria o resultado. No esforço de interpretar a lei estiveram/estão presentes os interesses e valores subjetivos, e que acabaram/acabam por desvirtuar o espírito da lei que não previa textualmente os 30%, e que poderiam sequer ser transformados em matrículas se fossem ultrapassados os percentuais mínimos previstos (60% para cursos técnicos de nível médio + 40% para cursos de formação de professores, por exemplo).

Assim, de uma possibilidade (mais) remota, os cursos de Tecnologia e de Engenharia transformaram-se em regra em muitos câmpus, a partir das diretrizes traçadas pelos primeiros servidores de cada base do IFSP.

De acordo com Cruz Sobrinho, em palestra em alusão aos dez anos dos IF:

> Conseguimos fazer uma grande e vasta expansão, no mínimo estrutural e territorial que infelizmente não foi acompanhada por uma expansão de princípios e de atendimento às prioridades. **Essa foi uma lacuna que deixamos em aberto muitas vezes ao léu em favor do favoritismo político e dos interesses pessoais**.(2018, informação verbal, grifos meus).

Como sustento ao longo desta tese, os interesses pessoais não brotam de dentro dos sujeitos, e nessa perspectiva, eles repetem os valores de uma determinada cultura.

Assim, uma segunda interpretação pode nos levar a pensar que os cursos de Tecnologias e Bacharelados constituíram-se no motor de alguns IF – desde a sua concepção – e que os percentuais previstos em Lei para Educação Básica e para a formação de professores serviriam para que aqueles cursos não se tornassem exclusivos na rede. É como fornecer cotas raciais e sociais nas universidades públicas pensadas para brancos ricos; é como comemorar o dia internacional da mulher numa sociedade pensada para homens; é como oferecer vagas para deficientes em postos de trabalho pensados para pessoas ditas normais. O que não está dito – 30% de cursos de cursos de tecnologia e bacharelados – está posto, e se impõe com força maior do que a própria Lei.

Se resgatarmos as primeiras notícias de divulgação dos IF em 2008 veremos que os cursos de Tecnologia e os Bacharelados sempre estiveram no horizonte. Em 29 de dezembro de 2008 na notícia “Lula cria 38 institutos federais de educação”, o jornalista Marcelo Dias de “O Globo” assim informa:

> Metade das vagas visarão ao ensino médio integrado ao profissional. Na educação superior, **a prioridade será para engenharia e bacharelados tecnológicos (30% das vagas). E outros 20%** serão reservados para as licenciaturas em ciências da natureza, onde o país apresenta grande déficit de professores em física, química, matemática e biologia. Ainda serão incentivadas as licenciaturas de conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica, como a formação de professores de mecânica, eletricidade e informática. (DIAS, 2008, grifos meus).

Confusões acontecem. Também estou alerta para as construções que a imprensa faz, e os ruídos entre o que teria sido dito pelos entrevistados e o que ficou no registro. Na reportagem parece haver uma inversão de prioridades, mas não há. Os “outros 20%” são mesmo outros, não são a regra vigente. A prioridade será para cursos que na sociedade do mercado são mais valorizados.

Na reportagem de “O Globo” figura um trecho de Eliezer Pacheco, então, secretário de educação profissional do Ministério de Educação, que em artigo até recente também apresenta a “equivocada” equação matemática:

> Constituíram-se 38 institutos, com seus *campi* espalhados por todo território nacional, atuando no ensino técnico de nível médio, nas suas diversas modalidades, em que se obrigam a manter 50% de seus recursos sendo 20% em formação de professores, com destaque para os cursos de licenciatura, e 30% nos cursos superiores de tecnologia, bacharelados tecnológicos e engenharias, podendo ainda oferecer mestrados e doutorados nas modalidades profissionais e acadêmicas. (AGUIAR e PACHECO, 2017, p. 20).

É como enxergar e não ver porque a mentalidade de uma época nos atravessa, nos interpela a interpretar a Lei de determinada maneira. Foi assim que inicialmente o IF-Catanduva compreendeu o quantitativo de vagas.

Devo lembrar que nenhum curso é aprovado em âmbito local, sendo avaliado e autorizado por instâncias superiores, de onde proveem os recursos para seu funcionamento. Portanto, a trajetória de um câmpus em suas escolhas equivocadas ou não, é igualmente responsabilidade da Reitoria, Pró-Reitorias, órgãos colegiados centrais (COLDIR – Colégio de Dirigentes) e CONSUP (Conselho Superior)[69] que permitiram/permitem ou mesmo estimularam/estimulam um conjunto de cursos e não outros.

Em nível local são construídos os Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC – por comissões designadas por portarias, instituídas pela autoridade competente, o Diretor Geral. O presidente de uma comissão fica responsável por reunir os participantes para conjuntamente idealizar um novo curso a partir de demandas do

[69] COLDIR e CONSUP têm o Reitor como presidente nato. Para mais informações sobre a Administração Centralizada e Descentralizada do IFSP ver Heeren (2019).

município e região, das prerrogativas legais, das possibilidades de recursos físicos e profissionais do Câmpus – não necessariamente nessa ordem. Elaborado o PPC, é avaliado pela pedagoga do Câmpus, e depois, pelo CONCAM – Conselho de Câmpus. Chegando nessa instância, talvez retorne para algum ajuste, mas dificilmente será barrado. Uma vez consentido, é encaminhado para Reitoria onde deve ser aprovado pelas instâncias superiores. Pelo menos a experiência do IF-Catanduva aponta que os projetos normalmente são recebidos sem surpresas.

Nestas comissões locais participam docentes, eventualmente algum técnico-administrativo de algum setor educacional. Não participam membros da comunidade, nem como peças figurativas. De praxe, não participam alunos ou egressos. No CONSUP – Conselho Superior –, onde finalmente, os cursos são aprovados, todos os segmentos estão representados, e são eleitos por seus pares. Fica a indagação do papel que estes membros desempenham nesta alçada.

Nesse vai e vem, o IFSP iniciou sua história como Instituto Federal com cursos técnicos subsequentes/concomitantes, desconsiderando a prioridade atribuída à modalidade integrado. Junto a eles são preenchidas as vagas dos cursos superiores de Tecnologia, e atrás destes os cursos de Licenciatura.

No documento PDI 2019-2023 ao registrar a história do IFSP faz-se o relato do que prescrevia a Lei, e a direção tomada:

> A lei de criação estabeleceu que metade das vagas fosse destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial cursos de currículo integrado. O IFSP ampliou a sua oferta de educação superior, com destaque para os cursos superiores de tecnologia, de engenharias e de licenciaturas em ciências (física, química, matemática e biologia), bem como para a pós-graduação e para a pesquisa tecnológica. (IFSP, 2019a, p. 53)

Da forma como está escrito, à primeira vista parece que o conteúdo cobre as determinações legais: a lei previu metade das vagas para o nível médio, e o IFSP além de oferecê-las, teria ampliado os cursos superiores e de pós-graduação. Uma conjunção adversativa como “mas”, “porém”, “contudo”, “entretanto” unindo as duas

frases, teria melhor mostrado que o IFSP seguiu a “sua” vontade ou a passos largos seguiu a sua sanha tecnológica.

Se o rumo tomado não fica exatamente claro neste documento, no Relatório de Gestão de 2012, assinado pelo Reitor *pro tempore* Arnaldo Augusto Ciquielo Borges (janeiro de 2009 a abril de 2013) fica bem explicado como se deu a expansão do IFSP, ao expor os resultados dos macroprocessos finalísticos:

> Macroprocesso: Ensino profissional técnico de nível médio
>
> Comentários: As ofertas de vagas para os cursos técnicos de nível médio corresponderam a 69% das vagas oferecidas em cursos regulares pelo IFSP. **A maior parte dos cursos é oferecida na modalidade concomitante/subsequente e sua oferta tem aumentado consistentemente no interior.**
>
> Macroprocesso: Educação de Jovens e Adultos Comentários: No IFSP, a Educação de Jovens e Adultos acontece na forma de cursos Proeja e Proeja-FIC, neste último caso em parceria com as prefeituras dos municípios ofertantes.
>
> Macroprocesso: Graduação Comentários: Em 2012, houve um aumento significativo da aprovação de cursos de licenciatura, tanto na capital quanto no interior, além de cursos superiores de tecnologia e engenharias. **Os cursos superiores de graduação já respondem por cerca de 30% das vagas oferecidas pelo IFSP, sendo 10% para as licenciaturas e 20% para cursos de tecnologia e engenharias.**
>
> Macroprocesso: Especialização
>
> Comentários: Em 2012, tiveram início dois cursos de especialização em campi do interior, um na área de Projeto de Software, em Guarulhos, e outro de Álcool e Açúcar, em Matão.
>
> Macroprocesso: Mestrado
>
> Comentários: No ano de 2012, o IFSP propôs quatro programas de pós-graduação stricto sensu, tendo dois recomendados pela Capes. **O programa de mestrado profissional em Automação e Controle de Processos está consolidado**, aumentando sua produção e o número de professores participantes (IFSP, 2013, p. 32, grifos meus).

De acordo com o texto supracitado, 69% das vagas foram destinadas para o nível médio, atendendo aos 50% previstos na legislação, todavia sem tomar como prioridade a modalidade integrado. Esta modalidade só ganhará ênfase com a gestão seguinte, no comando do Reitor Eduardo Módena (2013 – 2020), quando em

2017 ultrapassará o número de alunos matriculados nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes.

Se 30% das vagas foram destinadas aos cursos superiores, com ênfase para os cursos de Tecnologia e Engenharias em detrimento dos cursos de licenciatura, as vagas destinadas para Especialização e Mestrado não deviam ultrapassar 1% no ano de 2012. Todavia, precisamos pensar que podiam ser poucos os alunos atendidos, mas exigiu uma força de trabalho muito específica. Ainda que os cursos de Pós-Graduação ao serem criados no âmbito dos IF devem utilizar os professores existentes nas unidades e não devem estimular o concurso e efetivação de professores para esta finalidade, os candidatos às vagas docentes miraram esta possibilidade. Além do mais, esses primeiros cursos de Especialização e Mestrado rápido ganharam fama no IFSP, e quiseram ser, foram copiados ou tomados como referência por outros câmpus como sinal de prestígio. Se em 2012 tínhamos 2 cursos de Pós-Graduação, cinco anos depois tínhamos 13![70]

Naquele momento, os cursos de Educação de Jovens e Adultos timidamente apareciam em cena (sem um percentual definido), sendo viabilizados por meio de parcerias com prefeituras municipais. Em 2016 e 2017, eles continuam numa situação marginal.

Na tabela abaixo podemos ver a quantidade de cursos oferecidos pelo IFSP em 2016 e 2017. Não fica evidente o critério de ordem dos cursos para composição do quadro (nem ordem alfabética, nem ordem “matemática”); ouso inferir que os

[70] Em assembleia ocorrida em setembro de 2013, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – IFSP – Câmpus Catanduva 2014-2018) que propunha novos cursos: Técnico Integrado ao Ensino Médio em Fabricação Mecânica (em parceria com a Secretaria Estadual de Educação); Técnico Concomitante/Subsequente em Eletrotécnica, Técnico Concomitante/Subsequente em Química; Engenharia em Mecatrônica; Curso de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais (*Lato Sensu*); Curso de Pós-Graduação em Informática (*Lato Sensu*); Curso de Pós-Graduação em Ciências (*Lato Sensu*); Curso de Pós-Graduação em Inovação e Tecnologia de Processos Sustentáveis (*Scricto Sensu* – mestrado profissional) e Curso de Formação Pedagógica de Docentes da Educação Profissional de Nível Médio na modalidade Ead. Na ocasião, vislumbrou-se que cada área do IF-Catanduva tivesse o seu curso de Especialização, e que o conjunto das áreas pudesse desenvolver o mestrado profissional. Desta previsão, foram executados apenas a Engenharia de Controle e Automação – não de Mecatrônica -; o curso de Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática, e em substituição ao curso de formação pedagógica, o curso Saberes e práticas para a docência no Ensino Fundamental I. Afirmo com estes dados que havia um fluxo em direção a cursos de Engenharia e Pós-Graduação em detrimento do que a Lei 11892/2008 estabelecia como prioridade, no caso, os cursos técnicos integrados.

Bacharelados estão sempre em nosso horizonte, e de um ano para outro mais que dobraram em número de cursos.

Tabela 1: Cursos oferecidos no IFSP em 2016 e 2017

Curso	2016	2017
Bacharelado	11	27
Tecnologia	48	48
Especialização	11	13
Licenciatura	30	42
Mestrado	4	5
Técnico Conc/subsequente	66	68
Técnico Subsequente EAD	1	2
Técnico Integrado	49	70
Técnico Integrado PROEJA	2	3
PROEJA - FIC	2	2
Total	224	280

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Gestão do IFSP 2017.

Os cursos de Licenciatura tiveram um aumento significativo, ainda que continuassem atrás dos cursos de Tecnologia. Comparando com o ano de 2012, em que 20% dos cursos eram de Tecnologia e Bacharelado e 10% de Licenciatura, em 2017 a proporção é de 26,7% (Tecnologia e Bacharelo) contra 15% (Licenciaturas) do total de 280 cursos.

Tabela 2: Comparação de Cursos Superiores e de Pós-Graduação no IFSP em 2012 e 2017

Cursos	2012	2017
Licenciatura	10%	15%
Bacharelado + Tecnologia	20%	26,7%
Especialização + Mestrado	1%	6,4%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Relatórios de Gestão do IFSP de 2012 e 2017

Como se pode ver na Tabela 1, os cursos técnicos integrados deram um grande salto, passando de 49 para 70 cursos, ultrapassando os cursos técnicos subsequentes/concomitantes que ainda continuaram crescendo, ainda que num ritmo muito mais lento (de 66 para 68 cursos). Se estes cursos abriram os câmpus

junto a cursos de curta duração (FIC), foram aqueles que transformaram as unidades do IFSP tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Abro aqui um parêntese para apresentar uma experiência intermediária entre os cursos técnicos subsequentes/concomitantes e os cursos técnicos integrados no sentido estrito ou no sentido que foram pensados pela Lei 11892/2008. Em 2012 firmou-se um Acordo de Cooperação entre o IFSP e a Secretaria Estadual de Educação no qual ficou estabelecido que a formação técnica profissional fosse oferecida pela primeira instituição e a formação propedêutica por escolas vinculadas à segunda.

Esse Acordo se fez em meio ao processo de expansão estrutural e política do IFSP e se realizou a revelia dos princípios teóricos dessa modalidade de ensino, tanto é que em alguns câmpus foi denominado pejorativamente de “Integrado Paraguaio”. Além disso, segundo Heeren (2019) o Acordo não contou com a participação daqueles que iriam implementá-lo, e sua operacionalização não ocorreu com tempo hábil para preparar as instituições parceiras nem mesmo para receber os estudantes.

Esta possibilidade que inicialmente se mostrou vantajosa por utilizar recursos materiais e profissionais existentes revelou-se um grande desgaste de tensas relações entre as instituições parceiras. Estes cursos substituíram a maioria dos cursos subsequentes/concomitantes existentes, mas eram quase tão “desintegrados” quanto aqueles. O descompasso de marcha entre os profissionais da escola estadual e os profissionais do IF-Catanduva levou muitos estudantes à transferência de matrícula, camuflando o fenômeno evasão.

Esse Acordo que pode ser traduzido numa linguagem popular como uma espécie de gambiarra, teve reflexos tanto imediatos quanto mais duradouros. De caráter imediato destaco um fazer pedagógico dissociado das premissas dos IF. O conhecimento que se tinha na época era insuficiente para perceber que aquele conchavo não cabia na instituição por mais hibrida que fosse. Duas realidades distintas se misturavam feito água e óleo. Contrariados, nossos docentes experimentavam o simulacro do Ensino Médio Integrado (EMI) numa situação precária e com base nessa negação exaltavam os cursos superiores. Não é errado dizer também que o entusiasmo pelos cursos superiores em detrimento dos cursos

técnicos desfavoreciam a possibilidade exitosa destes últimos. De acordo com Heeren:

> Essa situação trouxe à tona embates políticos bastante acalorados entre servidores que podem ser divididos em dois grupos bem distintos: 1- aqueles servidores que preconizavam a garantia de um EMI de fato, com possibilidade de realização de um trabalho preocupado com a formação do estudante e qualidade do ensino do Ensino Básico; 2- aqueles servidores que reconheciam precipitadamente a instituição com características similares a de uma Universidade e queriam implementar os cursos superiores de tecnologias e bacharéis em quase totalidade das vagas disponíveis. Nesse contexto, a definição das vagas para contratação de novos docentes se constituiu em um campo de disputa muito valorizado entre os diretores de cada câmpus e gestores institucionais da época. (2019, p. 101).

Em junho de 2015, o IF-Catanduva sediou um evento denominado “Trabalho no Ensino Médio Integrado: Meio ou Fim?” organizado pela Reitoria. Nesse evento, recebemos servidores de vários câmpus. Embora fôssemos sede, nossa participação foi silenciosa, tamanha a desarticulação em torno da temática. Servimos o café e fomos fartamente servidos pelo IFRN, em seu expoente Dante Henrique Moura. Algumas ideias foram absorvidas, enquanto outras certamente não foram compreendidas até hoje.

Este evento foi uma ação dentre outras envolvendo a comunidade do IFSP no debate que se instalava a favor do Ensino Médio Integrado próprio. Uma consulta pública culminou nesse processo e a partir dela o Acordo IFSP e SEE foi desfeito. O Ensino Médio Integrado passou a ser pensado numa outra perspectiva, com lastro na experiência que só findaria em 2017 quando se formaram as últimas turmas.

Como já disse essa parceria deixou marcas. Uma delas diz respeito à dissociação entre as áreas propedêutica e profissional, e a prevalência de uma sobre a outra – feridas que só o tempo e as práticas que se realizam nesse tempo podem curar. O que não se cicatriza ou se remedia facilmente é o fato de os primeiros códigos de vagas terem sido utilizados de maneira incauta, sem o planejamento devido que a Lei 11892/2008 impunha com prioridade das vagas para Ensino Médio Integrado.

Quadro 1: Histórico dos Cursos do IFSP – Câmpus Catanduva (2010-2020)

Modalidade	Curso	Turno	Início	Término	Tempo de duração
Técnico Concomit./Subseq	Mecatrônica	Noturno	2 sem. 2010	1 sem 2012	2 anos
Técnico Concomit/Subseq.	Manutenção e Suporte em Informática	Noturno	2 sem 2010	1 sem 2014	4 anos
Técnico Concomit./Subseq.	Mecatrônica	Vespertino.	2 sem 2010	1 sem 2013	3 anos
Técnico Concomit./Subseq.	Manutenção e Suporte em Informática	Vespertino	2 sem 2010	1 sem 2012	2 anos
Técnico Concomit./Subseq.	Fabricação Mecânica	Noturno	1 sem 2011	Em execução	8 anos
Técnico Integrado Parceria SEE	Mecatrônica	Vespertino	1 sem 2012	2 sem. 2017	5 anos
Técnico Integrado Parceria SEE	Química	Vespertino	1 sem 2012	2 sem. 2017	5 anos
Licenciatura	Química	Matutino	1 sem 2012	Em execução	7 anos
Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Noturno	1 sem 2012	Em execução	7 anos
Técnico Integrado Parceria SEE*	Redes de Computadores	Vespertino	1 sem 2013	2 sem 2017	4 anos
Tecnologia	Mecatrônica Industrial	Noturno	1 sem. 2013	2 sem 2018	5 anos
Técnico Integrado	Mecatrônica	Integral	1 sem. 2016	Em execução	3 anos
Técnico Integrado	Química	Integral	1 sem. 2016	Em execução	3 anos
Técnico Integrado	Redes de Computadores	Integral	1 sem 2016	Em execução	3 anos
Bacharelado	Engenharia de Controle e Automação	Integral	1 sem. 2017	Em execução	3 anos
Especialização	Saberes e Práticas para a docência no Ensino Fundamental I	Noturno	1 sem. 2018	Em execução.	2 anos
Especialização	Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	Noturno	2 sem. 2018	Em Execução	1 ano

*Secretaria Estadual de Educação Fonte: Elaborado pela autora

O quadro conta uma parte da história do IF-Catanduva que assimila uma história transindividual, ou seja, absorve tendências do IFSP, não exclusivas a ele. A ênfase para a formação profissional tecnológica em detrimento da formação geral, e a ênfase para as áreas duras em detrimento de humanidades a partir da opção pelos cursos técnicos subsequentes/concomitantes, dos impróprios cursos da Parceria, dos cursos de tecnologia e das engenharias, se fez sentir na composição dos quadros de servidores dos câmpus do IFSP.

Uma coisa ainda precisa ser dita sobre esses primeiros anos, e uma expressão da cultura popular melhor me auxilia neste momento: trocávamos a roda enquanto o carro andava. Se os “manuais” e/ou teóricos que resguardam os IF nem sempre foram (devidamente) consultados, isso se deu em meio a um turbilhão de tarefas que foram ano a ano se ampliando, e principalmente, ganhando velocidade.

A escolha pelos cursos técnicos integrados como hoje se apresentam teve importante sustentação na possibilidade de atrair mais alunos. No IF-Catanduva havia uma expectativa de que os cursos técnicos integrados seriam mais procurados, o que de fato ocorreu. Isso significou a possibilidade de selecionar os melhores candidatos, o que com os cursos técnicos subsequentes/ concomitantes não vinha ocorrendo na grande maioria dos câmpus do IFSP[71].

Assim, com os cursos técnicos integrados tivemos mais alunos matriculados, o que por sua vez, significou mais recursos para os câmpus. Novas instalações como quadra esportiva, refeitório e ambientes de convivência tiveram que ser providenciados para atender as demandas de um curso integrado e de tempo integral.

Outra mudança diz respeito ao fato de termos atraído candidatos para além das fronteiras do município. No ano de 2019, cerca de 60% dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio eram provenientes de municípios vizinhos. Qualitativamente, estes cursos demandaram a efetivação de professores de formação geral, que por sua vez abriram uma perspectiva diferenciada de formação profissional, como veremos nas páginas seguintes.

No IF-Catanduva, seguindo as áreas de “Indústria”, “Química” e “Informática”[72] ofertamos três cursos técnicos: Mecatrônica, Química e Redes de Computadores que foram chamados pelos mais entusiasmados de “puro sangue” na época da implantação.

[71] No IF-Catanduva, o curso técnico subsequente/concomitante de Fabricação Mecânica faz sorteio para preenchimento de vagas não ocupadas com os processos de seleção habituais (prova ou análise de currículo). Além disso, os índices de eficiência acadêmica são baixos, considerando principalmente a evasão dos alunos nestes cursos e as reprovações ao longo do processo educacional.

[72] Referentes, respectivamente, aos eixos tecnológicos “Controle e Processos Industriais”, “Produção Industrial” e “Comunicação e Informação”

A expressão “puro sangue” é emblemática no contexto do IFSP. Opõe-se aos cursos “integrados” em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, para dizer que estes novos cursos seriam totalmente ofertados pelo IFSP – tanto no que diz respeito à formação geral, quanto à formação profissional. No entanto, nenhum outro curso ofertado no IFSP é denominado assim, sendo essa referência exclusiva aos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Daí, podermos pensar que “Puro Sangue” vem marcar uma diferença, no sentido de apresentar uma suposta superioridade – em relação a outras escolas, e em relação aos cursos concomitantes/subsequentes desenvolvidos em seu interior. Chamo atenção para o fato de uma instituição marcada pelo hibridismo, pela mistura de cursos e de níveis de escolaridade, esta instituição “nem escola nem universidade”, utilizar a eugenia para se apresentar e não a mestiçagem, a miscigenação para exaltar seus cursos. Estaríamos negando a nossa condição vira-lata, tentando marcar o território? Ou seria uma forma de expressar a avaliação e seleção de linhagens que se faz na instituição, em prol de um conjunto específico de características? Ainda a título de problematização, quais características são exaltadas por um grupo de servidores do IF-Catanduva em que 82,6% se autodeclaram brancos, 11,8% se autodeclaram pardos, 2,3% se autodeclaram amarelos e 1,5% se autodeclaram pretos?

2.7 Porte e importâncias: o que cabe no IF-Catanduva?

A partir da Portaria n^{o} 246/2016, as unidades de IF foram dimensionados para efetivar 70 docentes e 45 técnico-administrativos. No IF-Catanduva, no que tange ao quadro docente, os últimos a serem efetivados foram os professores para formação propedêutica, porque efetivamente os cursos técnicos integrados passaram a exigi-los somente a partir de 2016.

Diria que os primeiros servidores do IF-Catanduva escolheram atalhos e não cumpriram o projeto finalístico da instituição – segurando a bússola da Reitoria, que igualmente estava imbuída de valores suprainstitucionais. Além disso, pavimentaram um caminho cujas pedras fundamentais são hoje de difícil remoção, mas não de impossível mudança.

O IF-Catanduva atraiu para seus concursos professores de IES privadas, do Sistema S (especialmente SESI e SENAI), do sistema estadual ou municipal de ensino, profissionais das indústrias e das empresas privadas, jovens a (quase) aposentados; vieram/viemos buscar um oficio ou um cargo ou as duas coisas (que se apresentava) com estabilidade, melhor remuneração e boas condições de trabalho.

No IFSP assim como em outros IF, foram efetivados professores de alta escolaridade e especialidade, em sua maioria Mestres e Doutores, para desempenharem concomitantemente funções consideradas simples às consideradas mais complexas e especializadas.

No IF-Catanduva parcela significativa dos servidores tem origem na classe trabalhadora o que se faz transparecer na realização de cursos de bacharelado em IES privadas, na realização de cursos de tecnologia de curta duração e licenciaturas em IES públicas, na falta de domínio em línguas estrangeiras, em nossa passagem pregressa no magistério (ser professor no Brasil é uma escolha principalmente para aqueles cujos pais têm baixa escolaridade). É essa origem que nos aproxima do nosso público-alvo – não sem incômodos – e nos permite suportar trabalhar numa escola cujos banheiros cheiram a esgoto enquanto as salas de aula são estruturadas com ar condicionado e cadeiras estofadas. A alta escolarização não nos afasta de nossas raízes, e talvez por isso tendo chegado a um patamar privilegiado na pirâmide escolar nos sentimos ou podemos nos sentir inferiorizados em trabalhar com a "molecada[73]" ou só com ela.

[73] Utilizo o termo "molecada" referindo-me a uma forma comum no Câmpus, sobretudo, por docentes da Indústria e Informática, e por parte de assistentes de alunos para se referir aos estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Molecada no contexto do IF – Catanduva significa gurizada, meninada, garotada em oposição ao público adulto atendido pela instituição. A origem etimológica da palavra moleque provém do quimbundo (língua falada em Angola) muleke, que significa "garoto", "filho". No português moçambicano, significa "empregado doméstico" e não "criança" nem "rapazote". De acordo com Perissé "a palavra moleque, no Brasil, ficou inicialmente associada ao filho do escravo, ao negrinho, e depois ao menino solto, malcriado, travesso. O preconceito promoveu a conotação pejorativa da palavra (com especial força nas discussões entre políticos), designando o adulto irresponsável, vagabundo, ordinário, canalha etc."(cfe. http://palavraseorigens.blogspot.com). Considero importante retomar esses significados, pois molecada parece guardar uma força que tem a ver com a origem social subalterna, algo que remete à inferioridade. Estranho pensar que são esses moleques os que integram os cursos "puro sangue" do IFSP.

Ensinar para os níveis mais elementares do IFSP implica envolver-se com outras atividades consideradas igualmente menos nobres, tais como a recuperação paralela, a participação de Conselhos Classes e reunião de pais, a organização da festa junina e outros eventos pensados para faixa etária dos 15 aos 17 anos. Essas últimas podem ser realizadas por todos os docentes, mas certamente aqueles que ministram mais aulas no nível técnico estão mais diretamente implicados. Disso decorre que aqueles mais envolvidos com os cursos superiores podem realizar outras atividades mais relacionadas a este nível de ensino como a pesquisa e inovação, a publicação e apresentação de trabalhos, etc., enfim, aquilo que gera dados para os relatórios de gestão, dão visibilidade para o Câmpus, e geram constrangimentos para aqueles que não têm nada a apresentar.[74]

Muito se insiste que o professor da carreira EBTT – Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – deve ser capaz de lecionar para trabalhadores sem escolaridade definida, lecionar principalmente para cursos técnicos de nível médio – para a molecada – e também lecionar para graduação e, quem sabe, na pós-graduação. Insiste-se muito para que o professor dedique-se sobremaneira à Educação Básica, mas ao divulgar o IFSP se faz menção aos cursos superiores, em especial aos de Bacharelado.

Dá-se ênfase para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas os recursos são escassos para as três instâncias, os editais de pesquisa e inovação e de extensão são minguados, e colocam os servidores em disputa e competição, exaltando evidentemente aqueles de maior titulação, maior experiência, melhor currículo. “Naturalmente” pode-se imaginar que os recursos para as áreas tecnológicas se colocam em evidência em detrimento das humanidades, reproduzindo uma tendência nacional.

Para alguns, desenvolver pesquisa está em sua perspectiva de atuação, sendo que a dificuldade está na necessidade de ministrar aulas para os níveis mais elementares, para os quais a falta de preparo e formação por vezes é traduzida em

[74] No ano de 2018, apenas 16 docentes tiveram algum tipo de produção científica conforme planilha preenchida pelos próprios servidores. O professor que teve maior produção (8 artigos completos publicados em periódicos, 1 capítulo de livro, 4 trabalhos completos, 3 resumos expandidos, 2 resumos, 1 apresentação de trabalho e 7 trabalhos técnicos) havia recém concluído o Doutorado, e desde que ingressou na instituição ministra aulas apenas nos cursos de graduação e pós-graduação, para contextualizar minimamente essa produção excepcional.

falta de dom. Se para alguns, elaborar um projeto de pesquisa, submetê-lo aos órgãos de fomento, desenvolvê-lo e publicá-lo é trivial, a mesma facilidade não se aplica quando se trata de colaborar na elaboração de um projeto pedagógico de curso, construir um plano de ensino ou ministrar aulas traduzindo os preceitos da politecnia e da omnilateralidade previstos no projeto original.

Outros professores podem não ser afoitos e afeitos para pesquisa e inovação, e igualmente despreparados para ensinar a um público que sempre fica atrás das suas expectativas. Outros são ditos vocacionados para as aulas e para a relação com os alunos, independente da sua classe social ou em função dela, independente do nível de ensino ou em razão dele. Há aqueles que veem a extensão como uma grande possibilidade, outros que lhe são indiferentes e ainda aqueles que se escondem nas salas de aulas. Somos aprendizes, aprendentes, ensinantes; interessados, engajados, implicados; por vezes, acomodados, imobilizados e imobilizantes. Há entre nós líderes, dirigentes, diplomatas, burocratas, tecnocratas, carreiristas e carguistas. Somos desse tempo e não de outro.

Para usar uma classificação fidedigna ao IF-Catanduva trago um pensamento de Renato Janine Ribeiro ao se referir aos portadores de diplomas privatizados. Para o autor, professor de filosofia, cientista político e ex-ministro de educação, o fato de um indivíduo ser proveniente da universidade pública não significa ser engajado com as questões sociais e públicas. Diz o autor:

> Se vocês olharem os currículos das grandes faculdades, dificilmente uma faculdade de direito, de medicina, de engenharia, de economia vai estar muito preocupada com as questões da desigualdade. Em um processo de privatização, para mim o mais grave do que a ideia de uma universidade fazer acordos ou não com tal empresa, é o objetivo da formação: preparar o aluno para fazer uso não social, não público do seu diploma. Muitos alunos, mesmo bem intencionados, ao se formarem não tem perspectiva profissional, além de repetir essa privatização do conhecimento que foi adquirido graças à universidade pública. (RIBEIRO, 2018, p. 99).

Para usar o seu raciocínio, afirmo que o fato de muitos professores, mas não a totalidade, serem egressos de universidades públicas, em seus cursos de graduação e pós-graduação, e principalmente, estarem trabalhando em uma

instituição pública, a grande maioria em Regime de Dedicação Exclusiva, não os coloca dedicados para aquilo que foram estrategicamente criados os IF, ou seja, com foco “na promoção da justiça social, na equidade, no desenvolvimento sustentável com inclusão social, na busca por soluções tecnológicas e inovadoras e na socialização do conhecimento científico.” (AGUIAR e PACHECO, 2017, p. 19).

Nesse sentido, nos dividimos, e não escapamos de uma característica atribuída às nossas irmãs mais velhas – as Universidades –, a clássica repartição entre conservadorismo que vem atender aos interesses do mercado e a crítica ao modelo vigente que vem acompanhada de pautas progressistas. Não somos uma massa uniforme; somos recortes da sociedade brasileira. O mesmo podemos dizer dos técnico-administrativos geralmente em número de 45 servidores realizam um trabalho mais à Direita ou mais à Esquerda, menos ou mais próximo dos professores, dos estudantes e da educação pensada para os IF.

Em relação ao público-alvo, no Relatório de Gestão do Exercício de 2017 (IFSP, 2018), o IF-Catanduva aparece com 712 alunos matriculados naquele ano. Destes, apenas 263 responderam ao questionário socioeconômico no momento da matrícula. Dos respondentes, 111 declararam renda *per capita* de até meio salário mínimo, 121 estudantes declararam entre meio e 1 salário mínimo de renda *per capita*, 8 estudantes declararam de 1 a 1,5 salários mínimos, 16 estudantes declararam renda de 1,5 a 2,5 salários mínimos; 6 declararam 2,5 a 3 salários mínimos e apenas 1 aluno declarou receber mais de 3 salários mínimos. Se isso for uma boa amostra e se esses dados declarados forem fidedignos, podemos dizer que cerca de 42% dos estudantes do IF-Catanduva têm renda *per capita* de até 0,5 salário mínimo; cerca de 46% têm renda per capita entre meio e 1 salário mínimo, cerca de 3% têm renda *per capita* de 1 a 1,5 salários mínimos, e 9% têm renda *per capita* entre 1,5 e 3 salários mínimos.

Se isto não for uma boa amostra, o que pode ser dito com certa segurança é que 33,7% dos estudantes declararam ter renda *per capita* de até 0,5 e 1,5 salários mínimos (aqui estou considerando o total de 140 respondentes), cerca de 3% declararam receber entre 1,5 a 3 salários mínimos, e 63% dos estudantes não declaram os rendimentos. O fato de mais da metade dos estudantes não terem respondido ao questionário socioecomômico é um dado que merece atenção, e

suponho que ele indique haver ainda mais estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Esse dado – 33,7% – corresponde a um dado estadual. O Relatório de Gestão do Exercício de 2017 apresenta um índice de 33,5% de alunos em situação de vulnerabilidade social, considerados aqueles que recebem até 0,5 e 1,5 salários mínimos de um universo de 37332 alunos matriculados em cursos regulares distribuídos em 36 câmpus.

33,7% não é pouco. Significa que mais de um terço dos estudantes passam por dificuldades financeiras, o que justifica não só a política de assistência estudantil no IFSP, como indica a necessidade de maiores investimentos.

Faço aqui um cálculo grosseiro. No ano de 2017, o "gasto corrente por aluno" no IFSP foi de R$ 11.942,23, de acordo com o relatório de gestão, considerando gastos de custeio, de investimento e de pessoal. Isso significa que cada aluno teve aplicado para si R$ 995,18 reais mensais por doze meses só de investimento escolar. Considerando que o salário mínimo em 2017 era de R$937,00 e que 232 alunos declararam receber de meio até 1 salário mínimo *per capita*, significa que um percentual de 32% recebiam mais de escola do que o valor monetário recebido para a própria sobrevivência.

É por isso que quando os nossos alunos ganham holofotes nas mídias por terem recebido medalhas nas Olímpiadas de Matemática[75] ou Física, terem se destacado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)[76], ou ainda no PISA, isso precisa ser comemorado, pois diferentemente do que ocorre nas instituições privadas de ensino nossos alunos não chegam "prontos", ou como veremos a frente, constituídos de um *habitus* que corresponda às altas expectativas dos IF.

Uma aluna do IF-Catanduva assim escreve na linha do tempo do Facebook:

[75] No ano de 2018, tivemos vários medalhistas representando o IF-Catanduva na Olímpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e OMIF (Olímpiadas dos Institutos Federais). Foram 5 medalhas de menção honrosa na OBMEP, 3 medalhas de prata na OBMEP, 1 medalha de prata na OMIF, 1 medalha de ouro na OBMEP e 1 medalha de ouro na OMIF.

[76] No ano de 2018 foram contabilizadas 75 aprovações em vestibulares em universidades públicas e privadas do país pelos formandos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, fato que gerou um *outdoor* na principal avenida da cidade divulgando o feito sob a bandeira "Educação pública, gratuita e de qualidade".

> Outro dia eu li na rede social ao lado que se o IF foi significativo para nós, a paixão e nostalgia que sentimos por ele durará por muito tempo.
> E de fato, estudar no IFSP foi a melhor experiência da minha vida até hoje e nesses três anos, essa instituição foi a minha primeira casa. Não tenho palavras para agradecer a todos profissionais que passaram direta e indiretamente pela minha formação.
>
> Tudo que vivi, desde o JIF [Jogos do Instituo Federal] até a participação no Consup [Conselho Superior], reafirmou que possuímos educação de qualidade e pessoas que lutam até o fim por ela!
> Se eu fosse escrever o quão revolucionária foi minha passagem por essa instituição, daria uma tese enorme (e isso eu quero deixar só para graduação), então encerro aqui, com um muito obrigada a todos discentes, docentes e técnicos administrativos que lutam todos os dias para manter nossos três pilares educacionais em pé. Vocês me motivaram a não desistir do ensino público e a buscar ser um ser humano melhor, com o anseio de sempre manter um pensamento crítico e libertador.
>
> ps: Um agradecimento em especial a todos professores que passaram pela minha trajetória no IF, dentro ou fora das salas de aula, vocês foram essenciais em minha vida e admiro grandemente o trabalho de vocês.
>
> ps2: Escolhi essas fotos porque ilustram alguns dos melhores momentos que vivi com o IF e contém pessoas especiais demais para mim.
>
> ps3: Preto e pobre tem lugar na educação e extensão sim!
>
> Facebook, dezembro de 2019.

A longa citação me fez rememorar situações críticas que dados quantitativos não tornam inteligíveis. Durante o período de cumprimento de dois estágios probatórios e mais um pouco no IF-Catanduva presenciei muitas ocorrências. Tive um aluno de graduação que não se assentava à mesa do almoço junto aos colegas porque não tinha comida ou se envergonhava do que trazia para comer. Presenciei situações em que os alunos mais carentes sentiam-se envergonhados de pleitear bolsas de assistência estudantil ou mesmo de participar de ações universais; quando indagados diziam não se sentir no direito de pedir ou reinvindicar. Tive alunos da licenciatura que cochilavam e às vezes mesmo dormiam nas aulas porque tinham trabalhado à noite. A olhos vistos vi sumirem alunos do curso da Licenciatura por ser um curso matutino. Durante meu trabalho na Coordenadoria Sociopedagógica conheci alunos que não frequentavam as aulas com regularidade porque não tinham o dinheiro para o transporte ou porque as linhas de ônibus não

chegavam até o Câmpus. Atendi alunos desempregados, arrimos de família que conseguiram empregos indicando no seu currículo que eram estudantes do IFSP, mas que deixaram os cursos porque coincidiam com o horário do trabalho. Atendi muitos alunos que faziam cursos indesejados principalmente porque eram gratuitos. No IF-Catanduva, juntamos dinheiro e materiais para despesas com as mais diversas finalidades, dentro do câmpus e em seu entorno, como podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 2: Arrecadações para finalidades diversas no IF-Catanduva

Quando?	Quem está pedindo?	Para quem?	O que?	Para que?
Abril/2018	Professor do Núcleo Comum	Professores do Núcleo Comum	Colaboração espontânea	Coroa de flores filha de funcionária da limpeza
Maio/ 2018	Comissão organizadora do JUNIF	Servidores	R$ 2,00	Compra de cabos elétricos para iluminação no estacionamento
Maio/2018	Professor do Núcleo Comum	Professores do Núcleo Comum	Tanquinho e/ou geladeira	Doação para morador que passa dificuldades financeiras
Junho/2018	Coordenador de extensão	Professores do médio integrado	Dinheiro R$20,00, pode ser parcelado	Formatura do integrado
Junho/2018	Direção	Servidores	Colchões, almofadas, espuma	Criação de uma área de convivência para os alunos
Junho/2018	2º ano integrado de Química	Professores	Leite condensado, creme de leite, achocolatado ou dinheiro	Festa junina
Julho/2018	Diretor	Professores	Gibis, revistas de entretenimento, livros de literatura, jogos	Uso pelos alunos na área de convivência
Outubro/2018	Professora do Núcleo Comum	Professores do Núcleo Comum e professores da Indústria	Doação espontânea para convite de formatura + roupas para o evento	Aluno do Técnico Integrado em Mecatrônica
Outubro/2018	Diretor	Todos	Brindes	Sorteio no almoço de confraternização do dia do funcionário público

Continuação...

Quando?	Quem está pedindo?	Para quem?	O que?	Para que?
Novembro/2018	Professora do Núcleo Comum	Professores do curso de Pós-Graduação	Dinheiro para pagar a coroa (valor total de 150,00) – R$10 reais por pessoa	Aluna do curso de Pós-Graduação vítima de dengue
Novembro/2018	Diretor	Coroa de flores para mãe de professor	R$ 3,00 por pessoa	Todos os servidores
Novembro/2018	Direção	Todos servidores	R$5,00 ou outro valor	Incluir servidores terceirizados no rodízio de pizza de confraternização do Natal – evento extensivo às famílias em 19/12
Fevereiro/2019	Comissão de integração	Professores	Colaboração espontânea para evento	Café dos Aprovados
Fevereiro/2019	Comissão de Integração	Professores	R$20,00	*Outdoor* para divulgação dos alunos aprovados em vestibulares
Junho/2019	Professora do Núcleo Comum	Professores do Núcleo Comum	Colaboração espontânea em dinheiro até completar R$160,00	Tratamento da doença do carrapato de cachorro que “frequenta” câmpus
Junho/2019	Assistente Social	Todos servidores	Alimentos	Famílias de alunos em extrema vulnerabilidade social

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro acima ajuda a compreender uma realidade que não aparece nos relatórios oficiais.

Há neste quadro solicitações que não são de ordem institucional. Mas quando o são, mostra um movimento no câmpus, um jeito de resolver os problemas de uma forma rápida. E nessa trama, mistura-se solidariedade com assistencialismo.

Atendemos um público sem recursos, e os recursos da instituição são insuficientes. O quadro não mostra as contribuições individuais de servidores,

aquelas que não passam pelas lentes refletoras das redes sociais, seja para pagamento de inscrições em eventos, confecção de *banner* para apresentação de trabalho, complemento de bolsas de pesquisa e extensão, deslocamento para atividades fora do Câmpus, materiais para experimentos, papel e *tonner* para impressão de provas, dentre outros pequenos investimentos que fazem grande diferença.

Os salários percebidos no IF-Catanduva pelos servidores, de um modo geral, são superiores aos auferidos no sistema estadual e municipal de ensino, e até mesmo na iniciativa privada. Isso se traduz atualmente em grande concorrência nos concursos públicos. A maioria dos servidores encontrou no IF melhores oportunidades de trabalho e remuneração. Ainda assim, somos parte dos explorados e oprimidos desta sociedade. Será que nos enxergamos assim? O que fazemos com o prestígio social que nos é imputado?

"Perderemos essa oportunidade?" – pergunta o título do artigo de Bomfim (2018) ao se referir à possibilidade única de convívio de estudantes universitários e secundaristas em um mesmo tempo/espaço institucional. Valho-me de sua interrogação para questionar se servidores federais dos IF poderão oferecer uma formação diferente daquela que lhes foi oferecida. Uma vez que os servidores têm condições de trabalho, plano de carreira e remuneração acima do que se pratica na esfera municipal e estadual de ensino, perderemos a oportunidade de abraçar as causas de estudantes em vulnerabilidade social já que temos a nossa condição mais bem resolvida? De contribuir para repensar a escolarização que se desenvolve inclusive em outras esferas administrativas? Perderemos a oportunidade de alunos de baixa renda cursarem o Ensino Médio com quadro de professores mestres e doutores, fomentando o olhar interrogativo para a realidade "natural" e social? Perderemos a oportunidade de fomentar o gosto pela pesquisa e extensão desde o Ensino Médio? Perderemos a oportunidade de adentrarmos nas comunidades carentes de recursos e potentes de afetos pelas mãos dos nossos alunos? Perderemos a oportunidades de conhecer as dificuldades da população em nível local e regional e pensarmos soluções conjuntamente? Pela autonomia que temos de propor e criar cursos, pelas instâncias democráticas que às vezes alimentamos, às vezes sufocamos, mas que enfim, nos IF ainda se mostram como um modelo menos autoritário, perderemos a oportunidade de viver a democracia nessa

instituição? Perderemos a oportunidade não só de promover a inclusão nesta sociedade desigual, mas de promover a sua transformação? Estamos atentos ao nosso compromisso com a população ou nos colocaremos feito cães de guarda de um Estado que se traveste de bem público enquanto atende a interesses privados? Teríamos encontrado professores e técnico-administrativos com a mentalidade que esse projeto ensejava?

O que parece fundamental é compreender o que ocorre nessa instituição centenária, agora reeditada no formato de IF. Desde a sua criação em 1909 não esteve à margem de um projeto de desenvolvimento econômico, pelo contrário, absorveu seus desígnios, colaborando para constituição de uma subjetividade alinhada ao projeto capitalista. Assim, apresento e discuto no próximo capítulo o poder simbólico investido na instituição, em cada servidor e aluno, evidenciando nosso modo de funcionamento, nossas práticas a serviço do Estado e do Mercado.

3. O ESTADO, O INSTITUTO FEDERAL E O PODER SIMBÓLICO INVESTIDO

Falar da importância ou desimportância do Instituto Federal no cenário nacional ou local tem sentido se amarrado a uma teoria do Estado. Compreendo que a importância não reside em si. Quando um câmpus do IF se instala em algum município necessariamente isso é bom? Por si só é bom? O que esse feito produz? Argumento que a relevância ou irrelevância é produzida pelo Estado e pelas pessoas igualmente produzidas por ele. É, pois, o Estado que legitima um valor simbólico atribuído para a educação de um modo geral, e em particular, ao Instituto Federal, e por extensão, aos seus servidores e alunos.

Valho-me dos estudos de Pierre Bourdieu e para isso realizo um caminho de mão dupla: procuro desconstruir um conjunto de ideias sobre o Estado na perspectiva do Estado e construir novos entendimentos. Faço isso num mesmo movimento, como um arado que revolve a terra para descompactá-la e já prepará-la para o novo plantio. A imagem do arado me parece interessante porque não convém jogar sementes sobre um solo duro, compactado, solidificado, pisado, repisado. As sementes não germinarão porque não encontrarão um ambiente propício. O arado precisa encontrar certa profundidade, ir além da superfície e revolvê-la. Isso significa colocá-la em certa desordem, desarrumá-la, promover sulcos por onde será irrigada e adubada.

3.1 O conto do Estado neutro

Que o Estado não representa os interesses comuns de toda a população isso parece ser quase consenso. Os escândalos midiáticos envolvendo corrupção seletiva no Brasil (SOUZA, 2018) colocam em evidência que um grupo mama nas tetas do Estado às custas da população.

A extorsão da qual a mídia fartamente se abastece e alimenta a população é restrita ao Estado (sob anuência do Estado) e nunca ao mercado que aparece na fotografia como o mais santo dos anjos. Souza (2018) aponta que não é que não se

rouba na política e no Estado, mas que o saque é infinitamente menor do que ocorre no mercado.

Debaixo do tapete esconde-se uma rede de corrupção que se dá pela apropriação indevida de bens, pelo movimento sanguessuga dos recursos naturais, pela subutilização de capital para operacionalizar procedimentos técnicos que visem segurança sócio-ambiental, pela sonegação e inadimplência fiscal, pela aquisição de empresas estatais a preço de banana, pela transferência de recursos de toda uma sociedade para bancos e rentistas que vivem de juros, só para citar algumas formas.

O que aparece à cena é a situação em que os impostos cobrados no Brasil são altíssimos e não retornam à população, mas servem para pagar salários de políticos e funcionários públicos, estes, sim, tomados como os verdadeiros parasitas. A arrecadação de tributos não seria devidamente empregada em forma de saúde, saneamento básico, segurança, educação, cultura, mas reverteria em propina para um grupo restrito que conhece as saídas do labirinto chamado burocracia. Assim, haveria uma usurpação dos recursos públicos por parte de alguns que agiriam como sendo proprietários privados de bens universais.

O que Bourdieu vem apresentar de novidade é que não houve uma usurpação, não houve uma apropriação indevida, no final das contas, não houve uma “ilegalidade” em torno do seu projeto inicial. O Estado se constituiu para justamente atender interesses particulares e o fez às custas de um investimento altíssimo no campo simbólico para transparecer ou construir a ideia de desinteresse e neutralidade. A representação de Estado, ou melhor, a representação oficial de Estado foi construída e imposta como a entidade que vem regular e atender o interesse geral. Por inúmeros atos de instituição, o Estado se tornou o que é e o que diz ser o que é, enfim, o Estado se constituiu por violência simbólica. De acordo com o autor “a instituição instituída faz com que se esqueça que resulta de uma longa série de atos de instituição e apresenta-se com toda a aparência do *natural*” (BOURDIEU, 2017, p. 98, grifos do autor).

Bourdieu problematiza a definição que os Estados dão a si mesmos como “uma instituição destinada a servir o bem comum, o governo, o bem do povo” (2014, p.31). Um lugar neutro, intermediador, apaziguador, aquele que “pode assumir um ponto de vista sobre todos os pontos de vista” (p. 32). O Estado como “um quase

Deus", "que se expressa nisso que por vezes chamamos de ciência administrativa, isto é, o discurso que os agentes do Estado produzem a respeito do Estado, verdadeira ideologia do serviço público e do bem público" (p. 32).

Bourdieu enfatiza que o Estado "é quase impensável", "é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis (...) da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica, assim como da violência física e simbólica" (p. 34). Para Bourdieu trata-se de um sujeito invisível, uma entidade que não pode ser tocada, uma "realidade misteriosa [que] existe por seus efeitos e pela crença coletiva em sua existência, que é o princípio desses efeitos" (p. 39).

Ao construir a gênese desse semi-Deus em sua obra "Sobre o Estado", Bourdieu realiza um estudo meticoloso de fontes históricas. "O Estado foi o produto de milhares de pequenas ações infinitesimais" (BOURDIEU, 2014, p. 356) e lamenta o autor de não ter chegado ao fim de sua empreitada. Busca indícios numa série de documentos (fontes, e fontes de fontes...) e vai caracterizando, explicando com riqueza de detalhes o que se passou (ou teria se passado) na França entre os séculos XII e XVIII num processo de avanços e recuos, sem cair em dois erros que considera crassos: o anacronismo inconsciente e o exotismo absoluto. Utilizo esta importante obra para pensar o Estado brasileiro, tomando bocados que servem para sustentar minha argumentação. Estou alerta a um terceiro erro metodológico que consiste em transpor a teorização para a realidade a ser estudada a todo ou a qualquer custo. Neste caso, querer fazer a história da República Federativa do Brasil caber nos estudos históricos da République Française.

Para o autor, parcela de historiadores ao construírem sua narrativa em torno do Estado o fez associando à gênese a um grupo de pessoas que tem interesses em comum com o Estado. Para Bourdieu, isso é muito pouco. Dizer que aqueles que têm o domínio do poder econômico e simbólico, "servindo se servem" não dá conta da complexidade do fenômeno. Nesse aspecto, o autor que também bebe de Marx para construir sua teorização faz a crítica à tradição marxista que se propôs "caracterizar o Estado pelo que ele faz e pelas pessoas para as quais ele faz, mas sem se interrogar sobre a própria estrutura dos mecanismos que supostamente produzem o que o fundamenta" (p. 32). E é isso que realiza nessa importante obra: mostra a estrutura que sustenta o Estado, o que faz com que a acumulação, a

concentração, o monopólio de diferentes capitais torne-se legitimada, incorporada em todos de um modo geral e em cada um de nós de modo particular, gota a gota. Segundo Bourdieu:

> O Estado é o resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre os seus detentores (BOURDIEU, 2017, p.99).

Assim como a violência física não pode mais ser aplicada por qualquer um, destituindo-se a lógica do “olho por olho”, e passou a ser exercida por um grupo especializado, disciplinado e centralizado, assim também ganhou corpo uma série de saberes que passaram a ser reconhecidos como válidos porque autenticados pelo Estado. A disputa pelo poder Estatal é em última análise o poder sobre os diversos tipos de capital que o Estado concentra, detém, e ao mesmo tempo difunde. Assim,

> ...a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do *campo do poder*, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição escolar).(BOURDIEU, 2017, p. 99-100, grifos do autor).

Se as forças de coerção são progressivamente separadas do mundo comum, também os saberes cotidianos e mundanos são repelidos, destituídos de potência em nome da manutenção da ordem interna. O Estado vale-se de um duplo movimento que congrega capitais e os difunde; monopoliza e os dissemina; condensa e ao mesmo tempo os dispersa. Quanto mais fluidos os capitais, mais densos se tornam.

3.2 O Estado no cerne do privado

Bourdieu parte do pressuposto de que o Estado está introjetado em cada um de nós a partir de um conjunto de ações realizadas pelo próprio Estado. Encontramos o Estado no cerne do privado. Por isso mesmo que o autor desconfia das próprias teorizações realizadas acerca do mesmo. Como pensar o Estado se o que pensamos é produto do Estado? “As próprias estruturas da consciência por meio da qual construímos o mundo social e esse objeto particular que é o Estado, tem tudo para ser o produto do Estado.” (BOURDIEU, 2014, p. 29).

Da hora em que acordamos até o momento que nos deitamos somos interpelados, atravessados e conduzidos por atos do Estado. Podemos até dizer que dentro da nossa casa – com escritura feita em cartório, com IPTU pago em dia, taxas de esgoto, água e energia elétrica controladas e monitoradas por órgãos da administração pública, com rotinas de recolhimento de lixo a partir de coletas orientadas para um determinado tipo de descarte, com consumo de produtos comercializados que vão do creme dental ao remédio para dormir regulados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – fazemos o que queremos. Não cometendo nenhuma infração – o que certamente não é pouco – estaríamos sujeitos a tomar nossas decisões. Assistimos na televisão o que bem entendemos e tiramos as nossas próprias conclusões[77]. O que nos sobra depois de cumprirmos as normas e instituições sociais? O que nos resta para uma cotidianidade não regulada?

Na contramão desse pensamento ingênuo que declara o indivíduo como ser livre e emancipado, Bourdieu afirma que mesmo que possamos decidir o horário que levantamos, não descartamos a ideia de hora. Eis que hora é Estatal: horário de Brasília, horário de verão, fuso horário, hora/aula são conceitos de Estado. Calendários, feriados nacionais, datas cívicas são regulações do Estado, que

[77] Durante os meses de maio, junho e julho de 2019, a cidade de Catanduva expôs em tamanho gigante a vida privada dos seus munícipes. Em *outdoors* espalhados em pontos estratégicos da zona urbana lia-se em letras maiúsculas “NA PRIVADA SÓ N^{O} 1 E N^{O} 2. LIXO É NA LIXEIRA” . A campanha da SAEC (Superintendência de Água e Esgoto de Catanduva) cria com esse alerta uma forma de controlar o entupimento da rede de esgoto de dentro das casas e das ruas, uma vez que afirma retirar mensalmente mais de 50 toneladas de lixo e areia na Estação de Tratamento de Esgoto. Nas mídias sociais, o texto completo apela: “Não jogue nas privadas calcinhas, camisinhas, absorventes, cotonetes, aparelhos e lâminas de barbear, cigarros, escovas de dente, papel de bala, fio dental etc. Até papel higiênico pode entupir a rede de esgoto.” Trago este exemplo para mostrar que cada vez mais nossa vida íntima escoa para os espaços públicos e é regulada por órgãos públicos. O que você faz na (vida) privada é de interesse público.

instituem o dia de trabalho e de não trabalho, o dia de louvor à pátria, o dia de louvor a entidades religiosas[78]. Dizem quando brindar e quando ter esperança. Bourdieu chama a atenção ao fato de as pessoas terem relógios, marcarem compromissos, chegarem com pontualidade, organizarem sua vida baseados no horário público. Acertar um relógio – e isso precisa ser atualizado para o momento presente, em que os celulares e *smartphones* vêm substituindo o relógio de pulso e estão sempre certos – é uma forma evidente do quanto o Estado regula nossas vidas, em cada fração de minuto.

O tempo público se nutre tanto de suportes objetivos (relógios, calendários, agendas) quanto mentais (formas de se relacionar com estes). Para Bourdieu "essa espécie de compatibilidade do tempo, que supõe tanto o tempo público como uma relação pública com o tempo, é uma invenção mais ou menos recente, que tem a ver com a construção de estruturas estatais" (BOURDIEU, 2014, p. 37). Falamos "antes de entrar na escola", "quando eu estava na 8ª série", "depois dos exames finais", "quando meu filho cursava o Colegial" – é o calendário escolar, Estatal, organizando nossa história. São signos da nossa memória que nos organizam com base no tempo público, num tempo compartilhado, ordenado, autorizado pelo Estado.

No final de toda regressão, encontramos elementos do Estado. Se não o alcançamos conscientemente, ainda assim, e principalmente assim, o Estado está bem alojado dentro de nós, feito corpo. Sobre essas incorporações que nem ousamos questionar, porque afinal, nem mais pensamos sobre elas, o Estado se mostra presente. Como diversas vezes escreveu Bourdieu "o Estado existe sob duas formas: na realidade objetiva, sob a forma de um conjunto de instituições como regulamentos, repartições, ministérios etc., e também nas cabeças" (1998, p.16).

Não se trata de ideologia que paira acima de nós, ou como véu que nos impede de enxergar a realidade com nitidez. Na teorização bourdeusiana, o Estado está entranhado em nossa forma de viver e pensar. E aqui não estou me referindo apenas ao fato de termos certidão de nascimento, certidão de casamento, Registro de Identidade, CPF, Título de Eleitor, um sem fim de carteiras, umas consideradas

[78] Escrevo essa nota de rodapé em 08 de agosto, Dia de São Domingos, padroeiro da cidade de Catanduva, e recordo que inúmeras vezes este feriado foi transferido de data por meio de Lei Ordinária Municipal, tendo como principal justificativa não atrapalhar as transações do comércio em virtude da comemoração do Dia dos Pais, no segundo domingo deste mesmo mês. Até mesmo a fé se rende aos desígnios do capital e o faz pela mão visível do Estado.

mais, outras menos obsoletas como Carteira de Trabalho, Carteira de Estudante, Carteira de Habilitação, Carteira de Vacinação que nos individualizam, identificam, quantificam, permitem que sejamos inspecionados e controlados, e fazem com que cada um se sinta como “homem de Estado” ou o “Estado feito homem”, ainda que não compreendamos nada acerca dEle (BOURDIEU, 2014, p. 157).

Isso tudo não é pouco e muito tem a ver com uma noção liberal de cidadania (GEISLER, 2006), mas a que me refiro especificamente diz respeito aos “golpes de Estado que não conseguimos enxergar” diante de nossos próprios olhos (BOURDIEU, 2014, p. 157), como é o caso do uso de uma língua. Ao falar, não pensamos na estrutura dessa língua, nem mesmo porque falamos a língua que falamos.

Há uma língua escrita/ falada/pensada que é oficial, e se “um dos falares se constitui como língua dominante (...) todas as outras são formas depravadas dela, desviadas ou inferiores” (p. 146). É o Estado que produz um código linguístico, uma gramática, um acordo ortográfico, e ainda que se diga que isso serve para unir, na verdade divide. “Constituir a língua legítima é constituir todas as outras línguas como dialetos”, afirma o autor (p. 146). Uma forma particular de falar e escrever se universaliza, mesmo sabendo ou principalmente sabendo que esta forma universalizada não é adequada a todos.

Daí a importância do sistema escolar para Bourdieu e da necessidade da sua universalização. Não só no sentido usual e comum de fazer com que todos tenham acesso ao conhecimento (oficial) e do espírito cívico que passa ser incorporado por meio de uma língua igualmente oficial, mas também por constituir-se em instrumento que legitima a divisão de classes sociais. Ora, falar “para mim fazer” não torna uma pessoa menos comunicativa, menos inteligente, menos capaz. Prática de um *habitus*, o que o “para mim fazer” faz é imprimir uma marca distintiva de classe subalterna, que não pode – porque não deve – ascender socialmente; que não deve – por isso não pode – ascender socialmente.

Antes de apreender o que se diz na escola, ou seja, o conteúdo propriamente dito, apreende-se a forma de um dizer escolar, que para muitos é outro dizer, quase uma língua estrangeira, que aos poucos vai sendo apreendida como mais bonita,

mais requintada, mais elaborada, mais objetiva, mais certa, e por último, como a única forma correta de se comunicar e de se expressar.

Em 2002, tivemos reconhecida a segunda língua oficial do Brasil – Libras – a língua brasileira de sinais – por meio da Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002, e entendo ser um exercício no mínimo interessante refletir sobre o que ela tem produzido nas inúmeras comunidades surdas existentes no país. O que acontece com a comunicação gestual e não gestual que antecedeu Libras nessas comunidades? Que adaptações e transformações ocorrem nessas comunidades e com esses sujeitos? Se cada comunidade surda tem suas diferenças culturais e linguísticas, o que Libras promove em relação a elas?

Com Bourdieu penso que Libras também pode significar o fechamento de formas muito específicas de gesticular ou comunicar as palavras. Uma norma se impõe e faz desaparecer um conjunto de gestos e expressões faciais para impor outros – seja porque pareceram a alguém ou a algum grupo mais interessantes, mais fáceis de serem executados e compreendidos (lembremos que Libras tem sua origem na Língua Francesa de Sinais). O que era particular a um grupo passa a ser universalizado, e nessa universalização há também perdas e fechos, muito embora não se apresente dessa forma. Se marcadores culturais são “elementos que unem e fortalecem os surdos como um grupo social com características próprias” (Veiga-Neto e Lopes apud WICHS e LOPES, 2018) não posso deixar de pensar que a sobreposição de uma língua sobre um “dialeto” pode enfraquecer estes mesmos grupos. Ao instituir a língua brasileira de sinais como a forma predominante, proeminente entre os surdos na contemporaneidade, destitui outras formas vigentes que passam a ser vistas como alternativas ou variantes.

Uma rápida busca no *Google* para o termo “comunidades surdas” remete o leitor a uma expressão que seria hoje mais adequada, mais atualizada. Trata-se de “mundo surdo” que designaria apenas aqueles grupos que usam a língua de sinais e estariam identificados com um modo especifico de ser surdo. Para estes, não haveria “perda auditiva”, mas “ganho surdo”. Os oralizados, que fazem (também) leitura labial não fariam parte do “mundo surdo”. O que me vem à cabeça é que na tentativa de incluir, podemos promover uma exclusão ainda maior ou de outra ordem. Além de surdos, agora temos surdos melhores e surdos piores, aqueles que

sabem LIBRAS e aqueles que não sabem, aqueles que são identificados com a cultura surda e aqueles que não são.

A partir da criação de uma língua padronizada de sinais, de caráter nacional, que no corpo da lei se apresenta como uma possibilidade objetiva de comunicação e expressão passou-se a exigir o ensino de Libras, seja em caráter obrigatório ou optativo, em diversos cursos de graduação. Abstraindo o mérito dessa regulamentação, o que se fará daqui para frente é destituir a potência de outras formas existentes que agora passam a ser vistas como retrógradas, confusas, pouco objetivas e eficazes.

Assim, retomo novamente Bourdieu para quem

> A instituição existe duas vezes, existe na objetividade e na subjetividade, nas coisas e nos cérebros. Uma instituição exitosa, que é portanto capaz de existir tanto na objetividade dos regulamentos quanto na subjetividade das estruturas mentais atribuídas a esses regulamentos, desaparece como instituição (...). Uma instituição exitosa se esquece e se faz esquecer como tendo tido um nascimento, como tido um começo.(BOURDIEU, 2014, p. 166).

Algo do tipo “desde sempre foi assim”, ou ainda, “é assim”. No exemplo que desenvolvo, apresenta-se a ideia de que surdos devem comunicar-se por meio de Libras. E se fecham os possíveis, se fecham as possibilidades outras, pois a história as apagou, simplesmente desaparecem do nosso campo de visão, de nosso pensamento, porque se tornaram impensáveis. É o que Bourdieu chama de violência simbólica, como veremos a frente.

Do ponto de onde originou essa discussão, retomo ainda a ideia de que o Estado ao promover uma língua seja oral, escrita ou de sinais, inculca junto a ela um modo de pensar.

Na língua espanhola há sinais de pontuação no início e no fim das frases. Dependendo da língua, uma piada pode não ter graça. Um provérbio popular pode perder o sentido quando traduzido para outro idioma. Há povos que não utilizam

metáforas, nem as entendem. Compreender uma língua significa apropriar-se não só dos aspectos linguísticos, mas também culturais de um povo.

Há jeitos diferentes de falar as horas: em alguns países se diz são 7 horas e 40 minutos, em outros, são 40 minutos passados das 7, e ainda em outros faltam 20 minutos para as 8 horas. Não é um nada. É muito. É uma forma de se relacionar com o tempo, uma forma instituída que perdeu seu instituinte com o transcorrer das décadas; uma forma particular que se universalizou e conforma o pensamento de um conjunto de pessoas.

Há países como na Alemanha em que "não" significa "não", e no Brasil a palavra "não" pode ser "talvez" e até "sim". E possivelmente um brasileiro pode compreender isso e um alemão não. São exemplos toscos de como a língua e pensamento se articulam (à cultura), se relacionam, e embora não saibamos bem quem vai a frente de quem, num movimento contínuo, a realidade é representada e construída por meio da linguagem. O Estado ao regular desde sinais de pontuação, palavras ou gestos, pausas, formas de articulá-las, de organizá-las, formata a língua, que por sua vez cria uma espécie de formatação do pensamento de quem supostamente faz seu uso. Se achamos que escrevemos a língua, também devemos pensar que a língua nos escreve, nos prescreve, nos narra ao contrário[79]. É estrutura estruturada e estruturante no pensamento bourdeusiano.

3.3 As verdades que se impõem por violência

A língua talvez seja o melhor exemplo de violência simbólica. E não por nada que "Marcelo, Marmelo, Martelo" é um sucesso editorial infantil, por chamar a atenção das crianças para os arbitrários linguísticos. Por que cadeira chama-se cadeira e não sentador? Por que travesseiro e não cabeceiro? (ROCHA, s/d). E ainda que fossem cabeceiro e sentador ainda assim seriam arbitrariamente definidos.

[79] Não considero a língua enquanto estrutura que age de maneira uniforme sobre o conjunto da população. O que enfatizo é que a língua tem poder estruturador que age sem que percebamos. Ela é anterior a nós. Não escolhemos uma língua, antes somos por ela escolhidos. Se podemos falar de um *habitus* nacional, a língua nos diferencia enquanto grupo, o que não significa haver tantos subgrupos quantos usos se faz de um mesmo idioma nacional. Também não ignoro o fato de a língua ser esse instrumento vivo que se modifica pelo seu uso.

Neste livro, Ruth Rocha brinca com signos e significantes, e não deixa de mostrar que aderir a uma língua significa subsistir socialmente. Assim, considerando ser “o reino social o reino do arbitrário” (Mauss apud MICELI, 2013, p. XXV), estamos sendo violentados a todo o momento, inclusive quando falamos. Senão vejamos:

> Todo fenômeno social tem na verdade um atributo essencial: seja um símbolo, uma palavra, um instrumento, uma instituição; seja mesmo a língua, e até mesmo a ciência mais bem feita; seja ele o instrumento mais bem adaptado aos melhores e aos numerosos fins, seja ele o mais racional possível, o mais humano, ele é ainda arbitrário. (Mauss apud MICELI, 2013, p. XXVI, grifos do autor).

Ao adjetivar violência como simbólica Bourdieu e Passeron (2014) vêm argumentar que se trata de uma violência que não se apresenta como violência. Uma imposição que não se apresenta como imposição, mas é introjetada e vivida como a melhor possibilidade, senão a única possibilidade. É neste sentido que é violência simbólica por operar sutilmente, por convencer aquele que opera a violência e aquele que se submete a ela de modo imperceptível.

De acordo Catani et al

> O conceito de violência simbólica é um tema presente em toda a teoria social de Pierre Bourdieu e aplica-se a todas as formas brandas de dominação que conseguem ganhar a adesão dos dominados. Brandas em relação à brutalidade das formas físicas e armadas, ainda que as físicas também sejam simbólicas. Violência, pois, por mais “brandas” que possam parecer, ainda sim exercem em suas vítimas o constrangimento, a censura, a exclusão, e por fim, simbólica, pois age no nível do discurso e dos significados. Mais precisamente, dos sentidos que os dominados conferem ao mundo social e a seu lugar nesse mundo. (2017, p.359-360).

É violência, pois existe a imposição de uma força dominante que nega a cultura dominada. Um conjunto de critérios, valores, princípios e práticas opera com o objetivo de produzir um efeito. E, ao inculcar determinadas significações outras significações são desprezadas, tão desprezadas que se despreza o próprio

processo de desprezo, legitimando as escolhas feitas como as únicas possíveis. Sendo assim, todo reconhecimento é desconhecimento.

Como afirmam Bourdieu e Passeron:

> É assim que amnésia da gênese que se exprime na ilusão ingênua do “sempre-assim”, assim como nos usos subtancialistas da noção de inconsciente cultural pode conduzir a eternizar e, com isso, a “naturalizar” as relações significantes que são o produto da história. (BOURDIEU e PASSERON, 2014, p. 30).

O “sempre-assim” atravessa a nossa vida, e na escola ela ocorre das mais diversas formas. N´A Reprodução, Bourdieu e Passeron (2014) apresentam a ideia de que uma ação pedagógica é uma violência simbólica. O trabalho de um professor consiste em alcançar objetivos previamente definidos por meio de estratégias específicas e recursos próprios. Conteúdos são ensinados e posteriormente avaliados, segundo instrumentos e critérios considerados válidos. Uma ação pedagógica é exercida num determinado espaço, sendo que professor e estudantes são posicionados de forma estratégica. O tempo dispendido para esta ação é igualmente organizado, distribuído, otimizado. Ora, não há nada de natural nesse conjunto de ações, mas antes são ações que foram naturalizadas e legitimadas. Dos objetivos estabelecidos aos resultados alcançados a violência simbólica se faz presente porque opera por meio de arbitrários culturais que são reconhecidos como cultura legítima.

E quando me refiro à seleção de conteúdos, objetivos, procedimentos pedagógicos, critérios e instrumentos de avaliação não me refiro apenas de violência simbólica do professor sobre o aluno. Também o professor foi/é vítima, uma vez que incorporou estas formas como sendo as elegíveis.

Na discussão sobre violência simbólica um conceito importante refere-se à autoridade pedagógica por meio da qual os receptores da ação pedagógica se predispõem a reconhecer a legitimidade das informações que circulam no interior de uma sala de aula ou escola. Informações que não são apenas da ordem dos conteúdos – também arbitrariamente selecionados e tomados como universais –,

mas de todas as decisões que são acatadas pelos indivíduos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Aliás, os conteúdos constituem-se em verdadeiros subterfúgios para ensinar formas e procedimentos. Ao colocá-los em evidência, minimizam-se os efeitos que todo o resto produz, instituindo e constituindo os indivíduos.

Um aluno que venha questionar um determinado ponto de correção de uma prova não desmonta um sistema de avaliação, antes o reforça. Isso porque ele já tem introjetado uma série de elementos: a prova como um instrumento necessário para avaliar os estudantes, a possibilidade de traduzir o conhecimento construído em respostas objetivamente quantificáveis, o significado de notas, conceitos e as hierarquias que estas produzem, o lugar do aluno no sistema avaliativo, o professor como avaliador revestido de autoridade para dar a sentença final diante do questionamento interposto pelo discente. Segundo os autores:

> Desde que toda AP [Ação Pedagógica] em exercício dispõe por definição de uma AuP [Autoridade Pedagógica] os receptores pedagógicos estão de imediato dispostos a reconhecer a legitimidade da informação transmitida e a AuP dos emissores pedagógicos, e por conseguinte a receber e interiorizar a mensagem (BOURDIEU e PASSERON, 2014, p. 43).

É neste sentido que os autores indicam que uma ação pedagógica sem autoridade pedagógica seria inaceitável, sociologicamente falando.

O produto da ação pedagógica são os indivíduos educados o que se faz pelo uso da violência simbólica: instituindo, introjetando, constituindo a escola no interior de cada indivíduo. O aluno na escola e a escola no aluno. Uma vez instituído, este aluno passa a reproduzir os discursos e práticas: de agente estruturado passa a ser estruturante.

Desta forma, vê-se como necessário democratizar o acesso à educação formal. Colocar para dentro do sistema educacional todos aqueles que ainda não foram atingidos pelos sutis mecanismos escolares. Mesmo que em termos de conteúdos estes alunos não respondam às exigências da escola, estão sendo

submetidos a uma ação pedagógica que opera lenta e eficazmente; a longo prazo este silencioso e invisível processo é tão ou mais eficaz que a coerção física.

Na França estudada por Bourdieu como também no Brasil, viveram-se períodos em que os estabelecimentos de ensino eliminavam precocemente e de forma brutal os meninos das famílias oprimidas. Operando com as noções de dons e méritos, aqueles acabam convencendo-se de que a escola não lhes servia e de que todo investimento seria em vão. Como afirma Bourdieu:

> A seleção baseada na ordem social era em geral aceita pelos estudantes e pelas famílias já que parecia fundada unicamente sobre os dons e méritos escolhidos: aqueles que a Escola não queria acabam convencendo-se (graças à própria Escola) que não queriam a escola. (BOURDIEU, 2012, p. 481).

Como se alguns nascessem para as atividades intelectuais, e outros, fadados aos trabalhos manuais; de forma homóloga, os ocupantes das melhores posições da escola ocupavam também as melhores posições sociais.

Com o processo de democratização da educação[80], as camadas populares sentiram inicialmente que as coisas podiam ser diferentes e que com acesso aos níveis mais elevados de ensino, decretado pelo Estado, seria possível reverter o destino social. No entanto, chegar aos níveis mais elevados não se constituía em tarefa fácil e se antes os estudantes eram tomados como aqueles que não tinham habilidades pessoais para dar prosseguimento aos estudos, agora um novo discurso vem atrapalhar ou justificar a trajetória escolar: passa a se falar de obstáculos culturais, de insuficiências pedagógicas na formação inicial, de carência de recursos oferecidos pela escola primária, de professores incompetentes e incapazes para promover o êxito nos estudos subsequentes.

[80] Na França, o processo de democratização da escola iniciou oficialmente no final dos anos 1950 com a Reforma Berthoim, que se apresentou como corretora da desigualdade de oportunidades educacionais. Esta Reforma aprovou a obrigatoriedade escolar até os 16 anos, feito que o Brasil só conseguiu com a Emenda Constitucional 59 de 2009 que estabelece a matrícula compulsória na Educação Básica para o corte etário de 4 a 17 anos. Esse processo de democratização inicia na década de 1980 num período em que se constata que de cada 1000 crianças que ingressavam na 1ª série do 1º Grau apenas 180 concluíam este nível de ensino (FREITAS, 1989).

Com isso, “o processo de eliminação foi adiado e diluído no tempo: e isto faz com a instituição seja habitada a longo prazo por excluídos potenciais, vivendo as contradições e os conflitos associados a uma escolaridade sem outra finalidade senão ela mesma” (BOURDIEU, 2012, p. 482-3). Ou seja, a escola precisa acolher os excluídos para continuar mostrando que apenas uma parcela tem êxito; precisa mostrar que as portas estão abertas para todos, mas que infelizmente, aqueles que não têm base, os que tiveram uma escolaridade inicial precária não podem ter êxito nos níveis mais elevados de ensino e, portanto, não podem exercer as profissões mais valorizadas.

Para Bourdieu, “as disfunções são os preços a pagar para conseguir os benefícios (políticos, principalmente) da democratização” (2012, p. 483). Politicamente, a situação se estabiliza porque todos podem ficar bem com a situação. As classes pobres podem ficar satisfeitas com a possibilidade de chegar aos níveis mais elevados de ensino, podem sentir-se asseguradas pelo direito à educação; as classes dirigentes e dominantes ficam satisfeitas porque, afinal, estariam oportunizando a todos as mesmas chances, embora não sejam ameaçadas por aquelas. E mais: a desigualdade social existente agora é legitimada pelo sucesso/insucesso escolar; a sociedade se mantém, se reproduz com o aval da instituição escolar.

Tendencialmente, as famílias pobres têm menos chances, e quando chegam com grandes sacrifícios no topo da escolaridade conseguem diplomas desvalorizados. Porque esta escola que se expandiu para as massas não é a mesma que existiu e continua a existir para os extratos privilegiados da sociedade. Portanto, o que temos é um sucesso relativo e não absoluto porque se consolida nas piores escolas, nos piores cursos, nas modalidades mais precárias com menos recursos e investimentos.

> Desta forma, a instituição é vista cada vez mais, tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, como um engodo e fonte de imensa decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela (BOURDIEU, 2012, p. 483).

E aqui volto ao ponto inicial da discussão ao apresentar ideias em torno da violência simbólica. Ao manter por um longo período de tempo os indivíduos na condição de estudantes, ainda que sejam excluídos no interior das escolas, de forma contínua e imperceptível, são instituídas estruturas que se perpetuam. Sob a roupagem de um sistema de ensino aberto e democrático, a escola opera como se oferecesse as mesmas oportunidades educacionais a grupos desiguais, e as hierarquias escolares são naturalmente aceitas, assim como se naturalizam as diferenças sociais.

Nesse sentido, se Bourdieu (2014, 2012, 2016) está certo em sua análise, os IF não escapam do mote da reprodução. Ao oferecer diferentes itinerários formativos, trazendo alunos para cursos que vão da Educação Básica à Pós-Graduação, há possibilidades imensas de fixar verdades sobre a realidade social e sobre si mesmos nessa instituição, a partir de categorias de pensamento instituídas.

No contexto desta tese, vale dar destaque a uma das grandes violências simbólicas difundidas no IFSP: a relação educação-emprego. No discurso corrente que amarra essas duas instâncias afirma-se (quase garantindo) que quanto maior a escolaridade dos sujeitos maior a possibilidade de empregar-se no mercado de trabalho. Numa relação de causa e efeito, a escolaridade promoveria o emprego, e com ele, as melhores condições de vida da população. Assim, a educação geraria o desenvolvimento pessoal, e também social. Grandes nações teriam alavancado o seu desenvolvimento por meio da escolarização, e o Brasil caminharia nessa direção. A empregabilidade, esse termo recente presente nos discursos, vem aglutinar educação-emprego, transferindo ao sujeito a responsabilidade pela sua educação e qualificação, e em consequência, suas possibilidades de manter-se empregado.

A relação de causa e efeito apresentada nos textos oficiais, na grande mídia, no meio empresarial e até presente em instituições que representam os trabalhadores, colocam a educação como diretamente vinculada à geração de emprego/renda e a justiça social. De acordo com KOBER (2004), “o aumento das taxas de escolaridade não vai levar a criação de empregos, o que depende de um modelo político-econômico voltado para isto, e menos ainda, a uma sociedade mais justa” (p. 9).

A autora apresenta dados que mostram que o crescimento do desemprego no Brasil é maior entre trabalhadores que têm mais de quatro anos de escolaridade do que para aqueles com menos anos de escola. Dados mais recentes de um estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em relação à juventude indicam uma polarização no mercado de trabalho: se por um lado a demanda por jovens altamente qualificados é uma realidade em países de alta renda, por outro, nos países em desenvolvimento e emergentes o trabalho de baixa habilidade apresentou aumento (GLOBAL ..., 2017).

Neste estudo, o Brasil está classificado num grupo de países de renda média-alta, ou seja, estamos entre os países desenvolvidos e os de baixa de renda. Se nos alivia, das 190 economias avaliadas pela OIT, (apenas) 36 estão numa situação pior que a do Brasil, considerando a perspectiva de emprego para a juventude. Não há o que possa efetivamente nos orgulhar.

O estudo além de evidenciar que o crescimento econômico está em descompasso com o crescimento dos índices de emprego mostra a elevação em 30% das taxas de desemprego na população jovem em 2017 no Brasil, atingindo um percentual de 30%, a mais alta taxa desde 1991.

O caminho mais plausível, até mesmo antes da Reforma Trabalhista[81], já era a informalidade, e deste cenário brotaram com força as narrativas em prol ao empreendorismo – outra violência simbólica.

Não há perspectivas favoráveis que justifiquem a relação direta educação-emprego. Diante dessa evidência nem tão evidente, um discurso ainda mais forte se apresenta, colocando a educação como promotora da inserção dos indivíduos num mundo tecnológico:

> É verdade que para viver no ambiente contemporâneo é preciso um grau de instrução e de capacidade para lidar com equipamentos jamais requerido anteriormente; no entanto, também aqui, a excessiva claridade da explicação acaba por jogar na sombra um leque de determinações. O forte determinismo tecnológico que permeia essa relação quer fazer crer

[81] Lei 13467 de 13 de julho de 2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho; numa leitura nua e crua, a legalização da informalidade.

> que os grandes avanços da tecnologia nos últimos anos, principalmente referentes á informática, comunicações, robótica, genética, etc., são os responsáveis pelas mudanças na sociedade, na economia, no modo de vida das pessoas. Desse ponto de vista, os avanços da ciência e da tecnologia provocariam mudanças irreversíveis, as quais teríamos de nos adaptar. (KOBER, 2004, p. 10).

A ciência e a tecnologia se desenvolvem no interior de relações econômicas, sociais e políticas, que acabam sendo obscurecidas ou ofuscadas pela força com que se apresenta o determinismo tecnológico. Novamente, se atribui ao sujeito a escolha por estar ou não estar incluído nesse mundo de rápidas mudanças, ainda mais com tantas ofertas educacionais que estão aí para suprir essas exigências. Nesse sentido que o título do seu livro "Qualificação profissional: uma tarefa de Sísifo" se apresenta tão genial.[82]

Desmontar essas violências simbólicas no interior do IF em torno do determinismo e/ou fetichismo tecnológico, qualificação profissional permanente, relação escola-emprego significa atacar seu maior substrato. Nesse sentido, os IF vêm para reforçar essas violências simbólicas, expandindo-se e interiorizando aos quatro cantos do país.

Ao difundir que é responsabilidade de cada indivíduo lutar pela sua sobrevivência, acumulando títulos e diplomas acadêmicos, disputando pau a pau por vagas de emprego sequer existentes, exime-se o Estado de suas responsabilidades em gerar políticas de desenvolvimento social, na qual se inclui a geração de trabalho remunerado. Tudo se passa como se a população estivesse "ao Deus dará" diante de um Estado que se minimiza frente às suas responsabilidades sociais e se maximiza enquanto promotor e difusor de ideias e sentimentos que giram em torno de que "ser dono do próprio negócio é parte da vocação do povo brasileiro", de que "pequenas empresas, [podem ser] grandes negócios" (Empreendedorismo..., 2018).

A grande violência simbólica parece ser a meritocracia, que se reedita com a escassez de vagas estáveis, diante da informalidade que se torna regra num mundo de desemprego estrutural. A barbárie que se pratica dia a dia não diz respeito

[82] Na contracapa do livro, apresenta-se Sísifo, figura da mitologia grega que teria sido condenado por Zeus a levar uma pedra até o alto de uma montanha, num processo interminável. Ao chegar ao topo, a pedra rolava e Sísifo, novamente, e mais uma vez*, Ad aeternum* se colocava a transportá-la morro acima. Assim quem apresenta a obra faz a comparação com a "tarefa extenuante e contínua que nos remete hoje à ideia de qualificação profissional" (KOBER, 2004).

somente em negar à população as condições dignas de existência, mas em semear no indivíduo a erva daninha da culpa pelo seu fracasso e a responsabilidade pelo seu sucesso. Essa violência simbólica é atualizada cotidianamente, e no âmbito desta tese dou destaque ao processo de subjetivação e objetivação do funcionalismo público: toda vez que um servidor público toma posse há uma grande chance desse inço espalhar-se pelo território onde atua. Ao subir no ranking, olha de cima para sociedade pós-emprego. Resta saber o que faz com esse importante trunfo.

3. 4 Da soberba do Estado ou como se produz um servidor público

A partir do pensamento bourdeusiano comecei a pensar como a instituição Instituto Federal atualiza o poder simbólico em torno do Estado, desenvolvendo, promovendo, difundindo interesses. Afinal, que papel assumem os Institutos Federais e como participam desse movimento? Seria o Instituto Federal uma forma de acumular, reproduzir e difundir capitais considerados legítimos pelo Estado?

O Estado ao projetar os Institutos Federais se auto-projeta. Fazendo-os se faz, se refaz, se reatualiza. Ele também se amplia, se agiganta à medida que expande e interioriza a instituição no país. De Amajari (RR) a Rio Grande (RS), temos 599 unidades de Instituto Federal, alcançando quase 1 milhão de alunos matriculados em 2019[83]. De cada 10 municípios no Brasil, um é contemplado com uma unidade de IF.

Com os Institutos Federais, os concursos públicos promovidos para provimento de cargos docentes e técnico-administrativos transformaram milhares de pessoas comuns em agentes do Estado. No ano de 2019, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, estava registrado pouco mais de 46 mil professores e 35 mil técnico-administrativos. Fomos autorizados por força de lei, temos a lei do nosso lado, somos a lei. Incorporamos a sua lógica e a difundimos.

“Os alunos passam, os servidores ficam”, muitas vezes ouvi essa sentença como forma de apaziguar conflitos internos. No fundo, mostra de que lado pende a balança.

[83] Dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha.

Em menor ou maior grau, colocamo-nos acima de nossos alunos e de suas famílias, e não importa de onde viemos, se das mesmas classes sociais ou não, uma vez selecionados, concursados, nomeados, empossados, estamos alocados no Instituto Federal. Está no Diário Oficial, e oficialmente podemos dizer quem pode ingressar, permanecer nessa escola e concluir os estudos, e quem deve ficar de fora. Como bem explicitou Bourdieu:

> o Estado se situa do lado dessas invenções que consiste em por as pessoas juntas de tal maneira que, estando organizadas de tal jeito, elas façam coisas que não fariam se não estivessem organizadas assim. (2014, p. 57).

Os atos de Estado como o concurso, a nomeação, a posse, as avaliações de estágio probatório e também – embora ocorram com menor frequência – os processos administrativos e as exonerações, dentre tantos outros, nos garantem um lugar de poder, que nos permite produzir verdades sobre as pessoas, sobre seus modos de vida, seus modos de estudo, suas perspectivas de trabalho, seu futuro promissor ou não. São os atos de Estado que dizem quem pode ser engenheiro, tecnólogo ou técnico, ou nada disso.

Como afirma o autor “o poder de nomeação é um poder de criação social que faz a pessoa nomeada existir conforme a nomeação” (BOURDIEU, 2014, p. 361). É desse lugar que falamos quando nos referimos aos nossos alunos. Somos, pois, pessoas “que têm mais peso que outras nas lutas simbólicas pelo poder de se construir a realidade social” (BOURDIEU, 2014, p. 432).

Na hierarquia do serviço público, somos representantes do poder central. Enquanto grupo (ou campo como veremos adiante) somos portadores de um *habitus* de classe, o que tem efeitos concretos sobre nós mesmos e sobre as outras pessoas. Nossos salários acima da média do serviço público educacional em nível estadual e municipal, justificados (não só, mas também) pelos títulos acadêmicos acumulados, ajudam a nos colocar em outro patamar. E fazemos questão de expressar que somos federais em nossas camisetas e canecas. Nossas roupas são modestas, despojadas, mas nossas ações revelam discretamente a soberba do Estado. Em cada professor ou técnico-administrativo do Instituto Federal existe uma

autoridade que habita a sua pessoa, que é reconhecida, consentida como tal por toda a comunidade acadêmica. Segundo o autor:

> O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso, é o lugar para o qual somos remetidos quando regredimos a partir de certo número de fenômenos – diplomas escolares, títulos profissionais ou calendário. De regressão em regressão, chegamos a um lugar que é fundador de tudo isso (BOURDIEU, 2014, p. 38-39).

O oficial nunca é mais que o oficial dirá Bourdieu. No fundo no fundo, somos pessoas comuns teatralizando o oficial e o universal: cremos e fazemos crer que nossas opiniões não são meros pontos de vista. “É um ponto de vista sem ponto de vista” (2014, p. 61). Estamos acima dos pontos de vista, “o geometral de todas as perspectivas” (p. 61). Por isso nos apresentamos como “uma comissão de sábios, isto é, acima das contingências, dos interesses, dos conflitos, fora do espaço social” (p. 61).

No espaço social temos um ponto de vista que é relativo, mas acima deste espaço apresentamos as verdades, como diz Bourdieu “as verdades públicas”, “as verdades oficiais”. Como num passe de mágica transformamos opiniões em visões legítimas, interesses particulares em universais.

Bourdieu enfatiza que a escolha das pessoas tem uma importância ímpar: “a escolha deve se fixar em pessoas respeitáveis, respeitosas das formas, sabendo impor as formas, fazer as coisas segundo as formas, respeitar as regras, a regra do jogo, jogar o jogo” (p. 69).

Isso me faz pensar nos critérios de seleção dos candidatos aos cargos, que faz com que pessoas semelhantes sejam escolhidas para compor o quadro de pessoal. Mas também me remete ao modo como introjetamos uma espécie de respeito, como acabamos por nos respeitar enquanto servidores, uns aos outros e a nós mesmos. Construímos uma espécie de autoestima que se coletiviza. De forma diferenciada (uns mais, outros menos) alimentamos a autoridade federal que nos integra como grupo e nos torna íntegros de um sentimento do Estado.

Ao entrar no serviço público nos reportamos a ele como uma espécie de benção, uma dávida. Estou lembrando de quando recebi o telefonema do servidor de recursos humanos solicitando a documentação para assumir o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais. Senti-me convocada para apresentar-me à realeza. Fiquei pasma com o chamado, pedi logo um número de telefone para checar se o fato era verídico.

Era verdade! Era oficial! E assumi o cargo em 3 de agosto de 2011, quando a escola tinha praticamente um ano de funcionamento. E de lá pra cá, vi outras tantas situações em que os recém nomeados agem feito “abobados” quando assumem o cargo, e vão se apropriando dele, colando nele como se ele estivesse à espera da sua pessoa, servindo como uma luva. Como expressa Bourdieu “quem está completamente embebido de uma problemática já não sente o seu aspecto arbitrário” (2014, p. 243).

Em 2015, prestei o concurso para docente, e se havia candidatos questionando a prova no tocante a conteúdos, bibliografia, número de questões e até em relação a sua diagramação, eu a defendia. Uma defesa que ao mesmo tempo afirmava minha condição de candidata selecionada para segunda fase, afirmava a lisura do concurso público, a lisura do Estado. Quando classificados, deixamos de enxergar o quanto uma prova de questões objetivas é arbitrária, o quanto os valores atribuídos para quesitos do currículo não são neutros, o quanto um edital construído por uma comissão específica atinge alguns e exclui outros, enfim, acreditamos ou queremos acreditar na retidão da classificação dos candidatos quando nos beneficiamos dela. Uma operação que nos reduz a um conjunto de pontos, resultantes de etapas de um processo que transforma privilégios em mérito, e que marca nossa trajetória na instituição.

Se o primeiro colocado é apresentado e apresenta-se como sendo o melhor diante dos demais por ter reunido um conjunto de requisitos considerados importantes para a instituição, passando a gozar de prestígio e reputação, tudo o que o quinto classificado deseja é ser efetivado. Pouco (ou menos) importa não ser o melhor – arbitrariamente o melhor. Essas diferenças de classificação vão se

dissipando em prol de uma unanimidade – embora a atribuição de aulas[84] atualize o ritual que antecede nosso ingresso na instituição.

O quinto colocado pode até tecer críticas ao concurso público e do processo moroso de várias, sucessivas e desgastantes etapas, mas depois o valida quando nomeado. Da autorização do concurso, passando pela produção e publicação do edital, abertura de inscrições, homologação dos inscritos, realização das provas, publicação de resultados, pedido de recursos, homologação final e convocação dos aprovados não saímos ilesos. São fragmentos de uma exterioridade mútua a qual todos candidatos são submetidos e expostos; nesse processo somos subjugados a normas estranhas que vamos pouco a pouco incorporando, até torná-las legitimadas. Enfim, entramos no jogo e passamos a difundir suas regras.

Unanimidade significa jogar as regras do jogo. Bourdieu (2014) afirma que

> o oficial é o público: é a ideia que o grupo tem de si mesmo, e a ideia que ele pretende professar de si mesmo, a representação (no sentido de imagem mental mas também de representação teatral) que ele pretende dar de si mesmo quando se apresenta como grupo. (2014, p. 85).

Bourdieu explora a palavra público, que se diferencia da palavra particular, singular, pessoal, privado. Daí é possível entender que o público também se opõe ao escondido e invisível. Falar em público é falar a todos, sem bastidores. Bourdieu (2014) traz a ideia de estar no palco (e isso leva novamente à ideia de representação teatral). Falar em público não é falar qualquer coisa, sem papas na língua, “há um perigo permanente do lapso, da gafe, do desrespeito às boas normas” (p. 86). Segue o autor, “a audiência universal faz com as falas oficiais sejam falas-ônibus, destinadas a cada um, a todos e a ninguém” (p. 86). É nesse sentido que uma fala pública ou oficial é censura, não se fala tudo o que se quer a qualquer pessoa. Penso que este é um grande aprendizado que o serviço público nos oportuniza.

[84] Havendo mais que um professor interessado em ministrar uma mesma disciplina, o tempo de serviço no IFSP conta como critério, portanto, a data de posse.

Se num primeiro momento o sujeito pode não falar em público porque não tem o que dizer, recém chegou e ainda está “abobado” com a posse e todos os rituais, depois pode não falar porque incorporou o filtro. É interessante notar como se fabrica um servidor público. Por isso, são necessários os porta-vozes, aqueles que conseguem expressar-se com as palavras certas, no tom preciso o que é preciso ser dito. “O profeta é aquele que diz no lugar do grupo o que o grupo não pode dizer ou não quer dizer e que se automandata não povoando escândalo pelo fato de dizer que até então o grupo não dizia ou não podia dizer” (BOURDIEU, 2014, p. 99-100).

O que Bourdieu (2014) considera como sendo oficial é “a teatralização do interesse pelo interesse geral; é a teatralização da convicção do interesse pelo universal” (p. 104), um suposto desinteresse pelo particular. Enfim, “um jogo em que todos se mentem e mentem a outros sabendo que se mentem. É isso o oficial” (p. 104). Para Bourdieu, interesses privados travestidos de interesses públicos.

3.5 Os conceitos de *habitus* e campo em Bourdieu

Mas quais são estes interesses?

Bourdieu afirma que há “tantos tipos de interesse, quanto há campos. Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de um outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura, etc.)” (BOURDIEU, 2001, p. 149). Os interesses são muitos e diversos, e não se reduzem à ordem material e econômica.

Um grupo de alunos pode compreender que seja possível “estudar” só para passar de ano, o que pode não ser aceito por seus professores que entendem que isso significaria sacrificar um tempo em vão, sem que os conteúdos considerados importantes sejam de fato apropriados. E nesse sentido, há um esforço para criar estratégias para que o simples fato de estar matriculado não seja suficiente para atingir o objetivo de passar para o ano seguinte. A frequência às aulas é cobrada de forma mais ou menos rígida. Uma vez que esteja fisicamente presente em aula, o aluno é interpelado a participar, sendo solicitado a manter-se em coluna ereta, a ouvir com atenção a explicação, a responder perguntas que lhe são dirigidas, a

realizar exercícios escritos no caderno ou mesmo na lousa. O professor pode aproximar-se do aluno, verificar sua conduta de forma mais atenta, invadindo sua zona de conforto. No extremo, o chama para uma conversa em separado, no final da aula ou fora dela. Se isso tudo não funcionar, passa-se a avaliar atividades com maior frequência, e no limite, a fazer as chamadas “provas surpresa”. Não há garantia que isso funcione, pois os alunos vão encontrando brechas, e os professores vão fazendo o cimento para fechar essas possibilidades, cada qual agindo de acordo com seus interesses. Feito briga de gato e rato, cada qual com suas estratégias e possibilidades. Uma relação que foi inventada e se reinventa e reatualiza, é estrutura ao mesmo tempo em que é estruturante.

O aluno pode simular afinidade com o que o professor fala em aula, sentando-se junto a colegas que melhor dominam o conteúdo para obter alguma vantagem. Pode também esconder as suas inabilidades em determinado(s) campo(s) de conhecimento por meio de atos de indisciplina. Chega atrasado, sai mais cedo, esquece o material, cochila na carteira, sai a todo momento para beber água ou ir ao banheiro, introduz assuntos alheios à aula, faz uso indevido do celular, enfim, o que muitas vezes consideramos ser a causa do não aprendizado, pode ser a sua consequência. Mas enfim, é o aluno sendo aluno, como se diz.

Há professores considerados maleáveis, há aqueles que entendem que o conteúdo pode não ser significativo para os alunos, e não abrindo mão da sua importância, criam alternativas metodológicas para capturá-los. Há ainda professores que entendem que o mercado de trabalho é quem seleciona, e que tudo o que tem a fazer é apresentar o conteúdo – para os interessados e os supostamente desinteressados.

Bourdieu (2014) recupera a origem etimológica da palavra interesse e a partir dela podemos entender que o que parece simples, na verdade é bastante complexo. Interesse significa pertencimento. “Inter esse” quer dizer “pertencer” “ser de” e, portanto, mudar o ponto de vista e, consequentemente, de atitude, implica em migrar de uma posição para outra, o que não é fácil e óbvio como dizer ao outro (ao aluno, ao professor) o que deve ser feito. “Interesse é “estar em”, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos” (BOURDIEU, 2017, p. 139).

Não podemos pensar que isso tudo se opera conscientemente, como se os indivíduos obedecessem a razões lógicas e racionais. Como se suas escolhas fossem fundamentadas. Para Bourdieu, os sujeitos são dotados de um senso prático

> de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão(o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e resposta adequada. (BOURDIEU, 2017, p. 42).

Continua Bourdieu, "o *habitus* é esse senso prático do que se deve fazer em dada situação" (p. 42). E agimos como agimos não porque *habitus* seja destino, pré-destinação, regido por forças mecânicas, mas porque se impõe com tamanha intensidade que não conseguimos vislumbrar alternativas, ou se as vislumbramos não conseguimos realizá-las porque é algo "mais forte do que nós".

Habitus é compreendido por Bourdieu como um sistema de regras incorporado que funciona como uma racionalidade prática, uma espécie de guia do que devemos fazer. No exemplo acima em que apresentei condutas de professores e alunos, cada agente sabe da posição que ocupa no jogo e "tal como no esporte, o bom jogador é aquele que consegue prever as jogadas dos adversários e organizar as suas, inclusive com improvisações em razão disso" (CATANI et al, 2017, p. 242).

No entanto, é um ato calculado sem ter havido um cálculo, "uma intencionalidade sem intenção" (Bourdieu apud THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34), uma estratégia sem determinação estratégica, uma razão de se fazer o que se faz sem que tenha sido racionalizada (BOURDIEU, 2017). Uma razão que "transforma uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios" (BOURDIEU, 2017, p. 138). Quem já não viu um aluno apresentando um seminário e transformando-se a olhos vistos na figura de professor?

Habitus é infraconsciente e é "o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências" (THIRY-

CHERQUES, 2006, p. 34). Portanto, "*habitus* é tanto individual quanto coletivo" (p. 35). "É o produto de uma aquisição histórica" (BOURDIEU, 2001, p. 184), é a encarnação da história social no corpo.

É resultado de nossas aprendizagens, sejam elas intencionais ou não. Estão tão profundamente estruturadas que se expressam como uma forma "natural" de agir. Assim, é o *habitus* quem constitui nossa forma de enxergar o mundo, nossa forma de percepção e julgamento, conformando nossas ações.

Para Bourdieu, *habitus* é

> um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados (apud MICELI, 2013, p. XLI).

É o *habitus* que diz se uma roupa está suja ou limpa, bem ou mal passada; se doce e salgado combinam ou não; se existe a possibilidade de degustar moela, fígado ou bucho; se um produto é de boa ou má qualidade; se uma mercadoria ou serviço é caro ou barato; quando uma escova de dente deve ser descartada; quando avançar, quando recuar nos investimentos financeiros; quais as situações de perigo e vulnerabilidade; quais candidatos à Presidência da República são ou não confiáveis. São nossos esquemas de percepção que dizem se um livro se abre para a leitura, para o grifo, para a anotação ou deve enfeitar a estante; são nossos esquemas de classificação que leem ou não trejeitos que vem de berço e aqueles que são tardiamente adquiridos; é o *habitus* que pode auscultar um "para mim fazer", um "ou seje" e identificar uma fala fora da língua padrão.

No entanto, não se tratam de lampejos de consciência, de classificações do intelecto. É um conhecimento que se faz pelo corpo, no corpo. "Quando se viu, já foi", uma reação, uma atitude, um comportamento que é ativado por um conjunto de estruturas incorporadas – tornadas corpo. Não no sentido mecânico de estímulo e

resposta, mas “razões que a própria razão desconhece” (Pascal apud BOURDIEU, 2001).

O *habitus* se forma a partir de elementos da exterioridade que são internalizados e da exteriorização de elementos estruturados em nós, por meio das nossas práticas. Não são quaisquer elementos que são captados, capturados do exterior para compor e recompor o *habitus*, mas sim, aqueles reconhecidos como legítimos, e aqui não se trata de uma operação consciente. Não se trata de “vou me apropriar disso, pois considero isso bom, adequado, relevante, razoável”. O bom, adequado, relevante, razoável precisam estar em consonância com uma espécie de matriz fundadora do *habitus*, que não é dada biologicamente. É como um programa de computador implantado desde a educação familiar que se atualiza, mas opera do mesmo modo, selecionando dados da realidade que o software classifica como dados. Assim, explica Thiry-Cherques:

> Do berço ao túmulo absorvemos (reestruturamos) nossos *habitus*, condicionando as aquisições mais novas pelas mais antigas. Percebemos, pensamos e agimos dentro de estreita liberdade, dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupamos (2006, p. 34).

Abro um parêntese para registrar com base no pensamento bourdeusiano que o *habitus* se reestrutura “do berço ao túmulo”, passando pela escola, essa importante instituição que nos fornece elementos e formatos de inculcação diferentes daqueles que a família utiliza:

Assim como o *habitus* adquirido através da inculcação familiar é condição primordial para a estruturação das experiências escolares, o *habitus* escolar constitui o princípio de reestruturação de todas as experiências ulteriores, incluindo desde a recepção das mensagens produzidas pela indústria cultural até as experiências profissionais (MICELI, 2013, p. XLVII).

É nesse sentido que quanto mais tempo um sujeito permanece no sistema de ensino, mais subjugado se encontra à medida que incorpora arbitrários culturais,

considerando-os legítimos, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo. Do jardim de infância à pós-graduação, ao concluir os estudos há menos chances criticá-los[85].

Isso não significa que não consigamos identificar traços do *habitus* ou do *habitus* cultivado[86] em nós, de tão arraigados. Pelo contrário, ele possibilita que possamos prever nossas ações futuras, com base em nosso repertório de experiências. O que fazer e o que não fazer (BOURDIEU, 2001).

Também não significa a simples reprodução destas ações, pois elas ocorrem em situações, espaços e tempos diferentes. Portanto, é equivocado pensar que *habitus* é destino. Existe liberdade no pensamento bourdeusiano, ainda que restrita, porque presa a estruturas estruturadas, profundamente estruturadas. E quanto mais estruturadas, menos visíveis, perceptíveis e passíveis de transformação. Antes, se tornam estruturas estruturantes. Assim, Bourdieu se afasta tanto do paradigma objetivista do estruturalismo quanto da filosofia do sujeito e da consciência.

A concepção de estrutura em Bourdieu é dinâmica, é condicionada e condicionante. “Deriva da dupla imbricação entre as “estruturas mentais” dos agentes sociais e as estruturas objetivas (o “mundo dos objetos”) constituída pelos mesmos agentes. As primeiras instituem o mundo inteligível porque pensado a partir das segundas” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31).

Ninguém ousaria questionar que o mundo dos objetos se modifica. Aliás, é a velocidade de algumas mudanças que hoje nos assusta, ante a aparente estagnação de outras. Diante das modificações do mundo objetivo, no qual os indivíduos são produtos e produtores, o que produz o movimento são os campos – um segundo conceito importante na teorização bourdeusiana.

Ou seja, os agentes não agem sozinhos no mundo e não pensam esse mundo a partir da sua consciência. Eles estão circunscritos em grupos, constituem campos, microcosmos num universo maior. Possuem regras e desafios específicos, e seus interesses podem ser tão peculiares que podem não ser compreendidos ou mesmo visíveis por outros campos (BOURDIEU, 2001).

---

[85] Com 4 anos, minha filha caçula disse: “Não é a professora a dona da escola. Ela não manda em mim, só nos alunos dela”. Em outra circunstância disse: “Não gosto do uniforme, porque branco não tem cor. Quem escolheu essa cor para o uniforme não tem gosto nenhum”.

[86] *Habitus* cultivado é o mesmo que *habitus* escolar em Bourdieu.

Assim, diferentes agentes participam de um campo, e ocupam diferentes posições. Embora sejam portadores de um mesmo *habitus*, próprio do campo, rivalizam entre si, e se associam para manter o campo na disputa com outros campos. “Em luta uns contra os outros, todos os agentes de um campo têm, contudo, interesse que o campo exista. Eles mantêm, portanto, uma ‘cumplicidade objetiva´ para além das lutas que os opõem.” (CATANI et al, 2017, p. 65). Esta cumplicidade objetiva significa que estão em concordância em alguns aspectos, ainda que discordantes em outros. Como escreve Bourdieu, “o desacordo supõe um acordo nos terrenos de desacordo” (2017, p. 207), o que pode soar estranho a quem esteja fora do campo.

Como saber quem está fora e dentro do campo? Bourdieu apresenta uma “fórmula” simples, ao dizer que “reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente)” (BOURDIEU, 2011, p. 202). Ou seja, se um agente ou instituição produz efeitos em um campo, então, faz parte do campo.

Embora o movimento pessoal, individual, seja o da repetição com as oscilações que o *habitus* permite ou possibilita, esse movimento ocorre dentro do campo. E nessa movimentação gerada pelos agentes que lutam em torno do monopólio do capital legítimo específico do campo, que o campo avança. Ou seja, os agentes só avançam no campo e com o campo. E todos lucram quando o campo obtém lucros, e todos perdem com as perdas do campo.

Dependendo da perspectiva em que se olha, o sujeito é muito ou pouco livre para agir. Da perspectiva de alguém de fora do campo, vimos o agente agindo de uma forma previsível e até estranhamos um movimento bastante diferente do esperado. “Ué, você aqui?”. “Mas justo você que sempre ...” “Só pode ter acontecido um milagre”. Mas de dentro do campo, as atitudes podem oscilar de velhas a novas, conservadoras a inovadoras, etc. Dentro do campo, dentro de seus limites, o sujeito age de forma totalmente livre. Assim, ele pode improvisar e trazer a novidade, o que pode ser incorporado ou rechaçado, dependendo da posição que ocupa, dependendo das motivações externas ao campo que têm sobre ele grande importância (BOURDIEU, 2017).

Também é importante assinalar que pertencemos a muitos campos e subcampos, e em cada um deles somos agentes diferentes, por isso Bourdieu não utiliza o termo sujeito, que é o mesmo em diferentes campos. Quem já não viu um grupo de professores assistindo a uma palestra e portando-se como alunos? Cada agente é dotado de capitais específicos, valorizados ou não dentro de um campo, que nos posiciona de formas diferentes. Da UNESP sou discente, do IFSP servidora, e meu agir é diferente em cada campo. No IFSP estou alocada na unidade de Catanduva, sou docente de um curso de licenciatura e de um curso de especialização, portanto, integro subcampos de um campo maior. Dependendo da perspectiva que se olha, estamos sempre num submundo ou mundo maior, embora esses contornos nunca estejam bem definidos. O que configura um campo é a exterioridade comum porque cada grupo se define por aquilo que é e por aquilo que não é, sendo que cada

> grupo social tem tanto mais oportunidades de existir e subsistir de maneira durável quanto mais os agentes que se agrupam para constituí-lo já estejam mais próximos no espaço social (...) Dito de outro modo, o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas, etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados – por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro). (BOURDIEU, 2017, p. 50-51).

Em se tratando do Instituto Federal pertencemos todos ao mesmo campo, sejamos servidores efetivos, contratados por tempo determinado, terceirizados, alunos. Temos a nossa volta uma mesma exterioridade, ou seja, aqueles que não se veiculam a esse universo. Lutamos para que a instituição cresça, se desenvolva, progrida, torne-se referência. No entanto, para que esse objetivo seja alcançado, partimos de ideias e ações diferenciadas.

Para quem ali trabalha, a instituição é o ganha-pão, mas isso também tem nuances diferentes. Para alguns, a integralidade dos vencimentos ocorre ali, para outros apenas se completa, ou se apresenta como necessária a completar. Para alguns, o trabalho desenvolvido é o que sustenta a vida em sentido abrangente, é

amálgama para outras atividades cotidianas. Para outros tem um tom mais circunstancial e não estrutural. O trabalho pode ser intelectual ou manual, executado individual ou entre pares. Há quem cuide só do seu trabalho e há quem se dedique a cuidar do trabalho de todos, como o caso dos sindicalistas e sindicalizados. Há muitos subcampos num campo maior, e uma inter-relação entre os indivíduos de um mesmo campo, e os campos entre si. Há uma dinamicidade, um movimento que sob alguns aspectos parece estar em sintonia, em outros em desarmonia.

Desejamos muitos alunos, mas há divergências sobre os tipos de alunos a escolher. Na falta deles, os recursos minguam, atingindo distintos projetos, que pode ser o conforto de trabalhar com ar condicionado ligado ou a compra de reagentes e suprimentos para experimentos para as aulas práticas ou para as pesquisas. Na ausência de um servidor, a sobrecarga para outros, e os remanejamentos que podem ser feitos têm limites administrativos. A instituição é permeada por questões burocráticas com os quais alguns estão mais, outros menos familiarizados, mas todos a elas circunscritos e limitados.

3.6 O IF e seus eleitos

Por último, ainda me parece oportuno sinalizar que o Estado tem grande capacidade de regular o funcionamento de diferentes campos (BOURDIEU, 2011). No caso dos Institutos Federais, é um campo instituído pelo Estado, que se movimenta a partir de suas regulamentações, de suas intervenções jurídico-legais, de seus aportes financeiros que orientam o trabalho que é ali realizado. As conformações de como os servidores devem trabalhar, em quais atividades, com quais comparsas, em quantas horas e em qual ritmo, para quem devem ser direcionadas suas ações, a qual custo, produzem impacto na forma que o campo se organiza, se subdivide, se movimenta.

Além disso, as pessoas que se candidatam às vagas, são classificadas nos concursos, selecionadas e efetivadas, são dotadas de características pré-estabelecidas por editais produzidos por comissões oficiais. Ao definir a formação escolar ou os títulos acadêmicos que devem ter os servidores para ocupar cargos específicos já se tem ideia do tipo de instituição que está sendo construída. O que

vemos como ritos de passagem são ritos de consagração: que os IF seriam um universo masculino, branco, heterossexual isso era sabido de antemão ao definir que os engenheiros e os bacharéis de informática seriam os profissionais-chave, que seriam donos da bola e do campinho.

No Brasil, as mulheres tiveram (maior) acesso à educação superior somente a partir da década de 1960, mas pelo menos nas últimas três décadas vêm ocupando a maioria das vagas destinadas a este nível de ensino. O Censo de Educação Superior de 2010 (BRASIL, 2011) mostra que ao longo de uma década (2001-2010) a participação majoritariamente feminina é expressa na casa dos 56% – com pequenas oscilações no período. Em relação aos índices de conclusão de cursos, o resultado é ainda mais favorável ao sexo feminino, na proporção de 63% (em 2002, em seu melhor índice) e 60,9% (em 2010). Todavia, seria ingenuidade considerar que todas as vagas têm o mesmo peso ou valor de mercado. O crescimento da educação superior no Brasil se deu pela inciativa privada, sendo as mulheres as principais atingidas pelo segmento.

Os dados de 2015 mostram também a prevalência do sexo feminino na Educação Superior, no entanto quando se olha para natureza dos cursos escolhidos, vimos um quadro diferente.

Tabela 3: Os maiores cursos de graduação em número de matrículas por sexo – Brasil – 2015

Curso	**Feminino**	**Curso**	**Masculino**
Pedagogia	608.868	Direito	381.537
Direito	471.674	Administração	336.764
Administração	430.095	Engenharia Civil	248.817
Enfermagem	221.316	Ciências Contábeis	149.406
Ciências Contábeis	209.046	Engenharia Mecânica	116.573
Psicologia	181.314	Engenharia de Produção	111.653
Serviço Social	156.458	Formação de professor de Educação Física	98.737
Gestão de pessoal/Recursos Humanos	142.660	Engenharia Elétrica	91.701
Fisioterapia	113.326	Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo)	73.077
Arquitetura e urbanismo	107.728	Educação Física	68.068

Fonte: Notas estatísticas Censo da Educação Superior 2015

Como se verifica, o grande campo de Engenharia representado na tabela com suas subdivisões em Civil, Mecânica, de Produção e Elétrica, é predominantemente masculino.

Ainda que tenha havido mudanças significativas nessa área ao longo das décadas, ainda se registra grande desigualdade no tocante ao gênero, como se pode verificar na tabela abaixo:

Tabela 4: Mulheres nos cursos de Engenharias – 1991 a 2016

	Total de Matrículas	Matrículas Sexo Feminino	Percentual Feminino
1991	146.806	25.503	17,4%
2002	211.009	42.802	20,3%
2016	1.026.395	291463	29%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados dos Censos da Educação Superior de 1991, 2002 e 2016

Um estudo do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos) publicado em 2015, com base em dados fornecidos ao Ministério do Trabalho e Emprego, mostra um crescimento desse campo profissional de 2003 a 2013 no tocante à expansão de empregos formais no Brasil para engenheiros civis, eletrônicos, mecânicos, químicos, mecatrônicos, em computação e *tutti quanti*. Na tabela abaixo podemos observar o crescimento nos postos de empregos formais na área, após um período de 15 anos de estagnação ou "ostracismo", como afirma o presidente da Confederação Nacional de Engenheiros do Brasil.

Tabela 5: Evolução de postos de trabalho na área de Engenharia no Brasil entre 2003 a 2015

	2003	2013	Taxa de crescimento dos vínculos empregatícios
Número de empregos formais no Brasil	29,5 milhões	48,9 milhões	65,7%
Número de empregos na área de Engenharia	146,1 mil	273,7 mil	87,4%,

Fonte: Elaborado pela autora com base no documento "Perfil Ocupacional dos profissionais da Engenharia no Brasil, 2015".

Esse crescimento vertiginoso da área de Engenharia, no entanto, não se fez acompanhar de uma maior equidade de oportunidades entre homens e mulheres. Ainda que tenha havido um pequeno crescimento na ocupação de postos de trabalho formal na ordem de 4% durante a década analisada, em 2013 apenas 20,8% das vagas eram femininas.

Essa realidade respinga nos IF, que igualmente espelham o retrato do ensino superior no Brasil, em que os homens têm domínio sobre este espaço.

Quadro 3: Perfil da Função Docente de Instituição de Educação Superior, por Categoria Administrativa (pública e privada) – Brasil – 2015

Atributos do Vínculo Docente	Categoria Administrativa	
	Pública	Privada
Sexo	Masculino	Masculino
Idade	34	34
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de Trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial

Fonte: Notas estatísticas Censo da Educação Superior 2015

Talvez, antes de consultar o edital de concurso público seria preciso verificar em que pé está o campo a partir de alguns rastros perceptíveis nos documentos estatísticos oficiais para se previr as chances de se pertencer ao quadro de servidores de um IF.

Isso não significa que o campo simplesmente reproduza tendências. Apostar nisso significaria negar a teoria que subsidia esse estudo. Como exemplo, trago o campo da Informática, dentro da área de tecnologia. Na década de 1970 quando iniciaram os primeiros cursos ligados à computação, suas vagas eram preenchidas majoritariamente por mulheres. Na USP, a primeira turma de Ciências da Computação tinha 20 alunos, sendo 14 mulheres e 6 homens. Ou seja, 70% do corpo discente era feminino: mulheres que vinham da Licenciatura em Matemática e passavam a ver o curso como uma área promissora. De acordo com SANTOS (2019):

> Antes da criação do *personal computer* (PC), o computador era uma grande máquina de realizar cálculos e processamento de dados, atividades associadas à função de secretariado. A sua chegada na casa das pessoas, por meio de empresas como IBM e Apple, popularizou o uso pessoal das máquinas, principalmente, com a finalidade lúdica dos jogos.(...)Foi neste momento que o computador ganhou a "marca" de masculino que o acompanha até hoje.

Certamente há outros elementos que contribuíram para que o jogo virasse e que me instigam, mas vão além dessa tese. Todavia, saber que a área iniciou com predominância de um público feminino, passando a um equilíbrio entre os gêneros, para em seguida, atrair mais homens nos vestibulares, nos cursos e nas carreiras profissionais, abre uma perspectiva para pensar que muitos outros aspectos da área tecnológica e educacional podem também se transformar.

Também é preciso considerar os apontamentos de Harvey (2018) sobre as mudanças no campo da informática no que diz respeito ao *status* dos programadores de computadores, que passaram de especialistas altamente qualificados a trabalhadores de rotina. Para o autor, assim como as dádivas gratuitas da natureza são transformadas em "recursos naturais" por meio de avaliações econômicas, técnicas, culturais e sociais também "as habilidades adquiridas pelos trabalhadores podem ser apropriadas gratuitamente pelo capital. É o caso, em especial, das habilidades adquiridas no trabalho e no conhecimento armazenado no cérebro do trabalhador". Enfim, "o capital trava uma guerra contra a reprodução de habilidades monopolizáveis na força de trabalho" (p. 100).

E nesse esforço, popularizam-se os cursos de tecnologia – de curta duração – para transformar profissionais experientes em simples executores e/ou reprodutores no campo da informática. Agora talvez, esse campo se abra novamente para as mulheres.

Para ilustrar o que venho dizendo, até o momento de conclusão desta tese, o setor de Tecnologia da Informação (T.I.) do IF-Catanduva estava constituído por quatro homens, dentre técnicos de T.I. e técnicos de laboratório de informática. Majoritariamente masculina também é a ala docente da área de informática onde figura apenas uma mulher. No tocante aos cursos de informática oferecidos no IF-Catanduva, o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas segue a tendência

dos seus mentores, seguindo praticamente o mesmo percentual de mulheres (15% no segmento discente e 13% no segmento docente). No curso de Redes de Computadores há uma significativa movimentação, e no ano de 2019 as mulheres já ocupavam 42% das vagas do curso Técnico de Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio. Cabe questionar se estas mulheres seguirão o itinerário formativo da Informática em futuro próximo.

3.7 O IF e seus herdeiros

Eu falava sobre o IF ser um campo diretamente regulamentado pelo Estado, e com esta explanação de dados quis apresentar que ao se definir o viés tecnológico como força motriz para a instituição também se antecipou o seu espírito. Um segundo ponto: é preciso ir além e mais a fundo para entender por que afinal acreditamos que o desenvolvimento do país passa necessariamente pelo avanço das ciências duras, que tem a Matemática seu principal suporte.

Por ora retomo a minha questão inicial. Apesar das diferenças de cada unidade de IF, ainda assim, é recorrente dizer que mais se parecem do que se diferenciam ou ainda “que os IF são os mesmos em todos os lugares” ou “que os problemas em cada IF só mudam de endereço”.

Bourdieu afirma que “o corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo (sob forma de *hexis* e de *eidos*)” (2001, p. 185). Penso que essa ideia é fundamental para se compreender o processo de ocupação dos cargos e o funcionamento de uma instituição como o IF.

Thiry-Cherques (2006) explica que *héxis* e *eidos* são dimensões do *habitus*, ao lado de *éthos*. Juntos, conformam nossa maneira de agir, inclusive corporalmente. *Éthos* é a nossa moral cotidiana, nossos valores em estado prático, não consciente. Por *eidos*, Bourdieu compreende um modo específico de pensar, de ler a realidade, assim sendo, conformado em parte pelos estudos realizados. *Héxis*, por sua vez, diz respeito a todas as posturas corporais que não são dadas pela natureza.

Assim, para selecionar iguais – os pares, como se diz – um edital especifica um curso e não outro, uma titulação mínima em áreas do conhecimento específicas, uma experiência contada em tempo, pontuadas em anos ou meses como convier (para alguém ou para um grupo). *Eidos* traduzido em um conjunto de pontos quantificáveis. Assim, um profissional se reconhece no outro. Identificam-se porque ocupam o mesmo espaço social (mesma especialidade, mesma universidade de formação, mesma trajetória acadêmica ou profissional). Daí que "tendo sido moldados sobre o mesmo modelo (pattern), os espíritos assim modelados (patterned) encontram-se predispostos a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação imediatas" (THIRY-CHERQUES, 2006, p.206).

A prova didática e a entrevista dão abertura para o encontro da *hexis*. Aquilo que é familiar é captado imediatamente: traços aceitáveis do gênero masculino e feminino, um jeito de se vestir que refletem um bem estar numa camiseta polo e sapatênis; uma calça apertada ou larga demais não passa despercebida por um engenheiro. Uma conversa a mais também não. Na área de informática o sobrepeso pode ser comum e, em alguns contextos, até atrapalhar os magrelos e os propensos ao esporte e às atividades físicas. Ser polido demais parece não combinar com *hexis* da informática.

Quando a sabedoria popular diz que "as cartas estão marcadas", é mais ou menos isso. Se não é um, é outro. Mas é do mesmo jeito. É de um jeito específico que se inscreve no corpo, uma espécie de código ou senha para entrar no campo.

Se olharmos com atenção para o cargo docente Educação/Pedagogia vimos uma quantidade enorme de mulheres que se candidatam à vaga – normalmente única e exclusiva em cada câmpus do IFSP. Embora isso não tenha nada de natural, isso se apresenta como uma obviedade, uma vez que são as mulheres que majoritariamente ingressam e concluem os cursos de Pedagogia. Nesse universo de concorrentes não é incomum que as "finalistas" tenham passagem pregressa em algum IF, como técnica-administrativas nos cargos de Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais.

Muitas vezes essa situação tem sido apontada como uma forma de favoritismo para a ocupação de um cargo docente, cujo plano de carreira se

apresenta como sendo mais interessante que o cargo de origem. É, sim, uma vantagem, mas é preciso entender como isso acontece.

Em Bourdieu, “a ordem social se inscreve no corpo” (2001, p. 172) e isso significa que não há uma distância entre o mundo e o indivíduo, no caso entre o/a candidato/a e o IF. O exterior não é conhecido por uma consciência conhecedora, mas o exterior se apropria do agente enquanto é apropriado por ele em sua prática. O agente se encontra “enredado nele”, e a exterioridade funciona como espécie de uniforme ou *habitat* familiar. “Ele se sente em casa no mundo porque o mundo também está nele sob a forma de *habitus*” (BOURDIEU, 2001, p. 174). Nesse sentido, o *habitus* e a posição em um campo coincidem, e o agente pode nadar de braçada no concurso público.

Isso nos ajuda a compreender porque o IFSP é majoritariamente masculino, embora alguns setores sejam femininos “por excelência”, como por exemplo, os cargos docentes nas áreas de Educação/Pedagogia, Letras, Artes. Dentre os técnico-administrativos, os cargos de pedagogo, de assistente social, de psicólogo, de bibliotecário-documentalista, tradutor-intérprete em Libras são majoritariamente ocupados por representantes daquilo que há poucas décadas considerávamos o sexo frágil. No IF continuam fragilizados porque essas áreas são destituídas de um poder considerado quase mágico: o saber Matemático.

Esse processo é o mesmo na relação escola-aluno, quando vimos que alguns ingressam na instituição munidos das armas necessárias para o *front*, enquanto outros são destituídos de potência, lembrando que o que vale e o que não vale como instrumento para o combate é arbitrariamente definido. Para entrar abastecido no IF é preciso dominar a Matemática ou sujeitar-se a dominá-la. Dar-se por vencido ao vencê-la. Dobrar-se a este arbitrário cultural e passar a ver a Matemática em tudo, por tudo. Acreditar como creditam os matemáticos que “a Matemática está em todos os lugares”.

Os bem-sucedidos têm o sentido do jogo, têm “o jogo na pele” (BOURDIEU, 2017, p.142), “incorporaram uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam seja como instrumentos de construção da realidade, seja como princípios de visão e de divisão do universo no qual eles se movem” (2017, p.143).

Assim, a evasão pode ser compreendida como uma forma deliberada de sair do jogo, de pendurar as chuteiras, seja porque o estudante não compreende as regras do jogo, não concorda com elas, não sabe jogá-las ou simplesmente entende que não vale a pena jogar o jogo. E embora nessas situações em que se abre mão de uma matrícula estudantil ou de um número de prontuário, e de todas as suas vantagens de ser “Federal”, espera-se que seja uma decisão acertada, fruto de reflexão e tomada de consciência, há uma série de motivos ou razões que não são acessados de forma consciente, e por vezes sequer há linguagem para expressá-los.

Há muitos casos em que os alunos saem de fininho, e sequer formalizam o cancelamento da matrícula. Em menor número, os alunos se apresentam à CRA (Coordenadoria de Registros Escolares) para pedir o requerimento de trancamento e cancelamento de matrícula, depois se dirigem à biblioteca para receber uma certidão negativa de débitos, e por fim, são submetidos a uma entrevista na Coordenadoria Sociopedagógica. Ali, deve ocorrer a reversão da tentativa de fuga a partir dos elementos que o aluno apresenta.

Em minha experiência nesse setor, ouvia-se com muita frequência um “Isso não é pra mim”, para o qual parecia não haver argumentos. Na maioria das situações, o aluno não conseguia expressar o que exatamente não era para ele, o que fazia com que não entrasse no jogo, o que o impedia “estar em” (interesse).

Do ponto de vista de quem fica (no jogo) não há uma explicação lógica a partir dos seus instrumentos de leitura da realidade. Daí ser comum ouvir que “a juventude não sabe o que quer perdendo uma oportunidade dessas” ou “não dá para ajudar quem não se ajuda”. E de novo, essas falas não vêm de *um* único servidor, de *um* único aluno bem-sucedido; essa fala tem sentido e reverbera porque é transindividual, é supraindividual, é coletiva, funcionando de maneira orquestrada (BOURDIEU, 2001).

4. O LOCAL, O REGIONAL E O CURRÍCULO DO IF-CATANDUVA

4.1 O público nosso de cada dia

O IF-Catanduva teve sua autorização de funcionamento por meio da Portaria nº 120, de 29 de janeiro de 2010, tendo iniciado suas atividades educacionais em 16 de agosto do mesmo ano. Localizado na periferia da cidade, o IF-Catanduva tem prédio próprio, construído especificamente para suas finalidades.

Localizada ao noroeste do Estado de São Paulo, Catanduva fica a 385 quilômetros da capital onde fica localizada a Reitoria do IFSP. Catanduva junto aos municípios de Ariranha, Cajobi, Catiguá, Elisiário, Embaúba, Novais, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Santa Adélia, Severínia e Tabapuã constituem uma das cinco microrregiões da Mesoregião São José do Rio Preto, de onde são provenientes a maioria dos seus alunos.

De acordo com o Censo de 2010, a microrregião de Catanduva tem uma população de 226.253 habitantes, sendo que praticamente a metade dessa população reside em Catanduva. Abaixo, a tabela com dados da microrregião de Catanduva.

Tabela 6: Municípios da Microrregião de Catanduva e dados educacionais

Municípios	Número de habitantes [2010]	Número de escolas de Ensino Médio públicas	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	Número de alunos matriculados no Ensino Médio [2018]
Ariranha	8.547	1	99,6%	248
Cajobi	9.768	1	99,7%	308
Catanduva	112.820	10	98,1%	3.907
Catiguá	7.127	1	98,4%	189
Elisiário	3.120	1	98,6 %	70
Embaúba	2.423	1	100%	58
Novais	4.592	1	100%	126
Palmares Paulista	10.934	1	98,2%	348
Paraíso	5.898	1	99,1%	153
Pindorama	15.039	1	97,5%	313
Santa Adélia	14.333	1	100%	440
Severínia	15.501	1	96%	488
Tabapuã	11.363	1	98,4%	333
Total	226.253	22		6891

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE 2019 e Secretaria Estadual de Educação de São Paulo

Além da microrregião de Catanduva, o IF-Catanduva atende também estudantes da Região de Governo de Novo Horizonte constituída por seis outros municípios, quais sejam, Novo Horizonte, Irapuã, Itajobi, Marapoama, Sales e Urupês.

Tabela 7: Municípios da Microrregião de Novo Horizonte e dados educacionais

Municípios	Número de habitantes [2010]	Número de escolas de Ensino Médio	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	Número de alunos matriculados no Ensino Médio [2018]
Itajobi	14.556	1	94,9%	390
Irapuã	7.275	1	97,9%	228
Marapoama	13.809	1	99,1%	479
Novo Horizonte	41.052	3	100%	1.530
Urupês	12.714	1	99,1%	479
Sales	5.451	1	100%	201
Total	94.857	8	-	3.307

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE 2019

Assim, o IF-Catanduva é a instituição federal de referência para estas duas microrregiões, tanto no que diz respeito ao Ensino Médio quanto aos cursos da Educação Superior oferecidos pela instituição. O município mais distante é Sales a 71 km de Catanduva.

Como se pode ver nas tabelas 6 e 7, são elevadas as taxas de escolarização dos 6 aos 14 anos em todos os municípios das duas microrregiões, sendo o melhor percentual é atingido pelos municípios de Embaúba, Novais, Santa Adélia, Novo Horizonte e Sales com 100% da população dos 6 aos 14 anos escolarizada, e o pior índice registrado no município de Itajobi com 94,9%. Esses índices relacionam-se com a obrigatoriedade da Educação Básica dos 6 aos 17 anos, às políticas de acesso e permanência no Ensino Fundamental e de aspectos culturais de valorização da escola constituídos nos municípios.

Esses índices possibilitam que um número elevado de estudantes curse o nível subsequente. No entanto, os dados quantitativos não expressam o tipo de ensino oferecido nesses municípios. Portanto, esses alunos não chegam ao IF-Catanduva em pé de igualdade, e as dificuldades não dizem respeito apenas aos

pré-requisitos adquiridos ou não no Ensino Fundamental, mas também à maior ou menor distância do município de origem, o tipo de transporte e rodovia utilizados para chegar à instituição, a escolaridade dos pais, dentre outros.

Na grande maioria desses municípios existe apenas uma escola pública de Ensino Médio sob a alçada da Secretaria Estadual de Educação, o que tem incentivado algumas famílias a buscarem o IF-Catanduva como alternativa de formação, com o diferencial de oferecer a modalidade Integrado.

Considerando que em 2018 as duas microrregiões tinham um total de 10198 alunos matriculados no Ensino Médio, e que o IF-Catanduva oferece 360 vagas em cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, podemos dizer que 3,5% desse contingente é contemplado com a educação oferecida pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dita “pública, gratuita e de qualidade”. Deixando de fora um contingente de 96,5% da população em idade considerada própria para cursar o Ensino Médio, o IF-Catanduva tem se mostrado mais gratuito do que público.

Um olhar sensível para nossas campanhas de divulgação mostra que nos apresentamos pela áurea da gratuidade, e em nossas falas tomamos muitas vezes como referência o ensino privado, portanto, pago. Num contexto em que temos incorporado a lógica privatista e privatizante, fazemos um esforço de dizer à população de que é possível ter acesso – ainda que de forma restrita – a um ensino gratuito que seja de excelência. Estamos de certa forma convencidos de que a regra aponta para a supremacia do ensino particular, e de que o IF-Catanduva neste cenário desponta como exceção.

Figura 3: Educação gratuita

Fonte: Elaborado pela autora com base em mídias eletrônicas do IFSP-Câmpus Catanduva

Ressoa na região uma fala que carrega nossa história de disputas entre o ensino público e privado, na qual o segundo tem se consagrado como parâmetro: "*No IF não temos cobranças de taxas de matrículas, nem mensalidades, pois o ensino é totalmente gratuito*"; "*Da Educação Básica à Pós-Graduação os alunos não pagam um centavo*". Isso não é mentira, porém não é toda a verdade. O que não está dito é que esta educação restrita a poucos é Direito de todos que, inclusive, já pagaram por ela (PINTO, 2016, 2018).

Retomando o referencial analítico bourdeusiano que dá sustentação a esta tese, instaura-se violência simbólica por meio do consentimento e do esquecimento da operação do ato de consentir. Partindo deste aporte teórico, Souza (2018) afirma

que “é esse esquecimento que nos faz de tolos, pois a dinâmica das instituições que nos dominam e os interesses que elas defendem se tornam literalmente invisíveis”. Desta forma, “não dá para criticar o que não se vê e o que não se percebe” (p. 28). O que destaco é que a violência simbólica envolvida nessa trama privado-público atinge não só candidatos às vagas, mas também servidores do IF-Catanduva, enredados nessa mesma lógica. Dar-se conta que estamos persuadidos pela cantilena do mercado é o primeiro passo para que construamos um novo registro e possamos, por extensão, nos apresentar de outra forma.

O rótulo que se cola ao ensino privado e se desloca ou desloca do ensino público em se tratando da Educação Básica precisa ser problematizado a luz do que se consideram qualidades – palavra comumente grifada no singular. Esta complicação se faz necessária – o que afinal para nós é importante em uma escola e por que – para que consigamos enxergar escolas que atendam a diferentes perspectivas e projetos, longe daquilo que vem se (a)firmando como verdade de que boas escolas têm seus resultados medidos por meio de testes padronizados em larga escala.

Pensar a educação como um Direito e não como uma mercadoria, como um comum que deve ser estendido a todos e não restrito a uma pequena fração da população, implica numa outra relação com o público-alvo e a comunidade onde está inserida.

A SETEC ao apresentar as concepções e diretrizes dos Institutos Federais em 2008 ampliou o conceito de público afirmando não ser suficiente que a nova institucionalidade que despontava estivesse vinculada à fonte orçamentária pública, mas que estivesse fundamentalmente

> comprometida com o **todo social**, enquanto algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.) e ainda articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo. (BRASIL, 2008b, p. 10, grifos meus).

Ao invés de dizermos o que não somos – instituição que não cobra mensalidades, que não é paga e por isso gratuita – nos afirmarmos enquanto instituição pública, de recursos e de administração pública, comprometida com o todo social, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Isso significa também compreender que conhecimentos e tecnologias produzidos com recursos públicos devem ser universais e não pautados numa visão mercadológica.

Por ora, continuamos flertando com o neoliberalismo que continua dando as cartas e implanta em nossas mentes os seus conceitos. Seja quando a relação custo-benefício atropela nosso pensamento educacional[87], seja quando um tipo de educação simplificada para o emprego sobressai, seja quando a competição ganha nossos professores e alunos. Em vários momentos nos interessa dizer que temos alto percentual de alunos aprovados nos vestibulares mais disputados, que temos muitos alunos medalhistas em Olímpiadas por áreas de conhecimento, de que em se tratando do PISA e outras tantas maratonas nossos alunos se consagram e sangram como melhores. Enfim, mais que colegas, ajudamos a construir concorrentes.

Não oportunizar algumas experiências competitivas significa privar os alunos de ricas e valiosas oportunidades, como se anunciam. Dar as costas a estas vivências também significa abrir mão de poder minimamente contribuir para a construção de novos formatos, ou de simplesmente jogar a criança fora com a água do banho.

O que chamo atenção é de que a competitividade nos interessa. Mais do que isso, está incrustada como a melhor forma de promover o desenvolvimento e a formação humana. Inclusive utilizamos os resultados na captura por novos alunos nos diversos níveis de ensino oferecidos pela instituição. A concorrência, a competição pressupõe que não há lugar para todos, por isso a ênfase para a gratuidade ao invés da garantia de um Direito.

Os alunos matriculados no Ensino Médio são também candidatos em potencial para realizar os cursos superiores oferecidos pelo IF-Catanduva,

[87] Apple (2002) apresenta essa ideia que vem sendo plantada em nossas cabeças de que o privado é necessariamente bom e o que é público é necessariamente mau. Nesse cenário, as escolas públicas são vistas como “buracos negros” nos quais o dinheiro é investido – e aparentemente desaparece – e que não conseguem providenciar resultados adequados.

concorrendo com candidatos de todo o país pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada) tendo o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como instrumento e parâmetro de seleção. Assim, temos no IF-Catanduva candidatos/alunos provenientes das microrregiões de Catanduva e Novo Horizonte, da mesorregião de São Jose do Rio Preto, de outras mesorregiões do Estado de São Paulo, como também de outros estados do país. Nestes dez anos que a instituição está instalada, destacaria o Amapá sendo a unidade da federação mais distante do município de Catanduva, da qual já recebemos um aluno que cursava Tecnologia em Mecatrônica Industrial[88].

Assim sendo, se por um lado, os cursos técnicos não atingem a totalidade de candidatos, por outro, os cursos superiores têm vagas ociosas, o que me envia para a tentativa de compreensão desse fenômeno que produz uma espécie de fratura na verticalização do ensino, um dos pilares dos IF. Nesse sentido, destaco a necessidade de olhar com maior atenção e detalhe a quais interesses o IF-Catanduva atende.

4.2 A escolha pelas áreas ou eixos tecnológicos e os cursos

Há pouca informação e certa confusão em torno da escolha das áreas ou eixos tecnológicos e dos cursos oferecidos pelo IFSP. E isso não é irrelevante, pois apesar de termos um contingente populacional em número significativo para realizar estes cursos, o IF-Catanduva enfrenta dificuldades para o preenchimento de suas vagas. Isso é um ponto.

Há confusão também entre os conceitos de área e eixo tecnológico no IF-Catanduva, o que também não é banal, e mostra como operamos entre a velha e a nova institucionalidade: área ou eixo tecnológico não são apenas terminologias distintas para apresentar um conjunto de cursos.

Machado (2010) em importante artigo retoma o contexto desta mudança, bem como motivações, pressupostos, justificativas expressos pelo Ministério da

[88] Ainda que sejam casos isolados, na primeira década de existência o IF-Catanduva também recebeu alunos do Pará e do Tocantins, atraídos pelos cursos oferecidos, pela gratuidade e pela baixa concorrência candidato/vaga.

Educação e pelo Conselho Nacional de Educação à época. Retomo esta publicação para compreender as ideias envolvidas e para posteriormente discutir como nos movimentamos no IF-Catanduva.

A autora mostra que a sistemática de organização da oferta de cursos da educação tecnológica e profissional se modificou a partir do Decreto 5773/2006 que introduziu marcos regulatórios, de avaliação e de supervisão das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e sequenciais. Este Decreto por sua vez estabeleceu a criação do Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia que foi elaborado sem a pretensão de ser um "simples fichário de denominação de cursos" que servisse aos interessados em propor ou realizar tais cursos, mas "também como um necessário e importante instrumento de organização e de regularização da qualidade educacional" (MACHADO, 2010, p. 90).

Assim, sob o baluarte da modernização e da flexibilização curricular, com vistas à melhor regulação por parte do MEC, a grande novidade neste primeiro Catálogo foi a introdução de um novo critério de organização dos cursos. Se antes tínhamos 21 áreas agora passávamos a operar com a lógica dos eixos tecnológicos (inicialmente foram apresentados em número de 10 no Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia e, posteriormente, mais 2 foram acrescidos no Catálogo de Cursos Técnicos, somando 12). Esse reordenamento e simplificação se fizeram necessários porque de acordo com a autora, a

> ... organização da oferta profissional e tecnológica por áreas profissionais gerou alguns problemas importantes, tais como: grande heterogeneidade entre as 21 áreas com relação ao número de cursos abrangidos e pouca identificação de uns com relação aos outros de uma mesma área; cursos alocados em mais de uma área profissional; enorme dispersão e multiplicidade de denominações de cursos; cursos focados ora em produtos e ora em processos; dificuldades para o MEC exercer sua função reguladora e efetuar censos educacionais (MACHADO, 2010, p. 93).

Para além da correção desses óbices, o critério de organização dos cursos se modificou, até porque se entendia que a falta de unicidade de organização dos cursos derivava da organização em áreas. A noção de áreas profissionais estava diretamente ligada às atividades econômicas como Agropecuária, Indústria,

Comércio, ou subsetores econômicos como Construção Civil (um braço da Indústria, por exemplo), ou ainda nichos tecnológicos como Informática, Gestão, Telecomunicações, etc.

De acordo com Machado (2010):

> A [área] de Indústria, grande e ampla, contrastava com a de Química, por exemplo. Além disso, havia casos de cursos que poderiam ser alocados em mais de uma área, mostrando que o critério “áreas profissionais” não estava cumprindo a função de diferenciar e dar identidade aos cursos. (p. 95).

Com a definição de eixos tecnológicos partia-se de outro critério organizacional, qual seja, a identidade dos cursos, o substrato técnico ou tecnológico que serve de base a um curso ou conjunto de cursos de educação profissional e tecnológica. Não se tratava mais de agrupar cursos que servem para determinados setores produtivos, como já se disse, mas agrupá-los “pela lógica do conhecimento e da inovação tecnológica” (MACHADO, 2010, p. 94). O corte dos eixos tecnológicos é mais epistemológico do que pautado nas conjecturas produtivas.

Enfim, eixo como linha imaginária que tem em sua volta um conjunto de tecnologias que guardam semelhanças, especificidades, convergências e mutualidades, enfim, como já se disse, identidade.

Por último, Machado (2010) ainda nos mostra que adotar o critério de organização pautado na lógica dos eixos tecnológicos vinha ao encontro daquilo que o MEC propunha nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico então vigentes, uma vez que estas orientavam

> para a oferta de cursos para a formação de profissionais com capacidade de utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, a pessoa humana e a sociedade, o que pressupõe foco prioritário na especificidade desse campo educacional: a formação tecnológica (MACHADO, 2010, p. 97).

É verdade que quem faz essa formação são os sujeitos da práxis educacional, quem é capaz de promover a compreensão crítica acerca dos processos produtivos não são áreas ou linhas imaginárias. Não são elas que costuram relações entre sociedade, trabalho, cultura, ciência e tecnologia. Todavia, a compreensão de que cursos são organizados em conformidade com os setores ou subsetores produtivos nos induz a entender que a educação profissional e tecnológica deve atender aos seus interesses, adaptando os sujeitos a sua lógica.

Essa discussão proposta por Machado (2010) em minha pesquisa que discute o cotidiano institucional se torna importante para compreendermos que as mudanças não se fazem por decreto, nem se fazem da noite para o dia. Os Catálogos falam em eixos tecnológicos, a Lei de criação refere-se a eixos tecnológicos, as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional baseiam-se em eixos tecnológicos, mas o IF-Catanduva, e também o IFSP, ainda opera no conceito de área. Não se trata apenas de usar novo vocabulário; nós ainda pensamos os cursos voltados para setores e subsetores da economia. Isso ficará mais claro com o resgate histórico que realizo na sequência e, principalmente, com a análise dos PPC dos cursos.

Na página virtual da Câmara Municipal de Catanduva, encontra-se uma notícia de 24 de abril de 2008, em que se comemorava uma manobra realizada pelo vereador Marcos Crippa (então do PTB) conseguindo garantir a vinda do CEFET para Catanduva. A notícia intitulada “Vereadores elogiam trabalho de Crippa na conquista de CEFET” (CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVA, 2008) relata que o terreno destinado para a construção da escola previsto em projeto de lei de autoria do prefeito Afonso Macchione Neto (PSDB) estava também prometido para o Distrito Industrial 5, “com mais de uma centena de doações a futuros empreendedores” (2008, s/p.) realizadas pelo governo anterior. A manobra de Crippa consistiu na previsão de anulação destas doações, o que deveria ser feito por decreto municipal. Entre novos empreendimentos que poderiam gerar empregos e a escola técnica federal, os poderes executivo e legislativo optaram pela segunda opção, considerada um sonho para o município.

Teria se pensado que o fato de oferecer formação técnica e tecnológica seria a solução para as questões relacionadas à oferta de emprego, trabalho e renda no

município? Dito de outra forma: seria suficiente oferecer qualificação profissional para resolver o problema relacionado à geração de empregos?

Nessa notícia anunciava-se a construção de uma área inicial de 3 mil metros quadrados “com biblioteca, laboratórios técnicos e de informática, anfiteatro e salas de aula” (2008, s/p.) Afirmava-se que “o espaço ainda contará com a quadra de esportes, espaço para conveniência e estacionamento para carros, motos e ônibus”, 2008, s/p). A notícia é concluída com as seguintes informações adicionais:

> Ao final do primeiro ciclo, o complexo estudantil federal terá um total de 1.200 alunos. O Centro de Educação Tecnológica de Catanduva poderá transformar-se em faculdade. Também já estão definidos os cinco cursos que serão oferecidos no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de Catanduva: Química, Mecânica, Automoção Industrial (sic!), Gestão da Produção e Meio Ambiente. (CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVA, 2008, s/p).

Assim sendo, antes mesmo de ser aprovada a Lei 11892/2008, havia uma promessa de uma escola técnica federal para Catanduva com a possibilidade de oferta de diferentes cursos. De fato, parte disso se concretizou, no entanto, de acordo com informações presentes em documentos da instituição[89], teria havido uma audiência pública para definição das áreas, quando teriam sido definidos “Informática” e “Indústria”. No Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, bem como no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 lê-se a seguinte informação:

> A definição pelas áreas de Fabricação Mecânica, Mecatrônica e Informática no Câmpus Catanduva foi tomada ainda antes da criação do câmpus, em audiência pública com a reitoria do IFSP realizada na cidade com **representantes do comércio, da indústria e de instituições de ensino**, organizada pela Prefeitura no ano de 2010. (IFSP, 2019, p. 84, grifos meus).

[89] Não encontrei fontes primárias como atas, listas de presenças, fotografias que possam abrir a discussão em torno da escolha das áreas/eixos tecnológicos e seus cursos, nem no IF-Catanduva, nem junto à Coordenadoria de Documentação e Memória do IFSP. O documento disparador da ação do vereador Crippa foi o documento Chamada Pública MEC/SETEC 001/2007 anunciando a possibilidade de instalação de 150 novas unidades de IF no território nacional, sendo 12 propostas para o Estado de São Paulo que viriam consolidar a Fase II de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Não fica evidente como “Química” reaparece em cena, mas atualmente configura como um dos núcleos de ensino, pesquisa e extensão. Para além disso, destaco que estamos falando de áreas e não de eixos tecnológicos. No momento da audiência pública (2010) já se fazia presente o conceito de eixos tecnológicos. Nesse sentido, se tivéssemos operando com a nova organização dos cursos, “Química” chamar-se-ia de eixo tecnológico “Produção Industrial” também no IF-Catanduva. Assim como, “Indústria” seria chamado de “Controle e Processos Industriais”, e finalmente “Informática” de “Informação e Comunicação”.

Para além da nomenclatura e seus propósitos, a audiência pública deixa de fora o eixo tecnológico “Recursos Naturais”, que não apareceu como possibilidade numa região em que a agricultura canavieira se destaca. Também o eixo “Ambiente e Saúde” ficou de fora, tendo-se aventado o curso “Meio Ambiente” em 2008. O que se pode presumir é que o fato de não haver representantes desses segmentos na audiência pública fez com que esses eixos tecnológicos estivessem descartados de antemão.

Enfim, são três áreas escolhidas no IF-Catanduva que disputam entre si – e entre outras instituições – reconhecimento na localidade e região. Por que escolhemos três e não apenas duas, como ocorreu em outros Câmpus? Parece que nós também queríamos ser grandes, imitando o próprio IFSP. Também nós demos o passo maior que a perna? Se tivéssemos (melhor) acertado na escolha das áreas ou eixos tecnológicos teríamos mais alunos matriculados? Há alguma coisa errada em nosso projeto?

No quadro a seguir podemos verificar as áreas[90] e seus cursos, as modalidades, os turnos e tempo de duração de cada curso, o número de alunos matriculados e as vagas existentes referentes ao ano de 2019.

[90] Optei por manter a nomenclatura “área” e não eixo tecnológico por se tratar de um estudo do cotidiano, por compreender que não se trata apenas de uma questão de denominação como bem apontou MACHADO (2010). Também destaco que a concepção subjacente na efetivação dos cursos e itinerários formativos no IFSP se materializa em áreas.

Quadro 4: Cursos ofertados no IFSP – Câmpus Catanduva – 1º sem./2019

Curso	Áreas	Modalidade	Turno/Tempo de duração	Nº de Alunos matricu-lados	Nº de vagas
Técnico em Química	Química	Integrado ao Ensino Médio	Integral/3 séries anuais	116	120
Técnico em Mecatrônica	Indústria	Integrado ao Ensino Médio	Integral/3 séries anuais	105	120
Técnico em Redes de Computadores	Informática	Integrado ao Ensino Médio	Integral/3 séries anuais	106	120
Técnico em Fabricação Mecânica	Indústria	Concomit. Subsequent e	Noturno/4 semestres	94	160
Química	Química	Licenciatura	Matutino/8 semestres	69	160
Mecatrônica Industrial	Indústria	Tecnologia	Noturno/6 semestres	34	*
Engenharia de Controle e Automação	Indústria	Bacharelado	Integral/10 semestres	96**	120
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informática	Tecnologia	Noturno/6 semestres	113	120
Saberes e Práticas para a Docência no Ensino Fundamental		Pós-Graduação Lato sensu	Noturno/2 semestres	57	40
Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	Química	Pós-Graduação Lato-sensu	Noturno/2 semestres	20**	40
TOTAL	3	10		810	1000

*Curso em processo de extinção a partir da oferta do curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação

** Curso em processo de implantação

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados obtidos pela CRA-IFSP-Catanduva 1º sem. 2019

Tomando os dados do Quadro 4, a primeira vista faltariam menos de 200 alunos para o preenchimento total de vagas, no entanto, temos alunos que não se

formam no tempo mínimo previsto e ocupam as vagas excedentes. Portanto, um olhar atento aponta para um quadro de evasão ainda mais expressivo, colocando-nos numa posição desprivilegiada em relação ao conjunto de unidades do IFSP.

No Quadro 4 podemos verificar que um dos cursos não está atrelado a nenhuma área, embora demonstre que iniciou com candidatos interessados desde a sua implantação em 2018. Isso pode indicar certo esgotamento das áreas escolhidas.

Com mais vagas ociosas encontram-se os cursos Técnico Concomitante/Subsequente em Fabricação Mecânica implantado em 2011 e Licenciatura em Química implantado em 2012. Em se tratando do primeiro curso, esta modalidade aligeirada não tem conseguido suprir as expectativas dos próprios alunos, nem mesmo dos professores que se propõem a ensinar a estes trabalhadores-estudantes. Em se tratando do curso de Licenciatura, a literatura é farta em nos apresentar que a evasão nos cursos de formação de professores é um fenômeno complexo, e não se restringe aos Institutos Federais.

De um modo geral, os cursos foram pensados para a escola que temos, que foi se adaptando e ajustando a eles. Foi construída numa estrutura muito próxima daquilo que fora divulgado pela Câmara dos Vereadores em 2008, embora a previsão de 1200 alunos não tenha sido alcançada em dez anos de funcionamento. No Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 consta um trecho no mínimo intrigante para descrição do IF-Catanduva:

> O câmpus possui, atualmente, 784 alunos regularmente matriculados, quatro laboratórios de Química, sete laboratórios de Informática, um laboratório de Redes de Computadores e nove laboratórios da área da Indústria, além de treze salas de aula e demais infraestruturas básicas. No ano de 2016, foi finalizada a obra do refeitório estudantil do câmpus, que passou a funcionar efetivamente no ano de 2018. A terceira fase de expansão, que inclui uma quadra poliesportiva e um anfiteatro, continua em processo de solicitação. (IFSP, 2019, p. 85).

Soa estranho misturar os alunos às suas instalações físicas, como se figurassem como elementos materiais da unidade. Talvez isso se deva pela atenção

e tensão geradas pelo significado desse número, que nos coloca numa situação constrangedora em relação às outras unidades do IFSP com mais alunos. Também não podemos desconsiderar o fato de que são os alunos matriculados que geram os recursos para a instituição, como veremos no próximo capítulo.

Tabela 8: Quantitativo de alunos por Câmpus no IFSP em 2018

Câmpus	Total de Alunos
São Paulo	7170
Sertãozinho	5762
Boituva	2645
Caraguatatuba	2137
Itapetininga	1993
São Paulo – Pirituba	1877
Guarulhos	1848
São Roque	1825
Barretos	1816
Bragança Paulista	1770
Votuporanga	1754
Suzano	1705
Presidente Epitácio	1696
Birigui	1684
Matão	1684
Cubatão	1638
São José dos Campos	1606
Avaré	1529
Campos do Jordão	1514
Piracicaba	1477
São José da Boa Vista	1392
Hortolândia	1285
Capivari	1239
Araraquara	1234
Jacareí	1167
Salto	1155
Sorocaba	973
Campinas	971
Catanduva	919
Registro	863

Câmpus Avançados e mais novos	
Centro de Referência São Miguel	933
Ilha Solteira (Câmpus Avançado)	426
Itaquecetuba	328

Fonte: Comunica Catanduva, Ano III, Edição 042, de 18/06/2018

É possível observar que o quantitativo de 1200 alunos é atingido pela maior parte das unidades. O IF-Catanduva têm menos alunos do que outras unidades criadas no mesmo período, e se apresenta mais próximo da situação das unidades criadas mais recentemente.

Desconheço a razão para que as unidades de Jundiaí, São Carlos e Tupã não apareçam nessa tabela. Igualmente desconheço a razão para que nenhum servidor de Catanduva tenha apontado para a falta, na tentativa de correção. Arrisco-me apenas a dizer que nosso olhar tão centrado para os nossos problemas – que não são poucos – muitas vezes nos impedem de enxergar quem vai ficando de fora.

4.3 APL ou Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais: ambiguidades e conchavos na letra da Lei

No ano de 2019, estivemos classificados como o segundo câmpus com menor número de alunos e o terceiro em número de evasões. O que faz com que não tenhamos candidatos e alunos para completar as vagas que dispomos é a pergunta que se apresenta para servidores de forma recorrente. Um ponto, já apresentado, diz respeito à escolha das áreas ou eixos tecnológicos. Um segundo ponto, são as finalidades dos IF a partir deles.

A Lei 11892/2008 ao referir-se às finalidades e características da instituição apresenta a necessidade de

> orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento **dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais**, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento **socioeconômico e cultural** no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008a, grifos meus).

Arranjos produtivos, sociais e culturais locais não são Arranjos produtivos locais (APL). A expressão utilizada na Lei é mais abrangente, e não se reduz à produção econômica, mas inclui elementos sociais e culturais de um determinado território. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

APL restringe-se a aglomeração de empresas localizadas em parte de um município, município, microrregião, mesorregião, bacia hidrográfica, etc., que têm determinada especialização produtiva e mantém algum tipo de articulação entre si e com outras instituições, como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (CARDOSO, 2014). Grosso modo, falar de APL é falar de um conjunto de empresas que têm determinadas características, que são de um ramo específico, geram tais postos de trabalho, usam tais equipamentos e tais matérias-primas. APL lembra lucro, mercado, capital. Embora se fale de identidade dos APL isso remete à possibilidade de maior produtividade e maior faturamento.

Falar em arranjos produtivos, culturais e sociais locais é falar disto e muito mais. O IF em sua finalidade não se reduz a formar a formar mão-de-obra para as empresas já instaladas ou fomentar empregos indiretos a partir delas por meio de práticas empreendedoras. O IF em sua finalidade vincula-se ao território como um todo, e o aspecto produtivo é apenas um deles. Retomo algumas finalidades dos IF, expressos no artigo 6º, para que isso fique bem claro:

> I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
>
> (...)
>
> VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
>
> VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
>
> IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008a).

Nos objetivos expressos nesta mesma Lei, no artigo 7º, também se lê:

> II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a

> especialização e atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
>
> III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, **estendendo seus benefícios à comunidade**;
>
> IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, **em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais**, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
>
> V - estimular e apoiar **processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional**. (BRASIL, 2008a, grifos meus)

Como se vê não se exclui a possibilidade de atendimento aos APL, mas dentre suas finalidades, características e objetivos não figura algo que se assemelhe explicita e tacitamente como “desenvolver pesquisas aplicadas e tecnologias para atendimento dos APL” ou “formar mão-de obra qualificada para os APL” como muitas vezes se lê ou se compreende. Há sim, por outro lado, uma preocupação em estender benefícios à comunidade, articular a educação profissional e tecnológica ao mundo do trabalho e aos segmentos sociais. E mesmo quando a Lei se refere à geração de trabalho e renda isso se faz lado a lado com a emancipação do cidadão, e não à submissão aos ditames do capital (cfe. inciso V do artigo 7º).

Talvez a letra da Lei devesse ter sido mais contundente em afirmar os benefícios para a população em detrimento do desenvolvimento econômico (dos polos agrícolas, extrativistas, industriais, comerciais, turísticos, etc.) local e regional. Talvez esse termo “arranjos produtivos culturais, sociais locais” não tenha sido a melhor expressão a ser empregada pela ambiguidade que oferece. Ou talvez assim se quisesse, ou assim se pudesse, anunciar esta nova/velha instituição.

Ao se ler o inciso V do artigo 6º “na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” coloca-se em simultaneidade os aspectos sociais e econômicos. Ora, nem sempre estes aspectos do desenvolvimento são compatíveis, e não raro se entende que promover melhorias na sociedade significa ampliar (apenas) as possibilidades de consumo.

Ou seja, embora a Lei de criação crie uma perspectiva nova ao voltar-se à população, ela retoma um projeto antigo. No capitalismo, quando o consumidor pode comprar um ventilador novo em 10 vezes sem entrada, antes saem ganhando (de diferentes formas) quem fabricou, quem vendeu e quem financiou este bem de consumo. E se ao terminar de pagar este produto durável ele já é um produto a ser descartado, nem todos perdem com a operação assassina chamada obsolescência programada. É claro que se nesta compra o cidadão estiver esclarecido sobre quanto é o custo de um ventilador para a empresa, para o ambiente, para si próprio, quantos dias de trabalho lhe custam para adquirir essa mercadoria, quanto se extrai de lucro em cada peça fabricada, o que está em jogo em comprar um produto similar da China, porque pode lhe sair quase o dobro do preço se comprar a prazo ou no cartão de crédito, porque o consumidor é induzido a adquirir a garantia estendida, porque lhe sai mais barato comprar pela *internet* do que adquirir na própria cidade em que foi fabricado, porque as vendas de ventiladores e ares condicionados cresceram vertiginosamente acompanhando o aumento das temperaturas globais – isso terá um outro sentido: terá acontecido uma apropriação cultural mais importante que a econômica por si só; terá compreendido uma série de relações que podem, inclusive, contribuir para repensar o modo de produção capitalista.

Muito mais que empregos, trabalho, renda, maiores possibilidades de consumo – luxos para um país desigual como o nosso – os IF devem se voltar a produzir e difundir uma cultura nova, a partir de uma nova institucionalidade. Enquanto escola de formação profissional destinada a classes populares esta deveria ser sua principal característica e finalidade a partir da sua implicação com um novo projeto societário, muito mais implicado com a divisão de recursos do que com a promoção do seu desenvolvimento. Como bem coloca Santos (2006), normalmente se associa desenvolvimento com crescimento do PIB para assegurar bem estar à população. No entanto, maior produção de riquezas não se relaciona diretamente com distribuição de riquezas, daí que embora tenha-se buscado modelos de desenvolvimento alternativo, “talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento” (SANTOS, 2006, p. 28).

Pois bem, como isso se apresenta no IFSP, especialmente no IF-Catanduva por meio do seu currículo escrito? O que encontramos em nossos documentos é o direcionamento para os APL em detrimento dos arranjos culturais e sociais locais.

Não há dúvidas quanto a esta escolha. As confusões que se apresentam em nossos PPC e PDI dizem respeito à abrangência das nossas ações – se municipal ou regional.

Ao analisar os Projetos Pedagógicos de Cursos abreviados de PPC, a ênfase recai para o município de Catanduva e não para a região. Dessa forma, compreende-se que originalmente, esperava-se atender as demandas mais específicas do município.

No documento PDI 2019-2023, ao se fazer menção às áreas escolhidas faz-se a vinculação ao desenvolvimento regional,

> cujas atividades econômicas são baseadas no setor sucroalcooleiro, na produção de suco cítrico, na produção de ventiladores, na indústria de beneficiamento de café, na indústria de laticínios e na diversificação dos arranjos produtivos do município. (IFSP, 2019, p. 84).

Apesar de se fazer menção ao desenvolvimento da região, há ênfase para os arranjos produtivos de Catanduva, o município de maior porte nas duas microrregiões anteriormente citadas. Isso pode parecer um equívoco, um pequeno lapso, mas faz parte da nossa constituição humana, de nossa formação em sociedade capitalista, o olhar para os mais bem desenvolvidos em detrimento dos menos desenvolvidos. Há outros elementos como o fato de desconhecermos as pequenas cidades em torno de Catanduva, o que no final das contas dá no mesmo.

Em todos os PPC caracteriza-se o município de Catanduva, sendo que em alguns há um tópico específico para essa caracterização. Neste são apresentados aspectos históricos e geográficos, como também educacionais e de desenvolvimento econômico. Nos PPC há um tópico “Justificativa e demanda de mercado” no qual são reforçados os elementos voltados para os setores produtivos que justificam a aprovação e o desenvolvimento dos cursos propostos.

De um modo geral, analisando os PPC apresenta-se uma situação bastante otimista para o município de Catanduva e região, o que faz quase interrogar a própria existência de uma unidade do IFSP em Catanduva. Bem verdade que um

Projeto Pedagógico de Curso é um gênero discursivo específico, que muitos professores aprenderam a redigir tendo outro PPC como modelo ou referência, aprovado por instâncias superiores. Nele tem se empregado um tom de convencimento, apontando as vantagens (às vezes mais do que as necessidades) de um determinado município ou região, de modo a possibilitar a abertura de determinado curso. Quase uma estratégia daquilo que convencionamos atribuir a *marketing* e propaganda. E nesse processo de convencimento os autores se valem de diferentes dados, nem sempre atualizados ou estudados em profundidade.

Esse otimismo todo em torno de empregos na indústria esconde o momento de recrudescimento do setor produtivo industrial em face de um capitalismo financeiro/rentista, ou seja, "...a rentabilidade do capital é melhor nas aplicações financeiras do que em aplicações na indústria" (BOLTANSKI e CHIAPELLO, p.21, 2009). Harvey (2018) em "A loucura da razão econômica" também explora esse contexto de valorização das instituições bancárias e financeiras em detrimento dos setores produtivos. Assim:

> Se a taxa de lucro monetário for mais rentável no mercado imobiliário ou em outras formas de especulação de ativos, o capitalista racional aplicará seu dinheiro nele, e não na esfera da atividade produtiva. O capitalista racional se comporta de maneira irracional do ponto de vista do processo de reprodução do capital enquanto totalidade em evolução. O resultado pode ser uma tendência cada vez mais profunda de estagnação secular da economia. (HARVEY, 2018, p. 99).

Esse contexto de encolhimento da indústria em favor do investimento de em ativos financeiros parecia não estar visível a quem propunha os cursos. Poderia Catanduva e região estar fora do fenômeno de financeirização do capital e seus nefastos efeitos sobre a abrangência da vida?

O regime capitalista em sua nova dobra não é minimamente problematizado e tudo se passa como se houvesse emprego e falta de mão de obra qualificada – uma equação a ser facilmente resolvida pela instituição por meio do seu currículo.

Para ficar mais claro: sem política de geração de empregos não há possibilidade de acertar na escolha dos eixos tecnológicos. Em pouco tempo as demandas por formação profissional para as vagas existentes estarão supridas e os cursos poderão ser dispensados. Outro ponto analisado em maior detalhe daqui para frente refere-se aos interesses dos trabalhadores que são preteridos em razão dos interesses dos detentores dos meios de produção.

4.4 Currículo e Projetos Pedagógicos de Cursos no IF-Catanduva

Gimeno Sacristán (2013) em seu texto “O que significa o currículo?” apresenta-o como uma “invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem” (p. 20), como “instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização” (p. 20). O autor destaca também que a escolha por certos conteúdos e não outros, tornando o currículo uma dentre muitas possibilidades, não é uma escolha fundamentalmente técnica, pois é uma decisão que incide/reflete na/implica a formação de indivíduos e de sociedades. E embora o currículo sempre regule, as possibilidades sempre são múltiplas e variadas. De acordo com o autor:

> Aquilo que está vigente em determinado momento não deixa de ser um produto incerto, que poderia ter sido de outra maneira, e que pode ser diferente tanto hoje quanto no futuro. Não é algo neutro, universal e imóvel, mas um território controverso e mesmo conflituoso a respeito do qual se tomam decisões, são feitas opções e se age de acordo com orientações, que não são as únicas possíveis. (GIMENO, 2013, p. 23).

Um PPC é a estruturação formal de um currículo. Não é o currículo propriamente, ou posso dizer de outra forma, é uma parte dele. Entre as intenções e os resultados que desejam ser alcançados em determinado curso, o PPC é uma primeira etapa que foi vencida, é um produto que foi objetivado. São interesses de diferentes atores que estão organizados em determinado documento, a partir de um jogo de correlação de forças. Estes interesses ou convicções que são expressos pelos indivíduos, no entanto, são anteriores aos próprios indivíduos, são absorvidos

por eles como verdades construídas ao longo de sua formação. Portanto, no vai e vem da construção de um PPC, que deve atender também ao máximo de requisitos considerados mínimos expressos em legislação, são movimentadas peças de grandes blocos ideológicos. Por isso, um PPC deveria ser sempre nomeado PPPC – Projeto Político-Pedagógico de Curso como o é em algumas instituições de ensino.

Produto da práxis educacional que aqui será analisado em profundidade enquanto tal, é um documento que plasma ações pedagógicas futuras para que se alcance os resultados que ali estão postos na condição de desejos. Desejo de (trans)formar características humanas, inserir ou reajustar práticas, promover mentalidades, chacoalhar *habitus*, enfim ajudar a desenvolver um tipo de indivíduo, de cidadão, de trabalhador que independente de sua formação está inserido em determinada localidade, mas que a partir dela pode ser ampla ou minimamente modificada, a curto, médio ou longo prazos.

Dependendo da perspectiva que se olha, o PPC é um artefato coletivo (finalizado), mas é também intenção de um projeto maior em desenvolvimento. No IFSP tem se atendido à regra de só alterar um PPC a partir de uma turma de alunos formada, esta, sim, considerada realização final de uma idealização inicial.

Mas, entre os fins e as repercussões não existe um único traço retilínio. Os engenheiros estão certos ao dizer que entre um ponto e outro o caminho mais curto é uma linha reta, mas isso não se aplica à educação que, queiramos ou não, é influenciada por elementos imprevisíveis: há intenções que produzem efeitos, mas também ações não intencionais que interferem no processo. No final deste capítulo isso poderá ficar mais claro.

Os PPC de todos os cursos do IF-Catanduva estão disponíveis para consulta no portal ctd.ifsp.edu.br. Destes PPC – dos quais tive a oportunidade de participar da elaboração de alguns, quer na condição de técnica, quer na condição de docente, como protagonista ou figurante, – extraí para análise dois tópicos: “Caracterização da cidade de Catanduva” e “Justificativas e demandas de mercado”.

Estes dois tópicos deveriam no mínimo causar estranheza para quem conhece a institucionalidade dos IF cujo foco desloca-se para a qualidade social em detrimento do fator econômico que moveu o fazer pedagógico das instituições

federais de educação profissional em outro momento histórico (BRASIL, 2008b). A missão dos IF – reitero, em sua nova institucionalidade – deveria estar voltada para o **desenvolvimento local e regional**, “apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (BRASIL, 2008a, p. 16). Para ficar bem claro digo de outro modo: a primazia da proposta não está centrada no aspecto econômico, disso reafirma-se que “a formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade” (p. 9).

4.4.1 A “Química” e o suprimento de demandas

No PPC de Licenciatura em Química lê-se que “o Câmpus Catanduva é resultado dos esforços da **Prefeitura do município**, do IFSP e do Ministério da Educação (MEC), que, conhecedores das necessidades da Região, implementaram a escola oferecendo cursos nas áreas de Química, Indústria e Informática” (IFSP, 2017b, p. 11-12, grifos meus). No PPC do Técnico em Química, elaborado por membros da mesma equipe de professores dois anos antes, diz-se que a implantação do Câmpus Catanduva seria o resultado de “**esforços dos conjuntos de prefeituras da região de Catanduva**, Associação Comercial e Industrial de Catanduva, do IFSP e do MEC.” (IFSP, 2015c, p. 7, grifos meus).

O PPC de Licenciatura em Química embora faça menção ao esforço local em implantar o IFSP, preocupa-se em caracterizar o município regionalmente, ainda que a ênfase recaia para as características do município.

> O município de Catanduva está situado no centro da região Sucroalcooleira do Noroeste Paulista, abrigando a maior parte de seus trabalhadores e recebendo muitos migrantes durante a safra de cana de açúcar. Uma das principais características da indústria local é o pequeno porte das unidades, especialmente nos setores de bens de consumo não duráveis e de bens intermediários. Com exceção de alguns segmentos, a produção industrial tem característica doméstica, visto que a maior parte da sua receita bruta provém de vendas realizadas dentro do próprio Estado e região. (IFSP, 2017b, p. 12)

Essa caracterização é utilizada para justificar a presença do IFSP em Catanduva e “a qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para as indústrias e serviços da Região, bem como a formação de professores na área da Química” (IFSP, 2017b, p. 12) que o mesmo promove.

Esse mesmo parágrafo é utilizado também no PPC do Técnico em Química, mais especificamente no tópico “Justificativa e demanda de mercado”, sendo-lhe acrescidas neste documento outras informações acerca do processo de industrialização do município e da região, com destaque para ventiladores, citros, café, laticínios, álcool e açúcar. São apresentadas três usinas com intensa produção de açúcar e álcool na cidade de Catanduva e outras três na região. Também se faz referência a

> pequenas, médias e grandes empresas ligadas diretamente no desenvolvimento de processos químicos, tais como o desenvolvimento de produtos de limpeza e higiene, desenvolvimento de biodiesel, tratamento químico de materiais metálicos, como zincagem, galvanoplastia etc. (IFSP, 2015c, p. 12).

Apresenta-se ainda consulta ao Sistema de Informações de Capital Humano, elaborado pela FIESP- DEPAR – Departamento de Ação Regional, mostrando em que em toda a região de São José do Rio Preto, no ano de 2009, havia 3013 indústrias onde os técnicos em Química podiam atuar.

Assim, espera-se que com o desenvolvimento de um curso técnico em Química, somado aos três já existentes em Catanduva, consiga-se suprir a demanda por pessoal qualificado no setor industrial[91].

A ênfase que é dada para Catanduva e região como polo sucroalcooleiro não remete aos problemas climáticos, ambientais, sanitários e sociais decorrentes dessa condição – até valorizada. A monocultura canavieira não se apresenta como problema, nem o agronegócio a ela vinculado. A questão levantada sobre o número de migrantes nas safras de cana-de-açúcar que assolariam o município de

[91] Embora esses dados não estejam presentes na “Justificativa e demanda de mercado” do PPC da Licenciatura com o mesmo detalhe e ênfase, compreende-se que também os profissionais licenciados possam trabalhar na indústria, haja vista a quantidade de postos de trabalho existentes para aqueles que não desejam ministrar aulas. Veremos isso em outro momento.

Catanduva passa quase despercebido no tópico “Justificativa e demanda de mercado”. Ou seja, não se espera que essas dificuldades ou óbices possam ser mais bem compreendidos, problematizados, e quiçá resolvidos por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão. O que está dito no PPC é que a opção por um curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio se justifica para atender os setores produtivos. Esta tese ao interrogar a quais interesses o IF-Catanduva atende, tem aqui uma resposta: o setor produtivo é mais bem atendido em relação à população em seu conjunto, em suas demandas relacionadas a melhores condições e qualidade de vida.

No PPC da Licenciatura em Química se percebe uma coerência maior entre a demanda (nacional) e a justificativa para a implementação do curso. Ou seja, está mais bem amarrado o contexto apresentado de falta de professores, da falta de incentivos para o exercício da profissão docente, da formação “precária, aligeirada e com enfoque precipuamente tradicionalista” (IFSP, 2017b, p. 15) e a necessidade de oferta de um curso de licenciatura. Aponta-se ainda que não basta qualquer curso, qualquer formação, como pode-se ler no trecho abaixo:

> No entanto, diante do panorama atual da educação brasileira, não basta apenas formar mais professores de maneira aligeirada e desqualificada, mas formar professores conscientes da responsabilidade social e da dimensão política de seu trabalho. Assim, os enormes e inúmeros problemas da educação básica brasileira justificam a necessidade de cursos de licenciaturas de qualidade voltados diligentemente para a formação de futuros professores que busquem a melhoria da educação para todos (IFSP, 2017b, p. 20).

Todavia, no que se refere ao vínculo com Catanduva e região não são apresentados dados, especificidades, demandas da formação de professores. Sequer são apresentados dados populacionais e educacionais do município como é feito em outros PPC de outros cursos do IF-Catanduva, ainda que de maneira um tanto solta e desconectada das demais informações. Não há uma única pesquisa junto a escolas de Educação Básica ou à Diretoria de Ensino – Região de Catanduva.

O que a primeira vista faz transparecer é que o curso de licenciatura não estaria formando peças claramente definidas (ou numa quantidade específica) que estaria faltando num quebra-cabeça praticamente montado, como os outros cursos sugerem (há tantas indústrias para um profissional assim ou assado). No entanto, isso não significa que o curso deixe de se apresentar de uma forma bem específica.

Atrela-se a necessidade de boa formação às orientações e regulamentações da legislação nacional – LDB 9394/96 e Parecer CNE/CP nº 2/2015, assim como à missão institucional dos IF em sua oferta de cursos de licenciatura, sobretudo, nas áreas de Ciências e Matemática.

Da mesma forma se justifica o curso técnico em Química buscando atendimento às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que prevê a expansão das matrículas no Ensino Médio de modo a atingir 85% do público de 15 a 17 anos, e a ampliação da educação técnica profissional gratuita na modalidade Integrado.

Como já se disse, o PPC é um gênero discursivo com características bem específicas que procura persuadir o leitor/avaliador. Nesse sentido, procura mostrar que os cursos estão em consonância com as prerrogativas legais. Outra leitura que complementa esta ideia pode sugerir que os servidores do IF-Catanduva não só conhecem a legislação, mas estão de acordo com ela. Evidencia-se um estreitamento do vínculo Estado-servidor, conforma-se o *habitus* do servidor público, afirmando que este está a serviço daquele.

4.4.2 A “Indústria” e seus pontos de sustentação

No PPC de Fabricação Mecânica (IFSP, 2011), utiliza-se o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) para dizer que Catanduva foi classificada no Grupo 1 – município com nível de elevado riqueza e bons níveis nos indicadores sociais. Não se faz referência ao ano dessa classificação, o que pode sugerir ser um título consolidado. No PPC Tecnologia em Mecatrônica Industrial (IFSP, 2015a), esse título é colado ao ano de 2006. No PPC Técnico de Mecatrônica (IFSP, 2015b), assim como no PPC atualizado da Fabricação Mecânica (IFSP, 2017a), são apresentadas as edições de 2008 e 2010, quando Catanduva teria sido classificada

no Grupo 3 – municípios de baixos níveis de riqueza e bons indicadores de longevidade e escolaridade.

No PPC Engenharia de Controle e Automação (IFSP, 2016a) faz-se menção ao ano de 2012, quando Catanduva se mantinha no Grupo 3. Nesse PPC há informações adicionais de como esse índice é calculado, quais são os fatores considerados, embora não se faça um estudo ou levantamento longitudinal.

Estando Catanduva no Grupo 1 ou no Grupo 3 (daria na mesma?), os professores da área Indústria entendem que isso favoreceria os egressos desses cursos para encontrar empregos em suas respectivas áreas de atuação. No PPC do Técnico em Mecatrônica, logo após a apresentação do IPRS, apresenta-se a seguinte informação: “Desse modo, o aluno egresso do curso Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio do Câmpus Catanduva poderá encontrar oportunidades de trabalho tanto na região, como no Estado de São Paulo como um todo” (IFSP, 2015b, p. 12).

Ao analisar os PPC da área Indústria é possível verificar uma tendência a valorizar o parque industrial existente (ora compreendido como constituído por 550 indústrias (IFSP, 2011, 2015a) ora constituído por 340 (IFSP, 2016a, 2017a) para afirmar a existência de empregos. São apresentados dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) em que se evidencia maior percentual de trabalhadores na indústria de transformação e, enfim, dizer que se tudo continuar como está ou continuar em franco processo de crescimento (em meio a uma crise mundial indicada) justifica-se o desenvolvimento dos cursos com “amplas” oportunidades de trabalho. O parágrafo a seguir está presente nos PPC de Fabricação Mecânica (IFSP, 2017a) e com pequenas variações na estrutura do texto nos PPC de Técnico em Mecatrônica (IFSP, 2015b), PPC de Tecnologia em Mecatrônica Industrial (2015a) e PPC de Engenharia de Controle e Automação (2016a):

> A cidade de Catanduva dispõe atualmente de quatro distritos industriais distribuídos estrategicamente pela cidade e dotados de infraestrutura para abrigar novos investimentos. Ao lado do setor sucroalcooleiro, com quatro usinas de grande porte na região, as indústrias de ventiladores apresentam grande impacto econômico, o

> que leva a cidade de Catanduva a ser conhecida como “a capital nacional dos ventiladores”. As fábricas da cidade são responsáveis por cerca 90% da produção nacional de ventiladores e empregam 60% da mão-de-obra ocupada na indústria no município. A Prefeitura Municipal de Catanduva contabiliza um montante de 340 indústrias instaladas na cidade, abrangendo os ramos metalúrgico, construção, mecânica e peças, usinagem, alimentação, combustível, comunicação, eletrificação, tipográfico, calçadista e moveleiro. (IFSP, 2017a, p. 15).

O texto suscita que o IFSP se integra a essa estrutura, formando mão-de-obra para o segmento industrial. Ao trazer novos cursos – dois técnicos e dois de nível superior – não se espera uma mudança ou aprimoramento nos processos existentes, algo original que possa advir pelo fato de o aluno ter contato com esse universo novo que lhe é apresentado. Nos PPC não está presente a ideia de que haveria brechas para melhorias, seja no que diz respeito aos insumos empregados, à energia utilizada, no descarte de resíduos, no transporte, e menos ainda, nas condições de trabalho existentes e na distribuição de renda. Ou seja, o aluno formado está reduzido a uma peça (produtiva) de uma engrenagem existente. Pacheco (200?) em um texto escrito logo após a criação dos IF escreve, anunciando os propósitos dessa instituição dita revolucionária, que há uma recusa em submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo a serviço da reprodução capitalista. Não é o que se faz aqui.

Moura, ao falar sobre os IF, reporta-se ao seu objetivo principal, que não parece ser atendido plenamente nos PPC da área da Indústria:

> objetivo principal não é que esse sujeito tenha, obrigatoriamente, que ingressar no mundo do trabalho após a conclusão dos cursos, mas que ele tenha opções, ou seja, que possa prosseguir os estudos no ensino superior, que possa ir para uma atividade diretamente produtiva, que possa fazer as duas coisas ao mesmo tempo, que possa fazer uma depois outra etc. (...) **O importante é que para onde for tenha os conhecimentos que lhe permita inserir-se na sociedade e compreender as relações e as correlações de forças que existem nessa sociedade, principalmente entre o trabalho e o capital.** (MOURA, 2016, p. 8, grifos meus).

Há muitos jeitos de se falar em defesa do “trabalhador-que-vive-do próprio-trabalho” [92] em contraposição à quem vive do trabalho dos outros. O que parece que se registra nesses PPC é o olhar de quem emprega, de quem oferece vagas a candidatos em potencial formados pelo IF-Catanduva.

Nos PPC do ensino superior há menção de que os alunos dos cursos técnicos teriam interesse em continuar os estudos no IFSP, consagrando a verticalização do ensino no projeto dos IF.

No PPC da Engenharia de Controle e Automação estão ainda presentes argumentos de outra ordem, como as características do próprio curso, a valorização da carreira e os salários atrativos. Quando se lê o PPC da Engenharia fica claro que um trabalho bem remunerado é um chamariz para a realização de um curso, mas isso não seria válido também para todos os outros cursos? Quando não se fala do salário do técnico ou do tecnólogo, mas se fala da remuneração do Engenheiro, reitera-se uma concepção de sociedade em que se justifica os altos salários pela titulação acadêmica e pelas escolhas feitas. É verdade que há um investimento maior – de tempo de formação, de custos, de dedicação aos estudos – todavia, nem todas as famílias podem, de fato, garantir esse tempo livre dedicado exclusivamente à formação intelectual que antecede, inclusive, o ingresso aos melhores cursos de graduação.

A forma como o curso se apresenta no PPC mostra que é possível uma mudança de vida com a realização de um curso mais bem valorizado e uma profissão mais bem remunerada. O que não está dito é a perspectiva de uma mudança na estrutura social em que todas as profissões sejam reconhecidas pelo seu valor intrínseco. Fazer valer o que se faz, independente da formação, da titulação, do Currículo Lattes. Compreender que as pessoas exercem profissões diferentes e que essa diferenciação é importante, mas que isso não implica necessariamente uma situação de tremenda desigualdade na remuneração como a que se vive no país.

Como o ar que inspiramos e expiramos, a desigualdade social é introjetada e expelida por cada um de nós, e nem sempre percebemos esse processo. Desta forma, nos acostumamos de que alguns podem ser cidadãos ilustres, ter boas e

[92] Expressão cunhada por Ricardo Antunes citado em MOURA (2016).

adequadas condições de vida, e outros não. Mexer nesse vespeiro significa revolver nosso pensamento meritocrático, e isso significa confrontar-se com a dura realidade de que nossos bons salários, nossa estabilidade, e até mesmo, a natureza do ofício que realizamos é mais resultado de privilégios do que esforços individuais. Há uma parcela da população que não chega nem as portas da Universidade, e muito mais do que isso, não tem nem ideia de que ela historicamente tem servido para legitimar as desigualdades. Os IF se expandiram e se interiorizaram, e precisamos, sobremaneira, junto à democratização das vagas promover amplo debate de que uns não valem mais do que outros. Como muito bem expõe Sánchez Vázquez "um homem só satisfaz seu desejo humano quando outro homem reconhece nele um valor humano" (2011, p. 78).

E falando em cidadãos ilustres, é recorrente em nossos documentos a referência ao prefeito Engenheiro Afonso Macchione Neto (PSDB) do município de Catanduva, como importante impulsionador desta área. O documento PDI 2019-2023 (IFSP, 2019) faz menção a uma reunião com a presença do diretor do Câmpus e o prefeito que teria manifestado "grande interesse na abertura do curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial pelo IFSP, salientando a alta demanda por profissionais com essa formação na cidade e região" (p. 84). Essa reunião teria ocorrido no ano de 2011, quando o Câmpus já estava em funcionamento, e reforçava a ideia de abastecer as indústrias com pessoal qualificado. A informação sobre a reunião do poder executivo e a direção do IF – Catanduva se repete em vários PPC, o que parece demonstrar o quanto nos é natural que um prefeito – engenheiro de formação – tenha apreço por determinado curso e tenha influenciado a sua implementação[93], como se a história do Câmpus não tivesse sido construída por um coletivo de pessoas. E como muitas vezes acontece na História Oficial, os servidores do IF-Catanduva pouco sabem dos catanduvenses que integraram esse coletivo.

[93] Em nenhum documento analisado, no entanto, aparece a informação de que o mesmo prefeito tivesse sido responsável pela doação do terreno onde está instalado o IFSP em Catanduva. Em nenhum texto do IF-Catanduva encontrei referência ao vereador Marcos Crippa, tão aclamado pela Câmara de Vereadores em 2008.

4.4.3 De Catanduva para o mundo: a “Informática” e suas conexões

Os PPC Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio (IFSP, 2018a) e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (IFSP, 2015d) faz um percurso parecido com o analisado acima, mas aponta inicialmente as demandas local e regional para depois apresentar as potencialidades do município. O tópico “Justificativa e Demanda de Mercado” é aberto com a informação de que o curso técnico de Redes de Computadores teria sido definido “em reunião do corpo docente e discente, realizada em conjunto com representantes do comércio, indústria e das respectivas instituições de ensino no primeiro semestre de 2012” (IFSP, 2018a, p. 9). Não há identificação das instituições que estiveram presentes, de quais níveis de ensino eram os alunos participantes, nem quantos eram. A ausência de informação sobre o município faz supor que seja Catanduva.

A justificativa para a implementação do curso Técnico em Redes de Computadores é mais bem apresentada no parágrafo que segue:

> A opção pelo curso de redes de computadores se deu pela permanente falta de mão de obra especializada e pelo interesse que as áreas de informática e telemática despertam no alunado. O mercado de redes de computadores é um dos que se mantém aquecidos devido à grande necessidade de comunicação e da integração de novos sistemas, principalmente os sistemas de controle e gestão das organizações. Em um futuro próximo, todos os participantes de um mercado estarão interligados em rede, **de uma simples padaria a uma grande corporação multinacional** (IFSP, 2018a, p. 9, grifos meus).

Ao fazer menção à interligação em rede num futuro próximo, o projeto pedagógico abrange todos os municípios, dos menores ao maior, sugerindo que em qualquer localidade podemos encontrar uma simples padaria que requeira os serviços de um profissional capacitado.

O que chama ainda a atenção no trecho supracitado é a referência para o interesse do alunado para a área de informática, o que considero um importante ponto. Isso não significa que os nativos digitais necessariamente tenham apreço por programação e afins como se fala no IF, mas considerar que há certo interesse pela área de informática faz transparecer um aspecto saudável para uma instituição de

ensino. Mas esse interesse enunciado não é desinteressado como nos sugerem Masschelein e Simons (2018). O aluno não pode simplesmente querer saber como as coisas funcionam e se interconectam ou simplesmente saber fazer as coisas. Ao lado desse interesse do alunado está o mercado de trabalho com falta de mão de obra especializada, e assim se junta fome com vontade de comer, havendo um direcionamento desse interesse. Como ouvi muitas vezes: *"o curso de informática é como um curso de culinária. Não é porque se gosta de comer que se vai gostar de cozinhar"*. Será que aprendendo a cozinhar porque há demandas no mercado de trabalho vai se perdendo o gosto pelos sabores que o levaram a fazer o curso?

Outro aspecto que o interesse do alunado expresso no PPC de Redes de Computadores me remete é para a ausência da participação do movimento estudantil de Catanduva na definição dos áreas/eixos tecnológicos ou mesmo cursos antes da instalação do IF-Catanduva.

Apontando para as possibilidades de emprego e renda no município de Catanduva, o PPC apresenta um quadro, dando ênfase para os setores de Comércio e Serviços, onde estariam localizadas as melhores oportunidades para o profissional de técnico em redes de computadores.

Figura 4: Indicadores de Emprego e Renda

Indicadores de Emprego e Renda (2013)

Empregados nos setores da economia no ano de 2013	Percentual de empregados	Rendimento médio (R$)
Agropecuária	1,47%	R$ 1812,68
Indústria	29,30%	R$1989,15
Construção Civil	4,47%	R$ 1666,17
Comércio	27,84%	R$ 1599,07
Serviços	36,91%	R$1944,85

(FONTE: Fundação SEADE, 2013)

Fonte: IFSP, 2018a.

Embora não se faça menção, esse quadro corresponde ao município de Catanduva – urbanizado, com um pequeno percentual de empregados trabalhando na zona rural.

Na sequência, apresenta-se IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), Catanduva foi classificada no Grupo 1 – município com nível de elevado riqueza e bons níveis nos indicadores sociais (sem data de referência) e para completar, um parágrafo que faz referência à industrialização do município:

> Catanduva apresenta características de pólo micro regional, com comércio, setor de serviços e indústria. Mais de 550 indústrias estão instaladas na cidade. Os setores que se destacam são: ventiladores, laranja, café, laticínios, álcool e açúcar. Grande destaque da indústria catanduvense é a produção e o comércio de ventiladores, o que tornou Catanduva conhecida como a "capital nacional dos ventiladores". As fábricas da cidade são responsáveis por cerca 90% da produção nacional de ventiladores e empregam 60% da mão-de-obra ocupada na indústria no município. (IFSP, 2018a, p. 10).

Embora os setores de serviços e comércio sejam apresentados como os mais promissores para a empregabilidade dos novos técnicos em redes de computadores, a indústria se apresenta como importante veio de trabalho.

O que não se disse foi das necessidades do município e da região num mundo conexionista, daqueles que ficam de fora e dentro das conexões, das possibilidades de integração não só entre os setores produtivos, mas da (desin)integração de pessoas a partir de possibilidades de lazer, cultura, informação oferecidas. Enfim, de quem lucra com tudo isso, inclusive com esses novos modos de vida que a *internet* ajudou a inventar. Ou seja, me parece que um PPC de um curso desta natureza dentro de um Instituto federal não pode se furtar de levantar tais aspectos, quando se pretende formar para o mundo do trabalho e não tão somente para o mercado.

Retomo Pacheco:

> Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. (PACHECO, 200?, p. 5).

Talvez por isso, o formato de um PPC de um Instituto Federal devesse contemplar "Justificativas e demandas do mundo do trabalho" e não "Justificativas e demandas do mercado", supondo que o projeto societário da instituição de fato seja outro como anuncia Pacheco em sua cartilha (200?). Ou quem sabe, se possa pensar outra escola em que apenas se garanta o direito à educação, enquanto um tempo/espaço de formação *per si,* ainda que seja uma escola de aprendizado tecnológico e profissional.

O PPC de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) (IFSP, 2015d) faz um caminho inverso: caracteriza o município, trazendo dados populacionais oferecidos pelo IBGE de 2010. Em seguida, apresenta-se o IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) de 2006, quando Catanduva se classificava no Grupo 1: município com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais, a partir da combinação de três fatores: riquezas, escolaridade e longevidade.

Na sequência, apresenta-se o município de Catanduva com mais 550 indústrias instaladas na cidade, a referência à capital dos ventiladores, e a porcentagem de empregados nesse setor (60%). Na sequência, são apresentados dados o CAGED/MTE de 2011, SEADE de 2000 e INEP/MEC de 2009 (sem menção ao significado das suas siglas)[94].

Não fica muito clara a escolha destes dados – desconectados – de anos tão diferentes para compor a argumentação. De qualquer forma, o que se apresenta é um município com "36.539 trabalhadores no mercado formal de trabalho, sendo que praticamente todos eles estão alocados na indústria de transformação (33,6%), comércio (27,1%) ou serviços (26,7%)" no ano de 2011 (IFSP, 2015d, p. 17). Não se

[94] Trabalhar no IF significa lidar cotidianamente com dezenas de siglas, movimentando-se entre SUAP, FPA, RIT, PIT, GED, GAD, CAE, DAE, TAE... Assim, trazer as siglas sem especificar seu nome por extenso pode ser uma forma naturalizada de lidar com elas, o que pode suscitar um sentimento de superioridade dos agentes do Estado, fazendo com que o texto torne-se um pouco menos acessível a todos que desconhecem os significados. Outra análise pode nos levar a pensar no ritmo de trabalho do IFSP e nos seus desdobramentos.

sabe a escolarização destes empregados formais, mas paralela àquela informação sabe-se a remuneração média inicial e a remuneração média nestes e outros setores. Além disso, é sabido que Catanduva tem 7,6% de analfabetos na população acima de 15 anos, que “cerca de 60,34% da população com 25 anos ou mais possui menos de 8 anos de estudo; 48,28% da população entre 18 e 24 anos possui o ensino médio completo” (IFSP, 2015d, p. 17). Talvez esses dados referentes à escolaridade dos munícipes tenha sentido na proposição de um curso de nível superior, no entanto, do ano de 2000 para 2015 o cenário podia estar um pouco diferente.

Por último, é apresentada a quantidade de escolas e alunos matriculados em todos os níveis de ensino da Educação Básica, sem que se vinculem esses dados aos demais já apresentados e às intenções de implantação do curso em questão. Essa informação está presente em outros PPC do IF-Catanduva e a intenção em fornecer as seguintes informações ficam totalmente em aberto:

> De acordo com os dados do Censo Educacional INEP/MEC de 2009, o município possui 36 escolas de nível fundamental, 31 pré-escolas e 19 estabelecimentos de nível médio. No ano de 2009, foram registradas 13.886 matrículas no Ensino Fundamental, 4,712 no Ensino Médio foram matriculados (sic!) e 2.281 no Ensino Pré-Escolar (IFSP, 2015d, p. 17).

Sobre “Justificativa e demanda de mercado”, há uma longa e detalhada exposição do que integra a área de computação no Brasil, as políticas públicas brasileiras para área de computação além da quantidade de profissionais formados a partir da década de 1970, quando iniciam os primeiros cursos no país. Talvez essa longa explanação se justifique, de um lado, pela grande quantidade de cursos ofertados com crescimento exponencial nos últimos anos (e nesse sentido ADS no IF-Catanduva seria mais um deles), e, por outro, pelo fato de o exercício da profissão não exigir diploma, nem haver obrigatoriedade de registro em associação de classe – sinais dos novos tempos dentro de um novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI E CHIAPELO, 2009).

Para justificar a demanda por esse curso são apresentados valores monetários em dólar, do quanto se investe e de quanto se lucra nessa área, do lugar ocupado no Brasil, responsável por 47% do mercado de T.I. (Tecnologia da Informação) na América Latina e 3% do mercado mundial. Mostra-se a área em franco desenvolvimento e expansão. Embora o setor empregue 1,3 milhões de profissionais no Brasil, haveria uma estimativa de 117 mil postos de trabalho vagos em 2015 e um *déficit* de 408 mil profissionais em 2020.

Esse tom utilizado no PPC de ADS situa o curso numa sociedade globalizada e conectada, diferente do que se apresenta no eixo tecnológico da Indústria e em certa medida para o curso de Redes de Computadores. Ao ler o PPC de ADS tenho a sensação de estar em outro mundo de oportunidades, com salários muito acima daqueles já referidos em outros PPC.

A versatilidade do curso voltada para as atividades-meio de computação faz com que o profissional se insira em qualquer setor produtivo. De acordo com o PPC de ADS:

> Hoje toda empresa, independente de seu porte, não importando a área de atuação, necessita de sistemas de informação para controlar e automatizar o fluxo de informação entre os seus setores internos, prestadores de serviços, fornecedores e apoio à decisão. (IFSP, 2015 d, p.27).

Nesse sentido, o município de Catanduva e região teriam muito espaço para esse profissional, além das possibilidades nacionais vislumbradas pelo Projeto.

Em termos locais e regionais, a grande novidade apresentada é a possibilidade de a Prefeitura Municipal de Catanduva implantar polo de *software*, assim como fizeram São José do Rio Preto e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo. Em todo o país, seriam apenas 28 polos. Assim, ao reunir diferentes empresas produtoras de *software* num mesmo município, as chances de trabalho aumentariam para quem não se dispõem sair do município ou região. O PPC também apresenta a possibilidade de empreendimentos próprios para quem demonstrar interesse:

> Além de permitir a inserção do egresso no mercado de trabalho, o curso proposto permitirá que aqueles que tenham interesse empreendam um negócio próprio na área. Como há interesse da Prefeitura em transformar a cidade em um polo de *software*, acredita-se que a Prefeitura envidará esforços no sentido de oferecer condições de acesso a operações de microcrédito para que esses egressos possam constituir a sua empresa e inseri-las no mercado regional, estadual, nacional ou internacional por meio do polo de software municipal (IFSP, 2015d, p.27).

Embora sutil, há uma mensagem direta dizendo que não faltarão oportunidades e inclusive recursos financeiros para os interessados. Opera-se como se as chances fossem iguais a todos no sentido de obter êxito com a profissão escolhida. Boltanski e Chiapelo (2009) mostram que se impõe uma nova forma de pensar as relações de trabalho, uma nova ideologia vem fomentar o novo capitalismo. É como se disséssemos que isso de carteira de trabalho, emprego formal, garantias trabalhistas e estabilidade, formar-se e viver no/do município ou na/da região seria para os fracos diante da liberdade e flexibilidade que se apresentam aos interessados e arrojados em inserir-se no mercado estadual, nacional ou internacional.

Num mundo conexionista, a mobilidade é vantajosa. E ela se expressa muito bem na área de Informática, no eixo tecnológico Comunicação e Informação porque em seus cursos opera-se com conhecimentos e práticas que se adaptam e se moldam às diferentes circunstâncias – “da simples padaria à multinacional”. A imobilidade é uma desvantagem, e aqui podemos pensar não só o espaço geográfico, como também os espaços mentais que são constituídos numa nova perspectiva ou abordagem. “Os grandes não ficam parados. Os pequenos ficam. Deslocando-se, os grandes criam novos elos. Permanecendo, os pequenos perdem os elos que são potencialmente mais lucrativos” (BOLTANSKI e CHIAPELO, 2009, p.370-371). Dessa forma se opera com a exclusão nem intencional, nem claramente visível, assim como se apresenta a exploração embora sempre existente na relação entre móveis e imóveis: “a imobilidade de uns é necessária à mobilidade de outros” (p. 371).

4.5 O que as formas informam? Um pouco mais sobre currículo do IF-Catanduva na descrição sucinta dos cursos

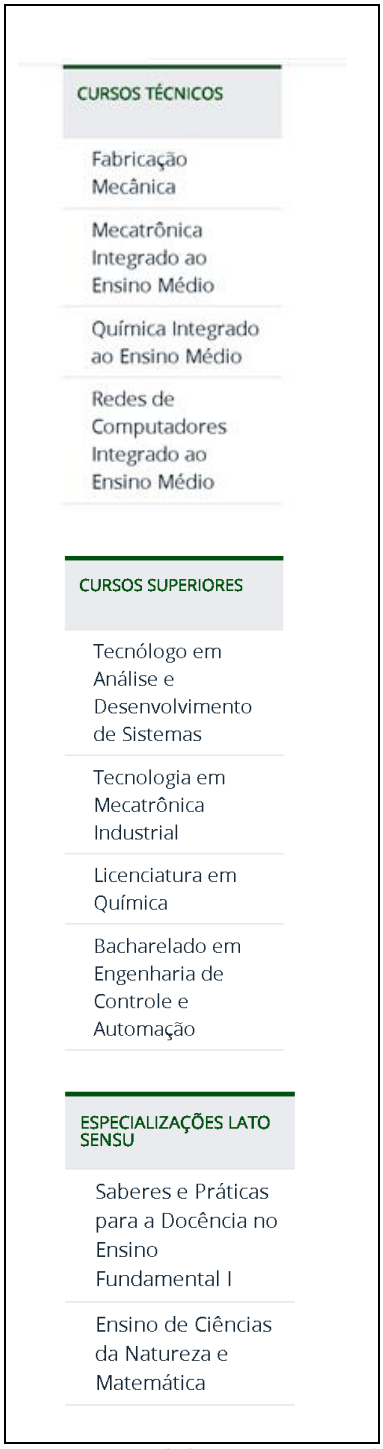
Ao acessar o sítio ctd.ifsp.edu.br foi possível encontrar ao lado esquerdo informações sobre os cursos do IF-Catanduva: Cursos Técnicos, Cursos Superiores e Especializações *Lato Sensu*. O que se apresenta é a espinha dorsal do Câmpus, expressando uma ordem ascendente dos cursos da Educação Básica à Superior. Essa forma foi uma escolha e evidencia o modo como enxergamos a instituição marcada pela hierarquia, pela ideia de desenvolvimento progressivo.

Poderíamos ter apresentado os cursos divididos por turnos de funcionamento, por histórico de implementação, por áreas, etc. O que chamo atenção é que esse ordenamento não é natural, ele é construído, e em nossas mentes instalado como a melhor ou única forma de apresentar os cursos.

Sobre a verticalização abro parêntese e aponto que quando nos referimos a ela, normalmente falamos da possibilidade de um mesmo professor dar aulas em diferentes níveis de ensino e cursos, um mesmo laboratório ser utilizado por diferentes alunos, desenvolver extensão, pesquisa e inovação, otimizando profissionais e recursos, o mesmo para desenvolvimento de atividades culturais, esportivas, de complementação curricular, para uso de espaços comuns como pátio, quadra esportiva, biblioteca. Da perspectiva de alguns, enxerga-se a verticalização ou verticalidade. De onde olho, penso que o termo suscita possibilidades para concretizar “horizontalidades[95]”.

[95] Pacheco (2020) ao retomar a história de criação dos Institutos Federais refere-se às escolas multisseriadas como inspiradoras para o seu formato pautado na “verticalidade”. Em minha breve experiência como professora neste formato de ensino na década de 1990, ressalto “horizontalidades”, principalmente entre alunos de diferentes séries.

Figura 5: Verticalização no IF-Catanduva



Fonte: Portal do IFSP- Catanduva, 2019.

Prossigo. Ao clicar sobre cada curso, aparecem informações de cada um. Mas, para além dessa imagem tão estruturada e organizada, o que encontrei em seu interior foi diversidade, variedade, o que a primeira vista e análise me incomodou bastante. Em 30 de janeiro de 2019 quando busquei dados sobre esta apresentação à comunidade, encontrei nessas sínteses repetições do que já havia encontrado nos

PPC, mas para além do conteúdo apresentado, a forma ganhou destaque. Encontrei-me com a multiplicidade e a pluralidade, que se manifesta na quantidade de informações sobre os cursos (descrições mais simples e mais pormenorizadas, mais e menos documentos anexos) e o tipo de informações e fontes. Certamente temos aqui um forte indício que encaminha para impossibilidade da padronização de cursos em currículos de referência, em bases curriculares comuns e afins.

Na descrição dos cursos não havia uma formatação padrão, parecia não haver uma regra de edição. Quanto mais valorizado um curso, mais informações. No final da apresentação sucinta de cada curso, havia arquivos em PDF disponíveis. O número de arquivos[96] e o seu conteúdo variavam de curso para curso. Dentre estes anexos, encontrava-se a **grade** ou **grade curricular** ou **matriz curricular**, e também obrigatoriamente o **Projeto Pedagógico do Curso** (PPC). Em alguns cursos, estavam presentes mais que uma versão do PPC e da matriz ou grade ou grade curricular. Eram diferentes formatos de quadros expondo os componentes curriculares, carga horária, dentre outros aspectos. Nos cursos de especialização e em dois cursos técnicos integrados ao Ensino Médio estavam visivelmente faltando a data de resolução de autorização dos cursos, onde lia-se XXXXXX.

Alguns cursos se valiam de cópia (mais ou menos) literal de algum documento norteador – Catálogo de cursos técnicos, Guia Pronatec, Resolução Normativa. Em alguns casos, o documento estava referenciado, outras vezes não. Em algumas descrições dos cursos foram juntadas informações num “copia e cola” evidente. Outras descrições mais originais eram confusas, ou podiam ser esvaziadas de conteúdo. Fazia-se menção ao perfil do egresso em alguns cursos, público-alvo e objetivo geral em outros.

A titulação dos professores responsáveis pelos cursos está presente quando os mesmos têm mais que a graduação; usa-se prof. Esp; prof. Me; prof. Dr. precedido ao nome. Não se faz menção a ser Bacharel, Engenheiro ou outro título. No âmbito do IF-Catanduva nos identificamos todos como professores, licenciados ou não. Isso merece destaque e evidencia outro tipo de horizontalidade. Também ressalto que no IF-Catanduva costumamos chamar as pessoas pelo primeiro nome

[96] Os cursos apresentam de 4 a 28 documentos disponíveis para consulta. O curso que apresenta maior número de anexos na ocasião da consulta era a Licenciatura em Química.

ou sobrenome, na relação entre alunos, entre servidores, entre alunos e servidores, entre servidores e trabalhadores terceirizados.

O curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas apresentava-se como sendo “Tecnólogo” – uma forma usual de referir-se ao curso, quando a palavra refere-se ao egresso formado por ele. Esse trocadilho faz parte do *habitus* da área de Informática e não só do IF-Catanduva.

O curso de menor prestígio no câmpus – Fabricação Mecânica – tinha em janeiro de 2019 o menor número de informações disponíveis naquele sítio virtual. Esse curso atende majoritariamente “trabalhadores-estudantes” (VARGAS e PAULA, 2013)[97]. A descrição do perfil do egresso era repetição literal do conteúdo expresso no Guia Pronatec, sem que se fizesse referência ao documento. Os candidatos ao curso têm sido trabalhadores da indústria e o que se promete aos mesmos é a possibilidade de sair do chão da fábrica onde muitos se encontram, para trabalhar num patamar mais elevado onde seriam responsabilizados por “projetar, planejar, supervisionar e controlar atividades de fundição, usinagem, fresagem, caldeiraria, soldagem e outros processos de conformação mecânica” (IFSP, 2019a). A descrição do curso vincula-se claramente a características valorizadas pelo capitalismo industrial, dentro de um modelo taylorista que separa o trabalho intelectual do trabalho manual.

Da mesma área, o curso de Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio conta com o mesmo corpo docente da Fabricação Mecânica na parte profissionalizante. No entanto, o perfil do profissional apresentava informações mais detalhadas, indicando claramente o campo de atuação nas indústrias, em laboratórios e empresas integradoras e prestadoras de serviço. A palavra “máquina” e seus correlatos “equipamentos automatizados” e “sistemas robotizados” tinham destaque na descrição, indicando que o profissional formado neste curso irá medir, testar, programar, operar, fazer manutenção desse maquinário. Não se fez menção às ações de supervisionar e controlar presentes na descrição do curso Técnico de Fabricação Mecânica, mas a linguagem utilizada sugere elevar o profissional

[97] As autoras utilizam o termo “trabalhadores-estudantes” para diferenciá-los dos “estudantes-trabalhadores”. Se estes últimos têm o estudo como principal atividade, e o trabalho como forma de sustento, inclusive para custear os estudos, no caso do “trabalhador-estudante” o trabalho é atividade principal, sendo o estudo o acidente. Nestes casos, o trabalhador escolhe um curso compatível com o seu trabalho.

formado a outro nível se comparado com aquele, pois se fez referência a uma preocupação com as questões éticas, ambientais, de sustentabilidade, de viabilidade técnico-econômica e de segurança envolvidas nos processos industriais. Preocupações estas totalmente inexistentes na descrição sucinta do outro curso.

Assim como o curso de Fabricação Mecânica, também este curso de Mecatrônica se volta a atender demandas do capitalismo industrial, embora encontremos indícios de um novo tipo de sistema de organização do trabalho evidenciado principalmente na expressão “gestão da qualidade e produtividade”, sugerindo articulação à sociedade conexionista com valorização às “empresas integradoras e prestadoras de serviço”. (IFSP, 2019b).

Boltanski e Chiapelo (2009) sugerem que no toyotismo os operários passam a ser chamados de operadores, tendo que responsabilizar-se pelo aumento da produtividade, o controle da qualidade, a manutenção dos equipamentos, rompendo com uma lógica que separa concepção e execução. De acordo com os autores:

> Considera-se que os operários ganham com estas mudanças organizacionais, que ficam menos “alienados” do que antes, pois se tornam integralmente responsáveis por certas produções, que seu trabalho é “enriquecido”, que eles se libertam dos pequenos chefes autoritários e têm mais facilidade de obter adaptações que facilitem o cumprimento de suas tarefa (BOLTANSKI e CHIAPELO, 2009, p. 112).

No texto também se indicava que “espera-se atitude de permanente atualização e investigação tecnológica” (IFSP, 2019b) – outra característica dos novos tempos de diplomas com tempo de validade determinada.

Atendendo à característica de verticalização do ensino, o câmpus oferece dentro do eixo tecnológico “Indústria” os cursos de Tecnologia em Mecatrônica Industrial (em vias de se extinguir) e Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação (na época, em processo de implantação, substituindo aquele).

Para descrever o perfil do profissional de Mecatrônica Industrial, o corpo docente responsável pela descrição valeu-se literalmente do conteúdo apresentado

no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia fazendo referência explícita ao documento editado em 2010.

Fez-se menção à inserção do tecnólogo no meio industrial de produção discreta[98], que se caracteriza pela exigência ou pela presença de uma sequência de operações e etapas sincronizadas para a fabricação de produtos. Neste sistema de fabricação de grande quantidade de produtos de modo padronizado e em série, o profissional formado em Mecatrônica Industrial seria tanto responsável por executar projetos, instalar, manter, integrar os processos dos distintos momentos da produção – automatizados, robotizados, computadorizados, "interfaceados" – quanto responsável por coordenar equipes de trabalho.

Acrescentou-se às informações do Catálogo a exigência de "um pensamento sistêmico, abrangente, e capaz de adaptar-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas"; "se pressupõe espírito crítico, criativo e consciente, devendo ser generalista, com sólida e avançada formação tecnológica". (IFSP, 2019b)

Alguns termos demonstram claramente que o egresso desse curso não será o peão de fábrica restrito a uma única e repetitiva função. Daí a exigência de "pensamento sistêmico" (visão do todo e sua relação com as partes), abrangência de pensamento, espírito generalista, mas com sólida (aprofundada) e avançada (moderna, vanguardista) formação tecnológica (com domínio dos fundamentos da eletrônica, mecânica, informática e da mecatrônica/robótica). Enfim, um generalista especializado ou um especialista genérico, possível de ser formado em três anos de curso noturno, atendendo as demandas do capitalismo industrial.

O espírito que deve ser crítico, criativo e consciente não fica exatamente claro. Consciente dos seus direitos trabalhistas? Da sua condição de classe? Da importância da sindicalização? Dos problemas ambientais gerados pela tecnologia? Do desemprego gerado pela automatização? Das questões de gênero ligadas ao ofício? Enfim, consciente do que? Crítico em relação a que? Criativo para o que? Parece que estes termos crítico, criativo e consciente falam por si sós no ambiente educacional (não só no âmbito do Instituto Federal obviamente).

[98] A produção discreta é diferente da produção por processos, que conta com menos etapas de produção. Diferente da primeira que produz uma quantidade de produtos que podem ser contados um a um, a segunda forma, manufatura uma produção que é quantificada por volume ou peso. Ambas se valem de linhas de montagem.

Por que um curso que se apresenta tão completo se extingue para dar lugar ao curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação? Evidentemente que um curso de Engenharia tem a exigência legal de maior número de horas em relação a um Curso de Tecnologia, e nesse sentido talvez seja possível alargar o tempo de formação dos estudantes para as mesmas funções. Isso é um ponto. O outro é que o curso noturno com aulas aos sábados pela manhã transforma-se num curso de tempo integral, e assim, consegue atrair um público diferenciado. A quantidade de acessos à página virtual pode evidenciar que há mais interessados neste curso do que em qualquer outro. Ao invés de "estudantes-trabalhadores" e "trabalhadores-estudantes" são atraídos para o curso de Engenharia estudantes recém egressos do Ensino Médio, que têm disponibilidade para os estudos, para a pesquisa e inovação, para a extensão. Bem verdade que o IF- Catanduva não tem como competir com as Universidades, e nesse sentido o curso atrai estudantes que não foram absorvidos pelas vagas universitárias[99].

Ao analisar a descrição do Curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação presente no *site*, encontramos atividades do perfil do egresso bastante semelhantes àquelas referentes ao curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial. Em meio a processos, sistemas, dispositivos, máquinas, instrumentação eletroeletrônica, equipamentos eletromecânicos, etc., atua este bacharel. A novidade deste curso refere-se à maior abrangência; agora se fala em automação industrial, comercial e predial. Além das responsabilidades de otimizar, projetar, instalar, manter e operar sistemas de controle e automação, bem como coordenar e supervisionar equipes de trabalho (atividades semelhantes às do egresso em Tecnologia de Automação Industrial), o Engenheiro – diferente do Tecnólogo – pode fiscalizar obras e serviços técnicos, efetuar vistorias, perícias e avaliações, emitir laudos e pareceres, e desenvolver pesquisas.

Não se faz referência alguma ao pensamento crítico, criativo e consciente, tampouco ao pensamento sistêmico, generalista e/ou especializado (ora, estamos falando de um curso de Engenharia, não precisamos nos demorar na descrição, o

[99] No município de Catanduva uma instituição concorrente é a FATEC que oferece o curso de Tecnologia em Automação Industrial em dois turnos distintos – diurno e noturno. No ano de 2019 alunos do curso técnico em Mecatrônica integrado ao Ensino Médio foram aprovados em primeira e terceira colocação naquele curso. A preferência por este curso ao invés do curso de Engenharia do IFSP pode se dar pelo tempo de duração do curso e o turno em que ele se desenvolve.

curso se apresenta por si só!), mas se observa que a atuação deste profissional considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais, assegurados em disciplinas específicas. Na grade curricular deste curso, no 10º semestre, figura uma disciplina de Ética e tecnologia, ao lado de Engenharia do Meio Ambiente. Bem, antes tarde do que nunca.

Analisando a descrição dos cursos na área da Indústria percebemos, como o próprio nome já diz, que estes cursos se voltam às demandas do capitalismo industrial, dentro de um modelo taylorista. Timidamente, aparecem alguns termos que parecem remeter ao pós-taylorismo ou toyotismo.

Em relação ao eixo tecnológico Química, o IF-Catanduva oferece três cursos: Técnico em Química integrado ao Ensino Médio, Licenciatura em Química e Especialização em Ensino de Ciência da Natureza e Matemática.

Embora se busque com estes cursos a verticalização prevista na Lei de criação dos Institutos Federais (BRASIL, 2008a), imaginei inicialmente que a correlação entre o curso técnico e a licenciatura não seria tão evidente, quanto à correlação que se estabelece entre a Licenciatura e a Especialização. No entanto, fui surpreendida com alguns dados.

Conforme descrição do perfil profissional, o Técnico em Química será um profissional apto a trabalhar nos setores secundário e terciário da economia: o texto refere-se a aptidões para trabalhar na indústria de processos quanto em serviços (laboratórios, vendas, prestação de serviços e assistência técnica). Na formação deste profissional parece haver lugar para a pesquisa, uma vez que se compreende que uma vez formado seja capaz de participar no desenvolvimento de produtos e validação de métodos. Há preocupação com o meio ambiente, com a técnica e normas de segurança no trabalho.

Quanto ao nível de complexidade das funções que podem ser exercidas, a descrição remetia à formação de um profissional polivalente, capaz de planejar, coordenar, operar e controlar processos industriais e equipamentos nos processos produtivos. Um aspecto que destaco é que a descrição possibilitou que imaginemos que este profissional estará cercado por maquinário ou instrumentos laboratoriais. Nenhum tópico remete a equipes de trabalho ou a sua relação com pessoas. E

nesse sentido questiono a verticalização proposta com o curso de Licenciatura – um curso que formará um profissional apto a trabalhar com elementos humanos e imateriais, muito diferente do que se propõe no curso técnico. O elo de ligação é o conhecimento em Química.

O estudante que se identificará com o curso técnico em Química será aquele com perfil para trabalho na indústria alimentícia, farmacêutica, de cosméticos, de materiais de limpeza, etc., organizada com menos etapas que a indústria de produção contínua (onde o técnico em Mecatrônica tem seu lugar de destaque), mas ainda assim organizada nos moldes tayloristas de produção. Esse tipo de indústria lida com fórmulas, com mistura de ingredientes, e sua produção é quantificada em volume e peso. Exige-se, portanto, do técnico em química um raciocínio lógico-matemático e habilidades específicas que podem destoar muito do trabalho em sala de aula. Ainda que possamos perceber que a racionalidade taylorista adentrou os muros escolares e ali parece ter encontrado um terreno fértil, o trabalho do professor é de outra natureza. Para verificar a presença ou ausência de articulação temos que olhar também para o curso superior desse eixo tecnológico.

Assim, na descrição do curso de Licenciatura destaco a falta de clareza no texto. Transcrevo dos dois parágrafos iniciais:

> Para desempenhar as funções de professor o Licenciado em Química deverá ter formação generalista, mas sólida e abrangente em conteúdos dos diversos campos da Química, preparação adequada à aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de Química e de áreas afins na atuação profissional como educador a educação fundamental e média.
>
> O Licenciado em Química para exercer outras atividades atribuídas ao químico, além da docência, deverá ter formação generalista, com domínio das técnicas básicas de utilização de laboratórios e equipamentos, com condições de atuar nos campos de atividades socioeconômicas que envolvam as transformações da matéria, direcionando essas transformações, controlando os seus produtos, interpretando criticamente as etapas, efeitos e resultados; aplicando abordagens criativas à solução dos problemas e desenvolvendo novas aplicações e tecnologias. (IFSP, 2019b).

Houve uma preferência pelo adjetivo generalista na descrição, aparecendo nos dois primeiros parágrafos. O termo designa que a pessoa não possui conhecimentos restritos a uma área do conhecimento, mas seus interesses se estendem a vários campos, não se confinando a uma especialização.

O pleonasmo presente na descrição – "formação **generalista**, mas sólida e **abrangente** em conteúdos dos **diversos campos** da Química" – dá vigor às possibilidades que se abrem ao licenciado. Este pode trabalhar tanto na Educação Básica, quanto em áreas afins. Estas áreas afins seriam às ligadas aos "campos de atividades socioeconômicas que envolvam as transformações da matéria" (IFSP, 2019b). Tenho a impressão de que o texto parece fluir melhor quando se trata de descrever as adjacências, às alternativas ao trabalho de professor do que quando descreve a profissão propriamente dita.

O termo generalista é um bom termo para definir o professor que trabalha no Instituto federal, e talvez por isso ele se apresente tão forte na descrição do curso.

Na sequência, foi listada uma série de tópicos que dizem respeito às atribuições legais dos licenciados. Das atribuições listadas, o exercício do magistério aparece em terceiro lugar no conjunto de seis possibilidades. Ou seja, estamos nos inclinando a formar o Bacharel em detrimento do Licenciado em Química. Talvez possamos falar de um bacharel travestido de licenciado. A lista de atribuições é extraída da Resolução Normativa nº 36/74.

Na descrição do curso de especialização Ensino de Ciências da Natureza e Matemática verificou-se certo amadorismo do corpo docente ao descrever este curso. Diferente dos cursos técnicos e de graduação, não se fez referência ao perfil do egresso. A informação refere-se ao público-alvo (professores e futuros professores das áreas de Biologia, Física, Química e Matemática) que serão "capacitados", recebendo contribuição para "enriquecimento e qualificação para atuação da Educação Básica no Estado de São Paulo e em todo o país". (IFSP, 2019b). Ou seja, há uma tendência para generalidade, mesmo se tratando de um curso de especialização. O que será visto no curso fica totalmente em aberto, numa amplidão de possibilidades registradas nos termos "capacitação", "enriquecimento", "qualificação". A abrangência também se evidencia com a expressão "em todo o país" – informação desnecessária, que não acrescenta nada ao texto.

Deste modo, penso que essa espécie de amadorismo na docência mostra uma ligadura entre o curso técnico (voltado para a indústria e serviços), o curso de licenciatura com forte propensão para o bacharelado e o curso de especialização[100] .

Aproveito para me referir ao curso de especialização Saberes e Práticas para a docência no Ensino Fundamental que não se articula diretamente a nenhum eixo tecnológico previsto para o IF-Catanduva. O que justifica a criação e o desenvolvimento deste curso não é a verticalização do ensino, mas a necessidade de preencher 20% das vagas com cursos de formação de professores[101].

Este curso foi concebido por professores licenciados nas mais diversas áreas de formação (Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia, Letras, Artes, Educação Física, História, Geografia, Matemática, Física, Biologia e Química). Na descrição sucinta deste curso também apareceu o termo “capacitação”, desta vez associado à ideia de inovação, um termo precioso para o IFSP. Uma diferença em relação ao outro curso de especialização é que parece haver uma proposta de reflexão do trabalho realizado pelo professor cursista e a possibilidade de novas escolhas no que diz respeito às alternativas didáticas possíveis em seu contexto profissional. Ou seja, diferentemente daquele curso, Saberes e práticas para a Docência no Ensino Fundamental I não pretende **dar** ou **fornecer** capacitação, mas promovê-la, colocando o estudante num lugar de escolhas e possibilidades. Nesse sentido, o curso de especialização expressa uma ideia que os seus professores têm ao ingressar no IFSP: “um mundo de oportunidades”.

Pela descrição oferecida em janeiro de 2019, o curso se propõe romper com um modelo vertical de educação, sendo alunos e professores capturados pela nova lógica de mercado que “oferece grande número de novas formas de organização que se afastam ao máximo dos princípios hierárquicos e prometem igualdade formal e respeito às liberdades individuais” (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009, p. 99). Bem verdade que as escolhas não são de fato tão individuais quanto se anunciam. Como

[100] O curso foi concebido originalmente por professores da área Química, embora tenha recebido contribuições dos professores de Física, Biologia e Matemática. Como docente no cargo de Educação/Pedagogia não participei da elaboração do PPC tampouco ministrei aulas no curso.

[101] Quanto a isso há divergências na compreensão da Lei, pois alguns servidores entendem que 20% refere-se apenas a cursos de licenciatura. Enquanto seus alunos tiverem o mesmo peso que os alunos de uma licenciatura com base na Matriz CONIF, o curso deve permanecer ativo no IF-Catanduva.

pode ser possível não aderir ao novo, ao inovador, quando se faz um curso em terreno que valoriza as mudanças permanentes? Parece claro que a gestão empresarial alcança as salas de aulas com um discurso que tem aderência entre os professores, calejados com os dispositivos mais explícitos de controle explícitos.

Finalmente analiso o eixo “Informação e Comunicação” ou simplesmente Informática como se convencionou no IF-Catanduva, que agrega um curso técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio e um curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Na descrição do curso técnico, a palavra central na descrição é **rede**[102] – usada no singular ou no plural. O termo aparece 7 vezes só no primeiro parágrafo, remetendo o candidato a um mundo de conexões. Do projeto à execução e instalação, ou da preparação à manutenção**,** o profissional polivalente desta área estará imerso no contexto *hardware* e principalmente *software*, atuando em serviços de segurança, servidores web, correio eletrônico, servidores de notícias.

O campo de atuação deste profissional é na área dos serviços, e fica claro como este profissional deve se ajustar aos interesses do capital. O técnico em Redes de Computadores contribui diretamente para a melhoria da gestão e da qualidade das operações das empresas, oferecendo soluções de comunicação e interligação de sistemas que promovem a produtividade, a eficácia e a eficiência organizacional. O egresso deve ser profissional, ciente das questões éticas e ambientais, da sustentabilidade e da viabilidade técnico-econômica de suas propostas e da sua atuação profissional.

Indicou-se ainda a necessidade de uma atitude de “permanente atualização e investigação tecnológica” (IFSP, 2019b) tal qual aparece na descrição do curso técnico de Mecatrônica. Nesse sentido, chamou minha atenção as possibilidades de verticalização para cursos de graduação dentro desse itinerário formativo. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – documento citado no texto que analiso –

[102] Em contato direto com os calouros do curso de Redes de Computadores, muitos dizem ter optado por este curso porque gostam de redes sociais. Alguns ainda complementam dizendo que achavam ser o curso mais fácil, se comparado ao curso técnico em Mecatrônica e Química. Redes sociais é expressão inexistente na descrição sucinta do curso.

indica 11 cursos[103] que dão continuidade aos estudos iniciados no curso técnico em Redes de Computadores. Destaco que o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas oferecido no câmpus pela mesma equipe de professores não se encontra naquela lista, portanto, a conexão – para usar um termo desse campo – não é tão evidente entre o curso técnico e o superior quanto se esperava.

Mas se o conteúdo não se aprofunda do curso técnico em Redes de Computadores para o curso superior de ADS, a articulação se dá em outros termos. Fica muito evidente que estes cursos preparam os egressos para atuação nas organizações contemporâneas. Se o técnico em Redes oferece soluções de comunicação e interligação de sistemas promovendo a produtividade, a eficácia e a eficiência organizacional, o curso de ADS contribui para a solução de problemas das organizações e da sociedade em geral. Ou seja, estes profissionais têm sempre uma carta na manga para os novos problemas que se apresentam, daí a necessidade do profissional da informática estar aberto às configurações que se abrem, se adaptar rapidamente às mudanças e transformações.

No texto que apresenta o curso de ADS se faz menção às habilidades e competências – um linguajar bastante aclamado hoje em dia e que vem ao encontro do espírito neoliberal. Três categorias dessas habilidades e competências foram indicadas no texto a saber **Habilidades pessoais[104]** (intrínsecas e que *podem* ser aprimoradas ao longo do curso); **Conhecimentos, habilidades e competências técnicas** (especificamente desenvolvidas durante o curso) e **Habilidades inter-pessoais** (desenvolvidas e aprimoradas mediante a interação com os pares e com os professores, e outros profissionais que eventualmente irão interagir com os estudantes por meio de palestras, workshops e outras atividades extra-curriculares).

[103] Curso superior de tecnologia em gestão da tecnologia da informação. Curso superior de tecnologia em segurança da informação. Curso superior de tecnologia em redes de computadores. Curso superior de tecnologia em gestão de telecomunicações. Curso superior de tecnologia em redes de telecomunicações. Curso superior de tecnologia em sistemas de telecomunicações. Curso superior de tecnologia em telemática. Bacharelado em ciência da computação. Bacharelado em engenharia da computação. Bacharelado em engenharia de telecomunicações. Bacharelado em engenharia elétrica.

[104] As habilidades pessoais soam como pré-requisitos para os candidatos ingressarem no curso: “pensamento sistêmico; prontidão para solucionar problemas; pensamento crítico; prontidão para análise de riscos; autodisciplina; perseverança; espírito de curiosidade e prontidão para auto-aprendizagem; mentalidade aberta a mudanças”.(IFSP, 2019b).

Nesta última categoria foram indicadas habilidades de comunicação, de trabalho colaborativo e resolução de problemas em grupo.

Se as áreas da Indústria e da Química apresentaram alguns indícios de se adequarem a uma nova gestão empresarial, a Informática explicita com muita força a aderência ao novo modelo. Os dois cursos – Técnico em Redes de Computadores e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – apresentaram um vocabulário que evidenciaram o quanto a área está comprometida com o capitalismo globalizado que opera em rede.

Há uma série de estudos que mostram o quanto a pedagogia das competências se vincula às corporações globais. Para não passar batido por essas questões – que abrem uma nova tese – apresento o ponto de vista de Masschelein e Simon (2018) para os quais não há nada de errado com as competências profissionais. O problema surge, dizem os autores, quando as transformamos no objetivo central da escola, “quando começam a funcionar como resultados de aprendizagem que devem ser produzidos como produtos” (p. 90), quando a aprendizagem de competências toma o lugar do estudo e da prática. Nesse sentido, Biesta (2017) vem afirmar que a linguagem da educação foi perdendo terreno para linguagem da aprendizagem, colocando-se como uma transação econômica, assim como se produz um produto para o consumo, um aluno para as demandas do mercado.

Não há como não se furtar da constatação de que o currículo está integrado ao capitalismo em seus diferentes paradigmas, oferecendo trabalhadores aptos às diferentes lógicas produtivas.

A integração do ensino com a pesquisa é apresentada por meio de um *link*, interligando o curso de ADS e o Laboratório de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos. A imagem sugere um mundo conectado. Sobre um dos meridianos se apresenta o mapa de São Paulo em forma de quadrículas verdes que imitam o logotipo do IF, aludindo outra rede: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Figura 6: RSD – Laboratório de Laboratório de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos

Fonte: Portal do IFSP- Catanduva, 2019.

A imagem-link não estava presente no curso técnico de Redes de Computadores, remetendo o leitor à ideia de que a pesquisa que se desenvolve no câmpus, na área de Informática, é desenvolvida por professores do curso superior de ADS – a princípio, os mesmos do curso técnico. Não dá para dizer que inexiste pesquisa no técnico integrado ao Ensino Médio, uma vez que a matriz curricular prevê um componente denominado Desenvolvimento de Projetos. O que posso afirmar é que não há espaço nesta aba para este tipo de pesquisa ou a pesquisa como princípio educativo.

Ao acessar o Laboratório de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos tem se acesso a um mundo a parte: o mundo da pesquisa e inovação. Em outubro de 2019 constavam os membros: professores (subdivididos em duas categorias: área de Redes de Computadores e área de Desenvolvimento e Banco de Dados), alunos (todos cursistas ou egressos do curso de graduação de ADS do IF-Catanduva[105]) e colaboradores externos. Não colaboram os técnico-administrativos de TI do IF-Catanduva – alguns deles professores de nível superior em outras instituições de Catanduva. A página oferecia informações sobre as linhas de pesquisa, onde se encontrava 9 subdivisões: Sistema de Arquivos Distribuídos, Gerenciamento de Mobilidade, Computação em Nuvem, Computação em Grid, Protocolo de Redes, Redes de Sensores, Redes Sem Fio, Rede de Celulares, Rede Veiculares. Na ocasião desta busca, estavam presentes dois projetos de pesquisa. Nesta plataforma, existia uma aba para Extensão na qual aparecia a informação

[105] Dos 9 alunos listados, todos com Currículo Lattes, apenas um tinha realizado um curso técnico no IF-Catanduva e não se tratava do curso de Redes de Computadores, mas o extinto MSI – Manutenção e Suporte a Informática.

“Projetos voltados para auxílio a comunidade” – sem fazer menção a ações específicas. Novamente, a extensão volta-se para a comunidade e não se espera que ela possa oferecer auxílio – seja em forma de ideias, demandas, muito menos soluções para os problemas pesquisados.

Os demais cursos não apresentam informações específicas sobre pesquisa e extensão na página virtual, o que não significa que estas ações não ocorram. No entanto, como tenho mostrado, elas não aparecem de forma articulada e menos ainda integrada ao ensino. Também é verdade que o fato de a Informática dar destaque à pesquisa não significa que sobreponha-se à produção científica realizada pela Química e Indústria.

Em janeiro de 2019, não havia em toda a página do IF- Catanduva uma aba específica para atividades de pesquisa e inovação, nem extensão.

Em relação aos princípios do IF, a verticalização ocorre como uma espécie de escoliose, com desvios de rota de uma vértebra a outra, de um nível a outro. A politecnia não é palavra-chave na descrição dos cursos, não se faz presente algo que remeta a omnilateralidade ou formação integral, nem mesmo ou principalmente quando se trata de apresentar os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Nestas descrições sucintas dos cursos, o Núcleo Comum e seus saberes não se fazem presentes, o que pode ser melhor compreendido a seguir.

4.6 E o ensino integrado? Se perdeu?

Mostrei até aqui a ênfase para o emprego, para o mercado de trabalho e não para a formação geral. Se há multiplicidade de formatos para apresentar os cursos, há unicidade em um mesmo ponto: de fio a pavio, prevalece a feitura do *Homo economicus.*

Mas o currículo não é só o que está escrito ou prescrito. Currículo em sua acepção mais ampla é o conjunto de ações, num território em constantes disputas, que acabam por formar um sujeito de uma forma, de outra ou de outra... Todas as decisões implicam práticas. E no dia a dia, podemos enxergar mais dessa racionalidade em nossos tempos e espaços, mais desse padrão institucional que

preza por educação utilitarista e pragmática, voltada às necessidades do desenvolvimento socioeconômico.

Como diz Apple (2002) a educação “é um espaço de conflitos e de compromissos”, tornando-se “palco para grandes batalhas sobre o que as nossas instituições devem fazer, a quem devem servir, e sobre quem devem tomar essas decisões” (p. 56).

Popkewitz (1999) ao retomar a história do currículo, apresenta-o como um modo particular de tornar o mundo inteligível aos estudantes. Assim sendo, um currículo é sempre regulação social por meio da imposição de formas privilegiadas de raciocínio. Um currículo não é só informação. Ao escolher determinado ângulo (e não outro) estamos organizando o mundo e nos organizando dentro dele. De acordo com o autor “o processo de escolarização incorpora estratégias e tecnologias que dirigem a forma como os estudantes pensam sobre o mundo em geral e sobre o seu eu nesse mundo” (p. 192).

Destaco aqui a divisão da educação escolar em áreas do conhecimento e estas por sua vez em disciplinas ou componentes curriculares, a atribuição de uma carga horária específica a cada uma dessas unidades, a elaboração de quadros horários e calendários letivos, o número de alunos em sala de aula e o número de alunos nos laboratórios, a designação de quais componentes devem ser consideradas práticas, quais devem ser consideradas teóricas, quais verdadeiramente importam e quais podem ficar às margens. Enfim, tecnologias que de tão batidas acabam por impedir pensar a educação sob outras possibilidades. Isso serve não só para os estudantes de hoje, mas também aos estudantes de ontem, ou seja, os professores também se formaram por meio de um currículo.

A proposta do IF se firma numa educação integrada, politécnica, omnilateral. Isso significa que a educação profissional ali oferecida não deveria se dar de forma aligeirada e minimizada, mas visa a ser a mais completa possível, abrangendo diversas áreas do conhecimento e estas relacionadas ao mundo do trabalho.

O que destaco é que não basta oferecer uma quantidade e diversidade de disciplinas, se uma mesma lógica se faz prevalecer. Estou me referindo à Educação Básica, naquilo que denominamos Ensino técnico Integrado ao Ensino Médio; de

suas dificuldades podemos compreender que nos demais cursos a situação se complica porque a integração não está nem adjetivada nem substantivada.

Na dobradinha ensino propedêutico + ensino profissional, a segunda face se destaca. São as disciplinas de formação profissional que distinguem um aluno de Química, de Mecatrônica ou de Redes de Computadores. São as disciplinas de formação profissional particularizam nossos alunos em relação aos alunos de uma escola regular. Talvez por isso, os estudantes chamem de “curso” apenas esta parte de sua formação.

“Faço o curso”, “as disciplinas do curso”, “os professores do curso”: o curso é sempre referido para fazer menção à parte profissionalizante, e com isso os estudantes entregam o jogo: nessa diferenciação de uma área denominada “curso” e outra que nem nome tem, fica evidente que não estamos fazendo educação integrada. Como se constrói isso é um ponto intrigante.

Podemos pensar que os primeiros cursos técnicos integrados no IFSP se deram de modo articulado, no simulacro do Integrado que se consolidou entre IF e escola parceira da rede estadual de ensino. Nesse formato, os alunos seguiram do Ensino Fundamental para o Médio na mesma escola, tendo como diferencial o “curso” técnico realizado em outro espaço e em outro turno, bem dizer, em outra instituição, inclusive com regras, procedimentos, métodos, critérios e instrumentos de avaliação distintos. Mesmo se propondo à integração, operávamos naquela época numa lógica de turno e contraturno, no matutino as disciplinas propedêuticas, no vespertino as técnicas, de formação profissional.[106]

Mas dessa experiência passaram-se alguns anos desde a extinção da última turma, e neste segundo momento mesmo com horário “integrado”, misturando-se as disciplinas técnicas e propedêuticas, os alunos continuam a usar a mesma nomenclatura. Talvez identifiquem esta parte da formação como porta de entrada para o mercado de trabalho (curso X escola) ou ainda percebam uma unidade maior entre os componentes curriculares que variam de 3 a 6, dependendo da série e curso. O que destaco é que chamar a parte profissionalizante de “curso” denota uma evidente separação no “Integrado”. É uma contradição como muitas outras que

[106] O curso Técnico em Redes de Computadores optou pela manutenção dessa divisão, desenvolvendo as disciplinas técnicas no turno vespertino.

Machado (2015) chama de falsas polarizações[107], e que não se se articulam ao projeto societário que o IF deveria ensejar.

A grande maioria dos componentes curriculares da parte profissionalizante se apresenta como Teórica e Prática (T/P), e prevê dois professores, que trabalham num esquema de divisão das classes, num total de 20 a 25 alunos para cada docente. Essa exigência se faz pelo uso dos laboratórios que em geral não comportam a totalidade de alunos matriculados numa mesma turma. Esse costume de tão enraizado dispensa qualquer Instrução Normativa, e encontramos situações em que as aulas teóricas do "curso", ou seja, da parte profissional, sejam também divididas[108]. Disso decorre maior aproximação aluno-professor-conteúdo. Se há um limite de tempo para o desenvolvimento das disciplinas, a forma como esse tempo é ocupado por professores da área técnica e da área propedêutica é diferenciada.

No que diz respeito ao vínculo humano, podemos considerar também que o bloco profissional conta com técnicos de laboratório, figuras importantes na vida escolar dos estudantes. São eles que preparam os laboratórios, os equipamentos ou experimentos para as aulas, e se fazem mais ou menos presentes na rotina escolar dependendo do tanto que são requisitados e valorizados pelos professores ministrantes.

O fato de muitos componentes curriculares se desenvolverem em ambientes de aprendizagem específicos, com uso de equipamentos de segurança, realizando atividades conhecidas como "práticas" também corroboram para esta distinção. O fato de o aluno não ficar o tempo todo sentado em frente a uma lousa, e poder ficar em pé ou transitar minimamente pelo espaço, manusear engrenagens, fazer funcionar equipamentos, explorar experimentos etc. produz sentidos diferentes. Portanto, no interior dessas disciplinas não veiculam apenas informações, há dispositivos que promovem formação.

A formação também ocorre quando o aluno fica o tempo todo sentado em frente a lousa ou em frente à projeção de slides, quando o material de apoio se

[107] A autora aponta como falsas polarizações teoria X prática, humanismo X ciência, tecnologia X ciência, educação científica X política. Também mostra a separação sociedade civil e gestão escolar. Para Machado são estes modos desintegrados e bastante cristalizados que impedem a integração curricular.

[108] Ainda que as práticas se façam (mais) presentes nessas disciplinas, alguns alunos ainda as consideram muito teóricas.

restringe ao caderno e livro didático, quando um único professor precisa dar conta de 40 alunos adolescentes juntos, cujas vidas são marcadas por experiências diversas. Nestas salas lotadas de alunos esses elementos conjugados promovem formação além de conhecimentos formais.

As disciplinas de formação propedêutica são todas consideradas teóricas. Inclusive Artes. Não se considera a Redação uma prática, que requeira a divisão da turma. Da comunicação oral nem se fala. A Educação Física não é considerada apenas teórica, mas sua prática não requer laboratórios compactos, portanto não haveria razão para dividir em turmas menores; os laboratórios da Educação Física são outros e a quantidade de materiais didáticos é que conformam as aulas e não o contrário. Não se prevê que Sociologia vá a campo, no maior laboratório chamado sociedade ou comunidade. Biologia e Física são consideradas teóricas, e Química só é prática no Integrado de Química. Enfim, o "curso" é considerado teórico e prático, e para que assim continue sendo, é preciso que o ensino propedêutico se desenvolva à revelia das práticas, à revelia dos recursos, inclusive e principalmente humanos.

Faço essa problematização com algumas disciplinas, pois algumas ideias já estão fortemente incrustradas no nosso modo de conceber a educação formal. Parto da ideia de que teoria e prática são processos intimamente entrelaçados, e portanto, não há componente Teórico que prescinda da Prática, que inclusive lhe dá origem (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011). Agora, desse processo prático-teórico resultam as disciplinas, e muitas vezes o que se faz é a repetição da teoria por si mesma. Nas disciplinas ditas teóricas/práticas, a prática vem a reboque da teoria, como forma de ilustração, demonstração, representação, e não como forma de (re)invenção teórica. Se assim fosse, talvez estivéssemos mais a vontade em dizer que nossas disciplinas são prático-teóricas, e assim utilizaríamos a pesquisa como princípio educativo. Da forma como se apresentam em nosso currículo, parece haver valorização das práticas, em essência, há supervalorização da teoria.

Retomo de onde iniciei. Um currículo não é apenas uma lista de conteúdos mínimos ou essenciais. O currículo é seleção interessada que visa a formação de sujeitos. Uma disciplina ou componente curricular presente, com carga horária X, teórica e/ou prática, com um, dois ou mais professores, executada em laboratório,

em sala de aula, em quadra esportiva descoberta, coberta ou mesmo emprestada[109], utilizando esse ou aquele método de ensino, com este ou aquele recurso didático não só faz diferença na vida dos estudantes, mas faz a vida estudantil, constitui um modo de pensar e agir. Se as circunstâncias são estruturadas também são estruturantes.

Cada disciplina pode ser vista como um campo ou subcampo na acepção bourdeusiana. Aliás, é bem comum usarmos a expressão campo de estudos, campo do saber. É esse campo que abriga em seu interior uma série de elementos, que ocupam diferentes posições (mais ou menos importantes, centrais ou periféricos). Esses elementos não são fixos no campo (oscilam de posições) e não são exclusivos a ele.

Há dois conjuntos de elementos que estruturam uma determinada disciplina: de um lado os objetos de estudo e suas relações entre si, de outro lado, os métodos de apreensão ou compreensão desses objetos (os principais problemas de pesquisa, seus métodos de investigação, suas formas de legitimar resultados, sua linguagem, sua simbologia). Essas estruturas são também estruturantes nos termos de Bourdieu, ou seja, uma disciplina fornece um sistema de disposições mais ou menos permanentes de perceber, de pensar, de sentir, de agir. Estamos falando de *habitus* que “é de tal forma incorporado pelo agente que se torna o próprio agente”, “um ter que se transforma no ser” (VEIGA-NETO, 1992, p.98). Trocando em miúdos, ter um domínio de um conhecimento X, Y ou Z é tornar-se X, Y ou Z. Isso pode soar excessivo para alguns e plenamente aceitável para outros, dependendo do regime disciplinar a qual fomos submetidos, o tempo e a intensidade das relações estabelecidas com ele. Para os descrentes exemplifico: um professor que na página de rosto do Currículo Lattes se apresenta como tendo ministrado as disciplinas Estatística Básica, Estatística 1, Estatística 2, Probabilidade e Estatística, Cálculo 1, Cálculo 2, Cálculo 3, Cálculo 4, Geometria Analítica, Análise Combinatória e Probabilidade, Introdução à Teoria dos Números e Matemática no Ensino Médio Integrado, não é o próprio Matemático ou a Matemática em pessoa? Aqui vale um

[109] Durante os primeiros anos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio a disciplina de Educação Física era realizada nas dependências de escola municipal que cedia o espaço para as práticas da disciplina, a 450 metros de distância do IF-Catanduva.

trocadilho: ele domina a Matemática ou é dominado por ela? Para Bourdieu são as duas coisas[110].

O *habitus* uma vez interiorizado ou incorporado (tornado corpo) e o esquecimento de sua origem promovem a crença das aptidões naturais para uma área ou outra. E enquanto não houver apropriação de um campo de estudos ou o aluno não entrar definitivamente no campo há reclamações: "*não sirvo para isso*", "*não tenho o dom*", "*não sou bom em...*". Disso decorre que as queixas para com alguns docentes e disciplinas ocorrem mais entre iniciantes do que entre concluintes do IF-Catanduva.

O contato dos alunos e dos professores com as disciplinas ocorrem num processo de interações sucessivas entre sujeito-objeto-sujeito... de modo a construir não só um sistema inteligível para si e para os outros, mas construir-se a si mesmo. Com o conceito de *habitus* Bourdieu resolve a oposição entre o subjetivismo (plena consciência e autonomia dos sujeitos) e o objetivismo (o mundo das coisas independente dos sujeitos) e, de acordo com Veiga-Neto:

> a tentativa de Bourdieu é ligar o eu com o mundo fazendo a corporeificação da estrutura, a internalização das condições objetivas de existência. Mais do que um simples conceito operacional, o *habitus* encerra em si mesmo "um programa filosófico" ao reproduzir internamente, no sujeito, as estruturas sociais externas, do mundo. (1992, p. 99).

Assim sendo, se uma disciplina é uma espécie de enquadramento, professores e alunos são enquadrados em diferentes lógicas. Nos termos postos por Bourdieu, absorvem e excretam as lógicas que veiculam no IF.

Pensar quadrado[111] não é exclusividade do IF-Catanduva ou do IFSP, mas nesta instituição escolar há elementos que se encontram e se relacionam de tal maneira que forjam a solidez de um modo de pensamento. Há brechas para

[110] Tive pouco contato com o professor ao qual me refiro, mas tomando por referência a tese de FARIAS (2017) intitulada "O PROFMAT e as relações distintivas no campo da Matemática" imagino que deva sentir muito orgulho dessa carreira considerada inacessível ou até mesmo intangível para grande parte dos mortais. Quem está no campo enxerga a Matemática com ares de neutralidade, universalidade, sacralidade e não raro como única fonte de conhecimento científico, conforme o autor acima mencionado.

[111] Refiro-me ao pensamento cartesiano.

mudanças, mas o esperado é que se repitam tendências, porque os fortes se unem e os fracos se perdem em suas demandas solitárias. Pensar em disciplinas centrais e periféricas é pensar nas posições que ocupam os professores que ministram essas disciplinas no interior do IF.

Diante do exposto, remeto para a dificuldade de pensar o currículo integrado considerando a formação dos nossos professores mestres, doutores e alguns até “pós-doutores”. Para desenvolver um currículo integrado é preciso sair da sua casinha e ver o mundo com outras lentes que a princípio não lhe servem, não lhe convém, nada lhe acrescentam. Esse estranhamento só é rompido quando acontecer a (mínima) apropriação dos elementos cognitivos e procedimentais de outros campos, quando cada área abrir sua caixa de ferramentas e espalhar os seus recursos sobre a superfície, e de repente ali se achar algo em comum, ali se definir um comum (DARDOT e LAVAL, 2017). Antecipo que isso supõe tempo de diálogo, tempo de reflexão, tempo de construção. Um tempo que se produz se houver interesse da instituição em deixar outros elementos de lado.

Nos três cursos técnicos integrados ao Ensino Médio há uma primeira divisão entre Base Nacional Comum (que entre os servidores do IF-Catanduva se convencionou chamar ensino propedêutico) e Parte Profissionalizante. A primeira é subdividida em Áreas: Linguagens (Língua Portuguesa e Literaturas, Arte e Educação Física); Matemática (constituída por um único componente curricular – Matemática); Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia). Nessa Formação Geral, temos ainda a parte diversificada obrigatória – Língua Estrangeira (Inglês) e uma Parte Diversificada Optativa constituída por Espanhol e Libras. São, portanto, 14 disciplinas que se repetem ao longo de três anos letivos (exceção para Libras ausente nos primeiros anos do curso, exceção para Artes e Educação Física inexistentes no último ano).

Na Parte Profissionalizante aparecem componentes curriculares que dão cara, nome, identidade aos cursos. No curso de Mecatrônica são em número de 15 (sendo 5 oferecidas no 1º ano, 6 no 2º ano e 4 no 3º ano), no curso de Química são 11 (3 no 1º ano, 4 no 2º ano e outras 4 no 3º ano), no curso de curso de Redes de Computadores são 13 (sendo 5 no 1º ano, 4 no 2º ano e outras 4 no 3º ano). Essa

grande quantidade de quadrículas é reveladora de dificuldades, não só no que diz respeito à Integração.

Quadro 5: Matriz Curricular do Curso Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio – IFSP – Catanduva

	ÁREAS	Componente curricular	T/P	Nº de Prof.	1º série	2º série	3º série
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa e Literaturas	T	1	4	4	4
		Arte	T	1	2	2	
		Educação Física	T/P	1	2	2	
	Matemática	Matemática	T	1	5	3	3
	Ciências da Natureza	Biologia	T	1	2	2	2
		Física	T	1	2	2	2
		Química	T	1	2	2	2
	Ciências Humanas Parte Diversificada	História	T	1	2	2	2
		Geografia	T	1	2	2	2
		Filosofia	T	1	1	1	2
		Sociologia	T	1	1	1	2
Parte Diversificada	Linguagem	Inglês	T	1	1	2	2
Parte Diversificada Optativa	Espanhol		T	1	1	1	1
	Libras		T	1			1
Parte Diversificada Profissionalizante	Projeto Integrador em Mecatrônica		T/P	2			4
PARTE PROFISSIONALIZANTE	Programação aplicada à Mecatrônica		T/P	2	2		
	Sistemas Digitais		T/P	2	2		
	Eletricidade Básica		T/P	2	2		
	Desenho Técnico Mecânico e Metrologia		T/P	2	2		
	Tecnologia dos Materiais		T	1	2		
	Máquinas Elétricas		T/P	2		2	
	Microcontroladores		T/P	2		2	
	Eletrônica Aplicada		T/P	2		2	
	Prática de Usinagem		T/P	2		4	
	Desenho e Manufatura Auxiliada por Computador		T/P	2		2	
	Resistência dos Materiais e Elementos de Máquinas		T	1		2	
	Ensaios Mecânicos		T/P	2			2
	Hidráulica e Pneumática		T/P	2			2
	Sistemas de Controle e Robótica		T/P	2			2
	Controladores Lógicos Programáveis e Redes Industriais		T/P	2			2

Fonte: Simplificado pela autora com base na Matriz Curricular do Curso Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio – IFSP, 2015b.

Quadro 6: Matriz Curricular do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio – IFSP – Catanduva

	ÁREAS	Componente curricular	T/P	Nº de Prof.	1º série	2º série	3º série
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa e Literaturas	T	1	4	4	4
		Arte	T	1	2	2	
		Educação Física	T/P	1	2	2	
	Matemática	Matemática	T	1	5	3	3
	Ciências da Natureza	Biologia	T	1	2	2	2
		Física	T	1	2	2	2
		Química	T	1	2	2	2
	Ciências Humanas Parte Diversificada	História	T	1	2	2	2
		Geografia	T	1	2	2	2
		Filosofia	T	1	1	1	2
		Sociologia	T	1	1	1	2
Parte Diversificada	Linguagem	Inglês	T	1	1	2	2
Parte Diversificada Optativa	Espanhol		T	1	1	1	1
	Libras		T	1			1
Parte Diversificada Profissionalizante	Metodologia Científica		T/P	2		2	
	Prática integrada		T/P	2			2
PARTE PROFISSIONALIZANTE	Boas práticas de laboratório		T/P	2	4		
	Estatística aplicada à Química		T	1	2		
	Química Geral e Inorgânica		T/P	2	4		
	Físico-química		T/P	2		4	
	Microbiologia e Bioquímica		T/P	2		4	
	Química Analítica Qualitativa		T/P	2		2	
	Química Orgânica		T/P	2		2	
	Metrologia		T/P	2			2
	Processos Químicos Industriais		T/P	2			4
	Química Industrial e Gestão Ambiental		T/P	2			2
	Química Analítica Quantitativa e Instrumental		T	1			4

Fonte: Simplificado pela autora com base na Matriz Curricular do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio – IFSP, 2015c.

Quadro 7: Matriz Curricular Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio – IFSP – Catanduva

	ÁREAS	Componente curricular	T/P	Nº de Prof.	1º série	2º série	3º série
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa e Literaturas	T	1	4	4	4
		Arte	T	1	2	2	
		Educação Física	T/P	1	2	2	
	Matemática	Matemática	T	1	5	3	3
	Ciências da Natureza	Biologia	T	1	2	2	2
		Física	T	1	2	2	2
		Química	T	1	2	2	2
	Ciências Humanas Parte Diversificada	História	T	1	2	2	2
		Geografia	T	1	2	2	2
		Filosofia	T	1	1	1	2
		Sociologia	T	1	1	1	2
Parte Diversificada	Linguagem	Inglês	T	1	1	2	2
Parte Diversificada Optativa	Espanhol		T	1	1	1	1
	Libras		T	1			1
Parte Diversificada Profissionalizante	Desenvolvimento de Projetos		T/P	2		2	2
PARTE PROFISSIONALIZANTE	Banco de Dados		T/P	2	2		
	Introdução à Informática e ao Hardware		T/P	2	2		
	Linguagens de Programação		T/P	2	2		
	Princípios de Redes de Computadores		T/P	2	2		
	Teleprocessamento		T/P	2	2		
	Administração de Sistemas Operacionais		T/P	2		2	
	Gestão e Segurança da Informação		T/P	2		2	
	Infraestrutura e Projeto de Redes		T/P	2		2	
	Programação para Web		T/P	2		2	
	Administração e Empreendedorismo em Informática		T/P	2			2
	Administração de Redess		T/P	2			2
	Computação em Nuvem e Virtualização		T/P	2			2
	Redes sem Fio e Celulares		T/P	2			2

Fonte: Simplificado pela autora com base na Matriz Curricular do Curso Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio – IFSP, 2018a.

As matrizes curriculares levariam Descartes a deleite, com seu Discurso do Método (HUISMAN, 1985). São efeitos dessa sociedade de conhecimentos altamente especializados, cuja produção exponencial promove as subdivisões, e as subdivisões promovem a produção exponencial.

As fatias de conhecimentos escolhidas para integrar o currículo dos cursos se apresentam alinhadas por áreas afins, assim como estão divididos os seus professores responsáveis por elas no IF-Catanduva. Como veremos com maior detalhe no próximo capítulo, os titulares pelas disciplinas estão alocados em quatro ambientes (uma sala para cada Parte Profissionalizante, uma sala para Parte Propedêutica ou Núcleo Comum). Nessas salas cada professor tem sua mesa, sua cadeira e seu computador reproduzindo uma lógica pré-existente de individualização, e produzindo outras dificuldades no processo de integração curricular.[112]

Na Parte Profissionalizante é acrescida uma Parte Diversificada denominada Projeto Integrador – obrigatório em todos os cursos Integrados conforme regulamentação específica. No IF-Catanduva esse componente curricular recebe diferentes nomes: o curso de Mecatrônica manteve o nome Projeto Integrador, Redes de Computadores chama de Desenvolvimento de Projetos e no curso de Química foi subdividido em Metodologia do Trabalho Científico e Prática Integrada.

Essa Parte Diversificada da Parte Profissionalizante dos Cursos Técnicos Integrados (ou seja, a parte da parte) é a cereja do bolo nos cursos técnicos integrados e guarda consigo contradições. Primeiro, se ali se faz a integração entre Base Nacional Comum e Formação Profissionalizante é porque não se faz (ou se faz menos, ou se faz precariamente) em outros momentos. Se há necessidade de uma parte designar-se integrada é porque todo o resto se faz ou pode se fazer desintegrado.

Segundo e não menos importante, se é Projeto Integrador ou Prática Integrada não pode pertencer a um dos lados. Se o projeto integrador representa a intersecção de dois conjuntos ele não pode pertencer a uma única parte específica. Então, se não é intersecção não é integração, e, portanto, nem mesmo a cereja do bolo é integradora de dois grandes blocos.

[112] Se pensarmos em outros elementos como a forma recente de diálogo instaurado pelo aplicativo Watts App em que as conversas de voz se dão num modelo assíncrono e se fatiam em mensagens justapostas, veremos que estamos ainda longe de um esgotamento desse paradigma. Por meio deste aplicativo os encontros se superficializam e por vezes se tem a sensação de não estar nem falando dos mesmos assuntos. No IF-Catanduva como em outros lugares, o aplicativo apresenta-se com a enorme vantagem de que a “conversa” poderá ser ouvida em momentos oportunos, e de que não somos interrompidos em nossos raciocínios pela pessoa que esteja se comunicando conosco.

O que se diz é que o projeto integrador integra a Parte Profissionalizante e Base Curricular Comum, o que se representa graficamente na Matriz Curricular é que o projeto integrador está contido na parte profissionalizante.

O que se pratica no Projeto Integrador é a tentativa – muitas vezes até bem sucedida – de integrar ensino e pesquisa, às vezes até extensão. Assim, o que se faz é integração teoria e prática a partir do desenvolvimento de projetos que, partindo da área técnica, agregam conhecimentos de componentes curriculares (muito) específicos. Nem todos os componentes curriculares são contemplados e há aqueles que nunca são contemplados. No curso de Redes de Computadores esse componente se chama “Desenvolvimento de Projetos” e a Parte Profissionalizante chega a dispensar o professor da Base Curricular Comum no processo de orientação[113].

A relação mais horizontalizada entre componentes curriculares de grandes blocos distintos fica comprometida. O que se vê, na grande maioria das situações, é que alguma disciplina do bloco propedêutico dê suporte ou visibilidade para o que realmente parece importar. Como é o caso da colaboração da área de Língua Portuguesa, porque como se diz “*a molecada é esperta, mas não sabe escrever, não consegue registrar as ideias*”. Uma vez que se consegue que o aluno compreenda o papel da escrita em seu projeto e relatório final, uma vez que o aluno chega quase a criar o gosto (ou desgosto) pela escrita de tanto reescrever o que lhe parecia tão óbvio na execução prática, a Língua Portuguesa sai de campo, recolhe seu andaime e seu ferramental, e os louros ficam para a área profissionalizante. Há exceções, certamente. O que quero registrar é que talvez possamos chamar isso de cooperação, no sentido de co-operar, operar junto. Para integrar ainda falta. Daí reconhecer o valor das partes envolvidas é o grande esforço de ir na contramão da história, de driblar o pensamento individualizado e individualista existente em todas as partes.

Sobre isso vale destacar que nos três cursos o Projeto Integrador é realizado em grupos de alunos. No entanto, essa organização remete mais para as possibilidades de orientação dos trabalhos desenvolvidos do que para atingir

[113] De acordo com PPC do Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio, o Projeto Integrador é compreendido como disciplina “dirigida e abordada por um docente do núcleo técnico específico, ou seja, da área profissionalizante” (IFSP, 2018, p. 126).

objetivos e princípios específicos relacionados à colaboração, participação, solidariedade, etc. Para ficar mais claro: o número de professores orientadores define o número de grupos e o número de integrantes, e não o contrário[114].

Do Projeto Integrador de Mecatrônica são esperados protótipos automatizados. Em Redes de Computadores o desenvolvimento de ambientes computacionais e tecnológicos. Na Química, a Prática Integrada desenvolve projetos sobre compostagem, análise de solo, água, ar. Ou seja, o que se faz não é pouco, mas não dá pra dizer com esse tipo de esforço que essa modalidade de ensino seja integrada. O que temos é uma parte com potencial integrador, que a custa de um trabalho por vezes excepcional de alguns docentes fazem a co-operação acontecer. Digo excepcional porque não é tarefa ordinária, não é prática cotidiana, e por isso e não só por isso, tão trabalhosa. Nos últimos anos, vimos inclusive, uma sobrecarga de trabalho para quem bravamente se dedica a ele, fazendo com que haja resistência por parte dos docentes em assumir este componente. Não raro, ele é atribuído aos professores substitutos, talvez por não terem escolha, talvez por serem os candidatos menos subjetivados pela especialização do conhecimento e pela estrutura do IFSP, ou as duas coisas.

No entanto, apesar de – ou com – todas as dificuldades, também se abrem rachaduras. Quando um professor da Formação Geral co-participa do Projeto Integrador, como orientador ou co-orientador, usufrui de um momento importante. Tem a chance de se colocar a frente de um projeto teórico-prático, bem ou mal, inserir melhor o ponto de vista da sua área de formação, tem a chance de trabalhar com turmas menores e colocar-se mais inteiro. Alcança certa igualdade de condições de trabalho quando responsável pelo componente curricular, dividindo-a com professor da Parte Profissionalizante.

A influência dos professores da área propedêutica é algo digno de nota. Apesar de a balança pender para o ensino técnico, os alunos apresentam identificação com a área propedêutica. Um dos exemplos de maior visibilidade diz respeito ao ingresso no ensino superior em cursos ou áreas totalmente fora dos itinerários formativos previstos no IF – Catanduva.

[114] Na cultura popular se diz que é o cachorro que balança o rabo e não o contrário. Na educação (não exclusiva ao IF-Catanduva) vimos naturalizar-se a ideia de que as condições definem as atividades e não o inverso.

Trago um depoimento de uma aluna do “Integrado”, retirado das redes sociais:

> Estudar no Instituto Federal me trouxe muitos aprendizados, não somente conteúdo escolar, mas também sobre a vida. Conheci pessoas que vou levar para a vida toda, de colega a professor, todos marcaram minha vida de uma forma diferente, me ensinaram sobre a dedicação, o esforço, o respeito, o amor e a luta, lutar pelo que é nosso por direito, lutar por tudo que for justo e por todos que necessitarem.
>
> Durante esses 3 anos encontrei pessoas que me incentivaram a seguir meus sonhos, pessoas que com a amizade e as boas palavras me mostraram que os sonhos não podem ser deixados de lado.
>
> Por toda a experiência vivida durante esses 3 anos eu quero agradecer a cada pessoa envolvida e responsável por essa conquista, agradecer por todo incentivo e por toda a motivação para que hoje eu esteja formada e decidida: é gastronomia.
>
> **Oficialmente Técnico em Mecatrônica e futura estudante de GASTRONOMIA.**
>
> Facebook, 2019 (grifos meus)

O depoimento da aluna mostra um grande envolvimento com o IF-Catanduva. O que ela leva consigo não é conteúdo passageiro; a sua vida é marcada por colegas e professores. O que a faz declinar de uma área apresentada como promissora?

Uma aluna fazer a escolha pelo curso de Gastronomia depois de ter cursado 15 disciplinas na área técnica de Mecatrônica e realizado um projeto integrador intitulado “Torno CNC de pequeno porte para fins didáticos” poderia soar como uma afronta aos seus professores, mas o que ela comunica nas redes sociais é gratidão pelo incentivo recebido ao longo de 3 anos. Essa aluna abandona o campo de Mecatrônica para integrar o de Gastronomia[115]. Mas uma coisa é certa, ela se mantém conectada ao IF pelos ensinamentos recebidos para a vida como “a dedicação, o esforço, o respeito, o amor e a luta, lutar pelo que é nosso por direito, lutar por tudo que for justo e por todos que necessitarem”. Nesse sentido, ainda que

[115] A questão de gênero é digno de nota e merece estudos mais aprofundados. Arrisco-me em dizer que o lugar que as alunas ocupam no campo da Indústria é ainda o da periferia. Como se diz na cultura popular, elas comem pelas beiradas. As poucas mulheres que ingressam e concluem o curso acabam se destacando fora do eixo técnico-científico como se fossem vocacionadas para outras áreas.

os PPC reforcem a instituição em seu caráter técnico-científico, aqui se coloca em eminência o caráter político-educacional.

Essa aluna interrompe o itinerário formativo iniciado no IF-Catanduva, e não é um caso isolado como podemos verificar num trecho abaixo de um diário de campo:

> Na lista de aprovações tínhamos um número elevado de aprovados nos vestibulares, totalizando 46 alunos que tiveram êxito em suas escolhas. O total de aprovações chegou a 75. O que chamou minha atenção nessa lista foi o número significativo de aprovações em cursos de Humanas – Letras, Pedagogia, História, Psicologia, Serviço Social, Direito, Relações Internacionais. Bem verdade que alguns desses cursos são menos concorridos nas universidades públicas do que cursos correlacionados a sua área de formação. Todavia, deve ter havido influência dos docentes para estas escolhas. Também tivemos algumas aprovações de cursos mais concorridos como Odontologia na UNESP, Engenharia Mecânica e Ciência da Computação na UFSCar, Ciências Biomédicas na USP, dentre outros.
>
> Diário de Campo de 14 de fevereiro de 2020.

Há cursos diretamente relacionados com a formação de nível médio recebida no IF-Catanduva como Engenharia Mecânica, Ciência da Computação e Ciências Biomédicas, mas há outros que poderiam soar como atos de pura rebeldia para com o IF-mãe. E se uma parte dos docentes não compreende como podem os estudantes não seguir as áreas duras, exatas, tecnológicas, outro segmento festeja.

O diário de campo de 20 de fevereiro de 2019 retrata um momento de júbilo para servidores do IF-Catanduva:

> **Meia vitória**
>
> Um ano começou diferente no Instituto Federal no Câmpus Catanduva. Colhíamos os primeiros frutos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Um clima festivo tomou conta do câmpus.
>
> No dia 13 de fevereiro de 2019 foi realizado um evento de confraternização para os alunos egressos aprovados em vestibulares: o “Café dos aprovados”. Uma que atividade fora preparada em cima da hora, fruto de uma ideia que havia surgido durante a semana de

integração dos novos calouros. Alguém lançou a ideia e a Comissão de Integração considerou que poderia dar certo.

Patrocinada pela costumeira “vaquinha” dos servidores, os recém egressos foram convidados pelos coordenadores dos cursos por meio de redes sociais. A imprensa local também foi convidada para noticiar o evento. Na ocasião foram contabilizados 45 alunos aprovados nos vestibulares de renomadas universidades públicas, tais como a USP, UNICAMP, UNESP, UFSCar, UEL, IF´s. Também muitos primeiros colocados em IES da iniciativa privada.

Um arquivo com 321 fotos foi disponibilizado aos servidores, que me ajudam a compreender o evento do qual não participei presencialmente. As fotos retratam um clima de júbilo. Havia um reconhecimento bilateral – a instituição reconhecendo os egressos, os egressos reconhecendo a instituição. Consagrações mútuas. Professores das áreas técnicas e professores da formação comum expressavam satisfação, alegria, orgulho. Também servidores técnico-administrativos estavam presentes. Todos juntos, misturados, como em raros momentos do IFSP.

O coração do IFSP parecia bater mais forte, mais forte do que na própria formatura.

A tinta colorida marcando braços e rostos, indicando as universidades que recebem esses alunos daqui para frente. Pose para fotos. Pose para entrevistas na TV. Sem dúvida, havia muito a comemorar considerando as possibilidades que se ampliaram para esses alunos, em sua grande maioria, egressos de Ensino Fundamental de escola pública.

E não podia faltar o trote. Uma tesoura e máquina de cortar cabelo em plena atividade: tesourando o que? Cortando o cordão umbilical do IF-mãe? O que representa essa castração só dos meninos? Como darão continuidade aos estudos quando as famílias esperam que contribuam com a renda familiar?

A Comissão de Integração conseguiu a possibilidade de divulgar o mérito dos alunos em um ponto de *outdoor*, comumente destinado a anunciar eventos e campanhas da Prefeitura Municipal. Instalado num local de grande visibilidade, a imensa arte daria conta de contar aos transeuntes que passariam naquela via pública a grandiosidade do IFSP. Essa escola tão pouco conhecida mostraria agora a que veio, e mais uma vez a comunidade ficaria como expectadora.

Um professor, integrante da Comissão de Integração, prontificou-se em fazer a arte para o *outdoor*. E no final de semana, disponibilizou várias versões da arte para os colegas

do Núcleo Comum. Eram tantos palpites sobre a cor de fundo, o tipo de fonte e o seu tamanho, os destaques em negrito, em itálico, etc. E também sobre o conteúdo das frases, o que foi mais polêmico.

45 aprovações ou 45 aprovados? A conta não estaria certa, um mesmo aluno teria passado em mais vestibulares. 45 aprovados ou 50% de aprovados, considerando um total de 90 alunos? Mais de 45 aprovados indicariam que a instituição não sabe ao certo quantos aprovados foram? O mesmo para mais de 50% das aprovações. Mas nem todos os resultados tinham sido ainda divulgados. Bom esperar... (...)

A quem se dirigia a frase “Educação pública, gratuita de qualidade existe, SIM!” Quem queríamos atacar com ela? Alguns concordaram comigo: não ficava bem, soaria ofensivo para as escolas públicas de Catanduva e região de onde os alunos eram egressos do Ensino Fundamental. Sim, estaríamos nos gabando, dizendo que somos melhores. Mas era isso que queríamos dizer!! Porque era isso mesmo! Dentre as públicas, somos a melhor. Mas o que conseguiríamos com essa afirmação? Nossa ideia não era divulgar positivamente a escola? Melhor mudar a frase. Quem sabe “Rede pública colhendo seus frutos”? Não era a essa a ideia. A sugestão não emplacou. Não operamos em rede.

Novos testes... Quem sabe: “Parabéns aos estudantes do Instituo Federal pelo brilhante desempenho nos vestibulares. Chuva de aprovações nas melhores Universidades!” ou “Motivo de orgulho para nossa cidade!”

“Educação pública, gratuita e de qualidade COMPROVADA! Alguém disse que continuava ofensivo. Continuava mostrando uma diferença. “Não sou favorável a opção Comprovada. Parece que estamos dando resposta a alguém. Não acho produtivo vincular o IF a uma "guerra" com as particulares. Somos outra instituição” – disse o professor Fulano. Somos mesmo outra instituição? Apresentando nossos alunos-propaganda como fazem as instituições privadas? – pensei.

Parecia que queríamos dar o troco, dar uma resposta, queríamos atingir alguém de fora, mas não ficava claro quem, qual segmento externo. O nosso recado não era para as demais escolas públicas, não era para as escolas particulares. Seria para o Governo? “Cortem verbas, mas nós estamos resistindo!” – que resultado isso nos traria? Estaríamos sendo ingênuos em dar publicidade ao resultado do nosso trabalho? Estaríamos dando o troco para os nossos colegas da área técnica?

Além disso, o *outdoor* mostrava que estávamos apostando que os critérios de classificação e seleção propostos pelas grandes universidades eram legítimos. Quem

duvidaria disso?! Aliás, muitos de nós éramos provenientes dessas mesmas universidades. Estávamos consagrando o ENEM – produto e efeito do Estado – e todo o seu poder simbólico de classificar e selecionar.

Mas somos uma escola técnica, nosso foco não é o vestibular. Assim, fizemos mais do que a nossa obrigação de formar técnicos para o mercado de trabalho. (...)

Por que chamo de meia vitória?

Até o momento em que se fazia o *outdoor*, tinham sido computados 45 aprovados em vestibulares. Não havia uma planilha, uma tabela exata. Contando alto se chegou nesse número. Não queríamos passar um número errado, deixar alguém de fora, mas também não queríamos passar a ideia de que não sabíamos quantos alunos tinham sido aprovados. Estávamos muito focados na quantificação desses alunos brilhantes! De novo, a Matemática ao centro.

De qualquer forma, estávamos capturados por essa lógica meritocrática, estávamos exaltando a metade dos alunos – meia vitória.

Estávamos não só exibindo os alunos, mas nos exibindo pela metade. Ou seja, nossa outra vocação, nossa outra cara metade ficou de fora – a de formar técnicos para o mundo do trabalho (ou seria para o mercado de trabalho?). Festejaríamos da mesma forma se os alunos conseguissem empregos como técnicos?

A formação integral, integrada, politécnica – isso nem se falou. Aliás, nem cabia no *outdoor*, parece não caber sequer na nossa compreensão. Não estamos fazendo uma coisa nova, estamos reproduzindo o que já temos.

Estamos celebrando a lógica do capital, selecionando os melhores, os brilhantes, exaltando aqueles que introjetaram aquilo que os docentes consideram bom e importante, aquilo que a sociedade capitalista considera importante. Não importa a que preço, importam os resultados. Os que ficaram de fora – por terem outros objetivos na vida, por não se adequarem ao curso e suas exigências – os evadidos, os reprovados, os “desaprovados” não foram sequer convidados para comemorar com os colegas.

Meia vitória porque não há garantias que esses alunos brilhantes possam dar continuidade aos estudos em nível superior. Meia vitória porque inserimos os alunos nas universidades e nós mesmos não temos alunos para preencher as vagas no ensino superior. Meia vitória porque passamos um final de semana discutindo a arte de um outdoor

pelo WhatsApp; usamos nosso precioso tempo curvando-nos à tecnologia, gastando nossa energia em nome da vaidade.

Diário de campo, 20 de fevereiro de 2019.

Figura 7: A fé dos aprovados

Outdoor exposto na Avenida José Nelson Machado, Catanduva-SP, de março a início de setembro de 2019, quando foi substituído pela divulgação das atividades alusivas ao Setembro Amarelo.

A discussão em torno da feitura da mídia revelou que estamos numa disputa entre grupos, entre posições num mesmo campo educacional. Não se trata apenas das tensões entre área técnica e propedêutica. Ao invés de nos colocarmos junto a outras instituições do município estamos disputando espaço, pedindo reconhecimento. Conseguir mais de 75 aprovações foi uma grande façanha para os servidores, mas principalmente para os estudantes que antes de ingressar no IF tinham poucas perspectivas. Por isso chamo a figura 7 de “A fé dos aprovados”: a fé deve continuar enquanto não se tem recursos objetivos e subjetivos para alçar voos. Dos aprovados, quantos de fato poderão ingressar nas renomadas Universidades Públicas?

Apple (2002) mostra que no discurso neoliberal a racionalidade que prevalece é a econômica. Assim sendo, o mundo passa a ser visto como um grande supermercado, e a educação como mais um produto. “Quem sou eu na fila do pão?” – podem pensar muitos candidatos. Apple explora essa relação antagônica das metáforas de supermercado e consumidores, e afirma que como na vida real, certamente há quem possa escolher os produtos que são oferecidos, no entanto, a grande maioria fica de fora, colocando-se como expectadora, apenas consumindo a imagem dos produtos que veem.

Nesse sentido, quantos alunos prosseguem na trajetória escolhida, no seu itinerário formativo extra-muros do IFSP? Poderia ir adiante, quantos desses alunos de fato podem exercer a profissão escolhida, uma vez que os dados vem mostrando a falta de empregos justamente nos postos mais especializados?

A sociedade tem se apresentado como sendo promotora de muitas oportunidades para poucos. Sejam as oportunidades de consumo e de compreensão dos interesses em torno do consumismo, sejam oportunidades de participação política, e compreensão da formação do Estado e das formas alternativas de mobilização da sociedade civil, sejam oportunidades para continuidade dos estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho regulamentado.

O que critico, para deixar bem claro, não é a legitimidade desses jovens terem acesso à educação pública superior de qualidade, ou mesmo a qualificação para o trabalho dessas minorias oprimidas. O que venho apresentar é que ao se alçar esses jovens a outro mundo que o IFSP chama de “mundo de oportunidades” isso não pode ser feito sem um questionamento da estrutura social vigente. Vou dizer de outra forma, o dia de glória não será mais o dia em que o jovem romper com a tradição de trabalho braçal e mal remunerado da sua família, o dia de glória será quando todos os trabalhos tiverem reconhecidos o seu valor. O dia de glória não será quando o jovem sair dessa vida desgraçada e puder consumir o que as famílias das classes médias consomem. A notabilidade se dará com a reinvenção do consumo, com a possibilidade de formas mais sustentáveis de vida no amplo sentido da palavra. “Trata-se não de criar a consciência de um fato existente, mas sim, de derrubar o que existe, de transformar as coisas” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 155).

Nesse sentido, não significa deixar de incentivar os estudantes para inúmeros projetos, mas ter o cuidado de que em todos esteja presente a crítica para com a sociedade que desdenha e explora o trabalho manual, que separa teoria da prática e supervaloriza a primeira. Não podemos ser uma escola técnica que deprecia o técnico que ali se forma.

Essa façanha alcançada no IF-Catanduva de alto índice de aprovações no vestibular deve-se também à adoção de mesma estrutura curricular do ENEM, acrescentando-se a área profissional. Há de se considerar que os quatro cursos técnicos oferecidos pelo IFSP são da área que se convencionou chamar de Exatas, e também na parte profissional o conteúdo "exato" é abordado, retomado, revisado, "integralizado" ao conteúdo específico. No Projeto Integrador são retomados conteúdos valorizados no vestibular (Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química). No IF-Catanduva são adotados os simulados do ENEM, organizados por comissão específica. Nestes, o número de questões mais ou menos corresponde às questões do exame oficial, somado a dez questões da parte profissional.

Simulado será composto, para o PRIMEIRO e SEGUNDO ano do Ensino Médio, de:

20 questões de Linguagens, sendo 10 de Língua Portuguesa, 4 de Inglês, 3 de Arte e 3 de Ed. Física.

10 questões de Matemática.

20 questões de Ciências da Natureza, sendo 6 de Biologia, 7 de Química e 7 de Física.

20 questões de Ciências Humanas, sendo 5 de História, 5 de Geografia, 5 de Sociologia e 5 de Filosofia.

10 questões de cada respectiva Área Técnica.

Reforçando que o Simulado será composto, para o TERCEIRO ano do Ensino Médio, de:

15 questões de Linguagens, sendo 10 de Língua Portuguesa e 5 de Inglês.

10 questões de Matemática.

21 questões de Ciências da Natureza, sendo 7 de Biologia, 7 de Química e 7 de Física.

24 questões de Ciências Humanas, sendo 6 de História, 6 de Geografia, 6 de Sociologia e 6 de Filosofia.

10 questões de cada respectiva Área Técnica.

Trecho de e-mail do presidente da Comissão do Simulado ENEM enviado aos professores em 20 de agosto de 2019.

A desigualdade no número de questões no simulado reproduz a desigualdade em carga horária nas matrizes curriculares dos cursos, fazendo com que conteúdos de humanidades estejam espremidos em meio a uma grande e volumosa massa de conteúdos de “Exatas”. Essa desigualdade é replicada na quantidade de professores de uma área e outra, e na divisão desigual que se verifica no trabalho destes mesmos professores.

A desproporcionalidade se expressa em vários cantos da escola, como na biblioteca que abriga um montante de livros 3 vezes mais na área de exatas em relação à área de humanas, isso considerando que temos um curso de licenciatura e dois cursos de especialização voltados para formação de professores.

Tabela 9 : Recursos Acadêmicos da Biblioteca do IFSP-Catanduva

Recursos Acadêmicos				
Tipo de recurso	Quantidade por área de conhecimento			TOTAL
	Ciências Humanas	Ciências Exatas	Ciências Biológicas	
Livros	550	1899	192	2641
Obras de referência	24	8	0	32
CD-Roms	0	83	0	83
Bases de dados eletrônicas	76	115	114	258

Fonte: IFSP, 2016.

A título de curiosidade, com base no Sistema Pergamum dos 10 livros mais retirados da biblioteca no ano de 2019 três intitulam-se “Fundamentos de Física” volume I (1º lugar), volume II (3º lugar) e volume III (9º lugar).[116]

[116] Solicitei a pesquisa mediante Sistema Pergamum para confirmar que a inclinação dos alunos, estimulados por seus professores, vai na direção dos livros de “exatas”. Mas há outras questões intrigantes que são construídas a partir desta lista e não se esgotam nesta nota. Embora o livro “Fundamentos de Física” em seus três volumes sejam bastante acessados para consulta e estudo, eles se intercalam com livros de literatura, não coincidentemente livros cobrados no ENEM: “Memórias de um sargento de milícias”, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”; “Auto da barca do inferno”; “Dom Casmurro”; “Memórias póstumas de Brás Cubas”. Enfim, seja para o ENEM, para apropriação do conhecimento ou por deleite, alguns professores (mais do que outros) levam os alunos até a biblioteca. Também chamo a atenção para o fato de volume I de Fundamentos de Física ser bem mais retirado que o volume III, um sinal que pode evidenciar que os alunos vão minguando à medida que o curso avança.

Como apresentei no diário de campo de 20 de fevereiro de 2019, há um modo de pensar que invade os mais diversos espaços físicos e mentais do IF, e o aspecto quantitativo chega quase a cegar outras reflexões.

No 1º semestre de 2019, houve um projeto/ação denominado IF Leitura, na qual se destacaram três alunas do Ensino Médio. Durante o tempo de vigência do projeto, a primeira colocada passou 48 horas na biblioteca, a segunda 41 e a terceira 7 horas. Sob controle dos técnico-administrativos da biblioteca, optou-se por controlar o número de horas em detrimento do número de obras, uma vez que não havia como aferir se a leitura havia se completado ou não, conforme disse-me o mentor do projeto. Ou seja, até mesmo o incentivo às obras literárias acontece mediadas por um lógica matemática, baseada na precisão e na exatidão.

Então, respondendo a minha pergunta: O ensino integrado se perdeu? Não se perdeu. Para ter se perdido teria que antes ter se achado. Este projeto está ainda em construção, assim como, a nova sociedade que pode advir a partir dele.

5. EXISTIR E RESISTIR NO IF-CATANDUVA: (IN)TENSAS RELAÇÕES

No capítulo anterior mostrei o quanto o IF-Catanduva se coloca a serviço do mercado a despeito de um trabalho com as comunidades. No plano escrito estamos produzindo trabalhadores para atuar nos modos de produção taylorista e modos de produção ditos flexíveis. Neste capítulo, apresento e analiso o cotidiano do IF-Catanduva, as (in)tensas relações que se estabelecem porta adentro; o que ensinamos com a forma como trabalhamos, o que aprendemos com o dia a dia de uma instituição que internaliza e externaliza o novo espírito do capitalismo. Discuto o processo educacional a partir de uma leitura sociológica do IF-Catanduva e para isso faço uso dos diários de campo construídos nos anos de 2018, 2019 e 2020, e de documentos internos que favoreceram a narrativa que se costura com o fio da crítica ao sistema, linha contracorrente.

Abro o quarto capítulo desta tese com um diário de campo, transcrito em sua totalidade. Esse diário é a melhor metáfora do IFSP que guardo em meus registros para falar das pessoas que habitam a escola e a escola que habita as pessoas. Dos nossos grupos, nossos afetos, das nossas lutas diárias, das verdades que são introjetadas e dos ânimos que nos movimentam.

Cheguei ao SESC acompanhada das minhas duas filhas. Um sábado quente, seco, de muita poeira no ar, como são os dias no mês de agosto em Catanduva. Desci a rampa para chegar às quadras, onde aconteceria a segunda etapa do *IFSports 2019*. Duas professoras alongavam e aqueciam numa delas. Aproximei-me. Um longo e apertado abraço fizeram valer a pena sair de casa logo cedo. Encontrei outros colegas – muitos homens – como parece ser marcado o esporte no Brasil. Pareciam dispostos para a maratona de jogos. Alguns vieram com as famílias. Dei por falta dos técnico-administrativos, estavam ali em número bastante reduzido. Os alunos também compareceram – para jogar, para torcer, para figurar. Os *meninos* em maior número, as *meninas* de fora dos jogos. Alunos do Integrado e alunos da Engenharia em sua grande maioria. Minha expectativa era de encontrar alunos da Licenciatura, mas não topei com nenhum conhecido. Também reparei que para o perfil dos cursos noturnos não havia ninguém por ali. Pensei que o esporte é um luxo para quem trabalha. Uma professora chega e me cumprimenta rápido,

estava às voltas com a lista de presença. Encontrei ainda outra, que se colocou como expectadora.

Ventava bastante. O árbitro anuncia o início do jogo para o qual eu estava inscrita. Íamos jogar Queimada e nosso time era constituído por 8 professores, sendo apenas um de fora do Núcleo Comum. O árbitro, no entanto, apresenta o Dodgeball – uma versão americana. De cara, caras feias, principalmente entre os mais velhos. A molecada parecia menos incomodada. Mas nós, do lado de cá, questionamos e perguntamos o porquê. "É mais dinâmico" – disse o árbitro. E complementou "Logo, logo, vocês acostumam. E mais: eu vou explicar como funciona".

Ao invés de uma, eram seis bolas em quadra ao mesmo tempo. Isso significava um ritmo de jogo muito mais acelerado, que sentimos logo após o primeiro sinal sonoro do apito. Era preciso arremessar a bola em direção ao time adversário e atingir um jogador, ao mesmo tempo cuidar para não ser atingido. Isso implicava ter mais que dois olhos e dois ouvidos. E ter pernas e fôlego para se movimentar. Quanto mais se chegasse à linha de frente, mais chances de atacar, mas igualmente de ser atacado ou "queimado", como se diz. Atingir um adversário implicava em sua eliminação, mas não de modo definitivo. Agarrar a bola firmemente possibilitava o retorno de algum companheiro fora das linhas, mas não fora do jogo. Com menos jogadores em quadra, a proporção de bolas era maior. E por vezes, as bolas ficavam ali paradas, a espera de um arremessador.

Despreparada para o jogo, fiquei na retaguarda. Quando me aventurava arremessar, tomava de duas a três bolas de uma só vez. A experiência doída na pele fazia recuar. Ao entrar novamente em campo, me posicionava nas beiradas. Abastecia os colegas mais fortes, de melhor alvo entregando-lhes as bolas que se acumulavam, e via que isso produzia um efeito – pelo menos para mim, de poucas habilidades esportivas.

Ganhamos 3 partidas consecutivas! Os melhores na frente, os despreparados atrás. E em cada final de jogo, os toques de mão, os abraços suados. Entre uma partida e outra, um tempinho pra respirar, beber água, comer alguma coisa, ou rapidinho correr para outra quadra para compor o time de Basquete ou Futebol que aconteciam concomitantemente. Ou ainda, arremessar bolas, praticar o jogo, jogar conversa fora.

Na última partida de *Dodgeball* o árbitro lembrou que todos estavam em pé de igualdade. Todos éramos atletas, independente de sermos alunos ou professores. Que ali, nenhuma atitude desrespeitosa seria aceita – e olhou para o nosso time. Teria havido algum problema? Fiquei sem entender, e pensei se aquilo se referia às brincadeiras (in)ofensivas

sobre pontos na média, sobre reprovações, sobre dar o troco em sala de aula, que se faziam discretamente audíveis ao longo do evento. Havia entre nós três professores de Matemática, um de Física e um engenheiro, e isso fazia algum sentido na nossa relação com a equipe adversária. Meio dia. Parou de ventar e esquentou. Na última partida, na disputa contra os alunos da Engenharia e do 3º ano do Médio Integrado, os alunos se mostraram mais fortes, mais rápidos, mais ágeis que nós, e fomos vencidos com muita brutalidade. Já nos primeiros minutos, mostraram a que vieram. O árbitro teve que intervir, e sobre o juiz um professor de dentro do jogo gritou para se proteger “Sou presidente da Comissão desse IFSports”, título que naquela altura em nada ajudava. Havia sido chamado de pilantra por um jogador adversário que não era estudante do IF.

Acuada, fui me protegendo. E de repente, me vi sozinha. Desviando de uma bola aqui e ali, sem ter forças e agilidade pra reerguer a equipe. O tempo correndo. Alguém no campo dos queimados grita “SE ENTREGA!”. E para não ser atingida num contra-golpe, entreguei a bola à equipe adversária, e puderam ampliar ainda mais seu time no que eu era eliminada. Entraram em campo para ganhar, e para nos vencer. E fomos vencidos.

Cansados, recebemos a Medalha de Prata – minha primeira numa modalidade esportiva. Tiramos fotos dos professores-atletas com seus filhos pequenos, para quem parecíamos ser pura inspiração. Alguém deu a ideia de nos preparamos melhor para o ano que vem. E de forma quase unânime consideramos o Dodgeball muito mais interessante que a Queimada. Era pura adrenalina!

Mais tarde, num grupo de WhatsApp alguém escreveu : “IFsports é vida!”

Diário de Campo de 31 de agosto de 2019.

Muitos servidores e estudantes desenvolvem suas atividades como se estivessem com 6 seis bolas em campo. Somos um grande time patrocinado pelo Estado mercantil, mas nos dividimos em equipes, e nem sempre estamos no lado dos vencedores, daqueles que são socialmente reconhecidos. Quanto mais leves, mais ágeis e móveis nos tornamos. E quanto maior a mobilidade, maiores são as oportunidades que se abrem no câmpus e na rede, em âmbito estadual e até nacional. Começo pela caracterização dos servidores para avançar em minha

análise, sem deixar de pensar em nossa articulação com os arranjos produtivos, culturais e sociais locais.

5.1 Servidores: residentes e domiciliados em ...

Ao se falar que uma unidade de IF se instala em um município faz pensar para além do atendimento à população local e regional. Uma escola capaz de atender mais de mil alunos remete a movimentação de elementos que vão além dos recursos humanos, embora comece por eles. Faz pensar desde a construção do prédio escolar à manutenção das instalações físicas. Até mesmo uma escola pública – criada e mantida com recursos públicos – se vincula diretamente com o mercado. Em se tratando de uma instituição de ciência e tecnologia é possível imaginar que sejam necessários equipamentos considerados caros. Bem verdade que a grande maioria das aquisições não beneficia o comércio local porque a maioria das aquisições são feitas em rede (na capital dos ventiladores, o ar condicionado vem de fora).

A previsão de uma escola federal para um município do porte de Catanduva apresenta-se atrativo quando se pensa nos postos de trabalho que se abrem nas carreiras docente e técnico-administrativo. Uma escola como o IF faz pensar também em serviços terceirizados que são necessários e, nesse sentido, a própria escola gera empregos e renda. É claro que isso fica cada vez mais no plano das expectativas com o crescente aumento das filas nos concursos públicos e processos seletivos. No entanto, não podemos desconsiderar que uma unidade de IF se assemelha a uma empresa de grande porte na área de serviços com mais de cem funcionários.

Com salários fixos e estáveis, prevê-se que um capital passe a girar no município com locação ou compra de imóveis, consumo de bens duráveis e não duráveis, serviços educacionais e de saúde, lazer e cultura, e toda a sorte de tributos agregados. Embora subestimado nas pesquisas educacionais, o “efeito gasto” impulsiona e retroalimenta a economia local. Bem verdade que este impacto é maior em municípios de pequeno porte (FAVERI, PETTERINI, BARBOSA, 2017),

no entanto há de se considerar que os salários percebidos no IF estão acima da média salarial de muitos municípios como também é o caso de Catanduva.

Do ponto de vista simbólico e também financeiro, há valorização de terrenos e imóveis nas adjacências do IF, a possiblidade de locação para estudantes de outros municípios, o fluxo em mercearias, cantinas, padarias no entorno.

Se faz também importante mencionar a participação na política local, seja no que diz respeito à participação de Conselhos Municipais, seja para eleição de algum candidato ou promover sua desclassificação no pleito municipal. Só para termos uma ideia, nas eleições de 2016, o candidato a vereador menos votado se elegeu com 622 votos no município de Catanduva; as eleições municipais de 2020 apresentaram 200 candidatos à vereança, sendo que o mais e o menos votado elegeram-se, respectivamente, com 2087 e 557 votos (PADRE OSVALDO (PSDB)..., 2020). Ou seja, uma estimativa grosseira poderia chegar à possibilidade de servidores, trabalhadores terceirizados e alunos elegerem algum representante na Câmara Municipal. Em municípios de pequeno porte como São Roque, Ilha Solteira, Presidente Epitácio, etc. um IF pode ter ainda maior impacto.

O que trago com essa discussão é como os servidores do IF-Catanduva podem estar conectados a essa cidade que diz enfeitiçar os migrantes, fixando-os no município. No entanto, um olhar de dentro da instituição, mostra relações que podem identificar falta de pertença.

O levantamento realizado junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas[117] evidencia que em setembro de 2019, dos 46 técnico-administrativos efetivos no Câmpus Catanduva, 36 residiam no município de Catanduva.

Em relação aos professores em número de 78, considerando efetivos e substitutos, 39 apresentam residência em Catanduva, enquanto outros 39 apresentam residência fora do município naquela mesma data. Da metade de fora, 23 são da mesorregião de São José do Rio Preto, sendo 3 da microrregião de Novo Horizonte. Os outros 16 professores são das microrregiões ou Regiões de Governo de Adamantina, de Araraquara, de São Carlos, de Ribeirão Preto, de Bauru e de São Paulo. Temos ainda um professor com residência fora do Estado.

[117] De acordo com dados obtidos no SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

O que isso pode significar? Há muitos elementos que devem ser levados em conta.

A princípio, ter um percentual de 50% do corpo docente e 20% dos técnico-administrativos residindo fora de Catanduva significa um vínculo diferenciado com Catanduva e o próprio IFSP. Residir em outro município e trabalhar no IF-Catanduva pode ter várias nuances, como o fato de não se apropriar das características locais ou mesmo regionais. Não votar, não consumir, não gerar receita ao município, desconhecer particularidades culturais, problemas e demandas específicas da cidade e região. Enfim, não pertencer, mas transitar.

Na análise que venho empreendendo, esse trânsito explica um pouco a forma de caracterizar o município e a região nos PPC. Em alguns, o texto se apresenta como uma compilação de dados (estranhos), numa escrita truncada e sem articulação entre os mesmos, talvez evidenciando a falta de conexão com a cidade e a região. Precisamos também considerar que há muitos professores que fixaram residência em Catanduva em função do seu trabalho no IFSP, mas que ainda se sentem estrangeiros. Podemos assim dizer que o fato de a escrita não fluir pode se dar porque o município e a região não fluem nos servidores. Não podemos desconsiderar outros elementos como o fato de nunca se ter escrito um PPC antes, a escrita basear-se num modelo pré-existente, não poder dedicar-se exclusivamente à pesquisa de dados e à escrita do documento, e ainda o fato de um PPC ser o resultado de muitas mãos – o que é uma experiência muito positiva.

Na falta de salários e condições atrativas de trabalho, na ausência de políticas públicas de geração de empregos, diante da apequenização do Estado para com a regulação das relações trabalhistas e a promoção de estabilidades, há um estímulo para mudança de uma cidade a outra, de uma mesorregião a outra, de um Estado a outro. É a lógica do mercado que promove esse fluxo de migração em busca de melhores condições de vida. Essa mesma desordem podem fazer do engenheiro professor, professor técnico-administrativo, técnico-administrativo sem afinidade com a carreira. E sem dúvida, esses microdeslocamentos produzem efeitos diretos sobre o processo educativo.

Também é preciso considerar que em termos de mobilidade, ela não é a mesma para todas as pessoas. Sob a mobilidade de uns e a imobilidade de outros

se esconde a exploração como explicam Boltanski e Chiapelo (2009). A princípio, aqueles que podem se deslocar são privilegiados nos concursos públicos, principalmente quando as vagas ficam em aberto no que diz respeito à alocação nas unidades. Nesse sentido, ter família constituída, laços de amizade e vizinhança, casa própria, telefone fixo, fortes vínculos com a cultura local mais atrapalha do que ajuda. Como afirma Sennet (2018) “a palavra de ordem é antes seguir em frente do que estabelecer-se” (p. 12).

Na leitura que Boltanski e Chiapello (2009) fazem do novo espírito do capitalismo não contemplam uma situação muito presente dentro dos IF: o quanto aqueles que se movimentam podem ficar engessados ou engessar o funcionamento da instituição, simplesmente porque estão sempre em trânsito. Talvez porque de fato não estejam tão móveis e fluidos quanto a instituição demanda. Disso resulta que às vezes a mobilidade está mais para quem se fixou no município no qual está instalado o IF.

Residir em Catanduva traz a vantagem da proximidade com o câmpus, considerando que a grande maioria dos professores trabalham num Regime de Dedicação Exclusiva. Ser RDE significa não poder ter outro vínculo empregatício e não ter que estar disponível 24 horas ao IF, como algumas vezes ouve-se da parte de algum técnico-administrativo incomodado. No entanto, há de se convir que nem sempre o bom senso prevalece, e a distribuição de 40 horas na semana com a possibilidade de concentração das atividades em poucos dias da semana não só onera a instituição quanto o próprio servidor – a curto, a médio, a longo prazos.

Disso decorre uma movimentação intensa nos processos de remoção, que no IFSP acontecem semestralmente. A dança das cadeiras tem um ritmo que faz movimentar mais docentes do que técnico-administrativos. Para além dos procedimentos previstos em edital, há um processo de convencimento que ocorre de forma paralela diretamente entre o servidor e a direção geral do Câmpus almejado. Em memorando direcionado à Direção Geral um pedido de remoção para o IF-Catanduva apresenta um último argumento que poderia retratar a realidade de muitos servidores, alocados em qualquer um dos 36 câmpus do IFSP:

(...)

Para além dos aspectos contributivos para com a Instituição, entendo que seja válido considerar que sou domiciliada no município de São José do Rio Preto, distante cerca de 380 km do município de Presidente Epitácio, campus no qual sou lotada desde 2018, digo isso pois as viagens feitas semanalmente, em sua grande maioria em uma estrada com pista simples e sem terceira faixa, são bastante desgastantes, o que, infelizmente, influencia negativamente tanto em minha saúde quanto na realização de minhas funções profissionais. O trajeto percorrido tem duração, em média, de 4h30min. praticamente um dia de trabalho. Por motivos pessoais e familiares, não tenho como fixar residência em Presidente Epitácio, e a possibilidade de atuar e contribuir com a Instituição no câmpus Catanduva, se efetivada via processo de remoção, sem dúvidas, **melhoraria minhas condições de trabalho e minha qualidade de vida enquanto servidora, o que tem reflexo direto em meu desempenho e desenvolvimento profissional**. (IFSP, 2019c).

Residir fora significa ter um cansaço acumulado e problemas de saúde decorrente das viagens, e a sensação de estar sempre com o pé na estrada. Poder chegar ao câmpus em 10 ou 20 minutos faz bastante diferença, tanto para o servidor como também para o desenvolvimento das atividades do IF-Catanduva. Costumeiramente, não se pode contar com a participação dos servidores de fora em atividades extraordinárias, inusitadas ou não planejadas.

Podemos observar que no memorando acima, a professora possivelmente continuaria viajando, uma vez que deixa claro ser domiciliada na cidade vizinha. Neste caso, embora as condições da rodovia pedagiada sejam boas, continua existindo distância física de casa ao câmpus. Com este exemplo desejo mostrar que a situação de servidores residentes em outros municípios contribuem para atitudes que prezam pela planificação e racionalização das atividades num tempo cronometrado, com maior ou menor rigor.

O trecho a seguir apresenta um pouco da realidade de uma servidora alocada no IF-Catanduva, residindo num município a 70 quilômetros de distância.

Encontrei professora Ciclana que recém havia voltado de licença maternidade. Nos abraçamos e falamos um pouco da bebê, de como estava conciliando a maternidade e o IF. Falou que estava saindo muito cedo da sua cidade para dar aula logo de manhã, mas que

> no início da tarde já estaria de volta para casa. Exceções para as quartas-feiras, quando as reuniões acontecem às 14h às 16h. Perguntei como ela faria hoje, porque após as 16h os professores do ensino médio teriam ainda Conselhos de Classe. Contou que a Diretora Adjunta Educacional teria dispensado a reunião das 14h para estes professores, mas que isso não resolvia seu problema.
>
> Diário de campo de 9 de maio de 2018.

Assim, uma escola pode funcionar em três turnos, mas há urgências e necessidades dos servidores que devem ser atendidas, e quanto maior a distância física até o câmpus, pior a situação. Também não podemos desconsiderar a distância emocional. Onde está o pensamento da mãe servidora nas reuniões das quartas-feiras quando já deveria estar em casa, e excepcionalmente para um Conselho de Classe agendado para as 16h? Por essas situações e outras semelhantes compreendo que aqueles considerados móveis, nesse caso, se tornam imóveis, podem se engessar ou podem engessar a instituição. E o que se passa a desejar é a remoção para uma cidade mais próxima de casa o quanto antes. Nesse sentido, o vínculo com o Câmpus se apresenta como algo passageiro.

Sem dúvida, há situações em que os servidores forasteiros sentem tamanha identificação com o trabalho que realizam que a distância física casa-câmpus é mero detalhe. Mas, também é possível dizer que por vezes escrever um PPC com dados estranhos parece ser a consequência menos danosa diante de uma quantidade maior de efeitos decorrentes de residir fora.

Ter Catanduva e região residindo dentro si traz vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens apresento a maior articulação com o corpo discente e os arranjos produtivos, sociais, culturais locais. Ter o chão onde se pisa dentro de si faz com que se possa falar a mesma língua, puxar o “R” do mesmo jeito, convidar dizendo “passa de lá” ou “vamos combinar”, fazer-se entender e ser entendido, inclusive com quem detém capital político na cidade e faz as coisas acontecerem. No entanto, também significa levar para a instituição as características de uma cidade que apesar de ter mais de cem anos e mais de cem mil habitantes não se emancipou, não se livrou do colonizador que invade sua forma de pensar e agir. Catanduva se alinha aos valores conservadoras de Direita; o poder executivo e legislativo representam a minoria branca, masculina e de um extrato social

médio/alto. Estar mais à Esquerda implica em explicar-se, mudar as cores da sua bandeira, e colocar-se numa situação dita suprapartidária.

Ter servidores de fora, dentro do IF-Catanduva, pode significar que novos coronéis se encontram para dialogar e debater, afinal, eles estão em todas as partes. Mas servidores de fora de Catanduva abrem a possibilidade de novas ideias ventilarem nos ambientes. Um servidor forasteiro olha com estranhamento o que o nativo naturalizou. Cutuca as estruturas já consolidadas, mexe nas feridas, faz parar para pensar, agita o que parecia já ter ganhado forma definitiva.

Professores de fora podem ganhar a simpatia de alunos adolescentes, em processo de rompimento com os valores tradicionais. Simbolizam o novo, o desafio, a transgressão, o aventurar-se num mundo de novas possibilidades e oportunidades.

Se olharmos como os grupos se constituem quanto a ser de fora ou ser de dentro do território, vimos algo importante na movimentação do IF-Catanduva. Entre os técnico-administrativos temos o maior número de servidores que são de Catanduva. Já residiam no município antes mesmo do concurso público que realizaram. Encontraram no IF uma possibilidade de continuar vivendo aqui, agora com melhores condições de trabalho, de incentivo à qualificação profissional e maior renda. Não coincidentemente, os técnico-administrativos têm estado proporcionalmente em menor número nas assembleias do sindicato, nas manifestações do Câmpus por novas conquistas e nos seus movimentos de resistência a arbitrariedades governamentais.

É também comum verificar um comportamento semelhante de maior adequação, de maior conformismo entre docentes que já residiam no município ou na Microrregião de Catanduva antes de efetivarem-se no IF. Não desconsidero outros elementos aqui implicados como o próprio processo de criminalização dos sindicatos e sindicalistas na história, o fator geracional, gênero, ou mesmo a formação universitária da qual cada servidor se serviu. Há um conjunto de elementos que se correlacionam de alguma forma, mas hoje, o fato de termos elementos humanos estranhos e estrangeiros faz o Câmpus, o município e a região balançar. Então, compreendo que são muito bem-vindos!

O estímulo à capacitação dos servidores (e aqui dou destaque aos afastamentos remunerados para mestrado e doutorado para docentes e técnico-administrativos) faz com se possa mergulhar num novo universo de conhecimentos e ao submergir estar embebido de novos estranhamentos diante da instituição. Portanto, ao falar daqueles que naturalizaram algumas práticas, há possibilidades de se tornar novamente um estranho ou estrangeiro e contagiar colegas com renovadas problematizações. Também faço menção aos professores substitutos que no período de vigência do contrato de trabalho muito agregam à dinâmica do IF questionando ou minimamente perguntando como as coisas funcionam, sugerindo ou executando novas práticas.

5.2 Uns e outros: subcampos do IF-Catanduva

Como disse, existe uma divisão entre os trabalhadores do IF-Catanduva que poderíamos classificar em nativos e forasteiros, com suas gradações. Há aqueles nascidos e criados em Catanduva, há aqueles que residem na cidade há muitos anos antes mesmo da instalação do IF, há aqueles que fixaram residência em função da posse do cargo, há aqueles que moram na cidade em dias úteis da semana, há ainda aqueles que viajam nos dias de trabalho. Também podemos pensar que em função de características pessoais alguns interagem mais do que outros com o município, independente do tempo que residem em Catanduva. Ainda há aqueles que morrem por/em Catanduva, e aqueles que em poucos momentos estiveram de corpo e alma presentes[118].

118 No que diz respeito aos locais destaco que na história do IF-Catanduva tivemos a "importação" de professores e técnico-administrativos do IMES Catanduva (Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva) que é a instituição de ensino superior mais antiga da cidade com mais de cinco décadas de existência. Na época da criação e expansão dos IF esta autarquia municipal dava sinais de fragilidade com diminuição de alunos matriculados e, portanto, de menor receita para manter cursos e atividades. Assim, de lá provieram trabalhadores da educação, alguns formados na própria instituição. Na área de Informática isso é bastante emblemático, pois a maioria dos docentes provém do IMES-Catanduva e trouxeram consigo forte relação com o ensino. Talvez isto explique um modelo "auleiro" (SGUISSARDI e SILVA JUNIOR, 2008) e não vinculado à pesquisa e extensão num primeiro momento do IF-Catanduva. Também considerando que estes docentes locais foram os primeiros servidores efetivados, vindo a ocupar importantes cargos de gestão e representação ao longo da primeira década de história do IF-Catanduva, trouxeram consigo marcas de uma instituição mista como se constitui uma autarquia municipal. Este hibridismo institucional – nem público, nem privado – devem ter produzido sombras sobre a institucionalidade que despontava na cidade no nome IFSP. Como mostrei no capítulo terceiro, o público e gratuito estão lado a lado em nossas campanhas institucionais e remetem a confusões entre direitos e concessões.

Mas há outras subdivisões ou outros subcampos no IF-Catanduva.

Fora das salas de aulas e nas reuniões, os docentes ficam divididos em grandes grupos e se organizam em salas de convivência e trabalho: a Indústria, a Química, a Informática e o Núcleo Comum. Se por um lado isso foi definido verticalmente, ninguém se colocou contra essa organização. Não se fez uma assembleia para definir quem ficaria ao lado de quem, junto com quem, longe de quem. Como uma obviedade, essa distribuição se ajustou aos nossos interesses de grupo, e os espaços físicos deram contornos aos espaços sociais tornando visíveis, quase palpáveis, semelhanças no grupo, e diferenças em relação a outros grupos.

O trecho abaixo mostra o quanto naturalizamos uma forma de nos dividirmos em salas. Essa divisão não é padronizada para todo o IFSP, embora assim muitas vezes nos pareça. O olhar estrangeiro de uma professora de outra câmpus, ao reparar neste modo de organização, produziu em mim (e certamente nela) algum pensamento novo. Ao dizer que em seu Câmpus todos ficam numa mesma sala e que isso faz com que alguns procurem espaços alternativos, evidencia algum desconforto. Nem todos se ajustam às configurações espaciais impostas ou negociadas.

> Subi a rampa e fui direto à Sala do Núcleo Comum. Encontrei vários professores trabalhando em seus computadores. Lembrei imediatamente da fala de uma palestrante – professora convidada de outro câmpus do IFSP. Dizia que achou interessante esta estrutura, de uma sala de professores para o Núcleo Comum, uma para Química, uma para Indústria e outra para Informática. Muito diferente do seu câmpus onde todos dividem uma única sala de professores, o que faz com que ela procure outros ambientes durante os intervalos. Feito [alguns] alunos que encontrei e que se escondem da multidão.
>
> Diário de Campo de 9 de maio de 2018.

Na teorização bourdeusiana, nos aproximamos das pessoas por *habitus*, e nos tornamos um grupo que se compreende, porque adota a mesma linguagem e os mesmos esquemas de percepção. Ao mesmo tempo, não nos reconhecemos em outro grupo, que provavelmente não nos agrada, o que não significa que nos colocamos contra ele. As diferenças não são (exatamente) oposições, embora disputemos o tempo todo por legitimar os capitais que possuímos.

Organizados por afinidades e relações de trabalho utilizamos espaços físicos comuns. Quanto mais próximos estamos no espaço social, mais podemos nos aproximar fisicamente, e não o contrário. E por isso que em situações fora dessas salas, nos sentamos próximos às mesmas pessoas, com quem temos afinidades, em quem reconhecemos semelhanças no modo de pensar, agir, diferir. Dotadas de um mesmo esquema de classificação, enquanto pares, diferenciamos e somos indiferentes a mesmos aspectos da realidade.

No diário de campo de 31 de outubro de 2018, é possível visualizar os contornos dos diferentes subcampos da unidade de Catanduva. Neste, relato o almoço de confraternização em alusão ao dia do funcionário público:

> Nos dirigimos ao refeitório, professor Fulano preocupado em almoçar rápido, pois tinha aulas às 14h. Sentamos juntos e continuamos conversando. O diretor pediu que nos sentássemos mais a frente. Nesse momento, todos mudaram de lugar, mas a mudança se deu em grandes blocos – professores da Química, professores da Indústria, professores da Informática, professores do Núcleo Comum, técnico-administrativos. Cada grupo em seu quadrado. Senti falta de técnico-administrativos (será que a biblioteca não podia fechar por duas horas?). Procurando por algumas pessoas, notei que os técnicos que dão suporte à área da Indústria sentaram-se junto aos professores da mesma área.
>
> Lá no fundo um grupo de funcionárias terceirizadas do setor de limpeza. Estavam todas juntas, bem separadas dos demais. Também foram as últimas a se servir. Mas fiquei feliz por vê-las ali. Procurei por minha professora substituta e fiquei surpresa que estivesse engajada com o pessoal da Química (quando lavava a louça, comentei com um professor da Química que eu havia percebido um entrosamento. Ele disse que haviam convidado a professora a frequentar a sala da Química, mas ela disse preferir ficar no pátio da escola para preparar suas aulas).
>
> Diário de Campo de 31 de novembro de 2018.

O trecho acima sugere uma espécie de metáfora para teoria dos campos: nos movimentamos em blocos.

Além disso, há posições para cada bloco. Como se vê, as trabalhadoras terceirizadas ficam às margens, reproduzindo a sua posição numa sociedade

desigual como é a nossa. Os menores salários, as piores condições de trabalho, menos garantias e estabilidade, menor escolaridade, menos perspectivas. Seria estranho vê-las ao centro ou na primeira posição. Por isso, quando o diretor pede que todos sentem-se mais a frente, elas se movimentam acompanhando o fluxo dos demais. O diretor poderia ter dito “Vocês aí no fundo sentem-se aqui na frente, pois há bastante espaço”. Muito provavelmente não seriam elas a ocupar o espaço vazio, pois esta posição não é homóloga a seu espaço social.

Fica muito evidente neste relato a separação docente e técnico-administrativo, e a segmentação dos professores por áreas dos eixos tecnológicos.

Mesmo quando não há necessidade de estarmos agrupados por setor ou área, nos agrupamos por afinidades, nesse caso, definidas pelas relações de trabalho, o que é frequente em outras situações:

> Eram 14h 14 quando de fato começou a reunião. Nesse momento um grupo de professores entrou no recinto. Chamou a atenção o fato de todos estarem uniformizados (o mesmo uniforme que usavam os alunos que informaram o projeto de materiais de difícil reciclabilidade). Pensei que o grupo teria estado em uma reunião anterior a esta, daí terem chegado todos juntos. Reparei que também se sentaram juntos.
>
> Diário de Campo de 2 de maio de 2018.

Em diversas situações, as afinidades se tornam visíveis. Nas reuniões gerais (de professores) ou “gerais gerais”[119] (de todos os servidores, excluindo-se os terceirizados) que ocorrem no Laboratório de Hidráulica e Pneumática por vezes se vê uma mistura dos setores, o que parece ser influenciado pela temperatura ou sensação térmica desigual que se produz com o ar condicionado. Ainda assim, é visível a formação de pares ou trios que se identificam por algum motivo. Mas esses agrupamentos não são fixos, porque as disposições dos agentes também se modificam.

[119] Reunião geral é considerada a reunião para todos os professores, de todas as áreas e níveis de ensino. Ironicamente utilizei “Reunião geral geral” para identificar aquela para a qual todos os servidores são convocados.

> Reparei na distribuição dos servidores na sala – professores e administrativos misturados, todos voltados para frente, olhando para os *slides*.
>
> Diário de Campo de 2 de maio de 2018.

Também aqui:

> As pessoas foram saindo. O diretor avisando que os “ADM” ainda tinham que ficar. Havia um comunicado importante sobre as 30 horas. Fui me movimentando muito devagar e percebi que se reorganizaram naquele espaço. Sentaram todos juntos, mais a frente da sala. Saí porque ali não me senti a vontade para ficar.
>
> Diário de Campo de 9 de maio de 2018.

Diferentes professores, de diferentes áreas se encontram nas reuniões de cursos e também nas reuniões gerais e nas “reuniões gerais gerais”. Alimentam os cursos e são alimentados por eles. Põem elementos e retiram elementos para si. Abastecem e são abastecidos, num movimento de exteriorização e interiorização constante. Por isso não são, estão de um determinado modo.

Detentores de diferentes capitais, alguns se destacam e ocupam posições privilegiadas nos pequenos grupos e no grande grupo. Mas estas posições não são estáticas, pois a realidade é mutante; o real é relacional. Ou seja, supõe-se uma relação entre os grupos, entre os indivíduos, e uma tendência se acentua ou se atenua, enfim, se modifica, em decorrência do outro.

Assim, a realidade está, e não é. Os agentes estão, e não são. Movimentam e movimentam-se, transformam e transformam-se. Em outros termos: são o que são em relação aos outros. Servidores e alunos; técnico-administrativos e professores; Serviço Sociopedagógico e Administração; Núcleo Comum, Química, Indústria e Informática – grupos coexistentes num espaço social que se caracterizam por determinadas práticas, disposições, tomadas de posição, escolhas. Assumem posições de classe, *habitus* que são diferenciados e diferenciadores; são diferentes (dos outros) e diferenciam (os outros).

Mas, não há dúvidas que o espaço físico viabiliza que encontros aconteçam, e com eles, a apresentação das disposições e dos gostos, possibilitando que as trocas ocorram num processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. No Núcleo Comum, o espaço mais heterogêneo no que diz respeito às áreas do conhecimento, um Físico pode se identificar com Humanidades, um professor de Artes pode identificar-se com ciências duras e exatas. Mas a afinidade desse grupo não se dá tanto pelas áreas do conhecimento (que são diversas), mas por relações de trabalho muito semelhantes.

Como apresentei no primeiro capítulo, somente no final de 2015 e início de 2016 foram efetivados professores de Línguas – Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Libras –, Artes, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, como também alocados mais professores de Matemática, Física, Química, Biologia que se somaram aos existentes, que nesta altura já se encontravam em condição estável. Portanto, os professores que vieram constituir o Núcleo Comum, em especial de Humanidades, chegaram por último, espremidos em regras e espaços já consolidados e em práticas que já criavam raízes.

Em cada campo, os mais fortes (dominantes) são aqueles detentores de capitais, e a luta travada se dá em torno do monopólio do capital legítimo específico do campo. Comanda quem consegue colocar as regras, quem introduz no grupo o que deve ser de interesse comum.

Trago alguns trechos de um diário de campo de uma reunião sobre Currículo de Referência, na qual após explicação da Diretora Adjunta Educacional, os professores deveriam agrupar-se para selecionar conhecimentos essenciais para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio:

> (...) Em pauta, o assunto não era novo e já parecia consolidado entre os presentes. Se precisávamos mesmo um currículo unificado e padronizado, isso já era página virada. Agora “mãos a massa” para dar identidade ao IFSP por meio de currículos de referência. Hoje era dia de discutir os cursos técnicos integrados e os conhecimentos considerados essenciais.
>
> (...)

Enfim, o perfil do egresso foi apresentado como uma espécie de marco regulatório, definido pelo Catálogo de Cursos, Missão do IFSP e Diretrizes da Educação Básica. (...) Feito esse perfil, originaram-se os objetivos dos cursos, e deles, agora, deveriam ser criados os conhecimentos essenciais. Frizou a Diretora Adjunta Educacional: *conhecimentos essenciais* não é a ementa, nem cópia do livro didático. Estava em destaque nos slides.

Trouxe um exemplo pronto na área de Alimentos, do que deveria ser feito pelos professores, divididos em suas respectivas áreas. As equipes das áreas técnicas se reuniriam, como também, professores de Geografia, de História, de Línguas ... Foi olhando para quem estava na sala. Alguns iriam ficar sozinhos: Artes, por exemplo, com o agravante de haver somente o professor substituto. E a as áreas de Filosofia e Sociologia também estavam desfalcadas, os professores das respectivas áreas estavam afastados, e uma mesma professora substituta teria que dar conta do recado. Talvez pudesse sentar com História e Geografia ... Isso ficou em aberto. Foi só uma sugestão que por fim virou num "vire-se".

Alguém teria alguma dúvida? As professoras de Geografia, sentadas juntas, bem a frente, tinham uma questão, que não se fez audível aos demais. A Diretora Adjunta disse que havia convidado técnico-administrativos para auxiliar nas discussões. Procurou pelas pessoas na sala e só encontrou duas: o psicólogo e uma das pedagogas. Um em cada extremidade da sala. A pedagoga, no canto direito da sala, falou algo sobre habilidades e competências, mas ninguém estava mais interessado em tirar dúvidas.

Enfim, havia uma planilha a ser preenchida com os conhecimentos essenciais de cada componente curricular, da área técnica, e os conhecimentos potencialmente integradores. Quem deveria preencher esta última coluna era a equipe de professores da área técnica. Enfim, são eles que poderiam dizer quais são os pré-requisitos para determinados conteúdos essenciais da área técnica, alguns conteúdos que teriam a possibilidade de se articular com os conteúdos essenciais da área de formação geral. Ninguém discordou que isso deveria ser feito dessa forma, e a área técnica elencaria os conhecimentos potencialmente integradores. Pensei: isso não deveria ser feito em conjunto? Por que a área técnica teria ficado incumbida dessa tarefa? Estariam em maior número? Teriam menos atividades para fazer?

(...)

Eu ia embora, quando me ocorreu de participar de um grupo de discussão. Havia pequenos grupos na sala do Núcleo Comum, e havia um grande grupo de professores num

laboratório em frente. Fiquei pensando se seria bem recebida. Respirei fundo e entrei. Pedi licença e ninguém fez alguma objeção. Pelo contrário, foram achando um lugar onde eu pudesse me sentar. Não expliquei o que fazia ali e ninguém perguntou. 13 homens da área da Indústria discutindo os conhecimentos essenciais da área técnica de Mecatrônica. Uns mais falantes que outros, mas ninguém monopolizando a palavra. A intensidade das vozes parecia obedecer uma métrica. Observei o vestuário: todos vestiam camiseta, e metade deles, camiseta do IF. Tênis ou sapatênis nos pés. Calça jeans em sua maioria, os mais despojados de bermuda.

Um professor à frente escrevendo na lousa, fazendo esquemas, dividindo a área técnica em três grandes eixos: Eletrônica, Mecânica e Software. Dali, foram sendo pendurados os conhecimentos compreendidos como essenciais: Eletricidade Básica, Circuitos Elétricos, Máquinas Elétricas, etc. Isso foi feito rapidamente, e de repente alguém disse que aquilo ali eram as disciplinas do curso. Não era bem isso que era para fazer. Retomaram o perfil de egresso, discutido e elaborado por um dos GT´s . O coordenador do curso de Fabricação Mecânica explicava como “eles” tinham chegado nesse perfil. Não se incluía na discussão, embora desse a entender que participara de reuniões. (...)”

Diário de campo de 11 de março de 2020.

Há elementos bem interessantes que foram observados e registrados.

Inicio destacando como reproduzimos sem muita criticidade os mandos e desmandos que vem do alto escalão. Na discussão em torno do Currículo de Referência, o IF-Catanduva fez pouca ou quase nenhuma objeção. Nesse sentido, ser professora solitária do cargo de Pegagogia por vezes parece se constituir em luta inglória. Embora tenhamos outros professores licenciados em Pedagogia (para além da sua área principal de formação e atuação), como também mestres e doutores em Educação, o debate em torno da possibilidade de um currículo de referência ou de sua necessidade não ocorreu. Estes agentes da Pedagogia (que não se constituem em campo unânime no IF-Catanduva nem no IFSP) não conseguiram minimamente promover um debate acerca de diferentes concepções de currículo e a quem a padronização pode interessar.

Sigo apresentando outros elementos perceptíveis e expressos no diário de campo. Destaco novamente como os servidores se agrupam no espaço físico: “as professoras de Geografia sentadas juntas”. Isso está tão naturalizado e nos produz

tanto conforto que ninguém se opõe à proposta de agrupamentos por áreas do conhecimento. No entanto, nessa organização, alguns ficam perdidos e solitários. Não conseguem comunicação com outros grupos. Na situação, a Diretora Adjunta Educacional procura uma solução, mas não consegue adesão daqueles que estão numa posição mais bem estabelecida em relação aos professores substitutos, temporários, em menor número, representando áreas do conhecimento menos valorizadas dentro do IF-Catanduva.

Na contrapartida destes trabalhadores deslocados, o mesmo diário de campo apresenta o empoderamento de um grupo de 13 homens de uma área técnica, com afinidades que vão para além da forma de pensar a educação. Há elementos que os aproximam e tornam fluida a atividade: nessa zona de conforto não é possível construir algo novo como um currículo integrado. Esse grupo tem a nobre função de definir quais são os conhecimentos potenciais para os projetos integradores. E se o ápice de um curso é o projeto integrador como vimos no capítulo terceiro, quem tem a missão de defini-lo tem lugar de destaque.

Neste subcampo destacado há servidores que se destacam, ainda que isso se dê de forma muito sutil (quem escreve a lousa parece ter o comando, e algumas falas são melhor aceitas do que outras). O coordenador da Fabricação Mecânica dá a entender que num grupo de coordenadores poderia se revelar como tendo menor importância, ocupando uma posição de zé ninguém, tanto que se coloca de fora em algo que ele mesmo participou por dentro, talvez nas beiradas. Repito aqui para ficar mais claro: “o coordenador do curso de Fabricação Mecânica explicava como ´eles´ tinham chegado nesse perfil. Não se incluía na discussão, embora desse a entender que participara de reuniões”. Talvez quisesse se referir a “eles” como quem diz que não concorda com o que decidiram. O que no final das contas dá no mesmo. Ao falar, algo lhe escapa. Deixa entender que a sua posição como coordenador de um curso é uma, e que num grupo de coordenadores é outra.

Em outro momento desta mesma reunião, este grupo apresenta como enxerga outros subcampos do IF-Catanduva em oposição a si próprios:

No perfil do egresso lia-se: “O egresso do Curso Técnico em Mecatrônica projeta, instala, opera, programa, parametriza e realiza medições e testes de equipamentos automatizados e robotizados. Executa a integração de equipamentos mecânicos e eletrônicos, bem como os procedimentos de controle de qualidade e gestão. Possui formação científica e tecnológica, que lhe permite atuar profissionalmente de forma a integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, considerando o contexto sócio-político, econômico e o desenvolvimento sustentável. Atua no mundo do trabalho de forma crítica, ética e transformadora, valorando aspectos da cidadania, colaborando com ações de inclusão social e respeitando os direitos humanos e reconhecendo as diversidades (culturais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade) nas relações sociais e demandas ambientais. Articula as dimensões do eixo tecnológico de controle e processos industriais às áreas de conhecimento das Ciências Humanas, da Natureza, Matemática, Linguagens e suas respectivas tecnologias, podendo prosseguir os estudos em qualquer área do conhecimento.”

Alguém questionou se o egresso de Mecatrônica projeta. Alguém disse que precisaríamos melhor definir a ideia de projeto no curso técnico. “Se for algo simples, ele projeta.” Ninguém discordou ou retrucou. Passaram a esmiuçar mais aqueles primeiros tópicos. Alguém perguntou se era isso que era para fazer. Poderiam usar verbos? Não, melhor não. Ficariam parecendo habilidades ou competências. Alguém me achou na sala e perguntou o que eu achava que era para fazer. Falei que parecia OK o que tinham feito, no entanto aqueles conhecimentos cobriam apenas a primeira parte do perfil do egresso. Fui lendo até chegar na palavra “sustentável”. Até ali parecia OK. E que não via conhecimentos essenciais articulados à metade de baixo do perfil do egresso. Alguém me respondeu prontamente que não havia mesmo. Outro disse que essa era a parte que lhes cabia. Que em outras salas, estavam reunidos outros grupos da área de formação geral. Que professores de História, Geografia, Sociologia, Filosofia deveriam contemplar aqueles conhecimentos essenciais. O tom de voz era doce, como se explicasse a uma criança como as coisas acontecem. Como se eu não soubesse dessa divisão. Percebi que minha pergunta não incomodou. Ao contrário, senti-me incomodada – não com a resposta, mas com a forma como se reportou a mim. Será que é isso que sentem as mulheres que fazem os cursos de Engenharia e Mecatrônica?

Também pensei por que ao se falar de formação crítica e cidadã são sempre as mesmas disciplinas que são referidas? Por que não se falou em Artes? Em Língua Portuguesa? Em Educação Física? Não estamos falando de um curso Integrado?

> A questão toda estava em abrir mais ou abrir menos, detalhar ou trazer tópicos amplos. Se ao menos tivessem um modelo. Queriam acertar. Fazer do jeito certo. Numa conversa paralela um professor falou de um projeto de lei que tramita no congresso colocando fim às normas técnicas. Isso era o fim da picada. Como isso poderia ser possível? Vi que a questão da normatização é importantíssima para esse grupo de professores. Alguém perguntou o que eu achava. Perguntei: “Estamos pensando num curso novo ou vamos repetir o que já temos?” Alguém disse algo mais ou menos assim: “Olha, estamos querendo padronizar, dar uma identidade ao curso. De verdade, fazer mais do que já temos. Temos 11 cursos de Mecatrônica no Estado. Cada um está colocando o que já tem”.
>
> Diário de campo de 11 de março de 2020.

Senti coesão naquele grupo naquele encontro. Identificação. Mostram-se objetivos na resolução dos problemas. Em seu *habitus*, os problemas precisam ter uma solução certa, exata. Não abrem grandes discussões. “O técnico em Mecatrônica projeta?” No Núcleo Comum uma questão semelhante daria pano para manga, faria render uma discussão – se houvesse tempo. Mas esse grupo não se assemelha ao Núcleo Comum, e numa situação em que estão juntos, suas características podem se acentuar pela necessidade de diferenciação.

Refutaram a ideia do uso de verbos para o seu constructo não se parecesse com algo relacionado a habilidades e competências. A área que aprecia esse modo de pensar a educação é a Informática, e talvez isso não seja tão claro entre eles, mas nesse quesito também se diferenciam. O que ficou mais evidente é que aquele campo entende que a formação crítica, ética, transformadora era tarefa do Núcleo Comum, melhor dizendo, para parcela do Núcleo Comum. Delegam para História, Geografia, Sociologia e Filosofia a incumbência da formação cidadã. Não se incluíam nesse projeto formador no trabalho que executavam, e também não perderam tempo em repensar isso a partir da minha pergunta. Parecia ser um fato consumado a clássica divisão ou, como aponta Machado (2015), a falsa polarização. Daí a dificuldade em pensar um currículo integrado como já discuti no terceiro capítulo.

Embora o campo não seja homogêneo, há uma tendência homogeneizante. Daí que o resultado das discussões desses grupos não tende a incorporar elementos novos ou inusitados. Pelo contrário, os integrantes de um campo tendem a reforçar pontos de vista e o movimento no sentido de avançar nas discussões se dá com base na familiaridade dos elementos que são postos para discussão. O jeito mais rápido de se resolver pendências complicadas como, por exemplo, o Currículo de Referência, é organizar os professores por afinidade, mantendo-os em seus quadrados. Como retomo no trecho já apresentado: “Um professor à frente escrevendo na lousa, fazendo esquemas, dividindo a área técnica em três grandes eixos: Eletrônica, Mecânica e Software. Dali, foram sendo pendurados os conhecimentos compreendidos como essenciais: Eletricidade Básica, Circuitos Elétricos, Máquinas Elétricas, etc. Isso foi feito rapidamente, e de repente alguém disse que aquilo ali eram as disciplinas do curso” (Diário de campo de 11 de março de 2020).

Entre “estranhos” não teríamos as mesmas facilidades de comunicação e de entrosamento, e certamente demandaríamos mais tempo para a realização de uma atividade como esta. No entanto, algo novo poderia advir do confronto de ideias. Algo bastante diferente do que estava sendo feito: “De verdade, fazer mais do que já temos. Temos 11 cursos de Mecatrônica no Estado. Cada um está colocando o que já tem”.

Enfim, o pragmatismo contribui para uma práxis reiterativa. Como afirma Sánchez Vázquez:

> Enquanto na práxis criadora cria-se também o modo de criar, no fazer prático imitativo ou reiterativo não se inventa o modo de fazer. Seu modo de transformar já é conhecido, porque já foi criado antes. Sobra, portanto, pouca margem para o improvável e o imprevisível (...). (2011, p. 227).

Além disso, podemos considerar também que no processo imitativo não fazemos mais do que nos repetir. E isso vale para todos os lados que olhamos: “Também pensei por que ao se falar de formação crítica e cidadã são sempre as mesmas disciplinas que são referidas?” (Diário de campo de 11 de março de 2020).

A longa descrição e análise dessas reuniões que aconteceram no mesmo dia foram realizados com a pretensão de mostrar como ocorrem alguns agrupamentos no IF-Catanduva: “diga-me com quem andas e eu te direi quem és” é um ditado popular que tem força de representação imensa nessa tese. Há no IF-Catanduva subcampos de um campo maior, que ocorrem conforme os interesses e as afinidades.

No entanto, há outros campos que não se constituem por áreas do conhecimento. Há subcampos por níveis de ensino (mais aulas e maior vínculo com Ensino Médio ou Superior), subcampos formados por aqueles que se vinculam à gestão e representação, que possuem afinidade com pesquisa, que possuem conexão com a comunidade externa nas atividades de extensão, identificação com as lutas sindicais, subcampos por tempo de serviço no IF-Catanduva ou tempo de vida, etc.

Trago a seguir um trecho de um diário de campo que retrata um grupo que se articulou pela questão de gênero, com potência para produzir importantes efeitos no grande campo, predominantemente masculino.

> (....) As pessoas foram se acomodando. No horário previsto **as três idealizadoras do evento posicionaram-se a frente da mesa** e apresentaram a ideia do Coletivo. Seria um espaço a ser ocupado pelas mulheres para discutir assuntos “delas”. Embora um homem possa ser feminista, o espaço era exclusivo para elas, para debater e discutir assuntos de interesse comum. Os meninos ficariam de fora. Uma fala que me chamou minha atenção era sobre a necessidade de se criar este espaço para denúncias de assédio, de abuso, de intolerância. Enfim, o IF era um lugar de muitos homens, um território masculino, e já havia situações constrangedoras que mereciam ser mais bem compreendidas ou pelo menos acolhidas.
>
> Diário de campo de 13 de março de 2020.

Um coletivo feminista é constituído formalmente para que seja possível dar visibilidade ao machismo e atacá-lo com armas próprias de um campo. Sim, já passava da hora de virar o jogo, ou pelo menos apontar para condutas consideradas inapropriadas para algumas, ainda que naturalizadas para outras mulheres. Era este o espírito do primeiro encontro.

Para Bourdieu (2017), a naturalização da dominação masculina é produto de um processo trans-histórico, está enraizada em nossos corpos a partir da constituição de esquemas inconscientes. Cutucar estes esquemas significa também compreender os esforços de instituições como família, Igreja, escola, Estado para reproduzir de forma incessante um modelo que supõe a superioridade de um grupo sobre outro. Por outro lado, significa reconhecer a adesão, o consentimento do grupo subjugado em relação às imposições.

Lostada assim escreve sobre a dominação masculina numa perspectiva bourdeusiana:

> O dominado, sendo constituído como tal não desenvolve outras ferramentas a não ser as que lhe foram oferecidas pelo "jogo" em que se encontra, de sorte que ele não pode enxergar a sua situação senão com as lentes que lhe foram forjadas, confirmando, pois, as estruturas sociais em sua distinção. (2016, p. 153).

Oferecer novas lentes e novos instrumentos de conhecimento é o trabalho que se dispuseram três professoras que se colocaram na linha de frente liderando um grupo. E o seu (contra)poder já se mostrava evidente pela capacidade de articular e juntar 40 estudantes de diferentes cursos no primeiro encontro. Mas neste subcampo, como em todos, há diferenças geracionais, raciais, religiosas, culturais, etc. que se manifestaram de diferentes formas como se pode verificar no trecho abaixo:

O vídeo iniciou e era acompanhado de legendas. Na cena, Chimamanda ocupava um palco e fazia leitura de um texto, e era ouvida pela plateia. O texto era de protesto, mas recheado de bom humor, com pequenas doses de ironia e sarcasmo. Em muitos momentos, Chimamanda parava o texto para dar lugar às risadas do público. Ela também ria. Na sala 13, a cena se repetia: ouvíamos a palestrante e fazíamos parte da plateia, mas nossas alunas não riam no ritmo da leitura. Pensei se conseguiam acompanhar a legenda, ou se aqueles assuntos diziam respeito às situações vividas por elas. Estavam sérias na maior tempo do vídeo.

No espaço ocupado pelas professoras as risadas aconteciam no compasso da leitura, e vez por outra se faziam cochichos sobre algum assunto mais polêmico. Cutuquei a

> professora (solteira) que estava ao meu lado quando se fez referência às mulheres serem preparadas para o matrimônio. E a professora (casada), sentada à minha esquerda, contou ter dado uma medalhinha para arranjar casamento a uma das professoras ali presentes.
>
> Diário de Campo de 13 de março de 2020.

Como se vê no trecho selecionado, há também diferenças no campo feminista do IF-Catanduva que se revelam nos espaços ocupados na sala (divisão entre alunas e professoras), na forma ruidosa ou silenciosa de se manifestar, na atenção ao vídeo, nas falas que o conteúdo em discussão suscitou, na forma de se vestir, nos sentimentos constituídos (vergonha, inibição, extroversão...), nas características inscritas nos corpos. Assim sendo, Lostada inspirado em Bourdieu parece certo ao dizer que a violência simbólica “não pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão gravados no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições” (2016, p.153).

Portanto, fazer um curso considerado para homens (como é principalmente o caso dos cursos de Fabricação Mecânica, Mecatrônica, Engenharia de Controle e Automação), ocupar cargos ou áreas do conhecimento tidos como masculinos, participar da gestão do IF-Catanduva, na pesquisa e inovação, pronunciar-se nas reuniões em meio a maioria masculina e masculinizada não é uma simples questão de consciência e força de vontade, embora passe por elas. O mesmo vale para quem está numa situação dominante: abrir mão da palavra, da gestão, da condução, das balizas.

Santos (2020) afirma que capitalismo, colonialismo e patriarcado são modos de dominação que operam conjuntamente. Sem dúvida, ao mexer em uma das pontas dessa tríade, a estrutura se desestabiliza. Dessa forma, o subcampo feminista faz resistência a um formato já naturalizado de produzir dentro do IF-Catanduva.

Um grande desafio do Instituto Federal é poder reconhecer as diferenças de gênero, compreender que nem todos andam no ritmo masculino padrão, sem ocupação com filhos pequenos ou pais idosos, sem tarefas domésticas a tiracolo. Este é mais um exemplo de como os móveis, na compreensão de Boltanski e

Chiapello (2009), melhor se movimentam na instituição. Isso vale tanto para as trabalhadoras quanto para as estudantes.

5.3 Afinidades

Mas enquanto grande grupo de servidores do IF-Catanduva também temos características comuns, que nos identificam em oposição a outros servidores de outros Câmpus; no município, de outras instituições; no campo acadêmico, das universidades, dos centros universitários, das faculdades isoladas, das instituições ditas filantrópicas e as consideradas “pilantrópicas”:

> O momento de maior descontração foi quando o diretor anunciou o sorteio de brindes doados pelos próprios servidores. Eram bebidas – cerveja, vinho, espumante, wiski, licor -; também alimentos como panetones e bolos; itens de higiene pessoal – sabonetes, desodorantes, creme corporal -, itens para casa: um jogo de tapetes, um jogo de panos de prato semaninha, uma toalha. Cada presente ganhou um número e o diretor foi sorteando os brindes. De cara disse ter tirado o número 17 do sorteio, fazendo alusão ao candidato Bolsonaro. As pessoas riram, ninguém retrucou.
>
> Havia um entusiasmo com o sorteio. Quando alguém ganhava, alguém dizia: “esse aí sempre ganha!” ou “gosto quando as terceirizadas ganham um brinde”, “o próximo brinde será meu”, “quase o meu número” e não se falou outra coisa senão sobre isso.
>
> Chamou minha atenção que dentre os brindes não havia um livro sequer. Um CD, um DVD? Nada disso. O que mais se aproximou de um ambiente acadêmico foram 3 quites da Semana da Química – motivo de risada por todos. Eram bolsas de TNT, talvez contendo caneta e um bloquinho de anotações. Quem o recebia fazia menção à troca, ou brincava dispensar o presente. Como disse, eram brindes que foram doados pelos servidores e sorteados entre eles. E houve muito barulho e expectativa de receber algum. Revelador de nossas origens, de nossa simplicidade, de nossa rudeza num ambiente que se diz intelectualizado, de nosso apego à vida material e às necessidades básicas do dia a dia. Presentes que representam os presentes.
>
> Diário de campo de 31 de outubro de 2018.

Na acepção de Bourdieu, esses grupos constituem campos, microcosmos num universo maior. Possuem regras e desafios específicos, e seus interesses são tão peculiares que podem não ser compreendidos por outros campos. Diferentes agentes participam de um campo, e ocupam diferentes posições. Embora sejam portadores de um mesmo *habitus*, próprio do campo, rivalizam entre si, e se associam para manter o campo na disputa com outros campos. “Em luta uns contra os outros, todos os agentes de um campo têm, contudo, interesse que o campo exista. Eles mantêm, portanto, uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem.” (CATANI et al, 2017, p. 65).

Desses elementos que temos em comum não podemos deixar escapar aspectos culturais. O Bingo, seus brindes, as atitudes e falas das pessoas durante o jogo mostram de onde viemos, nos classificam de uma determinada maneira, nos diferenciam de outra classe ou grupo e suas preferências. No noroeste paulista o Bingo está presente nas reuniões familiares, nas quermesses da paróquia, combina com frango assado comido na mesma mesa que divide o jogo.

Ganhar pano de prato, tapete, toalha, sabonete ou hidrante para corpo, bebida ou comida pode ser uma questão de sorte/azar – alguém diria probablilidade. O que destaco é que doar esses mesmos brindes pode parecer escolha, mas dentro de um espectro bem definido de possibilidades. O que argumento é que esses componentes nos definem ou ajudam a nos definir. Participar ou não da confraternização, participar ou não do Bingo, “cantar” o Bingo com humor, doar este ou aquele brinde, vibrar com o preenchimento da cartela são elementos da vida prática que não escolhemos, antes nos escolheram numa perspectiva bourdeusiana. Essas práticas são produto do *habitus*, fruto das condições econômicas, sociais, culturais de existência.

Estas características, no entanto, se associam ou justapõem com alta escolaridade e titulação acadêmica, promotora de salários que são valorizados pelos servidores e que tem proporcionado novas experiências culturais. Por isso, mais uma vez, podemos dizer que estamos de determinada forma, e não somos de determinada forma. De qualquer modo, saímos de determinada condição, mas a condição inicial não sai de dentro de nós.

O que importa ainda destacar é como construímos o processo de identificação com os trabalhadores terceirizados, com estudantes e com a população. O formalismo e academicismo podem nos afastar, todavia nosso jeito simples de nos vestir combina com um estilo simples de ser que nos coloca em proximidade a eles, suas famílias e dos seus estilos de vida. Um evento festivo, com comida, bebida, bingo e presentes, um tempo no trabalho sem trabalho, pode fomentar novas relações e novos elos.

Se é verdade que o contato direto dos servidores com os estudantes em situações formais pode produzir a introjeção de valores da classe média (como o valor atribuído ao conhecimento sistematizado, o desejo produzido pela continuidade dos estudos, a remuneração acima do que se pratica no mercado, as novas oportunidades de consumo, tudo isso sendo costurado pelo conceito da meritocracia[120], pelo esforço pessoal, pela determinação), também acontece em momentos mais descontraídos sejam reavivados sentimentos como a solidariedade humana e a empatia.

5.4 Professores Mestres e Doutores, e o raio da metafísica pneumática

Cruz Sobrinho (2018) em palestra no CONEPT afirma que para os IF foram efetivados professores de alta escolaridade e especialidade, em sua maioria Mestres e Doutores, chegando a ultrapassar a qualificação das instituições de ensino superior, se considerarmos também as instituições privadas. No IF- Catanduva isso não foi diferente.

Cruz Sobrinho ainda atenta ao fato de muitos professores, valerem-se inclusive de recursos institucionais e desenvolverem suas pesquisas sobre assuntos que não interessariam à rede:

[120] É muito difícil, embora não impossível (determinado, mas não determinante) um servidor público desmontar a meritocracia, admitindo privilégios que proporcionaram a investidura no cargo. Chamo aqui a atenção para uma única categoria, embora tenhamos outras: no IF-Catanduva somos majoritariamente auto-declarados brancos, e isso num país cuja maioria da população é negra e que tem sua história marcada pela escravidão é privilégio. É verdade também que a grande maioria dos concursados provém da classe trabalhadora, mas como discute BRUM (2019), o fato de termos conhecido nossos avós que se relacionam com uma narrativa de imigrantes livres já nos coloca numa situação vantajosa.

> Já passam de 5, 6 mil as teses e dissertações sobre a rede federal, realizada pelos servidores com dinheiro da rede federal e afastamento com tempo integral e muitas das vezes discutindo "metafísica pneumática" e qualquer outra coisa, menos aquilo que venha ao encontro da rede. (CRUZ SOBRINHO, 2018, palestra).

Certamente não são assuntos motivados por interesses inteiramente pessoais, mas articulados a outras redes, outros campos. Bem sabemos o quanto também os Programas de Pós-Graduação se fecham em suas linhas de pesquisa e eixos temáticos. Talvez considerando diferentes aspectos envolvidos nessa trama, desde o ano de 2018, os editais de afastamento para qualificação do IFSP têm estimulado as pesquisas sobre os IF e aquelas desenvolvidas no âmbito de Programas de Pós-Graduação em Educação. Esse direcionamento, não contenta a todos obviamente, e também no IF-Catanduva é assunto controverso.

Em 2019, a área de Indústria contava com 19 professores todos do sexo masculino, dos quais 17 eram engenheiros[121], mais da metade deles formados em universidades públicas. Os seus mestrados e doutorados foram desenvolvidos exclusivamente em programas de Pós-Graduação de universidades públicas, dentre as quais se destaca a USP. Assim sendo, 1 tecnólogo, 2 especialistas, 6 mestres, 10 doutores (sendo 1 com estudos pós-doutorado) desenvolviam 4 cursos no IF-Catanduva: o técnico integrado em Mecatrônica, o técnico concomitante/subsequente em Fabricação Mecânica, o curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial prestes a se extinguir e o curso de Engenharia de Controle e Automação. Os professores área desenvolvem anualmente o campeonato de robótica e em conjunto com a Informática e o professor de Gestão alocado no Núcleo Comum, o "Encontro de Inovação e Empreendedorismo".

A área de Informática contava com 13 docentes, 12 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. Em termos de titulação, eram 2 especialistas, 6 mestres, 5 doutores (destes, 2 com estudos pós-doutorado). Assim como a área de Indústria, a pós-graduação *scricto sensu* dos docentes dessa área foi realizada exclusivamente em universidades públicas, sendo as principais referências a USP e a UNESP. Chama atenção a graduação destes professores tendo sido realizada predominantemente em instituições privadas de ensino superior e nem todos os cursos serem

[121] Dados obtidos na Plataforma Lattes. http://lattes.cnpq.br/ em janeiro de 2019.

diretamente relacionados à área de informática. Assim, temos egressos de cursos de bacharelado em Ciências da Computação, Tecnologias em Informática ou Processamento de Dados, mas também um professor egresso da Administração e uma professora licenciada em Matemática. Essa situação é um pouco avessa aos trâmites atuais, em que um professor dessas áreas dificilmente seria efetivado para áreas específicas da Computação como Arquitetura e Organização de Computadores, Linguagem de Programação, Banco de Dados, etc. Essa situação se explica pela baixa concorrência dos primeiros concursos e exigências menos específicas para a investidura dos cargos.[122]

Dos docentes efetivos, 6 já residiam ou trabalhavam na cidade de Catanduva antes do ingresso no IFSP. Cenário que não se repete na mesma proporção em outras áreas. Talvez por isso a área de Informática tenha ocupado o cargo de diretor desde 2011.

Esta área acompanha o FLISOL – Festival Latino Americano de Instalação de Software Livre[123], e em conjunto com a área de Indústria o evento Arduino Day.

A área da Química, por sua vez, era formada somente por profissionais com formação em Química, sejam eles provenientes da Licenciatura ou do Bacharelado. Todos os professores, sem exceção, fizeram a graduação, e também mestrado, doutorado, estudos pós-doutorado quando realizados, em universidades públicas. Nesta área que congregava 11 docentes, dentre os quais, 4 mestres e 7 doutores (sendo 1 com estudos pós-doutorado), a UFSCar constitui-se na principal referência de formação deste quadro. Estima-se que em 2020, a área de Química terá 90% de doutores, fruto da política de incentivo à qualificação dos seus quadros promovidas pelo IFSP.

Ao observar o currículo dos docentes, percebe-se que os únicos cursos realizados em instituições privadas são de formação para a docência, no caso de um bacharel. A procura por estes cursos especiais – rápidos e pagos – também foi

[122] O concurso público do IFSP Edital 728/2018 teve 259 inscrições homologadas para o Câmpus de Boituva e 194 para Câmpus de Campo do Jordão para área de Informática, para a qual exigiu-se formação em Bacharelado em Ciência da Computação ou Bacharelado em Engenharia da Computação ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Bacharelado em Sistemas de Informação ou Tecnologia em Redes de Computadores.

[123] Evento anual que ocorre simultaneamente em várias cidades da América Latina.

evidenciada, e inclusive com maior frequência, nas áreas da Indústria e da Informática. Sem dúvida, esse dado tem importância, pois mostra a falta de cursos em instituições públicas para formação pedagógica de bacharéis e tecnólogos – aliás, um dos compromissos dos IF – e/ou a falta de disponibilidade e valorização dos bacharéis para esta dimensão formadora ao longo de sua trajetória profissional.

No área de Química, o sexo feminino se faz assinalar por 2 professoras efetivas, que tem presença marcante no IF-Catanduva, sendo uma delas Diretora Adjunta Educacional (2015-2020) e outra a primeira Coordenadora de um curso de Pós-Graduação iniciado em 2018. Num ambiente predominantemente masculino, isso não passa despercebido. Esses 9 professores e 2 professoras são responsáveis por conduzir o curso técnico de Química, o curso de Licenciatura em Química e o curso de Pós-Graduação *Lato sensu* em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática.

No evento Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, essa área introduziu a Semana da Química, interligando o curso técnico, superior e o de especialização.

Por último, promotores de balbúrdia[124] ou algo que se aproxime dela: o Núcleo Comum. Ao todo eram 25 docentes, todos alocados numa mesma sala do IF-Catanduva. Em sua maioria, professores da formação geral que ministram aulas nos diferentes itinerários formativos da Indústria, da Informática e da Química. Assim sendo, eram 4 professores de Matemática, 4 professoras de Línguas, 3 professores de Ciências Biológicas, 3 professores de Física, 2 professores de História, 2 professoras de Geografia, 1 professor de Educação Física, 1 professor de Artes, 1 professor de Sociologia, 1 professor de Filosofia, 1 professora de Educação/Pedagogia e 1 professor de Gestão. No que diz respeito à trajetória acadêmica, todos os docentes são licenciados, inclusive o Bacharel em Ciências Econômicas, com licenciatura realizada pelo IFSP e especialização em Docência no Ensino Superior pela UNEMAT.

[124] Faço referência ao termo utilizado pelo ministro da Educação Abraham Weintraub do Governo Bolsonaro ao se referir às Universidades Federais e à promoção dos ideias esquerdistas tomados como balbúrdia. O que Weintraub chama de balbúrdia, o SINASEFE-SP traduziu como “espaços vivos, livres e democráticos” (Boletim Informativo de maio de 2019). É nesse sentido que a expressão é utilizada referindo-se ao Núcleo Comum.

Essa preferência pela formação em instituições públicas é visível desde a graduação aos cursos de pós-graduação. Apenas 4 docentes têm a graduação realizada em instituições particulares de ensino superior e 1 docente tem seu mestrado nessa condição. No Núcleo Comum éramos em 2 professores graduados, 13 mestres (dos quais 5 estavam cursando o doutorado), 10 doutores (sendo 1 com estudos pós-doutorado) no ano de 2019. A presença de mulheres é mais constante nesse campo, mas ainda somos minoria. São 14 professores do sexo masculino e 11 do sexo feminino que se chamavam recorrentemente de “galera” – uma gíria popular que faz menção a um conjunto de colegas ou amigos, mas que traduz um pouco do que ocorre no interior desse grupo.

A tabela abaixo mostra a titulação dos docentes efetivos em 2019 por “área”:

Tabela 10: Titulação dos professores do IFSP-Catanduva em 2019

	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores	Total
Indústria	1	2	6	10	19
Informática		2	6	5	13
Química			4	7	11
Núcleo Comum	2		13	10	25
Total	4	4	29	32	68

Fonte: Elaborado pela autora com base na Plataforma Lattes – janeiro 2019

Em janeiro de 2019 havia mais doutores do que mestres no IF-Catanduva, e isso em parte explica a preferência por criar e ministrar aulas em cursos de graduação e pós-graduação. Proporcionalmente, as áreas que têm mais doutores concentram maior capital simbólico no campo acadêmico. A Química tinha mais da metade de seus professores com cursos de doutorado concluídos, e a Indústria chegava quase a metade do seu quadro. Dessa alta qualificação resulta o destaque na Pesquisa: Química e Indústria são as duas áreas que mais têm projetos de iniciação científica aprovados com bolsas para os estudantes nos últimos anos (2017-2020) conforme dados obtidos por meio da Coordenação de Pesquisa e Inovação.

No Núcleo Comum os docentes escolhem e são escolhidos para as atividades de extensão, para representação em órgãos colegiados e para a luta sindical.

Nesse coletivo, foram eleitos três representantes do CONCAM[125] – Conselho de Câmpus – em 2019. Além disso, esse grupo criou e desenvolve um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* “Saberes e Práticas para a docência no Ensino Fundamental I”, tendo seu coordenador deste meio. Desde a criação desse curso, o Núcleo Comum tem desenvolvido a Semana da Educação.

Nun curto intervalo de tempo, (maio/2026 a agosto/2017), este grupo contou com uma coordenadora com função gratificada, que muito favoreceu para sua integração com a realização de reuniões e discussões de área (que se davam independente das reuniões de cursos e suas demandas específicas). A destituição desta liderança impactou a área propedêutica enquanto nicho de resistência no IF-Catanduva, quando as FG ficaram exclusivas aos coordenadores de cursos.

Normalmente submetidos a coordenadores das áreas técnicas profissionais (com exceção deste último curso ao qual fiz menção), esse grupo se fortalece e se une enquanto área propedêutica – demonstrando aparentemente consensos em diversos pontos no que diz respeito à educação desenvolvida no IF. É desse grupo que são idealizados os principais eventos culturais como o Sarau Literário, a Semana da Diversidade, o Cine Clube, o Coral e a Orquestra Comunitária, o Concurso de Fotografias “Trajetórias”, o Cursinho Popular, as palestras livres sobre feminismo, gênero, consciência negra, racismo, direitos humanos, movimento estudantil, luta de classes e o mundo do trabalho, reforma previdenciária, reforma agrária, etc. Na contramão disso tudo, de dentro desse grupo também partiu a idealização de Horas Cívicas, com entoação do hino nacional, hasteamento e arreamento da bandeira com frequência mensal durante o ano de 2018. Embora haja uma tendência homogeneizante, também este campo não é homogêneo.

No Núcleo Comum concentra-se o maior número de sindicalizados, o que não é grande coisa. Em todo o câmpus, em dezembro de 2018, apenas 9 eram filiados

[125] O CONCAM é órgão normativo, consultivo e deliberativo de cada Câmpus do IFSP, sendo regido pelo regimento aprovado pelo CONSUP (Resolução 45, de 15 de junho de 2015). É constituído por 3 representantes docentes titulares e 3 suplentes, 3 representantes técnico-administrativos titulares e 3 suplentes, 3 discentes titulares e 3 suplentes, eleitos pelos pares. Compõem ainda o CONCAM 1 representante da sociedade civil organizada, 1 representante do poder público municipal e 1 estudante egresso. Os dois últimos cargos estavam em vacância no IF-Catanduva em 2019. **O representante da sociedade civil organizada tem sido um empresário.**

ao SINASEFE[126]. Também oportuno mencionar que o IF-Catanduva dentre os 36 Câmpus é o que possui menor número de servidores filiados ao sindicato. Do segmento Núcleo Comum "saíram" em 2018 dois coordenadores de base do SINASEFE, sendo que em 2019, um deles foi eleito membro da Gestão Estadual na chapa "Unidade, resistência e luta". Assim sendo, a sua vaga foi ocupada por um técnico-administrativo lotado da Coordenadoria Sociopedagógica. Desta forma, o sindicato se tornou mais um elo que ligou os dois grupos de servidores.

Entre sindicalizados, os professores são em maior número na relação com os técnico-administrativos, embora estes últimos percebam salários inferiores àqueles e tenham menos capital simbólico para suas reivindicações.

Boltanski e Chiapello (2009) assinalam que os sindicatos trazem importantes vantagens propiciando

> locais de encontro, comunicação, reflexão, elaboração de convicções diferentes das destiladas pelo patronato, métodos de trabalho, socialização dos meios de resistência, organização para a negociação, coisas às quais um representante isolado não tem acesso (2009, p. 287).

Apesar dessas vantagens, vimos uma baixa filiação dos servidores ao sindicato, acompanhando o movimento global. Os autores ainda destacam que essa redução em relação ao número de seguidores e do número de entidades sindicais nas empresas foram "determinantes na diminuição do nível da crítica ao qual foi submetido o processo capitalista a partir da década de [19]80." (p. 286).

A baixa adesão ao SINASEFE pode revelar que o neoliberalismo não tem somente frestas, mas portas e janelas bem abertas para sua instalação na unidade de Catanduva.

[126] De acordo informações obtidas junto a um dos Coordenadores de Base do SINASEFE no Câmpus Catanduva, em 1/12/2018. O IFSP em seu conjunto tem em torno de 700 filiados, incluindo docentes e técnico-administrativos.

5.5 Os Especialistas: Técnico-Administrativos da Educação e da Administração

Ao entrar no prédio, a primeira repartição que se encontra é a Coordenadoria de Registros Escolares. É o cartão de visitas da escola. Esse setor articula o segmento discente ao segmento docente, fazendo a mediação burocraticamente. Se um estudante adoece, é a secretaria que dispara a necessidade de um plano de estudos para reposição da frequência. A justificativa de faltas, a revisão de provas ou notas, a solicitação de aproveitamento de estudos, a confecção de boletins ou históricos escolares/acadêmicos – parece que tudo passa por ali.

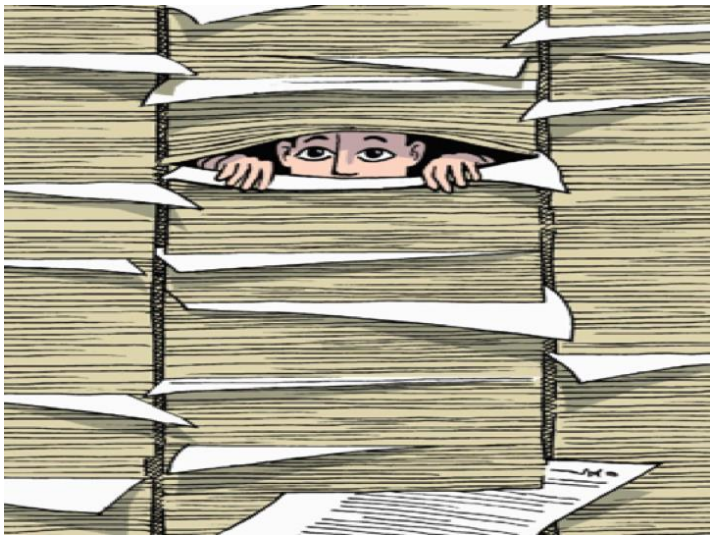
Quando assumi meu cargo como Técnica em Assuntos Educacionais iniciei meu trabalho na secretaria, e meu primeiro trabalho no IF foi a digitação de números de CPF e RG em planilhas de Excel. Fiz carômetros para que os professores pudessem identificar os alunos pelas fotos, e nem eram tantos como agora. Também atendia às solicitações dos alunos por declarações de matrícula para que tivessem direito ao passe estudantil no transporte coletivo, quando ainda as carteirinhas de estudantes não estavam prontas – também feitas pelo setor. Arquivava os documentos dos alunos em pastas, em arquivos de metal, organizado por áreas, por cursos, por turmas. Trabalhar na CRE (Coordenadoria de Registros Escolares) que agora chama CRA (Coordenadoria de Registros Acadêmicos) implica um implicar-se em planilhas, em tabelas, em formulários, em documentos, em declarações. Para trabalhar bem neste setor, estar ajustado a ele, é preciso tê-lo incorporado. É não incomodar-se com pilhas de papéis por toda a parte, organizar-se para misturado a eles, não misturar os conteúdos.

A figura abaixo representa o servidor da CRA entre pilhas de documentos, marcado pelos procedimentos burocráticos e pelos inúmeros protocolos que definem o seu trabalho. Eu me sentia desvalorizada ao trabalhar nesse setor, e hoje ressignifico o meu sentimento: eu me sentia totalmente despreparada para ele. Eu não podia transitar por ele, pois ele não transitava em mim. Diferente do seu coordenador[127], cuja experiência de trabalho anterior tinha se dado num setor administrativo da Prefeitura, cuja mãe era escrevente no Tribunal de Justiça.

[127] Foi o primeiro técnico-administrativo efetivado no Câmpus Catanduva, em 8/9/2010. Desde então trabalha na Coordenadoria de Registros Escolares, hoje Coordenadoria de Registros Acadêmicos.

Acostumado inclusive com a parede de vidro que aproxima/separa o funcionário público do usuário, e lhe confere uma *hexis* corporal para se fazer comunicar com naturalidade por aquela abertura por onde transitam as burocracias, os vai e vens de documentos, onde acontecem as conferências e as assinaturas com uma caneta presa à parede por um fio ou cordinha de metal.

Figura 8: Entre pilhas



Fonte: Google imagens

Feito peixe fora dágua, rápido migrei para outro setor, o que já era sabido pelo coordenador da CRE, que não via em mim potencial para sobreviver no subcampo. O que me faltava era um *habitus* para atribuir sentido àquela papelada toda.

Para trabalhar naquele setor também é preciso estar acostumado a toda sorte de gente, explicar-lhe diversas vezes as mesmas coisas, dar informações sobre todos os cursos, ter uma disponibilidade singular para tratar bem os supostamente interessados pela escola e as suas famílias, sem mesmo saber se virarão cursistas e por quanto tempo. Atender telefonemas e dar orientações onde se localiza a escola, remeter os telefonemas aos diversos ramais, fazendo circular a informação. Trabalhar nesse setor também implica em trabalhar em dobro quando a maioria descansa, e ter censurada a iniciativa de tirar férias durante o período de matriculas:

> Ao entrar, reparei que haviam poucos carros estacionados. Sinal de férias. Entrei e notei que havia movimento apenas na secretaria. Um único servidor atendendo 3 pessoas. De resto, o Câmpus estava quieto. A secretaria é o coração do Câmpus, é ali que tudo pulsa. Tudo começa e tudo termina na secretaria – da inscrição para o vestibular à emissão do diploma.
>
> Diário de campo de 24 de julho de 2018 .

Em cada final de semestre para que os professores possam entrar em férias com consciência em paz, com o sentimento de dever cumprido, passam pela secretaria para entregar diários de cada disciplina que ministraram. É um ritual em que nos aliviamos na secretaria, que recebe vestígios do nosso trabalho. Do trabalho imaterial que os professores realizam, deixamos uma espécie de dejeto no sentido daquilo que sobra ou resta de um semestre ou ano trabalhado, que ajuda comprovar o nosso rendimento e produtividade. A secretaria o transforma em adubo que produz novos recursos para o Câmpus. São os microdados de matriculados, aprovados e retidos, que seguem para a Reitoria num canal direto feito artéria aorta.

Assim, o semestre começa e termina pela secretaria, o ciclo se renova pelo trabalho ali realizado, que se distancia – e muito – da caricatura que se faz do servidor público, construída nas últimas décadas, que vagarosa e repetidamente carimba papéis.

Neste setor faltam servidores, e a realização de uma promessa de dividi-lo em dois segmentos: de educação básica e de educação superior. Um sinal evidente de precarização do serviço público e de intensificação do trabalho. Ao mesmo tempo percebe-se uma adaptação (total ou parcial) aos cargos de assistentes (de administração), que faz com que os servidores que ali trabalham *não queiram* ou não possam sair daquele ambiente, migrar para outros setores porque o setor está dentro deles. Assistem, mas não são assistidos em suas necessidades de plena realização do trabalho e de sua realização profissional.

Da Secretaria migrei para o Setor de Pedagogia, na época ocupado por uma única pedagoga de cargo (administrativo). Fala-se assim por oposição à pedagoga docente – então inexistente no IF-Catanduva. Ali senti na pele uma distinção entre ser pedagogo de formação e ser pedagogo de formação e de cargo, uma espécie de pedagoga ao quadrado (pedagoga^2), como certamente disse-me um professor

engenheiro. Em reuniões com professores ou de pais, ou mesmo em situações com os alunos dizia-se “ela é pedagoga, **mas** é técnica em assuntos educacionais”. Quase um xingamento. Esse técnico em assuntos educacionais é uma espécie de Bombril com 1001 utilidades dentro do IFSP.

Dali para frente fui entender a minha passagem pela secretaria. E em contato com servidores do mesmo cargo de outros câmpus, conheci outros desvios de função pela incompreensão de suas atribuições e do seu papel numa instituição de ensino. Em meus registros pessoais tenho a observação de uma colega ao dizer ser “a mocinha do *xerox* mais bem paga”, referindo-se ao fato de possuir licenciatura e mestrado, ocupar um cargo de nível superior e realizar atividades aquém das suas possibilidades.

Para complicar, o IFSP também possui o “Auxiliar em assuntos educacionais” cuja exigência para provimento no cargo é apenas o Ensino Médio. Sendo formado em Ensino Superior, não devia aquele ser chamado de Tecnólogo? Isso parece ser uma amostra das confusões do IF e, principalmente, de suas hierarquias (aliás, uma escola técnica que menospreza o técnico em assuntos educacionais). Em torno da sua sigla ainda outra confusão: TAE significa tanto Técnico em Assuntos Educacionais, quanto Técnico-administrativo em Educação, portanto uma subcategoria e uma categoria mais ampla. Se a grande categoria é considerada de apoio, o cargo TAE é o apoio do apoio. O que deduzo dessa experiência de praticamente cinco anos de exercício é uma exploração mesclada com subaproveitamento desse cargo em muitos câmpus do IFSP, assim como tem sido na unidade Catanduva. Uma condição inferiorizada na qual muitos se colocam confortavelmente, e outros vão lutando contra ela – dispendendo tempo e energia numa competição.

Para provimento do cargo de TAE exige-se licenciatura plena. Disso resulta um campo pouco unânime. Seus elos de ligação são frágeis porque a formação inicial em nível de graduação tem forte impacto sobre a forma de conceber a educação e o seu trabalho na instituição. Da falta de unidade da categoria, esse profissional é submetido a um jogo de interesses por parte dos campos mais bem definidos e articulados que pode ser ora mais, ora menos velado.

Na constituição da Coordenadoria Sociopedagógica foram fundidos dois setores: Setor de Pedagogia e Serviço Social e Psicológico, vindo a formar o um segmento administrativo genuinamente da educação. Esse destaque não é dado pela instituição, aliás, nem mesmo em cinco anos dessa fusão, ele é apresentado como unidade. No questionário da CPA (Comissão Própria da Avaliação) de 2019 aplicado a todos os servidores e todos os estudantes, ele é minimamente e mal apresentado, principalmente em comparação a outros como apresento a seguir:

Nas questões a seguir avalie o atendimento dispensado pelos servidores que trabalham nos setores/serviços indicados:

Assistência aos alunos/professores (controle de horários/controle da disciplina/distribuição das salas/informações sobre ausência dos professores). Escolha uma das seguintes respostas:

( ) Não sei / desconheço / não se aplica

( ) Ruim

( ) Razoável

( ) Bom

( ) Ótimo

Sociopedagógico (Pedagogos, Psicólogos). Escolha uma das seguintes respostas:

( ) Não sei / desconheço / não se aplica

( ) Ruim

( ) Razoável

( ) Bom

( ) Ótimo

Assistência Estudantil (Assistentes Sociais, Técnicos em Assuntos Educacionais). Escolha uma das seguintes respostas:

( ) Não sei / desconheço / não se aplica

( ) Ruim

( ) Razoável

( ) Bom

( ) Ótimo

Fonte: Questionário da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicado ao segmento docente. IFSP, 2019d.

No Questionário da CPA, a coordenadoria Sociopedagógica apresenta-se segmentada em Sociopedagógico e Assistência Estudantil, sendo os seus serviços sequer apresentados. A caracterização do trabalho realizado tal como foi feito com “Assistência aos alunos/professores” é reduzida à figura de cargos cujo plural nos substantivos dão uma ideia equivocada do que ali se realiza. Em todos os câmpus há previsão de apenas um(a) Assistente Social e um único(a) Psicólogo(a), desdobrando-se para atender alunos dos mais diversos níveis de ensino, em diferentes faixas etárias, nas mais diferentes situações de vida ou subvida.

Com isso não estou dizendo que outros setores estão mais bem caracterizados no que diz respeito a uma correta articulação com a realidade. O que digo que é o questionário – tendo um caráter oficial – contribui para constituir os setores de uma determinada forma, atribuindo-lhes significados, importâncias, funções. Como no caso acima em que se cola aos assistentes de alunos/professores a marca do controle[128]. No caso da Coordenadoria Sociopedagógica parece não haver nada ou muito pouco a dizer sobre o serviço oferecido.

De acordo com a Resolução 138 de 2014 que regulamenta esta Coordenadoria, esta instância é “articulada por equipe multiprofissional de ação interdisciplinar” (IFSP, 2014, p. 1). Assim, no IF-Catanduva participam 2 pedagogas, 1 técnica em assuntos educacionais, 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 tradutora intérprete de Libras. Com exceção da tradutora intérprete, todos os outros servidores são recrutados na categoria E, para os quais os cursos superiores são exigência mínima para a provisão dos cargos. Talvez por isso a Coordenadoria Sociopedagógica compreenda-se como o eixo do IF e realiza um papel de impacto no processo educacional. Nesse sentido, rivalizam com docentes, especialmente aqueles com menor formação pedagógica. Há melhor comunicação com o eixo tecnológico da Química – com grande número de licenciados, e o Núcleo Comum, na mesma condição.

Assim, no tocante às questões educacionais a Coordenadoria Sociopedagógica é concebida pelos docentes, não de forma unânime, como o setor

[128] Tendo o controle como principal referência deveria chamar-se Assistência aos Coordenadores ou Assistência à Direção.

que “*passa a mão na cabeça dos alunos*”. Se os docentes “apertam”, o Sociopedagógico “afrouxaria”. Se o processo de ensino e aprendizagem parece não se consolidar dentro da conformidade, os professores são chamados para uma conversa no Setor. “*Defensores dos fracos e oprimidos*”, é para lá que os alunos (re)correm quando se esgotam as possibilidades de diálogo com os docentes e coordenadores. Mas o setor também vai até os alunos, entrando nas salas de aulas para conhecer as turmas, eleger representantes discentes, conhecer o trabalho realizado pelos professores, perscrutando alguma irregularidade no processo de ensino e aprendizagem. Alguns docentes diriam que procuram pelo em ovo.

A Coordenadoria Sociopedagógica é uma espécie de “curva do rio”[129] onde param situações mal resolvidas, tranqueiras que precisam ser desenroscadas. Feito chiclete em cabelo que não se sabe por onde começar o desenrosco com o mínimo de danos.

Por vezes e muitas vezes, a Coordenadoria funciona como uma espécie de escudo, recebendo ataques que deveriam ser direcionados diretamente para coordenadores, Diretoria Adjunta Educacional ou mesmo por parte da Direção. Há questões que os gestores não enfrentam diretamente com os professores, sobrando à Coordenadoria Sociopedagógica resolver a seu modo, com seus recursos. A ela não cabe a avaliação de professores em estágio probatório, o controle da jornada de trabalho docente, muito menos a avaliação do desempenho individual[130] que incide em sua progressão na carreira. Assim, muitas vezes, resta para este o setor uma intervenção nem sempre eficaz, porque destituída de autoridade para efetivamente realizá-la. Todovia, desse processo, o Sociopedagógico é construído como espécie de bode expiatório da instituição.

Convém lembrar que a Coordenadoria Sociopedagógica é o setor que reúne o maior número de mulheres numa instituição predominantemente masculina. Para além dessa característica, os profissionais têm formação em humanidades – Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Libras – destoando das áreas duras, exatas, tidas como científicas ou positivas. A estes profissionais foram (auto)atribuídas

[129] Expressão utilizada em assembleia do SINASEFE por um dos presentes. Diário de campo de 25/09/2019.

[130] Conforme LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm

ações de alto escalão como supervisionar, coordenar, planejar, criar, implantar, propor, orientar, acompanhar, estimular, laudar, etc. Ou seja, são responsáveis por muito mais que mediar as relações entre docentes e estudantes em suas práticas, como mesmo expressaram na Resolução 138[131], elaborada pelo conjunto de profissionais que atuam nessa coordenadoria nas mais diversas unidades.

Essa Resolução evidencia a dicotomia entre o pensar e o fazer pedagógico, ratificando um processo taylorista de educação no IF. Todavia, nessa disputa entre técnico-administrativos e professores, os primeiros saíram em desvantagem, uma vez que por decreto não conseguiram autopromover-se, e tomaram para si grandes responsabilidades que deveriam ser de todos os servidores como o de "promover o processo de ensino-aprendizagem e a permanência dos estudantes no IFSP" (IFSP, 2014a). Registro ainda que esta Resolução foi também e principalmente motivada por disputas internas, entre os diferentes cargos que compõe a Coordenadoria. Desta forma, buscando uma equiparação entre si, acabaram por extrapolar atribuições individual e coletivamente. Participei ativamente desse processo e só agora – com relativa distância e novas leituras – consigo enxergar o resultado dessa disputa.

Entre muitas colocações de Técnicos em Assuntos Educacionais a favor da categoria, a favor de uma nova posição para além da assistência a pedagogos, uma pessoa assim se manifesta num grande grupo, no calor da situação:

> Colegas,
>
> A colocação da *Fulana* é muito pertinente, na minha opinião. Não podemos esquecer que o principal objetivo desta definição de funções aqui no regimento é fazer surgir um trabalho que NÃO EXISTE no IFSP, que é uma lacuna que fica entre o corpo docente e o setor pedagógico.
>
> Não nos esqueçamos que o nosso objetivo é melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem para o nosso ESTUDANTE, e não cabe uma briga de egos neste caso, mesmo porque não são todos os TAE´s que são pedagogos.
>
> Jamais um TAE poderá responsabilizar-se pelas mesmas atividades que os pedagogos, pois o perfil do TAE é de um licenciado, e não um pedagogo. Isso não diminui a sua

[131] A Resolução 138/2014 (IFSP, 2014a) foi produto do II Encontro do Sociopedagógico realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2014, momento em que foi discutido o documento "Proposta de minuta do regimento dos Campi – Proposta para Coordenadoria Sociopedagógica dos *Campi* do IFSP" em grupos de trabalhos organizados por categorias profissionais

importância dentro das atividades pedagógicas, mas sim as suas responsabilidades perante pareceres e atividades que são pertinentes especificamente aos pedagogos por formação.

O docente chega ao IFSP totalmente desprovido de apoio pedagógico, e na minha opinião cabe ao TAE, sim, assessorá-lo nas atividades diárias, com apoio do pedagogo. Por favor fiquem à vontade para realizar suas colocações. Obrigada.

E-mail compartilhado, enviado em 18/06/2014 Fonte: Arquivo pessoal

Nos estudos bourdeusianos fica muito clara essa ideia de viver e morrer em defesa de uma problemática de um campo. Alguém menos absorvido pela causa conseguiu chamar atenção para aqueles que são/seriam/deveriam ser a nossa causa maior: os ESTUDANTES, escrito em letras garrafais para dar o merecido destaque. A Técnica em Assuntos Educacionais faz um apelo por mais tolerância, dizendo que haveria diferenças entre os subcampos e que, enfim, haveria muito trabalho para todos, diante de um corpo docente que chega despreparado para sua prática.

Aponta que “o perfil do TAE é de um licenciado, e não de um pedagogo” e com isso sinaliza para as diferenças de *habitus*. Embora o pedagogo também seja um licenciado, há formas distintas de compreender o processo educativo, de trabalhar, de responsabilizar-se pelas atividades. O e-mail mostra que entre pedagogos e TAE, há um outro subcampo: os de TAE licenciados em Pedagogia que não encontram adequadamente o seu espaço social nessa disputa: cindido, este profissional quando briga, briga com uma parte de si mesmo.

Por último o que está por primeiro neste e-mail: “o principal objetivo desta definição de funções aqui no regimento é fazer surgir um trabalho que NÃO EXISTE no IFSP, que é uma lacuna que fica entre o corpo docente e o setor pedagógico.” Um destaque para o buraco que se abre quando os campos se fecham. Há uma dificuldade de operar no entremeio, entre corpo docente e setor pedagógico que se apresenta latente.

Dessa proposta de minuta em que se lia textualmente que o TAE deveria “Assessorar na colaboração das atividades” de outrem, a categoria exigiu o seu protagonismo buscando equiparar-se aos pedagogos que gozavam de maior

prestígio na instituição[132]. Nessa disputa, fez-se um setor inflado de atribuições e responsabilidades, num momento em que as unidades do IFSP não tinham atingido a totalidade de seus docentes; na época, o IF-Catanduva tinha menos da metade[133].

Todavia, há uma sutil contradição que só combina com o IF ornitorrinco já apontado no primeiro capítulo desta tese. Ou seja, nessa estrutura taylorista, os salários mais altos são percebidos pelos executores e não pelos seus supervisores. Quem sabe, temos aí uma experiência nova, pois numa sociedade capitalista um trabalho é socialmente valorizado se bem remunerado.

Ironicamente, tudo indica que o tiro saiu pela culatra. Aqueles que hoje devem "assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover o processo de ensino-aprendizagem e a permanência dos estudantes no IFSP" (IFSP, 2014a, p. 1) não conseguiram colocar-se acima da categoria docente, e acabaram por responsabilizar-se pela evasão dos estudantes, um dos grandes gargalos do IF.

Com Bourdieu compreendo que na relação entre dominantes e dominados, são os primeiros que dizem quais são os critérios de parâmetro. Portanto, um saber pedagógico tem valor para um grupo e não para o outro. Nesse caso, muitos docentes, principalmente aqueles que não têm a licenciatura como sua primeira formação, sequer entendem o que aquela categoria estaria pleiteando.

Essas disputas entre cargos, entre setores ou segmentos não são apenas o resultado ou consequências de um processo de desigualdades, são também estratégias para que nos coloquemos uns contra os outros, e as grandes desigualdades num mundo capitalista sejam intocadas.

---

[132] Na "Proposta de minuta do regimento dos Campi – Proposta para Coordenadoria Sociopedagógica dos Campi do IFSP" (IFSP, 2014 a) ao pedagogo era atribuída a função de "Acompanhar, **supervisionar**, revisar e documentar o cumprimento dos diários de classe em consonância com os projetos pedagógicos de cursos" enquanto para o TAE previa-se "**Assessorar a Supervisão Pedagógica** na conferência de Diários de Classe e Planos de Trabalho docentes". Para o pedagogo "**Interpretar a legislação educacional e orientar sobre sua aplicação**" enquanto para o TAE "**Colaborar nas pesquisas de legislação** e bibliografia atualizadas sobre educação. Enquanto que ao pedagogo cabia "Planejar e coordenar os Conselhos de Classe Pedagógico e Deliberativo com os respectivos coordenadores de curso / área"; e "Presidir e supervisionar os Conselhos de Classe Pedagógicos e Deliberativos" o TAE era sequer convidado a participar, como eram o Psicólogo e a Assistente Social.

[133] Em 2014, o IF-Catanduva tinha 31 professores, 30 técnico-administrativos e 450 alunos, de acordo com PDI 2014-2018 (IFSP, 2014b).

Olhando ainda de dentro desse Setor, para além dos conflitos internos, diria que há um olhar mais sensível para questões que, inclusive, extrapolam o pedagógico. Os servidores conseguem olhar os estudantes de forma mais global, para além das lentes que os componentes curriculares oferecem. Mais do que bom ou mau aluno em Matemática, percebem o estudante em sua faixa etária, inserido num contexto social mais amplo, em suas perspectivas para além do curso que realiza. Esse setor é o único que faz visitas domiciliares e quando professores têm oportunidade de acompanhá-lo nessas diligências mudam bastante o seu ponto de vista. Passam a ver que uma fala “o que você faz da meia noite às seis?” ou “feche-se no seu quarto e estude” pode ser descabida e até ofensiva. Muitas vezes não se trata de não querer estudar, de não ter boa vontade, mas de não haver condições materiais e recursos subjetivos para tal empreendimento.

Esse olhar solidário direcionado aos estudantes, no entanto, nem sempre se volta aos docentes com dificuldades no exercício da sua profissão, considerados como despreparados para a função. Há um estigma que se reforça vez em quando ao se falar dos doutores, superespecializados em suas áreas do conhecimento e inaptos para o trabalho docente, gerando uma espécie de culpabilização pelas suas escolhas. Um estigma como muitos outros que se apresentam como fenômeno individual e não social. Talvez por isso sejam poucos os docentes que procurem o setor por conta própria quando se sentem incapazes de resolver os problemas do ofício.

Há outros setores que são diretamente vinculados ao processo educacional, mas o trabalho não incide diretamente sobre os professores. É o caso dos trabalhadores da biblioteca, da Coordenadoria de Registros Acadêmicos, os assistentes de alunos, os técnicos de laboratório, os técnicos de T.I.. Nem sempre esses servidores são chamados para as reuniões nas quais os assuntos educacionais estão em pauta. Frequentemente quando todos os servidores estão presentes para uma “reunião geral geral” esses segmentos são dispensados quando o assunto passa a ser considerado de interesse dos docentes e da Coordenadoria Sociopedagógica, e quando muito da Coordenadoria de Apoio ao Ensino, setor onde estão alocados os assistentes de alunos.

Um terceiro grupo de técnico-administrativos trabalham com assuntos da administração como pregões, licitações, contratos, precatórios, pagamentos, aquisição, manutenção e desfazimento do patrimônio, diárias, etc. Trabalham em função de valores monetários e em relação aos docentes são pior remunerados, como veremos adiante. Vivem num mundo a parte, alimentam a burocracia e se alimentam dela. No IF-Catanduva ficam numa enorme sala, ao lado do Diretor Geral. Compõe o grupo, a administradora, o contador, a técnica em contabilidade e mais 4 assistentes em administração. Neste grupo de 7 pessoas, 5 possuem funções gratificadas. Em sala a parte, mais 2 assistentes em administração peritas em Gestão de Pessoas, sendo uma coordenadora. De fino trato, elas gozam do respeito dos demais servidores, afinal, nossa vida institucional está nas suas mãos.

A burocracia – esse ícone estatal – mereceria um capítulo a parte. É bem verdade que ela tem seu lugar de destaque nesse bloco administrativo, mas em todos os setores ela se impõe como prática dominante. E para além da constatação de que se perde um tempo significativo com ela, é preciso ainda dizer que se contrapõe à natureza do trabalho educativo.

Como afirma Sánchez Vázquez (2011) a práxis burocratizada “é uma forma da práxis mecânica em que a repetição infinita se alcança mediante sua extrema formalização, ou seja, mediante a negação do papel do conteúdo para sujeitá-lo inteiramente a forma exterior a ele” (2011, p. 281). Trocando em miúdos: há um formato prévio e toda criação deve caber neste formato, e assim sendo é mais provável que a repetição caiba nele e prevaleça enquanto prática a fazer surgir algo novo. “O conteúdo é sacrificado à forma, o real ao ideal, e o particular concreto ao universal abstrato” (p. 279). É nesse sentido que com a práxis burocratizada desaparece a “imprevisibilidade e a aventura que acompanham toda práxis autenticamente criadora” (p. 281).

Assim, grosso modo, ela engessa e endurece nosso trabalho de ensino, de pesquisa, de inovação, de extensão, de administração, de representação, e por acréscimo, aspectos da nossa própria vida pessoal.

5.6 O valor (do trabalho) das pessoas do IF-Catanduva: disputas e ressentimentos

Em se tratando de número de técnico-administrativos, em maio de 2019 tínhamos no IF-Catanduva um total de 45, distribuídos em 3 níveis de classificação conforme abaixo. Há uma dissonância entre a Portaria N^{o} 246 e o quadro de técnicos no IF-Catanduva no que diz respeito ao quantitativo de servidores em cada categoria. Há menos servidores na categoria E, e mais servidores da categoria D do que o previsto, tendo havido uma clara preferência pelo cargo Assistente em Administração considerado uma espécie de coringa, passível de se adaptar a diferentes setores do câmpus, da administração à biblioteca.

Quadro 8: Cargos técnico-administrativos do IFSP- Câmpus Catanduva em 2019

Cargos técnico-administrativos	Quantidade	Exigência Mínima para investidura no cargo	Nível de classificação
Assistente de alunos	5	Ensino fundamental + experiência de 6 meses	C
Auxiliar de biblioteca	2	Ensino Fundamental completo + experiência de 12 meses	
Auxiliar em assuntos educacionais	1	Ensino Médio Completo + experiência de 6 meses	
Assistente em Administração	14	Ensino Médio Completo + 6 meses de experiência	D
Tradutora Intérprete de Libras	1	Ensino médio + curso de proficiência em Libras	
Técnico de Laboratório	8	Médio Profissionalizante ou Médio completo + curso Técnico	
Técnico de Tecnologia de Informação	2	Médio Profissionalizante ou Médio completo + curso técnico em eletrônica com ênfase em sistemas computacionais	
Administrador	1	Curso Superior em Administração	E
Assistente Social	1	Curso Superior em Serviço Social	
Bibliotecário-documentalista	2	Curso Superior em Biblioteconomia ou Ciências da Informação	
Contador	1	Curso Superior em Ciências Contábeis	
Nutricionista	1	Curso Superior em Nutrição	
Pedagogo	2	Curso Superior em Pedagogia	
Psicólogo	1	Curso Superior em Psicologia	
Técnico em Assuntos Educacionais	2	Curso Superior em Pedagogia ou Licenciatura	
Tecnólogo	1	Curso Superior em Tecnologia em Automação Industrial	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados obtidos na Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Bem verdade que essa relação 45 técnico-administrativos para 70 docentes e 1200 alunos é arbitrariamente construído, assim como a proporção em subcategorias. É mais um formulismo engessante. Todavia, Sennet (2018) em seu livro “A cultura do novo capitalismo” discute o papel que a burocracia exerce, dizendo que mesmo nas categorias inferiores o indivíduo se sente estabelecido e estará menos propenso a se revoltar em relação àquele que não tem uma noção clara do lugar que ocupa na sociedade.

A proporção 70 docentes para 45 técnico-administrativos é superior ao que ao que se vem praticando nas Universidades Federais da região sudeste, conforme estudo de Sguissardi e Silva Junior (2018). Os autores apontam que em 2005, na realidade pesquisada, a relação professor/funcionário era de 1,38. Isso a princípio nos coloca numa situação mais confortável. No entanto, se olharmos atentamente ao que se praticava em 1995, veremos uma redução de 44,6%, pois naquele ano a relação era de 2,51. Nos IF, 70 docentes e 45 técnico-administrativos fazem uma relação de 1,55 – uma relação que começa baixa e sem perspectiva de ampliação.

Sguissardi e Silva Junior (2018) destacam em sua análise que a comparação de dois períodos distintos deve ser realizada com cautela, sem a possibilidade de fazer inferências muito diretas, e digo o mesmo na relação Universidade e IF que faço. Os autores não fazem menção a quais categorias de técnico-administrativos são contemplados no estudo, por exemplo. No entanto, é possível verificar algumas semelhanças nas duas instituições irmãs no que diz respeito à intensificação do trabalho. Esse número reduzido não só sobrecarrega os próprios funcionários quanto onera as atividades dos professores que se veem às voltas de trabalhos administrativos alheios a sua vontade e à natureza da sua prática. Nesse sentido, os IF também participam de um movimento mais amplo na mudança qualitativa do trabalho docente.

Não há dúvidas de que uma escola demanda pessoas com diferentes qualificações e atribuições, e a falta de trabalhadores terceirizados para serviços de limpeza, jardinagem, vigilância, etc., acaba por modificar também o trabalho das duas categorias de servidores, e há situações em que se deve abrir espaço para realizar atividades não definidas para um ou outro segmento.

Com cargos de exigência mínima de conclusão do Ensino Fundamental a cargos de exigência de nível superior, temos um quadro de alta escolaridade do segmento de técnico-administrativos, impulsionados pelo incentivo à qualificação[134] que concede aumentos salariais de 10 a 75% sobre os vencimentos básicos, conforme tabela abaixo:

Tabela 11: Incentivo à qualificação para técnico-administrativos

Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo MEC)	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Ensino fundamental completo*	10%	-
Ensino médio completo	15%	-
Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	20%	10%
Curso de graduação completo	25%	15%
Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

*Incentivo que não se enquadra nas categorias do IF

Fonte: Anexo XVII da Lei 12772/2012

Aliado a isso temos a flexibilização da jornada de trabalho para o servidor estudante, a possibilidade de afastamento remunerado e ainda o programa de incentivo financeiro para realizar cursos de graduação, de especialização, mestrado e doutorado em instituições privadas.

Assim, em maio de 2019 no IF-Catanduva tínhamos mais pós-graduados que graduados e de nível médio entre os servidores técnico-administrativos. Os especialistas são a grande maioria, seguidos de graduados e mestres em igual número. Numa extremidade, 4 servidores de nível médio, 2 deles cumprindo apenas as prerrogativas para investidura no cargo. Na outra ponta, 2 doutoras, uma delas em Educação, outra em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

[134] É o incentivo concedido ao servidor técnico-administrativo, uma vez que excedido a escolaridade mínima exigida para ocupar o cargo.

Tabela 12: Escolaridade dos servidores técnico-administrativos do IFSP-Câmpus Catanduva em maio de 2019

	Ensino Médio	Ensino Médio + Técnico	Graduação	Espec.	Mestrado	Doutorado	Total
C	2	2	1	3	-	-	8
D	2		6	13	4	-	25
E			1	6	3	2	12
Total	4	2	7	22	7	2	45

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Nem sempre os cursos de graduação têm relação direta com o cargo, como é o caso da fisioterapeuta como auxiliar de biblioteca, ou melhor, a auxiliar de biblioteca com curso de Fisioterapia. Ou o assistente de alunos com curso de Bacharelado em Moda, a assistente de alunos com curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, isso soa um tanto estranho e parece compor com o monstrengo que parece ser o IF. Com os salários mais baixos entre os servidores, a categoria C se vale de cursos de especialização voltados para área de atuação e com isso aumentar os vencimentos em 30%. O mesmo ocorre com as outras categorias.

No IF-Catanduva, apenas 4 técnico-administrativos não ultrapassaram (ainda) a exigência mínima para investidura no cargo. Portanto, percebe-se uma movimentação intensa no que diz respeito à titulação mais elevada. Para quem trabalha numa escola e principalmente numa escola de diferentes níveis de ensino, uma escola marcada pela verticalização de itinerários formativos o quadro de técnico-administrativos parece oferecer um bom exemplo. Bem verdade que os cursos muitas vezes satisfazem/satisfizeram os interesses pessoais aos interesses da instituição.

Se há certo equilíbrio em termos de escolaridade, a questão salarial distribui os servidores de forma desigual. Ainda que se entenda que as oportunidades de qualificação sejam oferecidas a todos, nem todos conseguem alcançar o patamar máximo de remuneração. Além disso, o engessamento nas quadrículas C, D e E não permitem uma maior igualdade nos vencimentos. Disso decorre que um servidor da categoria D, de nível médio, tendo ingressado no IFSP no mesmo período que um servidor da Categoria E com doutorado e função gratificada recebe menos que

um 1/3 do seu salário[135]. Aqui há outro ponto de tensão, nem todos os técnico-administrativos têm as mesmas possibilidades de acesso às funções gratificadas. Há cargos em que essa possibilidade é totalmente nula.

A migração de uma quadrícula para outra – C para D, D para E – por exemplo, se faz por concurso público. Assim, já vimos no IF-Catanduva técnico prestando concurso para tecnólogo, assistente de alunos para assistente em administração, assistente em administração para técnico em assuntos educacionais em busca de melhores salários, reconhecimento, prestígio, no vocabulário bourdeusiano, distinção.

Se desconsiderarmos a equivalência em termos de tempo na instituição, a diferença entre o menor salário da categoria C e o maior salário da categoria E no IF-Catanduva era de quase 7 salários mínimos[136]. Em se tratando da relação entre técnico-administrativos e professores, a diferença entre o maior e o menor salário percebido é de mais de 14 salários mínimos[137]. A migração de um cargo técnico-administrativo para um cargo docente também se faz somente por concurso público, e nessas tentativas exitosas ou não, o mérito se sobressai em detrimento da constatação da falta de mesmas oportunidades para todos.

Ao tomar como referência a classificação proposta pelo IBGE, verifiquei que a grande maioria dos docentes enquadra-se na classe social C, com rendimentos entre 4 a 10 salários mínimos, seguida da classe social B com rendimentos entre 10 a 20 salários mínimos, descontados os encargos previdenciários e imposto de renda retido na fonte.

Já os técnico–administrativos se concentram na classe social D. Se a grande maioria dos técnicos recebe entre 2 e 4 salários mínimos, a grande maioria dos docentes recebe entre 7 a 10 salários mínimos.

Na questão salarial relação entre técnico-administrativos e professores, ainda é preciso considerar que um técnico-administrativo da categoria E, recebe um

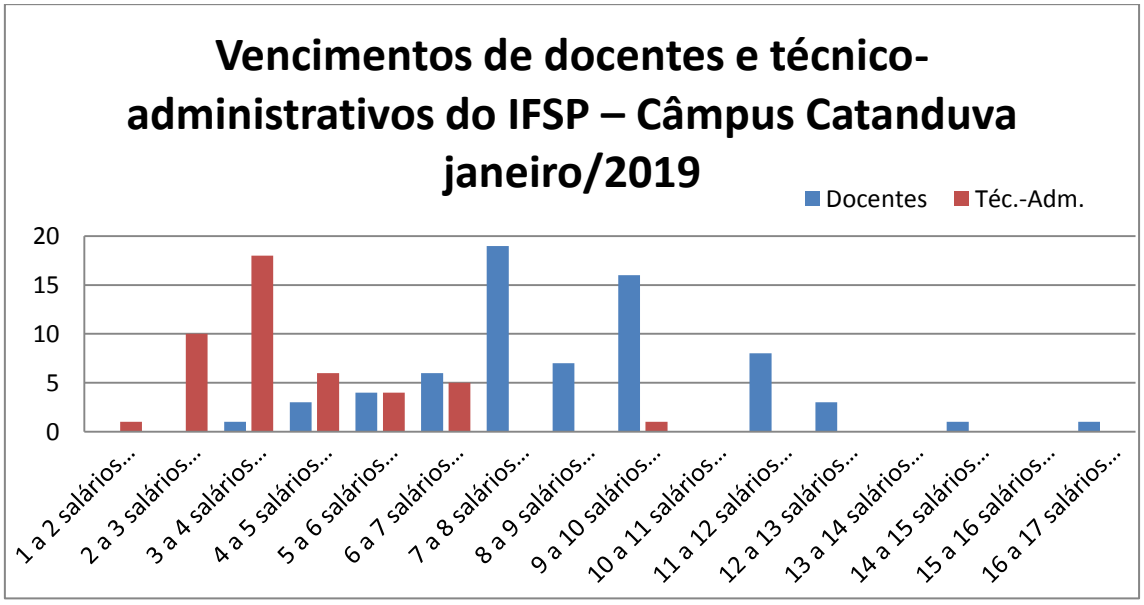
[135] Dados obtidos por meio do Portal da Transparência http://www.portaltransparencia.gov.br tomando março de 2019 como referência e a remuneração total após deduções.
[136] Comparação realizada com base nos vencimentos de Janeiro de 2019, descontadas as deduções. Dados obtidos por meio do Portal da Transparência – Controladoria-Geral da União.
[137] Diferença entre assistente de alunos da categoria C, de nível médio e docente, carreira EBTT, regime de dedicação exclusiva, na função de Diretor Geral.

salário superior a um professor em regime de 40 horas, se ambos tiverem a mesma titulação.

Poderia questionar sobre como cobrar o mesmo nível de envolvimento com o IF com a disparidade salarial, mas vou além. Se isso não nos incomoda como podemos pensar que somos uma instituição que se volta para lutar contra a desigualdade social?

O gráfico a seguir apresenta um panorama dos vencimentos no IF-Catanduva. Não foram contemplados nesse levantamento os rendimentos dos funcionários terceirizados.

Figura 9: Gráfico de vencimentos de docentes e técnico-administrativos do IFSP- Câmpus Catanduva em janeiro de 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos do Portal da Transparência – Controladoria-Geral da União

Preciso chamar a atenção para dois importantes aspectos. O primeiro: essa estrutura desigual não é fruto de um descuido, não é um projeto mal pensado. Pelo contrário: é ardilosamente construída pelo capitalismo que produz a desigualdade e se alimenta dela (FRIGOTTO, 2018; MOURA, 2016). O caipira diria: é de caso pensado. Essa microestrutura faz parte de como o país em sua totalidade se organiza e, ao mesmo tempo, se desorganiza.

O segundo aspecto derivado daquele: esses dois grandes blocos de servidores que colocam os IF para funcionar rivalizam entre si, enquanto a elite brasileira deita e rola. Achar que um professor RDE ganha muito, que um técnico-administrativo da categoria E ganha bem é olhar estreito. É preciso ampliar as lentes para enxergar como 1% da população se nutre dessa desorganização toda e abocanha 28,3% do total dos rendimentos no Brasil, colocando-o como o segundo país de maior concentração de renda no mundo (DESIGUALDADE..., 2019). Enfim, o que alerto: um olho no peixe, outro no gato.

Por outro lado, é preciso considerar um aspecto importante nessa experiência institucional. Há uma relação isonômica entre docentes efetivos no que diz respeito à remuneração: um professor que tiver mesmo tempo de serviço, mesma titulação e vinculado ao IF sob mesmo regime (20 horas, 40 horas ou 40 horas em Regime de Dedicação Exclusiva) receberá o mesmo salário, independente do nível de ensino em que estiver ministrando aulas. Nem todos os professores atuam em todos os níveis, e estar mais vinculado à Educação Básica ou à Educação Superior não faz a mínima diferença em termos salariais. Quem sabe, esse exemplo possa se estender a outras redes de ensino, em que se verifica maior valorização nos níveis finais de educação formal em detrimento nos anos iniciais. No IF, mesmo que nem todas as áreas do conhecimento sejam valorizadas da mesma forma, uma professora de Artes receberá o mesmo salário que um professor de Física ou Matemática, o que de costume não se pratica na rede privada de ensino.

Na relação interna do IF-Catanduva, há outros elementos em jogo que dizem respeito ao aspecto qualitativo, do tipo de trabalho que se executa, e a impressão (ou realidade) de se trabalhar mais do que o outro. O que venho argumentando é que essa cisão entre os servidores não é irrelevante e a questão salarial é só um dos motivos.

Se por um lado, técnico-administrativos consideram que os docentes têm privilégios como o fato de não bater o ponto eletrônico, conseguir concentrar as atividades que implicam a presença física no Câmpus em até três dias da semana, por outro, docentes consideram que os técnico-administrativos cumpriam 30h

semanais ao invés de 40h[138], realizam trabalho de local de livre escolha (TLLE) em períodos de férias discentes.

Também encontramos um dedo em riste para dizer que os docentes são efetivados em Regime de Dedicação Exclusiva, o que por vezes é confundido com dedicação 24 horas ao IF. Os docentes têm 45 dias de férias, mas os técnicos podem escolher o período, divididos em até três remessas, independente das atividades letivas. Somando-se os recessos e emendando feriados chega-se próximo àquilo que os docentes têm assegurado por direito – pelo menos por enquanto. A sensação que se tem ao sair de viagem em baixa temporada quando o IF está em plena atividade parece compensar a diferença salarial. Mas os docentes presos aos dias letivos não perdoam e não raro se presencia situação em que algum técnico-administrativo retornando ao trabalho é interpelado por um docente "De novo de férias?"[139].

Há outros aspectos como o fato de um técnico-administrativo só poder usufruir de afastamento remunerado concluído seu estágio probatório. O mesmo não ocorre com os docentes, que inclusive contam com professores substitutos quando se ausentam, o que também facilita a sua qualificação e dificulta a dos técnico-administrativos. Alguns destes têm em suas atribuições a realização de pesquisa e extensão, mas os editais do IFSP tendem a permitir que apenas docentes sejam orientadores em projetos de iniciação científica e inovação.

Em todos os órgãos colegiados há vagas para técnicos e docentes. No CONCAM – órgão máximo de cada Câmpus – há o mesmo número de docentes e técnico-administrativos – eleitos por seus pares. O mesmo ocorre no CONSUP – instância superior no IF. No entanto, um técnico-administrativo chega ao máximo à função de Pró-Reitor, mesmo que tenha a mesma titulação ou tempo experiência que o docente candidato a Reitor. Nas unidades, o Diretor Geral pode ser técnico-administrativo, desde que emerja da categoria E. No IF-Catanduva foram efetivados mais servidores da categoria D ao invés da categoria E, o que reduz a possibilidade

[138] A concessão de 30h para técnico-administrativos esteve respaldada na Portaria 5834 de 08/10/2014 e teve seu término a partir da Portaria 4292/2019, readequando a jornada de trabalho dos servidores deste segmento.

[139] Aqui devemos considerar um aspecto importante – a brincadeira – ainda que de mal gosto – só é feita entre pares, com quem se tem algum tipo de intimidade ou relação. Assim, embora tenhamos segmentos distintos, existem brechas e articulações.

de algum técnico-administrativo chegar a Direção Geral. Nessas relações, ainda oportuno mencionar que as eleições proporcionais (1/3 dos votos de professores + 1/3 dos votos de técnico-administrativos + 1/3 dos votos dos estudantes) dão maior poder aos técnico-administrativos que são em menor número. Se bem articulados, definem o Diretor Geral de um câmpus. Enfim, são vários os aspectos que dividem as duas categorias, e não é a toa que Cruz Sobrinho (IFSP, 2018) em sua palestra diz que nosso maior inimigo é interno, pelo menos imaginamos ser.

Até o presente momento, os técnico-administrativos acumulam mais funções gratificadas que os docentes – uma forma de equiparar o que não se equipara. Aumentam os salários e aumentam-se as horas de trabalho e responsabilidades. Alguns técnico-administrativos trabalham também na iniciativa privada como forma de completar a renda. Nessas relações, não fica muito claro o que passa a significar o “bico”, a “bica”, e a quem responsabilizar pelo trabalho dobrado ou triplicado e seus efeitos. Essa possibilidade só é permitida aos docentes com vínculo de 20 horas ou 40 horas nos IFSP, e no Câmpus são apenas em número de dois. São estes os dois professores que puxam para baixo a média salarial dos professores efetivos no IF-Catanduva.

Essa evidência de que o trabalho de alguns vale mais do que o trabalho de outros fica ainda mais clara e latente quando consideramos dados dos professores substitutos e, principalmente, dos trabalhadores terceirizados – estes últimos com os salários mais achatados, os trabalhos mais pesados, regidos por contratos temporários de diferentes empresas prestadoras de serviços subdividindo a categoria.

Nesses tempos em que o normal é o instável, servidores efetivos sentem-se mais bem protegidos, e as nossas tabelas de vencimentos sugerem uma escada onde haverá um lugar para pisar a curto, a médio e a longo prazos. Esse sentimento unifica a categoria: “Meu dia chegará”. Sennet (2018) mostra que contornos bem definidos em torno das funções a exercer, os talentos ou formação exigida, e a remuneração condizente produzem segurança. Quando as regras são claras, cada um sabe qual é o seu quadrado, como progredirá na carreira e por meio de quais estratégias. Por fim, o que Weber chamou de jaula de ferro referindo-se à burocracia gera um tipo de conforto ou estagnação. Talvez isso explique a baixa adesão aos

sindicato e aos movimentos por maior justiça social e salarial – além da naturalização de que sempre haverá alguém acima e abaixo de nós.

5.7 E os estudantes, quanto valem?

Da naturalização dessas diferenças salariais – que não são grandes diferenças considerando as enormes fortunas nacionais e internacionais – gera-se outra potente ideia – de que alguns alunos valem mais do que outros. Por um cálculo arbitrário (que se modifica conforme interesses específicos) os alunos de determinados cursos valem mais, menos ou ainda de modo equivalente, e trazem montantes de recursos diferenciados para cada unidade de IF.

Disso decorre uma ideia de que não precisamos uma quantidade enorme de alunos para gerar recursos para o funcionamento de um Câmpus: basta que escolhamos os cursos certos, alinhada a uma carga horária mínima prevista no Catálogo Nacional de Cursos, e os candidatos certos (aqueles que concluirão os cursos no tempo previsto). Ou seja, há uma racionalidade econômica permeando todo o processo educacional. Abrir um curso novo deve prever a relação custo X benefício, tal como operam as empresas. De acordo com Laval, a escola "é considerada como uma atividade que tem um custo e um rendimento e cujo produto é assimilável a uma mercadoria" (2004, p. 4). No limite, o próprio aluno é visto como tal.

Dou destaque para a palestra "Matriz CONIF: conceitos e relevância" que pode expressar com maior clareza a que me refiro. Todavia, antes de trazer o seu conteúdo, considero oportuno fazer alguns apontamentos.

A palestra fez parte da programação do IV CONEPT– Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP, realizada de 18 a 20 de dezembro de 2018 do qual participei presencialmente. A temática foi desenvolvida pelo Pró-Reitor de Administração professor Silmário Batista dos Santos[140] e de seu fiel escudeiro

[140] Silmário Batista dos Santos é professor lotado no Câmpus Barretos do IFSP, Engenheiro Eletrecista de formação, licenciado em Matemática, com Mestrado em Engenharia Elétrica e Doutorado em Administração. José Roberto da Silva é administrador do Câmpus Campinas do IFSP, formado em Administração e Especialista em Gestão Pública, conforme apresentação na referida palestra, disponível no Youtube, Canal do IFSP.

José Roberto da Silva com o intuito de esclarecer à comunidade acadêmica a origem dos recursos orçamentários destinados a cada câmpus. De acordo com o Pró-Reitor de Administração, o desenvolvimento desse assunto deveria possibilitar que cada unidade do IFSP melhor pudesse captar fundos para sua unidade a partir da compreensão e execução das políticas emanadas do MEC.

Portanto, o discurso proferido pelos dois representantes da PRA – campo responsável pela execução orçamentária da instituição – não é uma narrativa isolada ou original, nem dentro do IFSP, nem fora dele. A palestra é também motivada pelo momento histórico sofrido: o país sendo governado por Michel Temer desenvolvendo uma política econômica de austeridade; a Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos (EC 95 ou PEC da Morte) ganhando materialidade. Portanto, a menção aos conceitos desenvolvidos e sua relevância tinham contornos claros, e sua legitimidade também se pronunciava na voz masculina daqueles que lidavam diretamente com erário público. Dito de outra forma, eles tinham o mapa da mina e a chave do cofre.

Feitas estas considerações, apresento algumas falas apresentadas na ocasião aos servidores e estudantes participantes do evento. E, se a conversa já não era nova, a partir de agora o tom passava a ecoar com mais intensidade em todas ou praticamente todas unidades do IFSP. A explicação mostrava um cenário de vacas magras, sendo o orçamento de 2018 o mesmo de 2012: isso significa que os mesmos 92 milhões que atendiam em torno de 700 alunos em 27 câmpus em 2018 foram distribuídos para 36 câmpus com total de 50 mil alunos. Não é necessário ser administrador ou matemático para entender que a conta não fecha, que é impossível promover educação de excelência nestes termos.

Isso até merece uma pausa para respirar, mas prossigo com a transcrição literal de alguns trechos da palestra:

> Até um tempo atrás, na essência, na simplicidade (...) o recurso era dividido por cabeça de aluno (...) Se têm 1000 alunos em São Paulo e 100 alunos em Araraquara vai mais recurso para São Paulo e menos pra Araraquara, basicamente era assim. Hoje a Matriz

> CONIF[141] ela aprimorou essa regra. Por quê? Curso como Administração aos olhos do Planejamento (e aí vem FORPLAN, etc), um curso de Administração que tem pouco laboratório, laboratório que demanda computador, reagentes, etc, etc a gente fala que é um curso peso 1. Ao passo que um curso de Eletrotécnica ou Eletrônica ou Química que demanda laboratório, que demanda insumo tem peso 2,5. Então, esses elementos vão fazendo composição como pesos nos cálculos da divisão dos recursos. Um exemplo bem simples: tem câmpus que tem 1200 alunos e não consegue fazer orçamento de 1.700.000, 1.600.000 e tem câmpus com 900 alunos que tem orçamento de 2.300.000, 2.400.000. Como é que explica isso? Dentre outras coisas peso dos cursos.
>
> Nós temos um Câmpus aqui São Paulo que começou fundamentalmente com cursos peso 1. Nós tivemos que fazer uma correção de rota, um redirecionamento a DESPEITO (e aí vamos entrar numa questão polêmica) **a despeito de toda necessidade local.** Alguém fala puxa vida... (PAUSA) Vamos falar uma cidade aí ... São José do Rio Preto. São José do Rio Preto nós poderíamos implantar cursos lá de Administração, de ... Enfermagem, só curso peso 1, uns três cursos peso 1. Bota 1200 alunos lá, ao final de 5 anos considerando as regras que estão valendo, o câmpus não tem 1.400.000 mil de orçamento. Mas precisa disso lá, precisa do administrador, precisa do gestor comercial, precisa do operador de vendas, vamos pensar assim. São cursos de peso 1. Precisa. No entanto, se nós fizermos isso nós **estamos condenando o câmpus a falir antes de começar.**
>
> (...)
>
> Então, essa discussão pedagógica acaba tornando a gente numa saia justa porque... Estamos aqui ... repetimos: a gente ta falando como é que vem um recurso pro campus, ta bom? Eu vou de novo reiterar, nós já passamos algumas saias justas por conta das questões pedagógicas. Mas se precisa por que é que não vai por? A sociedade demanda? Demanda! Mas tem que fazer no nosso entendimento um mix, um mix pra tentar minimamente atender a demanda e sobreviver. E certamente numa cidade como Rio Preto a gente vai colocar cursos com peso 1,5; com peso 2, 2,5 bem planejados para também atender demanda, ta bom? Então é um exemplo bem impactante pra que a gente consiga depois voltar para nosso câmpus e ver quais os eixos que nós temos. Nós vamos disponibilizar aqui ó as tabelas de peso dos cursos para que vocês terem uma ideia do campus de cada um como é que está. (BATISTA; SILVA, 2018, Palestra, grifos meus).

[141] CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; FORPLAN – Fórum de Planejamento.

Perdemos e ganhamos dinheiro com a escolha de nossos cursos e estudantes. Estamos vendo todos como moedas de troca. Há um contexto educacional permeado pelas relações financeiras, e o IFSP não foge disso. Pelo contrário, assimila essa lógica do capital e a dissemina.

É claro que o enredo da palestra no qual estamos enredados nos faz sentido, e fácil concordamos que a Matriz CONIF “aprimora” uma regra que até então não previa diferenças entre cursos. Ora, atribuir um mesmo valor para alunos de cursos díspares entre si é considerado injusto, no entanto o inverso não nos ocorre: se o recurso é o mesmo, aqueles cursos que requeiram menos ou nenhum laboratório, menor carga horária, etc, poderiam de alguma outra forma ser equiparados de modo a continuar servindo a comunidade com verniz extra. Então, poderíamos ter um curso de Administração de peso 1 (para usar o mesmo exemplo) com carga horária suplementar para melhor desenvolver conceitos e práticas de educação ambiental, formação sociológica, filosófica, linguística; infraestrutura para instalação de empresa júnior para assistência à comunidade local, núcleos de economia solidária e cooperativismo só para citar algumas possibilidades. Mas não é assim que funciona a sociedade capitalista, e a “simplicidade” não promoveu por si só essa mudança.

Se uma regra se torna mais acurada isso ocorre mediante o retrocesso no orçamento que vertiginosamente se encolhe para os IF. Mas não se trata apenas de distribuir os pífios recursos: a Matriz CONIF tem a pretensão de induzir e fortalecer alguns cursos em detrimento de outros. Se é certo que muitos IF não atingem o seu projeto finalístico (50% das vagas para cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e 20% das vagas para licenciatura), a Matriz CONIF com seus pesos e medidas vem promover a correção de possíveis desvios de rota. Se a formação política é considerada morosa e de resultados incertos, o corte no orçamento faz rever rapidamente as escolhas em cada unidade de IF, mostrando, como se diz na cultura popular, onde lhe aperta o sapato.

O cálculo se complexifica e a palestra vem mostrar como conhecer as ferramentas de gestão: permite não só antever o orçamento anual, mas driblar essas ferramentas, dar nó em pingo d´agua. Para além dessa lógica que se naturaliza, o problema é que essas regras são mutantes e promovem instabilidade. A Matriz

CONIF é uma espécie de calculadora que se movimenta por interesses específicos e não se coaduna com projetos de longo prazo. Pode parecer fácil desmontar laboratórios, transportar equipamentos, mas a mesma facilidade não deveria se aplicar quando se trata de desfazer-se de servidores públicos concursados para atender áreas pré-determinadas. Embora não se tenha levado essa conversa muito a sério, vez por outra ela ressurge com maior ou menor intensidade nas reuniões e corredores do IF-Catanduva. Sob esta ótica, a aprimorada Matriz CONIF vem ao encontro do lugar de desprestígio que o funcionalismo público vem ocupando na sociedade neoliberal.

Tão sério quanto essa instabilidade que se produz é o lugar da comunidade nestes termos. A Matriz CONIF se instala no IFSP “a despeito de toda necessidade local” (SANTOS e SILVA, 2018). Se os cursos demandados pela sociedade não gerarem recursos e condenam um câmpus a falir antes de começar a funcionar, a Matriz CONIF pode condenar, por essa mesma razão, a própria instituição. Digo de outra forma, ao não reconhecer as necessidades dos arranjos produtivos locais, sociais e culturais locais previsto em sua lei de criação, mata-se cada unidade de IF no ninho, em seu projeto institucional.

A autonomia dos Institutos Federais para criar e extinguir cursos conforme previsto na Lei 11892/2008 fica comprometida, uma vez que é direcionada por interesses orçamentários. Não estou ignorando que a educação demande investimentos, o que venho apontando é que o aspecto financeiro parece ser o principal crivo pelas quais passam as decisões de aprovar ou desaprovar cursos. O que se mantém – até que se diga o contrário – é a possibilidade de cada IF ter liberdade para decidir como os valores serão utilizados em custeio e investimento.

A gestão democrática é atacada. E não se trata de contrapor questões administrativas e discussões pedagógicas. Não é o pedagógico que fica preterido, é o político: é o direcionamento político adotado pela instituição que se compromete ao desvincular-se (ainda que parcialmente) das necessidades e demandas da população do local. Se ela já era fracamente inserida nas decisões de um câmpus, agora ela pode ser totalmente desconsiderada.

Conforme apontaram Batista e Silva (2018, palestra)

> Estima-se que em 2020 haverá critérios de penalização. Não haverá só critérios que somam recursos, mas critérios que diminuem. Por exemplo: ofertar cursos que não fazem parte da finalidade dos IF, quem não estiver cumprindo os 10% de PROEJA. E mais ainda: quem não estiver oferecendo pesquisa e extensão também será penalizado.
>
> ...
>
> Uma mudança que teve foi de *Scricto Sensu* que passou para 2,5 com bonificação de 50%, porque esses cursos não traz nada de dinheiro pro campus, esquece! Graduação, especialização, mestrado não traz nada de dinheiro pro campus. A carga horária é muito baixa, o número de alunos é muito baixo. Podemos até simular. Você joga lá 40 alunos e no final você tem lá 2, 4, 5, 10 matrículas totais. Pela carga horária. Está na lei a verticalização. Esta lá, mas não traz dinheiro. (sic!)
>
> ...
>
> Ninguém está falando aqui que temos que implantar o sistema de progressão continuada. Pelo amor de Deus! É só um dado considerando o impacto no orçamento. Um aluno retido no primeiro ano passa a valer ¼ do valor dele. Já não é mais uma cabeça, é ¼ de cabeça. Por quê? Tem impacto na carga horária e do número de dias. O efeito de um aluno retido em 3 anos é que não passa mais valer 1, ele passa valer ¼. E depois de 3 anos, ele vale ZERO! Do ponto de vista do orçamento. É o aluno que mais merece nossa atenção, mas depois de 3 anos na instituição ele não é contabilizado pra trazer recurso pra instituição.
>
> ...
>
> **O IFSP perdeu 1 milhão de reais por conta de alunos retidos.** Isso aqui [mostra numa planilha] é tudo aluno retido. Enquanto tiver um aluno não se conclui um ciclo de estudos. Por exemplo: 12 alunos retidos só valem 7 matriculas totais. (...) 5 alunos de mestrado geram 5 mil reais ao campus, enquanto que 55 do Integrado geram 230 mil reais por ano. Mestrado não traz dinheiro. Por isso tem *campus* que tem muitos alunos e não tem dinheiro no câmpus. (BATISTA e SILVA, 2018, palestra, grifos meus).

A transcrição de vários trechos de uma mesma palestra tenta mostrar o discurso corrente do qual também participo ao me calar como participante, com assento no CONEPT. A ausência de questionamentos sobre este modo de pensar por parte do público ouvinte, e o reforço deste pensamento com falas do tipo “E como faço para lançar no sistema uma situação X” ou “No caso de uma parceria

com a prefeitura quantas horas são válidas ...” mostram o quanto essa lógica já está engastada em cada um de nós.

Alguém poderia ter dito: “*Não! O IFSP não perdeu 1 milhão de reais por conta de alunos retidos, ele deixou de ganhar, o que é diferente*”. Alguém podia ter retrucado: “*Nós precisamos aprimorar os aspectos pedagógicos porque nós enquanto instituição estamos trabalhando para o fracasso, para a retenção*”. Ou ainda: “*Nós temos que pensar em outras medidas para ampliar os recursos e não somente em equações para dividi-los*”. Nas falas fica claro o estigma ao aluno retido, o seu desvalor, o ônus que produz para a instituição.

Nos calamos talvez porque tivéssemos sido atingidos com a culpabilização no que diz respeito às nossas escolhas: se não há recursos é porque as escolhas pelos cursos foram mal feitas. É verdade que a Matriz CONIF deseja corrigir desvios, e aqui houve a tentativa de projetar as velas do barco para atingir determinada rota. Não oferecer PROEJA, priorizar bacharelados, especialização, mestrado que não trazem dinheiro para a ponta. Um conflito bastante difícil de ser equacionado, considerando outros elementos já indicados e analisados.

Essa questão remete ao segundo e terceiro capítulos desta tese, em que fica evidente o papel de uma Reitoria na aprovação dos Projetos Pedagógicos de Cursos e a implantação dos cursos. A corda sempre arrebenta no lado mais fraco, mas compreendo que nesse processo como um todo, Reitores e Pró-reitores imbuídos de uma lógica mercantil são também vítimas das narrativas e das práticas do mercado. “Por isso tem câmpus que tem muitos alunos e não tem dinheiro no câmpus” (BATISTA e SILVA, 2018, palestra). E a Matemática mais uma vez se coloca a serviço de equacionar um problema das Humanidades.

Não demorará muito (se é que já não o fazemos) para que comecemos a tratar melhor alguns alunos em detrimento de outros, oferecendo para alguns cursos possibilidades de viagens de estudos, visitas técnicas, atividades complementares, maior acesso aos serviços da Coordenadoria Sociopedagógica, etc. Não demorará para que haja tratamento diferenciado despendido diretamente aos alunos e suas famílias. Pela lógica do capital, educação é custo, não investimento; pela lógica do capital uns valem do mais que outros.

Nesse mesmo congresso, o professor de Filosofia do IFSUL, Sidinei Cruz Sobrinho[142], em sua participação em mesa redonda “Institutos Federais: panorama de desafios para a Educação Profissional e Tecnológica” faz uma comparação entre custo/aluno dos IF e das demais escolas públicas:

> Uma rápida proporção, o nosso PNE [plano Nacional de Educação], que já está enterrado faz tempo com a 95 [Emenda Constitucional 95/2016], previa que seria necessário em torno de R$3700,00 por aluno/ano pra ter qualidade, fora a folha de pessoal. O Ministério da Educação em 2017 colocou 2275,00, bem abaixo do PNE. Com esse orçamento, a rede estadual e municipal consegue justificar o baixo índice no IDEB, e com razão. Não tem professor com dedicação exclusiva, não tem estrutura, não tem poltrona nova, sequer tem ar condicionado, muito menos ventilador, mas nós temos, e o nosso custo R$19550,00. Só o Estado do Rio Grande do Sul, trago um dado de um dos que mais levantou dinheiro acima do previsto no PNE, 4288,00. **Com 1 aluno IF daria pra formar 6,8 alunos do PNE.** Eu sei que é um cálculo raso, frio, mas este é um cálculo que é feito para a tomada de decisão das políticas públicas e para o investimento. Porque o discurso é raso. **O que é preferível no caos que vivemos ou com a baixa educação: educar muito bem 1 ou 7?** É essa fala. E diante da sociedade vocês sabem qual é a escolha: 7. (CRUZ SOBRINHO, 2018, palestra).

Essas métricas do meio empresarial invadem a educação. Estão cada vez mais presentes em nossas discussões dentro do câmpus em detrimento dos assuntos pedagógicos e sociais. E de novo, se não nos importamos com essas diferenças que fazem um aluno valer 1 e outro apenas ¼, um aluno valer zero, um aluno do IF valer 7 vezes mais do que alunos de outras escolas públicas, se continuarmos achando que essa situação nos coloca acima dos demais, talvez alguma coisa esteja dando errado nessa escola que se intitula transformadora, mas que tem de diversos modos contribuído para a “submissão dos espíritos à ordem estabelecida” (LAVAL, 2004, p.IX).

Se hoje navegamos nas águas do mercado, o mais importante parece ser o modo como decidimos navegá-las (LEWKOWICZ; CANTARELLI, 2006). No IF-Catanduva, em uma “reunião geral geral”, no início de 2018, ficou decido que os

[142] Doutorando da Universidade de Passo Fundo, desenvolvendo projeto de pesquisa intitulado “Eficácia, eficiência e efetividade da política pública de educação profissional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” conforme Currículo Lattes.

recursos destinadas para a unidade seriam divididas entre os cursos de modo proporcional ao número de alunos. Ou seja, quanto mais alunos, mais recursos para o curso. Nessa reunião, não houve um voto contrário, uma palavra, um senão à fala do Diretor Geral que propunha a divisão conforme na tabela apresentada a todos os servidores naquela ocasião.

Tabela 13: Distribuição do orçamento para o Câmpus Catanduva baseado na Matriz CONIF

Curso	Porcentagem do orçamento
Licenciatura em Química	10,95%
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	10,23%
Tecnologia em Mecatrônica Industrial	10,00%
Engenharia de Controle e Automação*	2,56%
Técnico em Fabricação Mecânica	9,48%
Técnico em Mecatrônica	19,32%
Técnico em Química	22,77%
Técnico em Redes de Computadores	13,58%
Cursinho Popular**	0,27%

*Em processo de implantação ** Curso de extensão

Fonte: Registro pessoal dos *slides* apresentados na reunião de 1 de fevereiro de 2018

Ou seja, incorporamos a Matriz CONIF, incorporamos um modo de viver que privilegia os mais fortes, seja porque são em maior número, porque concentram atributos valorizados ou porque foram definidos por quem tem atributos valorizados. No IF-Catanduva os cursos com maiores dificuldades de manter alunos receberam as menores fatias do bolo. Nem mesmo o curso recém implantado foi perdoado. E o curso de Especialização em vias de iniciar não teria um aporte inicial de recursos.

O que soa mais estranho é que os professores transitam por diferentes cursos, e nesse sentido o IF novamente se cinde em mundo e submundo, feito professor que dá aula em escola particular num turno e na estadual em outro, já não fossem as diferenças de faixa etária e das especificidades dos cursos, de modalidades, de níveis de ensino. Essa fórmula encontrada deu destaque para o Ensino Médio, talvez para compensar as dificuldades dos professores com a

molecada. No entanto, foram desconsiderados outros elementos, como o fato de um equipamento servir para vários cursos dentro de um mesmo itinerário formativo. Far-se-ia restrições quanto ao seu uso? Se professor de Português pede livros de literatura para biblioteca, somente os cursos que os custearam poderão usufruir da leitura?

Na ata do dia 5 de abril de 2018, lê-se a mesma informação em valores em reais, o que nos melhor aproxima do que significam as distâncias que esse cálculo promove:

> Em seguida foi apresentada a distribuição de orçamento para o Câmpus com base na matriz CONIF 2018 por cursos, conforme segue: Licenciatura em Química R$21.900,00, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas R$20.460,00, Tecnologia em Mecatrônica Industrial R$20.000,00, Engenharia de Controle e Automação R$5.120,00, Técnico em Fabricação Mecânica R$18.960,00 Técnico em Mecatrônica R$38.640,00 Técnico em Química R$45.540,00. Técnico em Redes de Computadores R$27.160,00, R$ Cursinho Popular 2.220,00. Foi informado também não há verbas específicas para livros, portanto, os cursos que necessitarem de livros devem adquiri-los com o valor repassado ao curso. Este ano haverá uma verba específica para visitas técnicas. Foi feita sugestão de destinação de verba específica para fomentar ações de pesquisa e extensão para o próximo ano.

Fonte: IFSP, 2018c.

Não temos feito resistência a essa forma consentida, que se apresenta como a forma mais justa de distribuição de recursos ou ainda a única forma. O IF-Catanduva tem se mostrado um forte aliado à instalação de uma ordem social para qual não estamos vislumbrando alternativas.

5.8 Para que(m) servem os Institutos Federais?

Venho argumentando que o IFSP não só oferece formação tecnológica e profissional à parcela da população, mas ao qualificá-la, o ideário neoliberal se faz presente. Há grupos de resistência dentro do Câmpus, mas de alguma forma ou de outra, menos ou mais, são capturados por seus mecanismos.

Em todo o país temos 38 Institutos Federais, cada um deles com sua Reitoria e suas unidades descentralizadas, totalizando mais de seiscentas unidades espalhadas no território nacional, e as experiências são diversas a partir de um mesmo projeto orientador – a Lei 11892/2008. Cada Instituto Federal tem um número diverso de câmpus, o que se construiu em cada estado de forma singular. Arrisquei-me a fazer um estudo do IFSP, na imersão do seu cotidiano e na análise de alguns documentos. E compreendo que o processo educacional mais alinhado à pauta neoliberal, no caso do IFSP em evidência muito se deve às características sociais, culturais, econômicas e políticas do estado paulista.

Assim, antes de prosseguir, obrigo-me a apresentar São Paulo como o estado que vem sido governado pelo PSDB por 6 mandatos consecutivos, ou seja, desde que Fernando Henrique Cardoso foi Presidente da República, este partido tem se mantido no poder. Sanfelice (2010) ao fazer apontamentos sobre a política educacional do Estado de São Paulo, abordando os primeiros 15 anos dessa hegemonia, introduz a discussão mostrando que apesar de se dizer que os políticos brasileiros tem fraca identidade ideológica com seus partidos, no caso destes governadores paulistas isso não se aplicaria. Para o autor, há razões para se afirmar que apesar das particularidades individuais no modo de governar, evidencia-se "inspiração ideológica razoavelmente comum", perseguindo "políticas públicas alimentadas pela visão neoliberal" (2010, p. 147). Continua o autor:

> os governantes paulistas oriundos do PSDB olham o mundo de um mesmo e único pedestal que nada mais é senão o estado burguês capitalista. Lá de cima, sempre com os mesmos óculos, detectam as mazelas, consideradas conjunturais e não estruturais, e tentam consertá-las. O pressuposto é que o capitalismo é consertável e, portanto, as elites devem se empenhar nas tarefas que o levarão a eternizar-se. As demais classes sociais precisam se sensibilizar para se constituírem em parceiras do mesmo projeto. (SANFELICE, 2010, p. 147, grifos meus).

Para usar um artigo recente, valho-me de Silva (2021, no prelo) que buscou analisar as permanências e os avanços da política educacional de 2007 a 2018, do estado mais populoso e considerado mais rico do país. Ao resumir sua pesquisa, a autora apresenta elementos importantes:

> A análise documental evidenciou, no perfil dos governantes da última década, a opção por uma política liberal e tecnocrata, bem como a manutenção de um estilo político saudosista e pouco combativo. Na educação, prevalece a centralização do planejamento, a descentralização da execução e a responsabilização local pelos resultados. (SILVA, 2021, no prelo).

Alguém poderia dizer que estou misturando as coisas, que o governo estadual paulista não se intromete numa política educacional federal como é o caso do IFSP. Apresento estes dados reafirmando que o IFSP não é uma ilha, fechado, ensimesmado. Se existe uma espécie de bolha, ela é porosa. O dentro e o fora, a exterioridade e a interioridade, comunicam-se permanentemente.

Ao funcionar em 36 municípios, o IFSP absorveu sujeitos – servidores, estudantes, trabalhadores terceirizados – que respiram o ar neoliberal faz tempo. Só para pensar em termos educacionais, muitos de nossos docentes têm passagem pregressa em escolas paulistas – seja como estudantes e/ou professores, pais de estudantes. Estão intoxicados pelas “políticas liberais e tecnocráticas”, o que talvez explique a baixa resistência, ou nas palavras de SILVA (2021, no prelo), o “estilo político pouco combativo”. Estamos também muito acostumados às “políticas centralizadoras e a responsabilização local pelos resultados”. Enfim, os sujeitos do processo educacional têm história, que é carregada consigo ao adentrar no IF-Catanduva. Por outro lado, algumas práticas não foram naturalizadas e, na tentativa de promover a distinção, reversão ou superação de alguns aspectos, nos movimentamos de alguma forma contra a corrente.

Feitas estas considerações, retomo o fio da meada, e pergunto novamente: para que servem os Institutos Federais?

Magalhães e Lima (2015), professores do IFAL e IFSC, fazem uma série de críticas a esse projeto que teve a pretensão de – ou diz – ser “revolucionário” em termos educacionais. Nesse texto, os autores perguntam a qual projeto de sociedade os IF procuram atender. Para responder a esta pergunta, os autores mostram que os IF estariam em plena articulação às concepções hegemônicas de

educação capitalistas. Para os autores, os Institutos Federais não servem aos interesses das comunidades, mas aos interesses do capital.

Dentre vários apontamentos, os autores questionam o modelo de expansão da rede federal feito com instalações precárias e com déficit de professores e técnico-administrativos em todo o país. As ideias de Magalhães e Lima (2015) fizeram-me pensar se o projeto já teria nascido morto. Ou, pelo contrário, teria vigor para perpetuar desigualdades.

Seria, nos termos de Mészáros (2018), um projeto permissível capitalisticamente? Se não houvesse alguma sintonia, teríamos mesmo 37 campus no estado de São Paulo? Lembremos que em Catanduva, o cidadão Afonso Macchione Neto, engenheiro, empresário, referido em nossos documentos e em nossa história institucional, foi candidato a prefeito pelo PSDB em 4 pleitos eleitorais e elegeu-se 3 vezes com maioria dos votos nas duas últimas décadas.

Prossigo apresentando dados que evidenciam o quanto a instituição se coloca a serviço de um Estado mercantil, e o IF-Catanduva escolhido para análise não escapa deste processo.

Como já apontei, ao colocar um grupo de alunos para dentro do IF cria-se uma mesma exterioridade comum. Mas ali dentro, há subdivisões, há marcas que os separam, que os classificam. Para além das características curriculares, alguns cursos possuem mais ou menos insumos. Quanto menos alunos, menos recursos; quanto mais alunos, mais recursos. Opera-se quase numa lógica bancária, de fundos aplicados que devem render, fazer lucrar. E há uma chance de que os maiores investimentos, façam render mais.

É claro que há ativos financeiros de alto risco, como arriscar em cursos que não são valorizados pela Matriz CONIF. No IF-Catanduva, são as especializações, o curso de Engenharia de Controle e Automação, o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ou seja, a maioria dos cursos. Não demorará para que o cálculo da distribuição de recursos ganhe as nuances dos pesos que definem os orçamentos de cada unidade de IF.

Se os recursos são escassos, é preciso selecionar cada vez melhor. Não perder tempo com quem deixará o curso pela metade. Desta forma, vamos reproduzindo as exclusões sociais.

Apresento um trecho de um diário de campo:

> Iniciou-se pelo tópico “Estímulo à permanência”. Houve consenso quanto à necessidade de sugerir alguma forma de nivelamento aos alunos como forma de garantir a permanência dos estudantes. Falou-se muito sobre a dificuldade em Matemática e Língua Portuguesa e o quanto estas dificuldades respingavam em outras disciplinas. Havia consenso de que estas áreas eram prioritárias e que os alunos chegam ao Instituto Federal sem base. Foram feitos alguns relatos de professores ressaltando a necessidade do nivelamento. Alguns, no entanto, entendem que o reforço sobrecarrega os alunos com mais dificuldades. Alguém aventou a possibilidade de um curso de 4 anos para o Ensino Médio com certificação de excelência. O servidor técnico-administrativo disse que os pais ofereceriam resistência em se tratando de ampliar o curso: os pais não veem a hora de o filho começar a parar de dar despesa e começar a trabalhar.
>
> O coordenador disse “É um fato: alunos com defasagens em matemática e português não vão andar”. Um professor completou: “Mas alunos reprovados podem reprovar novamente”. Outra professora disse: “ Alunos convocados para reforço já sabem que não vão dar conta do recado”. (...)
>
> A partir destas considerações o professor coordenador iniciou a redação do texto, acrescentando um tópico versando sobre a necessidade de nivelamento. Comentei que a palavra nivelamento não era muito bem vinda no meio acadêmico (...). Logo se procurou uma palavra melhor para expressar o que deveria acontecer no primeiro semestre letivo nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e nos cursos superiores. Utilizou-se a expressão “potencialização de estudos em Português e Matemática”, e todos pareciam bem satisfeitos com a construção do texto. Brincou-se com a palavra empoderamento. Em nenhum momento se pensou em empoderar o professor, em promover melhorias em seu trabalho, em proporcionar-lhe meios de ensinar para grupos tão diferentes, em lhe oferecer um “reforço” ou “nivelamento” pedagógico”. Aliás, isso não esteve em discussão em momento algum. Também os técnico-administrativos não reconheceram a necessidade de uma mudança em suas práticas no que diz respeito ao acolhimento dos estudantes e nas estratégias que pudessem surtir em permanência.
>
> Diário de campo de 25 de abril de 2018.

Se por um lado, este grupo compreende que a escola deve fazer algo em relação ao baixo aproveitamento em Matemática e Língua Portuguesa, resultado da educação precedente sempre muito criticada, continua entendendo que são os alunos, enquanto sujeitos individuais, que devem “reformar-se”, correr atrás do prejuízo, como se diz. Os servidores, tanto professores quanto técnico-administrativos, não sentem-se diretamente co-implicados nesse processo, e o que podem fazer é oferecer mais do mesmo. Mais aulas para quem não entendeu, sem perceberem a necessidade de transformar-se, ou transformar o conceito de aula, de escola, de conhecimento, tornando o processo como um todo mais inclusivo. Quem precisa de remendo ou conserto são sempre os alunos e não a escola, e isso não é exclusividade do IF-Catanduva. Além disso, o nivelamento proposto não reconhece a riqueza da diversidade, a possibilidade de reconhecer aptidões, habilidades, interesses por outras áreas do conhecimento formais e não-formais.

Quando pergunto “Para quem servem os Institutos Federais” vou além do entendimento dos autores que perguntam “a serviço de quem?”. Eu questiono também quem se encaixa nesta escola. Serve de servir, de caber. E muitos certamente não se ajustam a esta estrutura, e na impossibilidade de mudá-la, mudam-se dela. “Os incomodados que se retirem” – diz a frase popular. Mas não me refiro exclusivamente aos alunos.

Esta frase foi dita diversas vezes para nós servidores em momentos de reunião e nos corredores da escola: “Esta é uma instituição de ensino básico, técnico e profissional. Quem acha que está na Universidade, está no lugar errado!” Ou ainda “Quem não quiser dar aulas para Ensino Médio ou só quer fazer pesquisa, por favor, documente esta solicitação diretamente ao serviço de Recursos Humanos. Aproveite para assinar a exoneração”. Embora se recorra ao tripé “ensino, pesquisa e extensão”, não se costuma cutucar com mesma força aqueles que não “gostam” ou que não sabem desenvolver pesquisa, ou mesmo não se identificam com a extensão – talvez porque se entenda que não há possibilidades para todos.

Em muitas ocasiões e situações, operamos como se estivéssemos nos apropriando da instituição. “Eu certamente não, mas tenho certeza que o outro, sim”. No fogo cruzado que se vive no Câmpus, há faíscas e farpas que são reveladoras

de violência simbólica que se opera sobre os servidores. Revelam o quanto acreditamos sinceramente que alguém está se aproveitando da situação ao invés de estar sendo aproveitado, espoliado, explorado.

Na palestra de Cruz Sobrinho (2018) no IV CONEPT, um assunto foi abordado diversas vezes no mesmo ponto: estamos fazendo mau uso da instituição, estamos utilizando indevidamente a instituição, ou ainda, estamos fazendo mau uso em proveito próprio. Seguem alguns trechos da sua fala direcionada a servidores do IFSP de todos os Câmpus:

> **Enquanto servidor federal não pertencemos a nós mesmos.** No âmbito civil posso fazer o que não é proibido. Como servidores só podemos fazer o que é permitido em lei.
>
> (...)
>
> Se as minhas concepções e princípios individuais não estão de acordo com os princípios da instituição então eu estou no lugar errado. Então, eu tenho duas opções: me adequar, compreender ou então como dizem os alunos “VAZAR FORA”. E vai ser feliz. **Não posso transformar isso na minha casa.**
>
> (...)
>
> Já passam de 5, 6 mil as teses e dissertações sobre a rede federal, realizada pelos servidores com dinheiro da rede federal e afastamento com tempo integral e muitas das vezes **discutindo “metafísica pneumática” e qualquer outra coisa, menos aquilo que venha ao encontro da rede.**
>
> (,,,)
>
> Trago outra fofoca, não é o caso de vocês, o cara veio lá do doutorado de química orgânica, nunca deu aula na vida, a primeira vez que entra (na sala de aula) é um excelente químico orgânico, inquestionável, mas ele acha que o fato de ser doutor em química orgânica o legitima e já o habilita para entender de metodologia de ensino, de praticas de avaliação, de currículo, sem nunca ter lido um livrinho básico dessa dimensão. O inverso também é verdade. Existem muitos doutores em educação que entendem muito menos, ou praticam muito menos que os demais.
>
> (...)
>
> Nesses dias eu participava de um debate e uma colega enlouqueceu e disse “eu não vou dar aula no integrado”. Eu pedi pra ela o crachá. Ela estranhou e me deu o crachá. “Ufa. Achei que estávamos em lugares diferentes. Porque você também é professora da educação básica, técnica e tecnológica. E enquanto você for professora da

> educação básica, técnica e tecnológica você vai dar aula em todos os níveis, formas e modalidades". Mas o que o diretor faz se alguém faz isso? Faz uma ordem de serviço: manda trabalhar. (CRUZ SOBRINHO, 2018, palestra, grifos meus).

Embora em sua fala apontasse a necessidade de integração, alimentava rivalidades, trazendo de forma explícita o quanto compreende haver uma apropriação indevida dos IF por parte dos servidores, principalmente por parte do segmento docente. Essa fala pública, em formato de palestra, é reveladora de contradição. Fofocas não são contadas ao microfone. O que então estava sendo dito para não dizer outra coisa?

Quem ouve de fora poderia achar que no IF se trabalha pouco. E isso faz coro com o que se diz do funcionalismo público: sem iniciativa, sem compromisso, sem responsabilidade, como se precisasse de ordem de serviço para trabalhar.

Também há uma crítica acentuada ao academicismo, aos professores altamente titulados que não se identificam com o trabalho docente, mas ostentam seus doutorados. Há sarcasmo na sua fala ao dizer das superespecializações, das discussões de "metafísica pneumática", de assuntos que não interessam à rede, mas são financiados por ela.

O que parece faltar ao palestrante é a compreensão de que estes princípios não são individuais: pensar o individual antes do coletivo não é uma escolha e está impregnado na sociedade. Estas pessoas idealizadas para trabalhar no Instituto Federal ainda não existem, pelo menos no número que se faz necessário, e os nossos servidores refletem a formação que receberam. Além disso o processo de culpabilização e enxotamento – "adequar ou vazar fora" – além de não acolher, só contribui para outras exclusões.

Essas falas também estão presentes no IF-Catanduva:

> Falamos de assuntos diversos, todos preocupantes. Um regulamento novo ampliando a carga horaria docente teria data para começar. No segundo semestre de 2019, o mínimo de horas com aulas iria de 8 para 10, e o máximo de 12 para 14. "Com Bolsonaro na presidência vão nos achar aqui, e nossa carga horária vai para 30 horas", disse preocupada.

> Disse também que agora as PIT (Plano Individual de Trabalho Docente) serão disponibilizadas on-line para quem quiser ver. “Agora, sim. Tem gente que não sei como vai fazer”. (...) Disse haver muitas irregularidades no preenchimento das PIT. Pedi um exemplo e ela disse que o sujeito coloca 10 horas para elaboração de um projeto de pesquisa. No outro semestre, 10 horas para o mesmo projeto. “Agora não. Vai estar lá, pra quem quiser ver”. “Tem gente que coloca horas de plantão e no plantão marca consulta médica, não aparece. Tá uma várzea isso aqui”.
>
> Disse que as 30 horas para técnico-administrativos estão com os dias contados. Que ninguém sabe por que o Reitor ainda faz a concessão, quando em todos os outros Estados os técnico-administrativos teriam voltado a fazer 40 horas. “Não fizeram o concurso para 40 horas?” disse em tom alto. (...) “Os administrativos fazem o que bem entendem. Para haver uma redução no consumo do ar condicionado, condicionaram os horários de interrupção do ar aos seus horários de folga. O serviço de limpeza foi diminuído sem saber do fluxo das salas de aulas e banheiros”. Falou que “eles” (técnico-administrativos) não sabem o que acontece com “nós” (professores).
>
> A professora Fulana ainda contou que o diretor disse que em nosso câmpus não havia uma proporcionalidade entre servidores administrativos de uma e de outra faixa salarial. Que havia muitas irregularidades.
>
> O tom era de horror. De escândalo. Somado ao contexto de cortes e de perdas.
>
> Diário de Campo de 14 de novembro de 2018.

Ouvir um depoimento como estes me coloca em atenção especial. Não se trata de concordar ou discordar do seu posicionamento, mas compreender o sentido do que está sendo dito. O que ela diz não pode ser divorciado do contexto de produção, e assim, me ocupo com o que diz, mas também como e porque diz. Como afirma Sennet (2018, p. 19), “o etnógrafo atento aguça a audição para aquilo que leva as pessoas a se contradizerem ou se meterem num beco sem saída do entendimento”.

Parece haver uma contradição quando diz “Tá uma várzea isso aqui” com o medo de ampliar a jornada de trabalho: “Com Bolsonaro na presidência vão nos achar aqui, e nossa carga horária vai para 30 horas”. Ou seja, a professora Fulana realiza um trabalho reconhecido na instituição e consegue imaginar os prejuízos

resultantes em decorrência da intensificação do trabalho com alguma medida autoritária.

No entanto, trabalhando muito, compreende que nem todos se dedicam da mesma forma, no seu ritmo. “Vão nos achar aqui” se contrapõe ao desejo de “Vai estar lá, pra quem quiser ver”. Ela mesma fomenta essa necessidade de controle, como se não estivéssemos sendo suficientemente controlados com agendas eletrônicas, planos de trabalho virtuais, Currículo Lattes a mostra, salários a quem possa interessar nos Portais de Transparência, Plataforma Nilo Peçanha com dados de todos os IF e de todas as unidades.

Pejorativamente diz que a carga horária (em sala de aula) dos professores pode chegar a 30 horas, e a concessão das 30 horas dos técnico-administrativos lhe parece inconcebível. Embora não esteja dito, parece compreender que as horas de trabalho que alguém deixa de fazer caem sobre os ombros de alguém. Ao perguntar em voz alta “Não fizeram o concurso para 40 horas?” ela repete um jargão institucional, ela utiliza um enunciado que circula na escola e que um ano depois abre o regulamento que readéqua a jornada de trabalho dos técnico-administrativos[143]. O novo regulamento inicia exatamente nesse tom: “Art. 1º A jornada padrão do Instituto Federal de São Paulo é de 40 horas”. E a sua pergunta vai na mesma direção que Cruz Sobrinho sugere: adequação ou “vazar fora”.

A ideia de “nós” e “eles” não é uma marca da sua fala em específico. Não fosse Fulana falando, seria Beltrana, Ciclano... de outros assuntos, outras situações, mas igualmente afetados por essa certeza absoluta de que “o outro” está agindo de má fé. Daí a necessidade de controle que se faz presente em sua fala, que mostra uma naturalização desse recurso. Somos controlados e controlamos, somos vigiados e vigiamos. Enfim, cada um de nós é um olho do Rei(tor). Em verdade, somos mal assistidos.

Se os técnicos não sabem o que acontece conosco (professores), sabemos o que acontece com eles? Na outra ponta, ouvimos queixas em relação ao trabalho

[143] Regulamento da jornada de trabalho padrão e flexibilizada dos servidores técnico-administrativos em educação do IFSP, anexo à Portaria PORTARIA Nº 4292, DE 21 de novembro de 2019.

relapso de alguns professores, e o controle mais refinado se mostra igualmente como solução do problema:

> Enquanto espero, me deparo com uma conversa pouca amistosa num grupo de Whatsapp em que se apresentava novamente a situação de um laboratório de informática ter ficado com 21 estabilizadores de computadores ligados durante o feriado prolongado. Quem seria o professor que não desligara a chave geral? Era a assistente de alunos chamando a atenção para o consumo de energia desnecessário. O Diretor Adjunto Administrativo concorda e ainda complementa: "depois cortam o ar e todos vem aqui reclamar". Alguém se pronuncia e diz que não seria mais produtivo verificar quem teria sido o último a usar o laboratório ao invés do recado no grupo? Não me contive e disse que essa prática estava gerando uma desconfiança generalizada, todos procurando o culpado. Um professor pergunta se não justificaria uma tecnologia de controle de acesso. E pergunta o custo de um projeto semelhante à biometria do controle de ponto dos técnico-administrativos. Outro professor apresenta em longo texto a proposição de um projeto que poderia ser denominado "Guardiões da energia" envolvendo alunos de cada sala de aula. Seriam os alertas dos professores que deveriam lembrá-los de desligar a chave geral, o ar condicionado, trancar a porta e devolver a chave ao claviculário. Em troca, esses alunos receberiam pontos a mais na nota. Um coordenador de curso elogia e diz poder funcionar, criando o vínculo entre as pessoas e o IF. Concordei nesse aspecto, mas pronunciei-me contrária aos pontos a mais na avaliação, pois afinal, isso não tinha a ver com o processo de ensino e aprendizagem. O coordenador diz que levará a questão – sempre recorrente – para uma reunião de curso. De um lado os técnico-administrativos juntando forças para dizer que o problema era simples, assim como se faz em casa. Retruquei e disse que o problema era complexo e que exigia mais do que medidas paliativas. Fui vencida pelo sarcasmo.
>
> Diário de campo de 16 de outubro de 2019.

Fica uma sensação de que "Depois não digam que não avisei" o que se manifesta na fala: "Depois cortam o ar e vem todos aqui reclamar". Embora a menção seja para o ar condicionado, é interessante a forma como o técnico-administrativo do mais alto escalão se reporta aos cortes. Justo o ar, elemento essencial para o funcionamento do corpo, para continuidade da vida. E como se os cortes se dessem em decorrência do mau uso dos recursos públicos; novamente a culpabilização.

Chamo atenção para a fala de um professor sugerindo alguma tecnologia para maior controle, fazendo referência ao sistema biométrico de controle de frequência dos técnico-administrativos. A sua sugestão toca um ponto frágil na relação entre os dois segmentos, lembrando sutil e talvez nem intencionalmente, que somente os técnico-administrativos batem o ponto regularmente[144].

Esse trecho do diário de campo revela não só a polaridade entre professores e técnico-administrativos, mas mostra também outra contradição: se há falta de zelo, por outro lado, há cuidado. Não se trata de várzea, de terra arrasada. Alguém levanta uma polêmica pedindo atenção, mostra-se comprometido com a energia que se dispersa. Além disso, alguns problemas se mostram como fáceis de serem resolvidos, tal como se faz em casa. O IF em muitas ocasiões se mostrou como a extensão de nossas casas, ou a própria casa, o que chamei mais a frente de IF-mãe.

Como afirma Sennet:

> A infelicidade com uma instituição pode coexistir com um forte compromisso em relação a ela; ainda que infeliz, uma pessoa que tem espaço para entender o que acontece em sua área de vivência estabelece vínculos com a organização. (2018, p. 39).

5.9 Intensificação e fragmentação do trabalho

Como técnica-administrativa tinha a sensação de escolher meu horário de trabalho, e me incomodava com a burocracia de ter que ajustar e justificar minutos excedentes – para menos e para mais. Quando me tornei docente do IF, a maior vantagem era não ter que registrar o ponto eletrônico, o que era extremamente gratificante ante a forma de controle anterior. Embora tivesse sentido na pele que o trabalho se ampliava, tinha nítida sensação de liberdade. No cargo de Técnico em Assuntos Educacionais não compreendia uma atitude considerada estranha por parte de um professor. Era o único a passar religiosamente o ponto eletrônico por

[144] Os docentes tiveram o registro de frequência liberado em 1º de maio de 2015, numa posição da Reitoria que afirmava construir um ambiente de trabalho baseado na **confiança no servidor** e favorável ao desenvolvimento acadêmico e profissional, conforme Comunicado 05/2015/RET. Nestes termos, obrigar o ponto significaria uma relação de menor confiança?

livre e espontânea vontade. Essa excentricidade foi explicada pelo docente da seguinte maneira: só assim poderia compensar as horas trabalhadas a mais, que não eram poucas.

Quando migrei de cargo, depois de dadas as aulas que me cabiam e das quais não podia fugir, o planejamento de aulas realizado em locais de livre escolha na proporção de hora-aulas ministradas, o tempo restante podia ser usado em atividades de representação, em extensão, em pesquisa e inovação, em formação continuava, enfim, “um mundo de oportunidades”.

Ao ler a Resolução 109 tem se a impressão de que é possível realizar um trabalho ao sabor das particularidades de cada professor, de suas preferências, afinidades, aptidões profissionais e de formação acadêmica. Como se um leque grande de possibilidades se abrisse e viabilizasse a composição de um trabalho singularizado e significativo.

No entanto, no entendimento de Laval (2004), a escola flexível é o reflexo de uma sociedade de mercado, regida pelo capital:

> O neoliberalismo visa à eliminação de toda “rigidez, inclusive psíquica, em nome das situações as mais variadas que o indivíduo encontra, tanto no seu trabalho quanto na sua existência. A economia foi colocada, mais do que nunca no centro da vida individual e coletiva, sendo os únicos valores sociais legítimos os da eficácia produtiva, da mobilidade individual, mental e afetiva e do sucesso pessoal. Isso não pode deixar ileso o conjunto do sistema normativo de uma sociedade e seu sistema de educação. (LAVAL, 2004, p. 14).

A Resolução 109 apresenta um formato flexível de trabalho que vem ao encontro de um mundo aberto ao consumo, atendendo aos desejos dos consumidores mais exigentes. Assim como hoje se escolhe um xampu: para cabelos crespos, cacheados, ondulados, lisos, “desmaiados”; secos nas pontas, oleosos na raiz, tratados com ou sem “química”. Há xampus para aumentar o volume ou reduzi-lo, torná-lo mais sedoso, mais luminoso. Xampus anti-caspa, anti-queda, anti-frizz, anti-nós, anti-insônia e anti-stress, que se combinam com outros produtos como condicionadores, cremes para pentear, cremes de hidratação, óleos e finalizadores

capilares. Por vezes há edições especiais de algum produto para um público bastante restrito que promovem a ideia de que quem pode usufruir dessas iguarias deve ser alguém bastante especial. Dos mais diferentes extratos de ervas e as mais diversas fragrâncias, temos a certeza de que somos nós quem estamos fazendo as escolhas, quando em verdade somos escolhidos.

A 109 é isso: nem tudo é para todos.

A 109 – aprovada Ad referendum pelo CONSUP – regula a vida dos professores sem que se sintam regulados. Afinal, fazem-se escolhas diversas a partir de uma lógica de fragmentação de 40 horas semanais, expressos em formulários específicos cujo primeiro deles é denominado Folha de Preferência de Atividades (FPA), um nome por si só sugestivo. Ao se passar pelo PIT (Plano Individual de Trabalho) e chegar ao RIT (Relatório Individual de Atividades) a carga horária em muitos casos extrapola as 40 horas, embora o excesso não possa ser registrado.

No quadro abaixo, apresento um esquema das possibilidades de composição do trabalho de um professor do IFSP, a partir da Resolução 109 (IFSP, 2015 e).

QUADRO 9: Atividades docentes do IFSP com base na Resolução 109/2015

ATIVIDADES DOCENTES						
Ensino			Pesquisa e Inovação	Extensão	Administra-ção e Representa-ção	Formação Continuada
Regência de Aulas	Organização do Ensino	Atividades de Apoio ao Ensino				
Presencial ou a distância	I.Prepara-ção, individual ou coletiva, de aulas, de ambientes didáticos e de materiais de ensino; II.Elabora-ção, individual ou coletiva de planos de ensino e planos de aula; III.Produção,	I.Atendimen-to ao aluno; II.Reuniões pedagógica, de área, de curso e de Núcleo Docente Estruturante; III.Recupera-ção Paralela; IV.Plantão semanal para eventuais substitui-ções; V.Coordena-	I.Elaboração, submissão ou parecer de projetos, com ou sem fomento, para editais internos e externos; II.Coordena-ção ou participação de projeto ou programa; III.Orientação ou coorienta-ção de bolsistas em	I.Elaboração e submissão de projetos de extensão; II.Coordena-ção ou participa-ção em programa ou projeto social, comunitário, cultural ou esportivo; III.Planejament o e organização de evento; IV.	I.Exercício de cargo de direção (CD), Função Gratificada (FG) e Função Comissionada de Coordenação de curso (FCC); II. Exercício de funções não gratificadas designadas por ato institucional; III.Participação em comissões, conselhos, colegiados,	I. Estar matriculado em curso de qualquer nível e modalidade; II.Estar matriculado em cursos livres ou de curta duração; III. Participação em treinamento institucional e curso em serviço; IV.

	individual ou coletiva, ou correção de instrumentos de avaliação; IV.Registro de Informações acadêmicas.	ção, supervisão ou orientação de estágio; VI.Orienta-ção ou coorientação de trabalhos de conclusão de curso ou equivalente; VII.Elabora-ção, coordenação ou participação de projetos de ensino; VIII.Orienta-ção ou supervisão de atividades de Atividades Complemen-tares ou Acadêmico-Científico culturais; IX.Participa-ção em banca de avaliação de trabalho de conclusão de curso ou equivalente; X.Orientação ou supervisão de monitores ou bolsistas; XI.Organiza-ção e acompanha-mento de alunos em viagens ou visitas técnicas ou culturais; XII.Prepara-ção de ambientes virtuais de aprendiza-gem	programas ou projetos; IV. Elabora-ção, submissão ou parecer de trabalho para evento ou periódico acadêmico ou científico; V. Elaboração e submissão de pedido de patente, registro de software, desenho industrial ou projeto piloto; VI.Elaboração ou tradução de livros, capítulo de livros, cartilhas, boletins e manuais técnicos; VII. Participação em equipe editorial ou revisão de artigo em periódico acadêmico, científico ou cultural; VIII. Liderança ou participação em grupos de pesquisa cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq; IX. Organiza-ção ou participação em eventos científicos ou outras atividades para popularização da ciência e tecnologia.	Participação em programa de aproximação entre escola e empresa ou instituição; VI. Consultoria, assessoria, prestação de serviços, parecer e perícia institucional e transferência de tecnologia; VI. Orientação de aluno, bolsista ou não, em programa ou projeto; VII. Organização de viagens ou visitas técnicas ou culturais; VIII. Curadoria; IX. Participação em comitês de normas técnicas.	comitês e núcleos institucionais, permanentes ou temporários, internos ou externos, com carga horária semanal definida na portaria que designa o docente para atividade; IV. representação Institucional do IFSP; V. Representação na entidade sindical que legalmente representa a categoria.	Participação em congresso, feira, seminário, workshop, mostra e eventos correlatos; V. Participação em grupo de estudo autorizado institucionalme nte; VI. Estar matriculado em disciplina isolada; VII. Estágio de pós-doutoramento.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Resolução 109/2015

A 109 é clara em dizer que “A carga horária semanal do docente será composta de: I. regência de aulas, II. organização do ensino, III. atividades de apoio ao ensino e IV. Atividades complementares” (IFSP, 2015e, p. 2).

Portanto, “pesquisa e inovação”, “extensão”, “representação” e “formação continuada” não são outras coisas senão atividades complementares.

Cada uma das atividades que compõe o trabalho do docente é novamente subdividida, gerando o profissional multitarefas. Nessa lógica da cisão que se verifica no Quadro 9, a regência de aulas é apresentada de forma um tanto simplificada, considerando duas possibilidades (presencial e virtual). Com tantas subdivisões apresentadas, chama a atenção que uma instituição de ensino não tenha mais nada a dizer sobre a regência de aulas. Talvez porque não entenda de fato a complexidade desse processo e suas variáveis, e este seja reduzido a aulas expositivas. Poderia se pensar que a regência de aulas é o que menos dá trabalho no IFSP?

Embora o Quadro 9 apresente a regência de aulas de modo reduzido é a partir dali que todo o resto se define. Do número de horas de aulas que podem variar de 8 a 12[145] – cuja definição nem sempre é uma preferência – é gerado o número de horas para a Organização do ensino. Portanto, um professor que ministre 12 horas de aulas tem garantidos 12 horas para seu planejamento, que pode acontecer de forma individual ou coletiva. No entanto, ao se prever que a Organização do ensino ocorra em local e horário de livre escolha, o coletivo acaba por se esvaziar. Cada um por si, em seu canto, portanto. Chama ainda atenção para o fato de a Organização do ensino ser pensada coletivamente, mas a Regência, a princípio, individual – presencial ou virtual.

Se já temos 12 horas de Regência, mais 12 de Organização do ensino, já temos mais da metade da carga horária. E ainda não chegamos aos complementos. Somam-se 1 hora de atendimento ao aluno e 2 horas de reuniões (de área[146], de

[145] A critério exclusivo do docente pode-se chegar a 16 horas de regência na semana. Um olhar atento mostra que não se trata exatamente de uma escolha pessoal. Professores substitutos também não devem extrapolar esse número, no entanto, não lhes cabe a escolha por menos horas em sala de aula.

[146] Não há mais a existência de reuniões de áreas, mas não se faz menção às reuniões gerais na Resolução 109. As reuniões de curso não substituem as de NDE ou vice-versa. Na 109 também não se faz menção às reuniões de Conselho de Classe.

curso, de Núcleo Docente Estruturante). Se o professor der aulas na Educação Básica, não escapa da recuperação paralela, a menos que seus alunos ou ele mesmo seja um gênio. Se for da Licenciatura, possivelmente não escapará da supervisão ou orientação de estágio. Se houver exigência de TCC em seus cursos, igualmente estará comprometido. E ainda há outras atividades que não são previstas no início dos semestres e que fazem o cálculo de 40 horas nunca fechar – por maior que seja nossa valorização à Matemática e as Ciências ditas exatas. “Do nada”, aparecem bancas de TCC, a necessidade de acompanhar alunos em visitas técnicas, convite para participação de avaliação em processo seletivo simplificado para contratação de professor substituto. Estas tarefas, por exemplo, ou são empurradas para frente para um colega um pouco mais disponível ou acabam sendo espremidas dentre outras atividades.

Enfim, quantas horas ainda restam para pesquisa e extensão, que junto ao ensino formam o tripé dito indissociável? A alternativa é utilizar as horas da Organização do ensino. Afinal, já se incorporou a ideia de que planejamento é para os iniciantes – uma violência simbólica que tem um custo altíssimo para a instituição. Um olhar cuidadoso mostra uma lacuna. Em meio ao detalhamento de tantas micro-atividades na Organização do Ensino não se prevê a leitura – essa atividade introspectiva que deveria permear todas as outras como a construção dos ambientes e/ou materiais de ensino, a feitura dos planos de ensino e de aulas, explicitados no texto da Resolução 109. Talvez o estudo esteja implícito na expressão Preparação do Ensino ou quem sabe na atividade Formação Continuada – nesse caso, desde que vinculada a um curso, a uma instituição, a um programa, a uma disciplina isolada ou ainda a um grupo de estudos institucionalizado. Mas se a regência é individual, por que o estudo seria coletivo?

Tácita e estrategicamente não há espaço para leitura no IF[147]. Com tantas subdivisões, talvez fosse oportuno inseri-la como trabalho específico e, inclusive, vinculá-la também às reuniões permitindo um conhecimento prévio de documentos como leis, resoluções, minutas, portarias, etc que as subsidiam. Quem sabe para cada hora de reunião não se devesse ter também uma hora de leitura dos

[147] No ano de 2018 não houve sequer recursos financeiros específicos para a compra de livros. E na ata de 5 de abril de 2018 já apresentada nesta tese se lia que “os cursos *que necessitarem* de livros devem adquiri-los com o valor repassado ao curso”. (grifos meus) cfe. IFSP, 2018c.

documentos que a acompanham? Não teríamos uma participação mais efetiva nestes momentos?

Embora a regência de aulas seja apresentada com simplicidade, a 109 apresenta formas de “evadir-se” delas, total ou parcialmente, com cargos de direção, coordenação, representação em Comissão Permanente de Pessoal Docente, representação sindical, desenvolvimento de projeto institucional. Mas, essas possibilidades não são para todos, pois dependendo da área do concurso prestado e da quantidade de aulas, não há muitas alternativas para esses professores. Com bom capital social, é possível contar com a ajuda e boa vontade de professores de áreas correlatas para dividir essas aulas.

Sobre as atividades de pesquisa soa até estranha a fragmentação proposta na Resolução 109. Fica a impressão de que o professor que não submete projetos de pesquisa ou os orienta uma vez aprovados pelos órgãos de fomento cada vez com recursos mais escassos, poderia escrever artigos, capítulos de livros, submeter pedido de patentes, participar de eventos científicos, etc. como se estas atividades não estivessem vinculadas aquelas. Ou seja, de onde brotam os insumos para a publicação e para a popularização da ciência e tecnologia senão no desenvolvimento da pesquisa?

A indissociabilidade entre ensino e pesquisa deriva da necessidade de participar da renovação dos saberes, a partir dos conhecimentos acumulados historicamente. Daí, a constatação de que quem pesquisa, também estuda, lê, e quem não pesquisa pode ser fadado à repetição, ao “copia e cola” dos planos de aula, ano a ano. Enfim, Dardot e Laval (2017) tem sensibilidade para afirmarem que “o conhecimento não é nem naturalmente raro nem naturalmente abundante. A produção, a circulação e o uso do conhecimento dependem das instituições que organizam e moldam as práticas” (p. 195).

A separação das atividades em quadrículas específicas faz com que os estágios sejam da categoria ensino, não da extensão. Nem sempre se vislumbra a relação TCC e extensão. Assim como a consultoria, assessoria, transferência de tecnologia nem sempre sejam vistas como correlacionadas, amarrando extensão e pesquisa. O trabalho se amontoa feito pedra e não como terra ou água. Dessa necessidade que o IFSP encontra em dividir, em cindir, em dizer o que pertence a

qual tipo de atividade, a com-unidade pode ficar de fora, ou participar apenas como ouvinte dos inúmeros eventos ali promovidos. Esse formato proposto não é só formal, *não é só* para constar nos formulários e controlar os procedimentos, controla-nos subjetivamente. Faz com que a unidade (inclusive de pensamento) se desintegre, se evada.

E se é possível compreender que a Resolução 109/2015 pode controlar a atividade docente, isso fica ainda mais latente com a Portaria 4658/2019, que define a carga horária para cada atividade, partindo da premissa de que vai corrigir distorções. Desconheço como essas cargas horárias foram estabelecidas, se partiram de experiências concretas do que já vinha se praticando dentro do IFSP e por quem. O que enfatizo é que acabamos naturalizando que para cada atividade há um período de tempo padrão, que todos temos de nos sujeitar a realizar mesmas atividades dentro de um formato pré-definido. A ideia é de que o ferramental construído e apresentado por meio da Portaria possa subsidiar a composição de um mosaico do que se faz dentro do IFSP.

Mas como mostrei em outros momentos desta tese, a pluralidade de formas também tende a se pronunciar de uma forma ou de outra. A individualidade se manifesta quando os fragmentários PIT tendem a se apresentar com erros na forma de representar nossas jornadas de trabalho.

O Memorando Circular Nº 013/IFSP/CTD/CAAD/2018 (IFSP, 2018d) é um bom exemplo e apresenta a situação recorrente (semestre a semestre) de os docentes terem de refazer os Planos Individuais de Trabalho ou Relatórios Individuais de Trabalho. O anexo do memorando apresenta que dentre 78 docentes (entre efetivos e substitutos), 36 tiveram que refazer seus PIT, 2 tiveram que entregar seus RIT e apenas 27 tenham seus Planos e Relatórios aprovados no segundo semestre de 2018. Observa-se que dos 40 docentes que estão numa situação verde – confortável – 13 estão afastados e, nesta condição, não precisavam preencher os documentos.

Na figura abaixo, o número de matrícula foi alterado, mas foram mantidas as cores para sinalização da situação de cada professor do Câmpus, tal como foi apresentado no memorando. Utilizando a metáfora do semáforo, podemos inferir que a situação não pede apenas atenção. Considerando o IF-Catanduva em seu

conjunto de professores, a situação está mais próxima à possibilidade de se ficar parado ante a possibilidade de seguir em frente.

Figura 10: Resultado das Avaliações PIT segundo semestre 2018

Matrícula*	Situação
000001	APROVADO
000002	CORRIGIR
000003	APROVADO
000004	CORRIGIR
000005	APROVADO
000006	AFASTADO
000007	CORRIGIR
000008	APROVADO
000009	APROVADO
000010	AFASTADO
000011	CORRIGIR
000012	CORRIGIR
000013	APROVADO
000014	CORRIGIR
000015	APROVADO
000016	CORRIGIR
000017	CORRIGIR
000018	APROVADO
000019	CORRIGIR
000020	ENTREGAR RIT
000021	CORRIGIR
000022	CORRIGIR
000023	AFASTADO
000024	APROVADO
000025	CORRIGIR
000026	AFASTADO
000027	CORRIGIR
000028	APROVADO
000029	AFASTADO
000030	CORRIGIR

Matrícula	Situação
000031	AFASTADO
000032	APROVADO
000033	APROVADO
000034	CORRIGIR
000035	APROVADO
000036	APROVADO
000037	CORRIGIR
000038	AFASTADO
000039	AFASTADO
000040	CORRIGIR
000041	CORRIGIR
000042	CORRIGIR
000043	APROVADO
000044	AFASTADO
000045	ENTREGAR RIT
000046	AFASTADO
000047	CORRIGIR
000048	CORRIGIR
000049	AFASTADO
000050	CORRIGIR
000051	APROVADO
000052	CORRIGIR
000053	APROVADO
000054	APROVADO
000055	CORRIGIR
000056	AFASTADO
000057	CORRIGIR
000058	CORRIGIR
000059	CORRIGIR
000060	APROVADO

Matrícula	Situação
000061	CORRIGIR
000062	APROVADO
000063	CORRIGIR
000064	CORRIGIR
000065	CORRIGIR
000066	APROVADO
000067	APROVADO
000068	APROVADO
000069	APROVADO
000070	CORRIGIR
000071	CORRIGIR
000072	APROVADO
000073	APROVADO
000074	CORRIGIR
000075	AFASTADO
000076	CORRIGIR
000077	CORRIGIR
000078	APROVADO

FONTE: Anexo 1, MEMO CIRCULAR Nº 013/IFSP/CTD/CAAD/2018.

Não faltam reuniões para explicitação de como preencher os formulários, ou construção de manuais “passo a passo” para que seja realizado corretamente uma única vez, e não se perca mais tempo com a refacção. Não se trata disso. Não é esse o antídoto para o veneno.

> [No I Encontro de Professores de Educação/Pedagogia] Uma das professoras afirmou: “O Câncer do IF é o PIT!” referindo-se ao trabalho docente fragmentado e extensivo às 40 horas. “Se trabalha muito mais do que se registra no PIT. Não cabem todas as horas, todas as atividades realizadas”.
>
> Diário de Campo de 18 de setembro de 2018.

A figura metafórica do câncer não podia ser mais elucidativa, pois nesta grave enfermidade ocorre uma reprodução de células de maneira desordenada e descontrolada. O excesso de células vai invadindo progressivamente todo o organismo, adoecendo o corpo em sua totalidade.

Talvez tenha passado da hora de reivindicarmos por outros esquemas, inclusive de pensamento, mais integrados e significativos. Talvez tenha passado da hora de reivindicarmos por Planos e Relatórios Coletivos de Trabalho, para que possamos desenvolver em conjunto o que em separado só tem nos exposto à degradação.

Por tudo isso afirmo que não são os professores que escolhem as suas atividades, mas são antes escolhidos. As horas-aula não são igualmente distribuídas, além disso, não se faz a escolha por diferentes níveis de ensino, por muitas turmas, por muitos cursos, por muitos alunos, por muitas disciplinas diferentes. Daí que desenvolver pesquisa ou extensão não se coloca como uma opção que possa ser desenvolvida em pé de igualdade por todos. Estas atividades escolhem os professores com as melhores condições.

Alguns poucos conseguem realizar pesquisa porque não estão presos e amarrados tão fortemente às aulas na Educação Básica, e por extensão, aos conselhos de classe, às reuniões de pais, à recuperação paralela, isso tudo que não

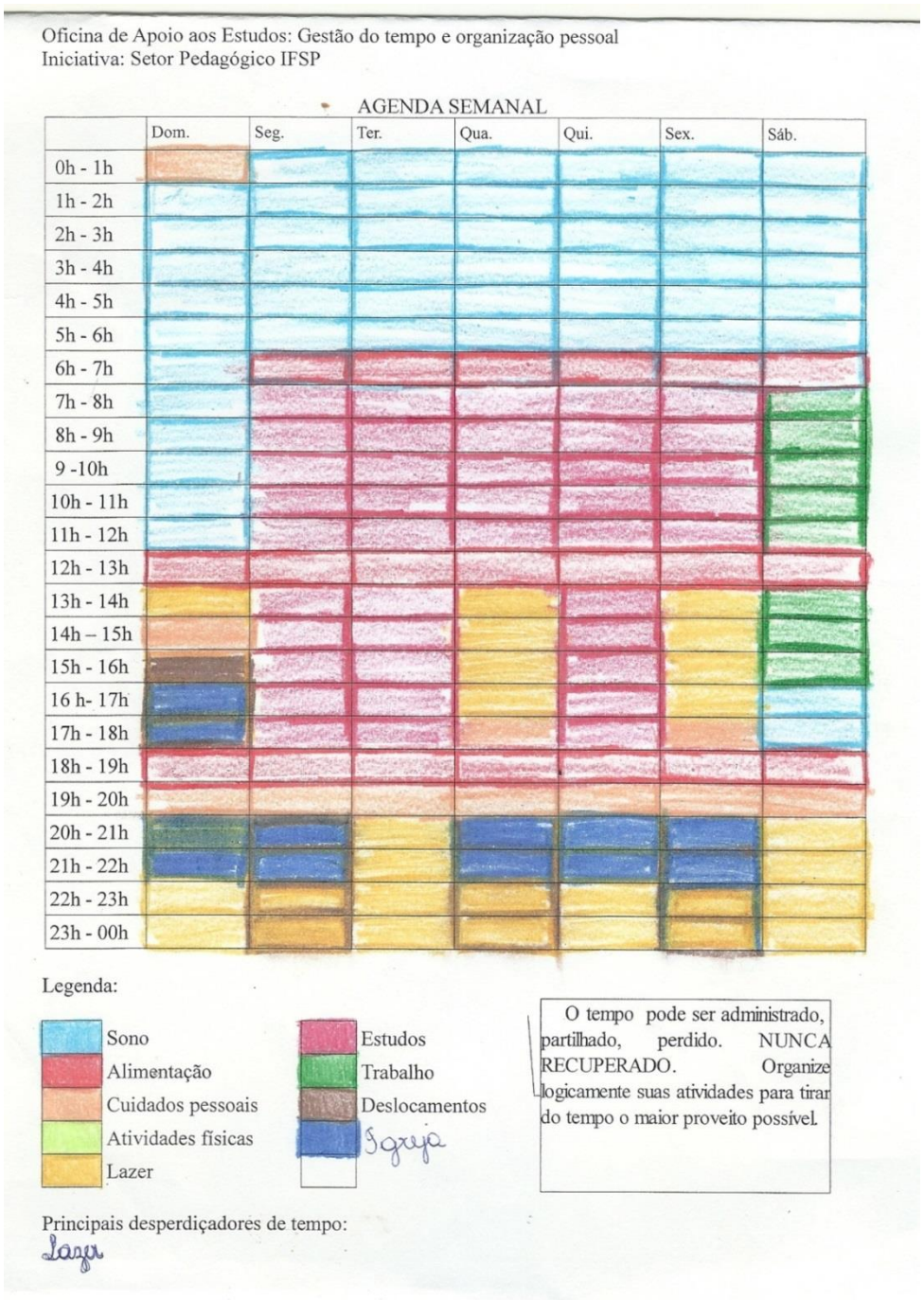
rende currículo, não alimenta o *Lattes*. Quem faz pesquisa no IF-Catanduva ganha holofotes nas mídias internas. Normalmente aos pesquisadores se atribui a vocação e o dom, mas há condições mais favoráveis a uns do que a outros, dentro e fora da instituição. A pesquisa no IF-Catanduva tende a escolher homens, ligados às áreas técnicas; a disponibilidade e disposição de alguns está relacionada (não só, mas também) à indisponibilidade de outros.

Também é certo dizer que o IF abre muitas oportunidades, mas para que sejam realizadas é preciso ultrapassar as 40 horas, sacrificando muitas vezes, os cuidados básicos de si, como as necessidades de sono, alimentação, atividade física, lazer e trocas afetivas.

Talvez por tudo isso, muitos deixem-se escolher ou são escolhidos para participar de comissões e organização de eventos, como veremos a frente. Contudo, ainda acreditamos que somos nós quem está dando o nó, quando evidentemente estamos sendo enrolados. Assim, o que nos parece ser uma escolha individual diante de um modelo flexível está longe se assim se constituir, sendo que seus efeitos humanamente empobrecedores respingam diretamente sobre os nossos alunos, que não escapam dessa estrutura massificada e massificadora.

Essa pesquisa possibilita rir da própria desgraça. O registro abaixo partiu de uma atividade da qual participei como mentora, na ocasião em que exercia o cargo de TAE. Nesse cargo propus e desenvolvi atividades com a intenção de ajudar os estudantes e os professores. Outra ideia chamava-se “Formação de Equipes de Alta Perfomance”, que não teve adesão por parte de professores e técnico-administrativos.

Figura 11: Gestão do tempo e organização pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

A atividade proposta tinha como objetivo ajudar os estudantes de diversos cursos a se organizarem em relação à distribuição do tempo, de modo que todas as atividades coubessem “logicamente” na semana. A ideia era tornar a semana produtiva, eliminando do cronograma tudo aquilo que escapava a essa racionalidade. O lazer, nesse esquema, é considerado um desperdiçador de tempo,

e não o elemento que dá sentido para a vida, que recompensa as horas envolvidas com os estudos, seja no IF, seja em casa. O tempo investido em lazer é visto como um desperdício, como algo que se perdeu e não será recuperado. Cedo essa aluna entendeu a lógica produtiva do IF-Catanduva. O que parece faltar a este IF é uma tecnologia educacional para se ganhar mais tempo livre e não reduzi-lo.

Essa forma de objetivar o tempo – descontínuo, fragmentado – imita os nossos PIT e próprio logotipo do IF, com seus módulos justapostos. De acordo com o significado da logomarca, em sua concepção original, a mesma representa “o homem integrado e funcional” (BRASIL, 2015, p. 4). Sobre este último atributo, isso é clarividente em sua proposta educacional. Aliás, a epígrafe que abre esta tese remete ao homem útil à família e à pátria, qualidade que se perseguiu ao longo de mais de um século. Quanto ao aspecto integrado, o símbolo parece indicar inúmeras oportunidades. E de fato, são muitas no IF. No entanto, “integrado” está mais para o aspecto qualitativo do que para o aspecto quantitativo.

O mundo de oportunidades que o IFSP tanto propala pode pecar pelo excesso. Nem todos entram nesse mundo, e quem entra, nem sempre consegue acompanhar toda a variedade oferecida. Nem sempre são os alunos que ajudam a estabelecer as suas prioridades, a escolher possibilidades. Mas uma coisa é certa: elas prometem a construção de um futuro.

Figura 12: Campanha de divulgação do processo seletivo para cursos técnicos IFSP

Fonte: Portal Institucional do IFSP, 2019.

Ajustar essas oportunidades de forma significativa é o grande desafio que se impõe, uma vez que a “maximização do potencial produtivo da educação” pode acarretar no esvaziamento dos modelos propostos (MASSCHELEIN e SIMONS, 2018).

5.10 “O IF é uma mãe!”

Quantas vezes ouvi essa expressão e também a repeti para dizer da satisfação de trabalhar numa escola como esta. Uma frase de efeito, pronta, usada para enaltecer a instituição e quem nela trabalha, afugentar maus fluidos, combater lamentações e recepcionar os recém empossados. A figura sugere uma instituição dando a mão aquele que dela se origina.

Figura 13: Imagem alusiva ao dia das mães no ano de 2018

Fonte: Portal Institucional do IFSP, 2018

Poderia aqui questionar o quão equivocado é o termo “mãe” ao remeter a uma figura estereotipada do feminino e da maternidade, como se todas as mães fossem iguais e zelassem bondosamente pelos seus filhos. Mas minha intenção aqui é trazer alguns aspectos que colocam em dúvida essa imagem do “IF mãe” como fonte inesgotável de virtudes.

Aos servidores técnico-administrativos o IF-mãe remete à flexibilidade dos horários, ao tipo de trabalho realizado, às condições para execução do mesmo. “*Depois que foram colocados os ares condicionados então, ficou uma beleza*! *Ninguém quer mais outro trabalho, seja na iniciativa privada, seja na rede pública*.” Concessão para trabalhar 30 horas ao invés de 40 horas, e nos períodos de férias

discentes, trabalho remoto; o TLLE (trabalho de local de livre escolha) vem para equilibrar tensas relações entre docentes e técnico-administrativos.

O IFSP também se apresenta como uma instituição flexível, como já se apresentou acima. Uma forma aberta que promoveria as mais diversas composições de um trabalho de 20, 40 horas ou ainda 40 horas em Regime de Dedicação Exclusiva. Este último o mais atrativo em termos salariais: em 2019, em todo o Câmpus tínhamos apenas dois professores fora desse regime de um total de 69 efetivos.

No IF-mãe conta-se com carga horária flexibilizada e afastamentos remunerados para qualificação. Para os técnico-administrativos, há exigência de se cumprir o estágio probatório de 3 anos. Mas para os docentes, pode-se conseguir o afastamento para qualificação sem nunca ter entrado em sala de aula.

É bem verdade que o IF-mãe é referido aos servidores efetivos.[148]Aos substitutos e terceirizados as relações de trabalho se dão em outros termos. Eles não tem assento em órgãos colegiados e participam como expectadores dos processos eleitorais internos à instituição. Seus contratos são temporários, e dessa forma, se apresentam como peças descartáveis. Em contato provisório no IF, passam a desejar para si uma condição diferente, e raro que o professor substituto não comece a prestar concurso após (ou ainda durante) esta experiência que não ultrapassa dois anos de trabalho. Conforme Lewkowicz e Cantarelli, “a condição temporária de um emprego não é acidente, mas a temporalidade específica do trabalho atual” (2003, p. 44). Assim, no IF-Catanduva, os substitutos ocupam um lugar estratégico: de nos fazer lembrar o que não somos, de nos evocar constantemente aquilo que se convencionou dizer ser privilégio, do qual seríamos detentores.

Boltanski e Chiapelo (2009) apresentam uma série de microdeslocamentos que transformaram o emprego normal – “com contrato com tempo indeterminado em tempo integral num local de trabalho identificável e estável, com possibilidade de carreira, cobertura dos riscos sociais e presença sindical nos locais de trabalho” (p.

[148] Uma busca no SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública – identificou que desde o início das atividades do Campus Catanduva, portanto, de 2010 a 2019, tivemos apenas três exonerações de professores, todas voluntárias. Um dos professores trocou o IFSP pela UNESP, e outros dois, pela iniciativa privada.

250) em exceção. Nesse sentido, estar numa posição hoje *anormal* para os parâmetros atuais, nos faz vidraça.

Numa sociedade profundamente marcada por desigualdades, já não se sabe ao certo quem são os parasitas do Estado, e os servidores públicos da educação tem sido alvo de injúrias nesse sentido, embora alguns se acomodem nessa confusão. Por outro lado, o fato de estarmos numa situação (mais) confortável no sentido da estabilidade parece nos eximir da responsabilidade com as categorias menos favorecidas.

> Dentre outros assuntos falei da minha substituta com 19horas/aula no próximo semestre. Frisei que precisaríamos olhar com atenção para os temporários. “Ah, mas 19h aulas não matam ninguém. Eu dava 50 horas/aula na rede privada antes de entrar aqui” – disse enfático.
>
> Diário de Campo, 31 de outubro de 2018.

Essa conversa de ter dado muito mais aulas fora do IF é bastante recorrente entre os professores que vieram da iniciativa privada ou da rede estadual de ensino. Assim, o fato de se ter como parâmetro o que acontece fora dos IF, faz com que não se veja muitas vezes os problemas no seu interior.

Como escreve uma professora de outro câmpus do IFSP por e-mail:

> “Temo por mudanças nos nossos planos de carreira, por exemplo. Confesso que como já lecionei 63 aulas semanais, **o IF é o luxo da minha vida**, mas sei que não deveria achar isso, quero dizer que maior número de aulas não me assusta. Menos pesquisa, extensão e salário sim.”

Fonte: Arquivo pessoal

É interessante perceber uma contradição: a professora não se assusta com maior número de aulas, mas sim com a diminuição de pesquisa e extensão, como se o primeiro fator não alterasse o segundo. E mais: se o volume de trabalho aumenta, o salário sofre um achatamento que não se faz claramente perceptível.

E o que não se diz sobre esses empregos ditos de luxo?

O que não se diz sobre a flexibilidade “palavra-chave do liberalismo, isto é, o trabalho noturno, o trabalho nos fins-de-semana, as horas irregulares de trabalho, coisas inscritas desde toda a eternidade dos sonhos patronais”? De acordo com o Bourdieu, “o neoliberalismo faz voltar, sob as aparências de uma mensagem muito chique e muito moderna, as ideias mais arcaicas do patronato mais arcaico” (1998, p. 16), apresentando como revolução o que não passa de restauração.

5.11 “Euforia, desilusão, adoecimento e cura”

Ao ingressar no IF-Catanduva tem-se a sensação de uma escola diferente.

Por ser uma instituição híbrida que reúne cursos da educação básica à pós-graduação, os professores e técnico-administrativos precisam atender um público diversificado. Isso por si só implica em trabalho dobrado ou triplicado. Uma equação que multiplica ao mesmo tempo que divide (fragmenta) o trabalho, resulta o que fazemos hoje no IFSP e o que o IFSP faz de seus servidores.

Há setores evidentemente sobrecarregados como a Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos (secretaria), a coordenadoria de gestão de pessoas, a coordenadoria sociopedagógica. Um psicólogo, uma assistente social, uma tradutora intérprete de libras não são suficientes para o porte de um câmpus que deve atender 1200 alunos.

Na área da docência temos os professores solitários também: um da área de Pedagogia, um de Gestão, um da Filosofia, um da Sociologia, um de Artes, um de Educação Física. Se por um lado o professor de Pedagogia acumula muitas disciplinas diferentes (7 só na Licenciatura), o professor de Gestão transita por vários cursos, os professores de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física acumulam alunos (só no Ensino Médio podem chegar ao número de 360). Somos uma empresa enxuta.

No IFSP, o trabalho é extremamente diversificado. Como disse uma professora “fazemos de parto a infarto”. O tripé ensino, pesquisa e extensão se desdobra em muitas atividades diferentes como já vimos por meio da análise da Resolução 109.

No IF-Catanduva há possibilidade de encontrar um professor dando aulas, elaborando ou corrigindo provas, lançando notas e faltas no diário eletrônico. Mas também escrevendo um projeto ou relatório de pesquisa ou de extensão, orientando um aluno nessas atividades ou ainda ele mesmo pondo a “mão na massa”, fazendo comida para algum evento, quem sabe fazendo uma arte em *power point* para alguma divulgação, costurando fuxico para ornamentar a festa junina, levantando fundos para pagar roupa de formatura de aluno carente, fazendo orçamento de lista de livros para a biblioteca ou de reagente para o laboratório, fiscalizando contratos de funcionários terceirizados, participando de mutirão de limpeza, separando lixo, participando de desfazimento de mobiliário, dirigindo o carro oficial para entregar algum ofício em algum órgão público ou empresa, panfletando nas ruas para divulgar a escola.

São inúmeras as reuniões dos quais principalmente docentes devem participar, além das reuniões gerais e aquelas que nomeei de “gerais gerais”, temos as reuniões de cursos. Especificamente no Ensino Médio, as reuniões de pais, os Conselhos de Classe e da Comissão de Implantação e Acompanhamento de Curso (CEIC). No ensino superior, as reuniões de Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Fixar-se em poucos cursos é vantajoso, considerando a obrigatoriedade de participação nessas reuniões. No entanto, isso não é exatamente uma escolha e transitar de uma reunião para outra pode ser extremamente desgastante. Como as reuniões têm sido marcadas para as quartas-feiras – dia em que se encontram maior número de servidores no Câmpus, há uma verdadeira *overdose* de informações. Há reuniões marcadas concomitantemente com a orientação expressa por parte da Diretoria Adjunta Educacional de que o docente escolha uma delas, porque ainda se entende que o docente é um só e que não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo.

O diário de campo a seguir, transcrito quase em sua totalidade, narra uma reunião de planejamento na qual se fez opção pelo formato de palestra, não muito diferente do que costuma acontecer ordinariamente, com informes ou informações apresentadas por um mediador, por vezes com uso de projeção de *slides*, com possibilidades para perguntas:

As pessoas foram se dirigindo ao local da reunião e fui também andando e conversando. A reunião começou por volta das 13h 40 e a sala estava lotada de professores. Na reunião, estavam presentes técnico-administrativos que integram a Coordenadoria Sociopedagógica: duas pedagogas, a técnica em assuntos educacionais, o psicólogo. Mais tarde quando a reunião já havia começado, chegou também a assistente social.(...)

[A palestra iniciou após os informes da diretora adjunta educacional, que falou após o diretor]. Foi longa e cansativa. (...) Longos trechos de leitura com aspectos já destacados no corpo da legislação. Falou sobre desemprego estrutural e desemprego conjuntural. Falou de taxas de desemprego no Brasil, no mundo. Não há empregos para todos, mas há trabalho. Isso de carteira assinada, de férias, décimo terceiro é para poucos. Fiquei pensando essa fala nas nossas cabeças: somos mesmo privilegiados, concursados públicos, com uma estabilidade que poucos sabem do que se trata. (...)

O mediador recebe atenção do grupo, mas há celulares sendo manuseados, materiais didáticos folheados, conversas em tom baixo. Nada que perturbe, mas nada que assegure uma verdadeira troca de conhecimentos.

"O IF caro pra caramba." "Custo financeiro gigantesco." "Não podemos simplesmente fazer o mesmo que as outras escolas fazem. Precisamos ter o nosso diferencial, mostrar a que viemos." Um professor interrompe a fala do professor palestrante comentando que o mesmo investimento para os IF é usado em campanhas eleitorais. Seria mesmo um custo gigantesco? Não há debate. Há só acréscimo de informações. Os outros se calam, ninguém se posiciona de um lado ou de outro.

O palestrante disse que os ouvintes poderiam fazer intervenções, perguntas. Afinal, "essa parte de legislação é bem cansativa" – disse.

O palestrante trouxe a necessidade de novas formas de ensinar. Não precisaríamos ficar presos às disciplinas; a legislação faz menção a componentes curriculares que abrem novas possibilidades. Fala-se de ensino não presencial no Ensino Médio, o que não significa ensino a distância. Mas diante de tudo isso o problema seríamos nós, os servidores, com uma grande dificuldade nas relações interpessoais. "Não sabemos trabalhar em grupos, não conseguimos romper com a divisão conhecimento geral e conhecimento profissional". Fez menção ao IF Farroupilha com um curso com zero de evasão. IF Farroupilha seria referência de inovação. Alguém perguntou o que teria de novidade. Ele poderia nos contar? "Está tudo acessível pela internet. É só ver". (...)

Em sua fala abordava as dificuldades e apresentava sutis ameaças: “Cabe a cada um decidir”; “Cabe ao campus escolher.” “Depois se não tivermos recursos todos teremos que arcar.” “Eu mesmo terei minha carga horária ampliada caso não pensarmos em mudanças curriculares”. A conversa ia nesse tom. Outros IF´s com recursos financeiros muito superiores, fruto de trabalho árduo, aqui também poderia ser assim...”

Um professor sentado bem à frente faz uma pergunta não audível para os demais. Ninguém se manifesta, ninguém pergunta se pode repetir ou falar olhando pra trás. Ele fala, o palestrante responde.

Um técnico-administrativo interrompe a palestra e chama um professor sentado lá no fundo. Alguém faz uma piada. As pessoas riem. A palestra continua.

Chama minha atenção o fato de a porta do ambiente em que estamos estar exatamente à nossa frente. Todos veem quem entra e quem sai. E de repente um professor sai, o outro também. Em dez minutos outro se retira. E a palestra vai que vai. 15, 15h 30 ...

Enfim, espaço para perguntas, está acabando. Suspiros. Um professor monopoliza a fala. Ninguém se opõe, mas poucos escutam. Uma professora ao meu lado comenta baixinho que está no câmpus desde as 7h45, teria uma reunião às 16h e outras as 17h. Teria que pegar a filha na creche e trazê-la para a última reunião. Teria comido um salgado no almoço.

Outro professor começa a falar, da importância de padronizar procedimentos, de impor de forma vertical as mudanças, do contrário nunca ocorrerão. “Se temos que inovar, então alguém que nos apresente as mudanças, e nos imponha, do contrário não mudaremos”, disse um professor da Indústria.

Outros comentários infelizes ou desencontrados. “Não cumprimos com nossas metas de formação profissionalizante”. “Não sabemos o que acontece com nossos egressos”. “A questão política é irrelevante, precisamos focar nas mudanças pedagógicas”...

Enfim, às 15h50 acaba a reunião com uma fala da Diretora Adjunta Educacional, agradecendo ao professor *Fulano*. Diz ela “muito importante, foi uma coceirinha para quem se interessa pelo assunto”.

“Coceirinha”? pensei: comichão dos grandes. Para o primeiro dia de aulas no semestre havia muita informação, muitas cobranças, muitas culpabilizações. Precisava ser assim? Além disso, porque ninguém rebatia? Por que aquela apatia toda? A resposta veio logo em seguida.

> Saindo da sala comentei com Ciclana que o dia seria puxado para alguns professores. Mais duas reuniões, e aulas à noite. Ela diz algo assim “Pois é, mas não é possível fazer de outra forma. É preciso conciliar as reuniões todas nas quartas feiras. Os professores preferem assim: já matam tudo em três dias de atividades”.
>
> Bingo! Matam a semana em três dias, matam as atividades, matam, matam, matam...
>
> Diário de Campo de 25 de julho de 2018.

Há muitos aspectos dessa reunião já abordados nesse capítulo como a presença de professores e apenas alguns técnico-administrativos; uma espécie de rivalidade presente entre servidores da mesma rede federal – nós e os outros – presente também nesta fala. Embora o conteúdo fosse ou devesse ser relevante, a forma de abordá-lo não serviu como uma prática transformadora como podem ou deveriam ser as práticas de uma escola. Pelo contrário, fazia com que cada servidor nesse retorno às aulas se sentisse diminuído e culpabilizado – uma estratégia neoliberal bastante potente que promove a estagnação. Um discurso do qual estamos (sendo) tomados.

A sensação que se tem é que a reunião deveria terminar logo, o que se manifesta na comunicação desencontrada, na dispersão das pessoas, na saída antecipada daqueles que tinham outra coisa mais importante para fazer. Mas terminar logo exatamente por quê? Para iniciar outra, e mais outra. O sufixo “re” indica a repetição – tornar a fazer algo. Mas nesse caso, não “torna a unir”, porque de fato não aglutina, não junta o que estaria supostamente disperso. Pelo contrário, tem afastado, separado. Os sujeitos entram conversando e saem calados. E assim todas reuniões reunidas num mesmo dia “matam” o encontro, “matam” a atividade, “matam” o trabalho, faz com que seja dado como realizado, por concluído, por encerrado.

O dicionário Aurélio da Língua Portuguesa apresenta o vocábulo reunião como “acontecimento que proporciona o encontro de diversas pessoas num determinado local (residência, clube, etc.) em geral com fim recreativo. Agrupamento de pessoas para tratar de qualquer assunto, encontro” (p. 570), e o verbo reunir como “tornar a unir, unir outra vez (o que estava unido e se separou)”.

Bem verdade que os significados das palavras se modificam, mas porque teimamos em absorver aquilo que o meio empresarial entende por reunião? Por que nossas reuniões precisam ser formativas, informativas, de treinamento ou algo que o valha? Por que não podemos promover a alegria e o júbilo dos encontros? O debate rico das ideias que faz pensar quando supostamente acaba?

Do acúmulo de reuniões decorrem situações que os docentes optam ou concordam com a possibilidade de ministrar aulas às quartas-feiras, tendo justificada a sua ausência nas reuniões. Uma “opção” que significa manter-se por fora dos assuntos, mas manter mais íntegra a saúde mental.

> A Diretora Adjunta Educacional apontou para os slides. O título “Currículo de Referência – Conhecimentos Essenciais” me intrigou. Estaríamos dando uma roupagem nova aos “conteúdos mínimos”? Pensei: Essencial para quem? Essencial para quê? A Diretora Adjunta Educacional deteve-se brevemente na apresentação de uma linha do tempo, iniciando com a data de 8 de maio de 2018, data de publicação da Resolução 37 do CONSUP que aprovava a construção dos currículos de referência no IFSP. Dali pulou para outras datas, mostrando uma sequência de ações em torno do propósito, dando destaque para ações em que o Câmpus Catanduva estivera envolvido. Embora não desse para enxergar claramente, ninguém pediu para ampliar a imagem ou encompridar a conversa. Fiquei com a sensação de que o IFSP já tinha avançado muito nessas discussões e a linha do tempo dava a clara percepção de não poder voltar atrás. “Estamos aqui” disse a Diretora Adjunta Educacional e para daqui para frente já havia passos pré-determinados, que apresentou também. Tudo muito bem organizado, planificado.
>
> Diário de campo de 11 de março de 2020.

A planificação se faz necessária, e ao se fragmentar grandes tarefas em atividades menores tem se a sensação de fazê-las correr com maior velocidade. Perde-se a noção do todo, e as reflexões tendem a não ir além das demandas imediatas. O como fazer se coloca com maior intensidade ante ao por que fazer. E de verdade, há pouco espaço para o não fazer, ainda quando fundamentado.

Há outros excertos que sugerem a fragmentação dos grupos ou do trabalho, como poderemos ver a seguir:

> Fulana chegou atrasada. Disse estar em casa assistindo a uma videoconferência, pois fora a única do câmpus Catanduva contemplada para ser tutora virtual do curso de Pedagogia EAD do IF em processo de implantação. “Deixei a videoconferência ligada e vim correndo pra reunião. Alguém mais vai entrar na sala? Iara, venha assistir a reunião para eu não entrar sozinha”.
>
> Diário de Campo de 14 de novembro de 2018.

Ou ainda:

> A professora Beltrana foi descendo a rampa e logo perguntei sobre a banca. Ela devia ter saído da aula do Ensino Médio. Estava carregando pesados livros e tive a sensação de desconforto. Fui acompanhando a professora Beltrana até o carro. Fomos conversando, até que me dei conta de que falávamos de assuntos diferentes. De repente falei à professora que não estávamos nos comunicando. Ela se referia à banca de TCC do curso de Especialização que aconteceria naquela tarde enquanto eu me referia à banca do processo seletivo de professor substituto da qual ela também fazia parte. Rimos. E nos despedimos: “Vamos combinar alguma coisa”.
>
> Diário de campo de 16 de outubro de 2019.

Mas no IF-Catanduva há também reuniões que não são controladas por listas de presenças. Não há convocações, não há inscrições para falar, não há pautas, nem atas. No Núcleo Comum se alguém encomendar um bolo que pode ser de fubá com goiabada, pode acontecer uma reunião capaz de aglutinar as pessoas (nem todas obviamente):

> Cheguei ao Núcleo Comum e alguns professores conversavam animadamente na porta. Abracei algumas pessoas. Pareciam felizes. Contavam das viagens de férias. O coordenador de extensão, professor Fulano, puxava a conversa, falando do Chile. Contava das bebidas, da comida, dos passeios. Levara a namorada (...). Havia fotos no Facebook.
>
> A professora Fulana foi sozinha à Argentina e ao Uruguai. O professor Ciclano foi com toda a família ao Rio Grande do Sul “passar frio e beber vinho”. A professora Sicrana foi conhecer a Chapada de Veadeiros e já planeja ir para o Maranhão. Isso tudo soube em cerca de dez minutos. Havia motivo para aquela alegria.
>
> Diário de Campo de 25 de julho de 2018.

São estes encontros que podem produzir algo novo, num ritmo não marcado pelo relógio, onde não se diferenciam categorias de servidores:

> Na cantina, encontrei uma professora conversando com um técnico-administrativo. Pareciam animados falando de um projeto de extensão que realizam juntos. Sentei-me e logo me perguntaram se estava tudo bem.(...) Os dois servidores concluíram o assunto do qual se referiam antes que eu chegasse. As 14h saímos da cantina e cada um foi procurar a sala onde aconteceria a sua reunião do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).
>
> Diário de Campo de 25 de abril de 2018.

Nos mais diversos espaços, inclusive nas salas de aula:

> A aula transcorria num clima muito agradável. A professora fazendo a maior parte das perguntas. Não senti pressa naquilo acabar. Estavam envoltos a uma problemática de sua geração. Contaram situações diversas de preconceito. Falava-se em legislação e jurisprudências. Um dos palestrantes trouxe dados históricos e aos poucos fui também participando. Minha filha perguntou baixinho: “Mãe, o que é governo?” Será que a palavra se repetia tantas vezes a ponto de fixar a atenção de uma criança de cinco anos?
>
> Alguém interrompeu a aula, perguntando por um controle de ar condicionado. Lembrei-me das conversas no início da manhã. Não havia mais controle para cada sala de aula. (...)
>
> Ao final da palestra as pessoas não tinham pressa de evadir-se do local. Alguém jogou uma toalha de mesa sobre um conjunto de carteiras que já estavam previamente dispostas de modo retangular. E fez-se uma só mesa que foi arrumada com comes e bebes. O clima continuou amistoso. Falaram que tinha sido assim o semestre todo. Comemos e conversamos. A professora substituta contou que estava se desligando do IF porque tinha sido contemplada com bolsa de Pós-doutorado. Todavia, estava esperançosa por ser chamada no concurso do IF de Goiás, onde teria sido classificada em segundo lugar. Abriria mão dos estudos, afinal, isso também era tão temporário e passageiro quanto as experiências de substituta no IF e na UNESP. Em Goiás, seria efetivada.
>
> Diário de campo de 16 de outubro de 2019.

Encontros em que o pensamento flui e torna possível um acolhimento diferenciado aos estudantes:

> Um ano começou diferente no Instituto Federal no Câmpus Catanduva. Colhíamos os primeiros frutos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Um clima festivo tomou conta do câmpus.
>
> No dia 13 de fevereiro foi realizado um evento de confraternização para os alunos egressos aprovados em vestibulares: o “Café dos aprovados”. Uma atividade que fora preparada em cima da hora, fruto de uma ideia que havia surgido durante a semana de integração dos novos calouros. Alguém lançou a ideia e a Comissão de Integração considerou que poderia dar certo.
>
> Diário de Campo de 26 de fevereiro de 2019.

Observei na análise do cotidiano institucional que em encontros mais efetivos e afetivos a comida se faz presente. Espécie de amálgama de uma reunião, a comida dá suporte para encontros de maior leveza. O saber e o sabor parecem se encontrar.

Encontros que fazem diferença:

> Uma dupla de alunas fazia um trabalho na biblioteca e me pediu ajuda. Gostei de ser abordada, gostei de saber que elas acharam que eu podia ajudar, gostei de ajudar. De longe vi a minha professora substituta ao lado do professor de Química conversando, gesticulando como se explicasse algo. No mínimo, interessante.
>
> Diário de Campo de 31 de outubro de 2018.

Dos discretos encontros desses dois professores foi produzida a pesquisa “A Lei 11645/2008: a relação entre mitologia dos Orixás e o ensino de Ciências da Natureza”, tendo recebido Menção Honrosa no V Encontro de Práticas Pedagógicas do IFSP- Câmpus Itapetininga, em setembro de 2019.

Por estas e por outras reuniões em formatos que não for-matam, que o IF vale muito a pena – para alunos e servidores. Mais do que isso: essas possibilidades que os indivíduos encontram para conversar, encontrar juntos acordos e soluções para os problemas, num esquema de cooperação que não seja imposto de fora representam importantes “antídotos à lógica capitalista da concorrência” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 160).

Os autores ainda lembram que os trabalhadores se apegam ao trabalho que realizam independente das condições objetivas de emprego e renda. Para Dardot e Laval (2017) “não é apenas por alienação, servidão voluntária ou pura pressão econômica, mas porque o trabalho assalariado continua sendo a atividade pela qual os indivíduos se socializam em massa e estabelecem laços recíprocos” (p. 517).

Portanto, viabilizar, permitir ou não impedir que esses encontros aconteçam significa

> contribuir para que esse agir comum político surja no trabalho assalariado explorado e alienado [como] um dos eixos da luta contra a nova gestão modernizada que destrói ainda mais intimamente a dimensão moral e coletiva do trabalho, transformando as subjetividades a partir de dentro. (DARDOT e LAVAL, 2017,p. 516).

Uma das lembranças mais remotas que guardo do IF-Catanduva no início das minhas atividades em 2011, quando a unidade tinha praticamente um ano de funcionamento, eram as reuniões de corredor. Diante de um fato extraordinário, uma notícia ou novidade, o Diretor Geral ou o Gerente Educacional (como se chamava o Diretor Adjunto Educacional na época) chamava os interessados para uma rápida conversa no corredor ou no pátio da escola. Em pé, fazia-se uma roda onde ocorria o diálogo. E mesmo que as soluções não fossem encontradas naquele momento, quando voltávamos para os respectivos setores, a conversa continuava sobre os assuntos ali tratados.

De repente, a escola cresceu e ninguém quer mais continuar falando do conteúdo das reuniões quando elas acabam. Passei a reparar que as pessoas não perguntam pelos assuntos e pautas, perguntam pelas pessoas que coordenam as reuniões. “Agora é reunião da Fulana, depois é reunião do Ciclano”. É esquisito, porque uma reunião de um só não pode ser reunião. “*De quem é* a reunião agora?”

O excesso de reuniões impostas de fora fez gerar um protesto escrito, assinado por dezoito professores dentre efetivos e substitutos do Núcleo Comum. Um sinal de PARE, indicando um excesso de velocidade no cruzamento de vias do IF. O manifesto sinaliza a posição de um grupo:

Posicionamento dos Professores do Ensino Propedêutico sobre as convocações dos dias 02 e 09 de maio

Nós, **professores das disciplinas propedêuticas dos cursos técnicos integrados**, manifestamo-nos como insatisfeitos com o **excesso de trabalho** que temos recebido nas últimas semanas. De maneira geral, temos sido compreensivos com a questão da incompatibilidade de horários que fazem com que, em determinadas situações, **algumas atividades fiquem condensadas em alguns dias e horários**, e temos relevado o fato de, eventualmente, **estarmos trabalhando além das 40 horas semanais**, sempre tendo em vista o bom funcionamento das atividades institucionais e da qualidade do serviço prestado pela nossa instituição. O que nos causa desconforto, no entanto, é que em alguns momentos, **o excesso de atividades torna-se abusivo e incompatível com o desenvolvimento de um trabalho de qualidade e que preserve a saúde física e mental do servidor.** Um desses momentos pode ser exemplificado com as convocações recebidas nesta semana para os dias 02 e 09 de maio. Segundo essas convocações, a presença do servidor se tornaria obrigatória para a discussão do PDI das 14h às 16h e também das 16h às 19h para participação nos conselhos de Classe. Isto considerando que não haverá atraso em nenhuma das reuniões citadas, o que se sabe que não é raro acontecer. Acreditamos que ao elaborar o cronograma das reuniões, foi desconsiderado o fato de que alguns professores dos cursos integrados iniciam suas atividades na instituição às 7h10. Esses servidores terão que participar da maioria dos conselhos, quando não de todos. Sendo assim, a presença desses servidores deveria ser obrigatória no campus por cerca de 11 horas no mesmo dia (já descontando uma hora para almoço), tendo que ocupar, obrigatoriamente, três períodos de trabalho, o que é vedado pela legislação. Os professores que dão aula no curso de pós-graduação no período noturno teriam, ainda, que retornar à sala de aula no mesmo dia, o que agrava ainda mais a situação, visto que as aulas terminam às 22h40. Nós compreendemos a importância das discussões, tanto do PDI quanto dos conselhos, e deixamos claro que não estamos nos negando a participar delas. No entanto, há que se ter cautela e respeito pelo trabalho dos professores, os quais possuem também suas famílias e atividades pessoais que estão adaptadas aos horários regulares de trabalho, de forma que **situações dessa natureza tornam-se extremamente prejudiciais, desgastantes e desestimulantes.** O fato de a presença nessas reuniões ter sido solicitada na forma de uma **convocação gera apreensão**, pois na impossibilidade de participar por motivos familiares ou outros que não produzam atestados (e nem por isso deixam de ser importantes), o servidor se sente ameaçado e teme receber punições posteriores, o que pode ser classificado como abuso moral. A função primordial de um educador é educar, e isto requer tempo disponível para preparar as suas aulas de maneira adequada, ter tempo para dedicar às atividades de ensino e ao aluno. Isto inclui a participação satisfatória em momentos como os conselhos de classe. Da forma como apresentado, os trabalhos não serão feitos com a dedicação necessária: nem a participação nos conselhos, nem os trabalhos que as tais reuniões agendadas sem considerar e exercício da profissão impedirão que o professor desempenhe. Todos nós perdemos com isto: servidores, gestores, alunos e, o mais importante, o processo de ensino-aprendizagem, motivo máximo do nosso trabalho em uma instituição de ensino. Isto posto, posicionamo-nos contrários ao modo proposto para realização de tais atividades.

Fonte: IFSP, 2018f, grifos meus (recebido por e-mail).

Há muitos elementos importantes nesse posicionamento do qual dou destaque à sobrecarga de trabalho, expressa em muitas horas contínuas de atividades e na condensação das mesmas. Professores reclamam de excesso, de abuso, de incompatibilidade com o ritmo da vida, que vem “comprometer a saúde

física e mental do trabalhador" (IFSP, 2018, p. 1). Às vésperas do dia 1º de maio, sentem-se despeitados enquanto categoria.

Harvey (2018) em "A loucura da razão econômica" aponta que a tendência do capital é operar no limite das jornadas e intensividades do trabalho que colocam em risco a vida, a saúde e a própria capacidade de trabalhar. A tendência do capital é a de criar um tempo disponível e convertê-lo em trabalho excedente, gerando a superprodução.

É disso que reclamam os professores, na forma como o tempo na instituição em dias específicos deve ser alongado e super-aproveitado a ponto de sentirem-se explorados.

O que parece ainda mais preocupante foi o enorme silêncio que se pronunciou da parte de outros grupos em melhor posição dentro do IF-Catanduva. Nesse sentido, podemos inferir que a desigualdade entre a categoria docente não se manifesta nos salários, mas no tempo disponível, mais presente em umas áreas do que outras. Desse tempo mais bem protegido há maiores possibilidades de acesso à participação dos órgãos colegiados e conselhos em nível local ou central que determinam as regras do IFSP.

Há outros elementos ainda: os professores que assinam o documento são professores identificados com o ensino propedêutico. Em suas reclamações/reinvindicações não fazem menção à pesquisa e à extensão como atividades que ficam comprometidas, evidenciando a naturalização da ausência dessas atividades neste segmento.

No Diário de Campo de 20 de setembro de 2018, foram registradas as impressões do CONEPT, e aqui dou destaque ao encontro de professores/as de Pedagogia/Educação:

> Participei também do I Encontro de Professores de Educação/Pedagogia onde tive o prazer de conhecer professores do mesmo cargo e compartilhar experiências e angústias.
>
> Nos encontramos em dois momentos durante o evento e nestes ficou marcado o "não-lugar do pedagogo". Foram vários relatos de desconsideração, desprestígio, desrespeito. Há vários campus com apenas 1 pedagogo, há câmpus sem nenhum, há

> câmpus com 2 pedagogos para 2 cursos de licenciatura, 3 pedagogos para 2 cursos de Licenciatura (para além da regra de não ultrapassar o número de 70 docentes por câmpus, parece não haver uma padronização. Cada câmpus foi constituindo o corpo docente de formas diferentes). (...)
>
> Diante de inúmeras reclamações, um professor apresenta o ciclo do professor do IFSP: **euforia, desilusão, adoecimento, cura.**
>
> Estamos adoecidos, enfraquecidos, precisamos nos articular, nos inserir nos campos, nos espaços políticos: Conselho de Câmpus (CONCAM), comissão de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) elaboração de PPC (Projetos Pedagógicos de Curso), subcomissão de permanência e êxito, formação continuada, formação de grupos de estudos pedagógicos, grupos inter-campi, sindicato. Como atuar ativamente nesses espaços se temos uma carga horária que não cabe no PIT (Plano Individual de Trabalho)? Se o professor pedagogo assume um grande conjunto de disciplinas, díspares entre si?
>
> Diário de Campo de 18 de setembro de 2018.

Quanto mais extenuante o trabalho realizado no IF, menos se pode participar dos processos decisórios que poderiam trazer alívio e melhores condições. E aqui novamente trago a discussão apresentada por Boltanski e Chiapello (2009) quando apresentam a exploração velada dos sujeitos móveis sobre os sujeitos imobilizados. Os professores mais leves em suas jornadas de trabalho, com menos componentes curriculares díspares entre si, ou com menos cursos ou menos alunos ou menos turnos, têm maiores oportunidades de se candidatarem e assumirem cargos estratégicos na instituição. Os professores que têm a jornada mais pesada ficam praticamente imobilizados.

No IF-Catanduva também há um *sem-fim* de comissões para desenvolver as mais diferentes ações dentro e fora do câmpus. Digo *sem-fim* porque quando se vê há mais uma comissão sendo instituída para o qual se requerem membros atuantes. Em muitas dessas comissões os servidores ficam presos a controle de frequência, atas, uma dezena e meia de e-mails, e no final, relatório final de atividades, redigido pelo Presidente, normalmente escolhido por sorteio – na falta de disponibilidade voluntária para tal encargo.

Não é algo do qual se possa fazer um planejamento ou controle no ritmo do calendário letivo – com início em fevereiro e término em dezembro. Pelo contrário, essas comissões começam e terminam em qualquer momento do ano dependendo da sua finalidade, e em qualquer momento podem ser inseridos ou substituídos membros. Além disso, há equipes com diferentes números de membros a partir de dois elementos.

Fiz um levantamento das portarias que designavam equipes de trabalho para finalidades específicas não somente denominadas literalmente como Comissão. Assim, encontrei:

Comissões de eventos do 1º semestre/2019: Encontro de Inovação e Empreendendorismo; JunIF (festa junina); IFride; Arduino Day; FLISOL; Comissão Eleitoral CONSUP.

Comissões de eventos do 2º semestre/2019: Aniversário do IF + IFshow; Semana do Livro e da Biblioteca; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; Sarau Literário; IF Runner (Corrida e Caminhada Solidária); Integração 2020; Divulgação (Casa Aberta, Divulgação na Praça, ENEM); III Encontro de Educação.

Comissões de eventos ou atividades anuais: Diversidade Cultural; Vestibular; IFSports; Maratona de Programação; Avaliação de Projetos de Extensão; Sustentabilidade; PDI-Local (Plano de Desenvolvimento Institucional) –; CPA – Local (Comissão Própria de Avaliação); Formação Continuada – Local; CAAD – Comissão de Avaliação da Atividade Docente; COMPESQ Comitê de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Subcomissão de Permanência e Êxito[149], NAPNE – Núcleo de apoio às pessoas com necessidades específicas.

Se considerarmos ainda 4 Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), 6 Colegiados de cursos, 4 CEIC – Comissão de Estruturação e Implementação de Cursos da Educação Básica, Conselho de Câmpus chegamos a 42 equipes de trabalho. Desse montante, não somei as bancas para seleção de professores substitutos e comissões eleitorais para colegiados de cursos por serem ações pontuais dentro do IF-Catanduva. Também não estão presentes as comissões de

[149] Instituída no ano de 2016 por orientação da Pró-Reitoria de Ensino, esteve praticamente desativada em 2018. Em meados de setembro de 2019 foram designados 20 membros titulares para reinício dos trabalhos.

fiscalização de contratos das quais também participam professores, bem como comissões específicas para técnico-administrativos. A definição dos seus membros e suas atribuições, o tempo de duração das equipes e outras informações são definidas por regulamentações ou instruções normativas específicas. Daí a necessidade de conhecer esses manuais e melhor executar as orientações prescritas.

Há uma contradição no modelo de flexibilização do trabalho que se expressa nestas comissões. Ao mesmo tempo que a suposta flexibilidade individualiza o trabalho, produzindo tantas PIT quantos professores houver no Câmpus, também há uma solicitação constante para constituição de grupos colaborativos e cooperativos. Nesse duplo movimento de apelo para a individualidade e ao mesmo tempo para a cooperação, registra-se ainda outra contradição, a de uma suposta autonomia face à redução dos servidores a simples executantes de uma lógica externa. Ademais, o número de agrupamentos em número variável de integrantes, vai minando por dentro o sentido da cooperação. Não raro, essas equipes se subdividem em tarefas específicas, e se tem a certeza de que quanto menos palpites melhor. Como afirma Sennet (2018) ao se referir ao trabalho burocrático “todos obedecem, mas da mesma forma todos interpretam. Quando uma ordem é traduzida em ação, a palavra-chave é traduzida. Quanto maior o exército, mais interpretação será necessária” (p. 38).

Ainda que algumas equipes se constituam por afinidades e consigam realizar um trabalho significativo, há de considerar ainda que as comissões se diferenciam entre si pelo valor simbólico que apresentam e acumulam. Algumas questões são intrigantes e dignas de análise.

A título de comparação, a comissão responsável pela Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2019 tinha em sua composição 9 professores efetivos, todos homens, enquanto a comissão responsável pelo Sarau Literário de 2019 tinha 12 pessoas: 4 professores efetivos, 3 professoras substitutas e 5 técnico-administrativos alocados na Biblioteca. Das 12 pessoas, 10 mulheres. No IF-Catanduva, a ciência é masculina e a literatura feminina? A ciência é dos docentes e a literatura pende para os técnico-administrativos da biblioteca? A Comissão do Encontro de Inovação e Empreendorismo é composta por 6 professores e a

Comissão do Encontro e Educação pela metade do número de integrantes. A importância que se atribui à educação é menor em relação à inovação e ao empreendorismo no IF-Catanduva? Ou essa proporção tem a ver com tempo disponível dos servidores de uma área ou outra? Ou o tempo disponível para as comissões define as temáticas e suas relevâncias em um determinado câmpus?

No ano de 2019, 42 equipes de trabalho colocaram o IF-Catanduva numa movimentação ativa e dispersiva. Muitas delas ocorrem com o intuito de divulgar a escola, angariar mais alunos e ainda suprir a formação que não cabe nas grades curriculares. A participação dos alunos é inexistente na grande parte dessas comissões, mesmo quando se trata de planejar e organizar atividades que seriam do seu interesse. Muitos eventos são planejados para a comunidade, mas as iniciativas não partem dela, e nelas não há membros participantes.

Os professores de um mesmo curso constituem uma equipe de trabalho e há reuniões para esse coletivo, pois nem tudo NDE, Colegiado ou CEIC conseguem operacionalizar sozinhos. Para professores da Educação Básica, a essas reuniões ordinárias somam-se os Conselhos de Classe de periodicidade bimestral. E já se naturalizou no IF-Catanduva ser possível realizar estes Conselhos de Classe, um após o outro, de forma concentrada no tempo.

A literatura é farta em trazer episódios que caracterizem o trabalho rotineiro e autômato promovido pelo taylorismo. A figura de Charles Chaplin ficou no imaginário coletivo no filme “Tempos Modernos” com a imagem do operário apertando parafusos. Na contramão disso, as mutações do capitalismo apresentam um modelo flexível incorporado pelo IF, constituindo o operador polivalente, que se desmembra em quantos for necessário para dar conta de uma quantidade de tarefas muito diferentes entre si. Estaríamos nos transformando na figura metamorfoseada “com várias pernas, com novas articulações, visão, audição e até linguajar diferentes” já apresentada nessa tese? (COSTA e MARINHO, 2018, p. 73).

Há inúmeras operações mentais que são subjacentes às atividades que realizamos. Micro operações que normalmente não são contabilizadas nem mesmo para nós mesmos no autogerenciamento de inúmeras funções. Deveriam, todavia, merecer destaque quando as tarefas que realizamos se multiplicam, pois há uma energia subjetiva dispendida que é invisível, mas que vai nos despedaçando.

Ninguém vê o que é modernamente chamado de gestão de pessoas, a gestão de diplomacia, a gestão de palavras, necessária para que seja possível participar dessas comissões – consideradas simples complementações de carga horária. Além disso, o parar e começar a fazer outra coisa, e de novo, e mais uma vez, tem um custo (ainda) incalculável.

Isso poderia explicar os inúmeros sumiços de controles de ares condicionados, cabos de som, chaves de salas de aulas de aula e laboratórios de uso comum chegando a tirar gestores do sério? Como um professor poderia esquecer o ar condicionado ligado em feriado prolongado quando é sabido que estamos em contenção de energia? Que energia é essa que se dispersa e nos faz correr atrás do prejuízo? Quem teria sido dessa vez o relapso que na pressa teria esquecido o equipamento ligado, o cabo no carro, levado para casa o que é que exclusivo do claviculário? Alguém em sã consciência estaria querendo parar ou fechar a escola?

Esse multitarefas que é o servidor do IF, principalmente, o professor, faz jus a alegoria IF-mãe – que vai abraçando tudo o que vê pela frente, nem sempre por escolha. Por esse contexto, raramente encontramos um professor lendo um livro no IF, seja porque não há espaço externo nem interno, instalação física nem subjetiva (nem normativa, nem lastro financeiro) que possibilite o foco que a atividade de leitura demanda. Servidores menos disponíveis ao trabalho vão se evadindo no IF enquanto os mais disponíveis vão intensificando suas jornadas.

Trago um trecho de um diário de campo que pode elucidar um pouco a que me refiro:

> No final da palestra realizada no IFSP em pleno domingo, um professor informalmente relatou a estafa mental produzida em um ano com o acúmulo de atividades como docente e coordenador. Disse que estava participando de várias atividades diferentes, sem dedicar-se inteiramente a nenhuma delas. Disse sentir-se como se não estivesse fazendo nada direito. Na Extensão, participava de vários projetos, mas em nenhum deles estava inteiro. Por isso teria saído da coordenação e voltado para a sala do Núcleo Comum. Falou ainda da dificuldade em encontrar um professor para substituí-lo.
>
> Diário de Campo de 24 de fevereiro de 2019.

A saúde mental fica comprometida, e nem sempre se tem tanta clareza do que nos acomete e qual é o melhor remédio. No relato acima o professor reconhece que a fragmentação do trabalho é incorporada, e ele próprio vai se dividindo, não se sentindo inteiro. Abrir mão das atividades de coordenação pode lhe ser custoso, pois há um capital social que lhe possibilita inclusive maior trânsito na instituição. Nessa fluidez de atividades, o nosso limite nem sempre fica claro. A solução encontrada foi abrir mão da coordenação e retornar ao Núcleo, buscando a inteireza do seu trabalho, a sua própria inteireza.

5.12 Jornada flexibilizada para técnico-administrativos

Em outubro de 2014, via Portaria 5384, foi instituída a jornada flexibilidade dos técnicos-administrativos do IFSP, com base na Resolução 963/2013 e no artigo 3º do Decreto Nº 1590/1995, que assim determina:

> Art. 3º Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas em período igual ou superior a quatorze horas ininterruptas, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores que trabalham no período noturno a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições (BRASIL, 1995).

Assim, também o IF-Catanduva foi “agraciado” com a jornada flexível. Mas o que produz o regime de 30 horas para técnico-administrativos subjetiva e intersubjetivamente? Os servidores técnico-administrativos têm a impressão de estarem em uma situação vantajosa com a redução da carga horária, sentem-se utilizando as condições de trabalho quando são usados por elas.

Tem-se a clara sensação de trabalhar menos e de escolher os próprios horários nesse modelo flexível. No entanto, essa flexibilidade é uma concessão; em troca, menos possibilidade de contratação/efetivação de novos servidores. Havendo (reclamações de) sobrecarga, voltar-se-ia ao regime de 40 horas. Há uma sutil e constante coação de retorno ao regime de 40 horas e um apelo à produtividade.

Com o regime de 30 horas as atividades foram intensificadas, de modo que o que se fazia em 8 horas passou a ser feito em 6. Assim, evita-se o tempo inútil, o que se consegue por meio de outras estratégias associadas à redução das horas de trabalho. Adequando os setores às 12h de trabalho ininterrupto, os servidores de um mesmo setor trabalham em horários diferentes. Portanto, um trabalho mais individualizado pode aumentar o foco no trabalho e na consecução eficiente e eficaz dos objetivos de cada setor. Assim, os servidores, encontram-se para passar o bastão, sendo que atrasos atrapalham o regime de revezamento e oneram colegas pontuais.

No entanto, as reuniões e assembleias ficaram mais difíceis de ocorrer porque ficou mais difícil de reunir todos. Tudo exige planejamento, planificação, pautas específicas, e cada vez menos se pode contar com a improvisação e a criatividade para resolver problemas e questões inusitadas.

Não há dúvidas que 30 horas ampliam as horas fora do IFSP assim como o TLLE[150] em momentos específicos, mas reduzem também as possibilidades de encontros entre os servidores para atividades diversas fora de seus muros e escalas. Se um folga, o outro trabalha.

Com o regime de 30 horas, difunde-se a ideia de uma escola aberta e setores disponíveis de forma ininterrupta (desde a implantação dos cursos técnicos integrados o câmpus funciona das 7h às 22h40). O tempo de intervalo dos servidores passou por drástica redução, de até duas horas para minguados quinze minutos de descanso diário no trabalho.

Com a jornada flexibilizada a cozinha se transformou. No horário do almoço, os servidores passaram a disputar o microondas para aquecer a comida e um lugar à mesa. Não há tempo para longas conversas, divagações ou reclamações. Com o regime de 30 horas cada sala/setor passou a ter sua cafeteira, seu frigobar ou geladeira, o seu guarda-comidas. Na Coordenadoria Sociopedagógica onde estava alocada no momento da transição da jornada de 40 para 30 horas, adquiriu-se uma

[150] Trabalho de Local de Livre Escolha regulamentado pela Portaria 4011/2018, possibilita o trabalho remoto concedido em períodos de baixa demanda de atendimento ao público nos períodos de férias estudantis, em casos excepcionais ou de acordo com o interesse da Administração Pública.

cafeteira que opera em cápsulas – um novo ícone da praticidade e do individualismo.

Na ausência de um servidor que tira férias, por exemplo, os demais voltam ao regime de 40 horas, na impossibilidade de se fazer a jornada de 12 horas ininterruptas. Assim, férias, afastamento para qualificação, licença prêmio, licença maternidade e paternidade, licença saúde, passam a ser vistos como danosos aos demais. O direito de um, a sobrecarga de outro.

Assim, tivemos o aumento do controle e vigilância ampliadas – não se pode ausentar da sala sem comunicar alguém (avisos na porta, avisos à chefia imediata). Recomendação de que se vá ao médico fora de horário de trabalho, como se fosse possível agendar atendimento médico da forma como o paciente deseja, como se a doença pudesse esperar, enfim, desconfiança da não-doença. A vigilância se multiplicou e passamos a ter olhos na nuca.

Harvey (2018) apresenta em seu texto a fantasia de muitos industriários, expressa claramente em três objetivos por uma figura renomada na área de máquinas-ferramenta. Embora o contexto do autor ao trazer a questão não se referisse à redução ou flexibilização de jornadas de trabalho, ela me ocorreu para pensar no ofício dos técnico-administrativos e do que se espera deles com as 30 horas: aumento da precisão, aumento da produtividade e desempoderamento do trabalhador. Assim como robôs que:

> não reclamam, não respondem, não processam, não adoecem, não fazem operação tartaruga, não perdem o foco, não entram em greve, não exigem salários melhores, não se preocupam com as condições de trabalho, não exigem pausas para o café e muito menos deixam de comparecer ao trabalho. (HARVEY, 2018, p. 123).

Para realizar o trabalho em 6 horas diárias e 30 horas semanais é preciso focar naquilo que é prioritário. Talvez isso explique a baixa participação dos técnico-administrativos nas comissões. A questão não é tão simples quanto parece, pois o fato de haver mais professores nas comissões do que técnico-administrativos se deve também ao fato haver mais docentes no câmpus em relação aqueles, numa relação de 69 para 46 (para cada técnico há 1,5 professor). Além disso, os técnicos

em sua maioria residem na cidade, e não precisam acumular pontos para ter êxito nas remoções. No entanto, antes da Portaria 5384/2014, os técnico-administrativos participavam em número muito mais expressivo de comissões. Também devemos considerar que no início das atividades do IF-Catanduva os professores ainda não dominavam o câmpus, numericamente falando.

A título de comparação, selecionei quatro comissões existentes desde 2013 e que permanecem em vigência em 2019. Analisei o número de técnico-administrativos e docentes em cada uma delas.

Tabela 14: Número de técnico-administrativos e docentes em comissões 2013 e 2019

Evento	2013		2019	
	TAE	Doc.	TAE	Doc.
Casa Aberta	7	6	2	5
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	4	7	0	9
Comissão Sustentabilidade*	6	2	0	9

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Portarias que designam membros para essas comissões[151]

Como se pode observar na Tabela 12, houve uma drástica redução do número de técnico-administrativos nessas comissões. Um outro fato interessante diz respeito à forma como em 2014 as portarias que designavam os servidores apresentavam os nomeados e como são apresentados em 2019. Antes a lista de membros se apresentava em ordem alfabética, sem que houvesse a divisão entre segmento docente e segmento técnico-administrativo. Em 2019, em algumas portarias há uma clara divisão desses segmentos. Além disso, em nenhuma dessas comissões estavam presentes alunos ou membros da comunidade.

Algo foi acontecendo no câmpus com o aumento do número de servidores, cursos, alunos. E dessa necessidade de organização, de dizer quem é de qual setor, quem faz o que, em que horário faz, o trabalho conjunto foi se perdendo, foi se

[151] A Comissão de Sustentabilidade em 2013 chamava-se 5 S em alusão à metodologia japonesa para a gestão de qualidade empresarial. Seu nome deriva de 5 princípios com a letra S: utilização (seiri), organização (Seiton), limpeza (Seiso), padronização (Seiketsu) e disciplina (Shitsuke).

evadindo. No trecho abaixo, apresento uma situação em que a escola se apresentava em abandono:

> Ainda havia toda a decoração da festa junina. Isso pareceu estranho. Amanhã recomeçam as aulas e a decoração parecia anunciar algo como um desleixo em recolher as tralhas. Teria faltado tempo?
>
> O que se fez nesse recesso de quinze dias em que professores e alunos ausentaram-se e os técnico-administrativos estiveram em regime de TLLE – trabalho de local de livre escolha – ausentando-se também?
>
> Diário de Campo de 24 de julho de 2018.

Não se trata só da questão do tempo, trata-se também da forma como o trabalho passou a ser distribuído. Em 2018, a Comissão do JUNIF era constituída por 6 docentes e apenas 2 técnico-administrativos, sendo um deles designado seu presidente. Nessa comissão havia também 7 alunos participando. E se a portaria estabelecia o término das atividades dessa comissão para 31 de julho daquele ano, ainda havia tempo para recolher as bandeirolas, mesmo que destoassem do reinício das aulas. Por vezes, tem-se a sensação de que ninguém pode fazer mais nada para além daquilo que foi designado. A questão é achar um jeito de não cair em alguma portaria.

Há um movimento de apropriação: “meu setor”, “meu equipamento”, “minhas aulas”, “meu horário” que se coaduna com desapropriação: “não me diz respeito”.

Claro que temos exceções, como a que relato a seguir:

> Subi a rampa e fui até a sala do Núcleo Comum. No caminho, encontrei o Diretor, a Diretora Adjunta Educacional e a administradora do câmpus. Estavam os três entre *pallets* e colchões, providenciando um espaço de convivência para os alunos. Cumprimentei-os e me cumprimentaram brevemente, sem tempo para me olhar ou possibilidade de desviar a atenção do que faziam. Fiquei sem graça. Será que devia propor ajuda? Fiquei observando. Comentei “que belos pallets”, alguém resmungou alguma coisa afirmativamente, sem que se falasse da procedência, do custo, do transporte ou algo a respeito. Pensei ter sido uma doação. Perguntei se os colchões eram em número suficiente, pois apenas um único

> colchão estava sendo revestido de uma capa escura. Havia promessa de outros dois, foi a resposta que obtive. Ao me afastar ainda comentei que conhecia uma costureira barateira, caso precisassem deste tipo de serviço. A Diretora Adjunta Educacional comentou que não haveria possibilidade de um serviço mais barato: o próprio Diretor estava costurando as capas.
>
> Pensei se de fato seria um serviço barato este feito pelo Diretor. Estaria fazendo em suas horas de folga? Qual seria o custo disso? De repente pensei no rendimento da Dona Quinquinha e do salário do Diretor, o mais alto salário do câmpus. Ele tinha mesmo que fazer alguma coisa pelos nossos alunos.
>
> Não posso negar que soou estranho um diretor costurar. Um diretor estar fazendo um serviço braçal, arregaçar as mangas e por se a providenciar um local para que os alunos possam ter onde descansar, onde possam se encontrar informalmente nos horários fora das aulas. Da ideia à execução, o feito tinha seu mérito.
>
> Diário de Campo de 24 de julho de 2018.

Para a execução desse ambiente de acolhimento não houve portaria ou projeto institucional designando servidores ou horas de trabalho. E na falta de colaboradores voluntários – sejam servidores em férias ou em TLLE, estudantes ou membros da comunidade –, uma pequena equipe arregaçou as mangas e pôs-se a executar o que por eles fora projetado. Na falta de recursos financeiros, a iniciativa em recolher doações falou mais alto. Alguém teria dúvida que a atitude empreendedora pode se colocar acima das adversidades?

Ainda sobre o trabalho dos técnico-administrativos destaco que nem todos os servidores puderam aderir ao regime flexível. Nem todos contaram com colegas de setor para fazer o revezamento ou se enquadraram nas novas regras. Disso, foi gerada nova divisão para além da clássica entre docentes e técnico-administrativos, e entre administrativos da administração e da educação: os que trabalham 30 horas, os que trabalham 40 horas por opção ou compensação (com cargos comissionados) e os que trabalham 40 horas por obrigação.

Esquisita essa colocação “trabalho por obrigação”, quase um pleonasmo. Mas o sentimento que fica ante outras possibilidades é a de que alguém estaria

perdendo, que estaria em desvantagem, que estaria trabalhando a mais de forma compulsória. Na sociedade regida pelo capital, a ideia é justamente esta: dividir, colocar em competição, fragmentar para fragilizar enquanto categoria.

Enfim, a situação que vivemos com a jornada flexibilizada é de um tempo reduzido para o trabalho baseado na eficiência e produtividade: portanto, foco, atenção redobrada, otimização do tempo, organização das atividades, eliminação do retrabalho e de atividades paralelas que não são atribuições específicas do setor.

O que produz um grupo de técnico-administrativos focados e um grupo de professores dispersos numa mesma instituição? Teriam os técnicos as respostas para os problemas do Câmpus? Teriam as chaves? Poucos alunos e escassos recursos são decorrentes da falta de foco naquilo que verdadeiramente importa?

5.13 Banalização dos domingos e dos eventos

Os domingos vêm se tornando dias comuns em nossa experiência cotidiana. Temos inclusive a sensação de que o fato de os supermercados estarem abertos 7 dias por semana nos favorecem. Pensamos que a *internet* veio para facilitar nossa vida, colocando-nos ante as oportunidades e facilidades de consumo jamais experimentadas em outros tempos. “Ganhamos tempo” fazendo as compras da semana, adquirindo bens que precisamos e aqueles que estavam ali tão fáceis ao nosso alcance tátil e visual – seja nas prateleiras ou nas estantes virtuais. Novamente se instaura a lógica de criar um tempo excedente para transformá-lo em rendimento.

O livro “24/7 capitalismo tardio e os fins do sono” me ajuda a compreender que “um ambiente 24/7 [24 horas por 7 dias da semana] aparenta ser um mundo social, mas na verdade é um modelo não social, com desempenho de máquina – e uma suspensão da vida que não revela o custo humano para sustentar sua eficácia” (CRARY, 2018, p. 18).

Segue o autor:

> O tempo 24/7 é um tempo da indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e onde o sono não é necessário nem inevitável. Em relação ao trabalho, torna plausível, até normal, a ideia de trabalho sem pausa, sem limites. É um tempo alinhado com as coisas inanimadas, inertes ou atemporais. (CRARY, 2018, p. 19).

O IFSP participa intensamente desse processo: seus sistemas informatizados de controles de frequência, notas, conteúdos de aulas ficam abertos num esquema 24/7 e igualmente vai dando a sensação de que “ganhamos tempo”. Fecham em momentos estratégicos de modo a assegurar que todos tenham alimentado os sistemas no tempo considerado certo.

Introjetamos esse processo continuado e ininterrupto e só nos damos conta disso quando ele trava. A sensação que temos é que na hora que mais precisamos o sistema está parado, talvez porque estamos sempre (mais) precisando dele. Eventualmente, recebemos notificações de que o “servidor está lento” ou “o servidor está paralisado para manutenção” e aqui não me refiro aos servidores públicos. Brincadeira a parte, disso resulta trabalho atrasado para por em dia, ou trabalho perdido que deve ser refeito por falhas nos processos da informática. Minutos que se transformam em horas perdidas por espera ou retrabalho nunca contabilizados em nossos PIT e RIT. E ao invés de passarmos a desconfiar da tecnologia, acreditamos que deve existir alguma forma mais eficiente, deve existir algum projeto em teste, algum procedimento, processo ou produto tecnológico capaz de agilizar, acelerar o nosso trabalho e a nossa vida. Há um verdadeiro fetiche pela tecnologia como nos apresenta Harvey (2018).

Retornando aos domingos, tem sido frequente e logo se tornará corriqueiro e naturalizado o fato de se trabalhar aos domingos no IFSP, seja nas dependências do câmpus, seja em casa. Uma rápida pesquisa às notícias no sítio do IFSP apresentam uma situação de eventos como o 4º Torneio de Robótica[152], 3º Desafio de Inovação e Sem Parar[153] tendo seus prazos encerrados aos domingos. “Sem

[152] Disponível em https://www.ifsp.edu.br/noticias/1069-inscricoes-para-o-4-torneio-de-robotica-do-ifsp-acontecem-em-setembro. Aceso em 12 de out de 2019.
[153] Disponível em https://www.ifsp.edu.br/noticias/987-vem-ai-o-3-desafio-de-inovacao. Acesso em 12 d out de 2019.

parar", aliás passa a ser a lógica desafiante dos novos tempos. Não há mais dia da semana a ser guardado, ao contrário, todos os dias são dias de guarda, de alerta.

O mesmo para as candidaturas ao CONEX – Conselho de Extensão ou CONEN[154] – Conselho de Ensino com datas finais de inscrição para domingo. A impressão é que aos interessados não faltam oportunidades. A disponibilidade *on-line* cria a pré-disposição dos sujeitos para que estejam o tempo todo conectados. O horário comercial é agora o horário ininterrupto.

Atividades bastante relevantes não acabam na sexta-feira e podem inclusive ter nela o seu início. A consulta pública sobre a Regulamentação de atividades de Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão permaneceu aberta durante um mês – do dia 16 de agosto (sexta-feira) ao dia 15 de setembro (domingo) sem interrupções.

Mas aqui, como em outras situações, a disponibilidade 24/7 gerou indisposição ou uma espécie de letargia para um assunto que incidirá diretamente nas jornadas de trabalho dos professores. O fato de ter havido baixa adesão talvez não seja indício de pouco caso com a instituição e o seu trabalho. Antes, reveladora de sobrecarga, mau uso do tempo disponível ou ainda a falta de significado atribuído ante a mistura de assuntos de portâncias diversas. Disso decorre a responsabilização e culpabilização do servidor que não soube administrar bem o seu tempo. A participação da minuta foi prorrogada e aos "interessados" foi dada a oportunidade de manifestar sua opinião a partir de novo cronograma[155].

Uma consulta às "Últimas notícias" no sítio www.ifsp.edu.br mostra a diversidade de conteúdos apresentados à comunidade acadêmica. Em se tratando de eventos que são muitos e podem brotar de qualquer uma das unidades do IFSP e de instituições externas, de convites para consultas públicas e audiências, ou ainda o chamado para inscrição ou para eleições em órgãos colegiados, há uma forma um tanto padronizada de se abordar o leitor: "os interessados podem participar até o dia...", "os interessados devem se inscrever acessando...", "os interessados devem buscar informações por meio de ...". Ora, os interessados se contrapõem aos desinteressados? Ou quem sabe os agrupamentos seriam tantos quantos os pontos

[154] Disponível em https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/1138-eleicoes-para-o-conselho-de-ensino-conen-2019. Acesso em 16 de out. de 2019.
[155]Disponível em https://www.ifsp.edu.br/noticias/1037-regulamentacao-atividades. Acesso em 16 de out. de 2019.

de interesse no IFSP? Para interessados em Extensão, o CONEX, para os interessados em Ensino, o CONEN, etc. A linguagem do interesse (*estar em*) mostra a quantidade de subcampos existentes dentro do IFSP. Considerando que o professor do IF tem a polivalência como registro, difícil estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Novamente, isso me remete a sua logomarca e suas inúmeras quadrículas.

A sensação é de que se o servidor perdeu ou não perdeu algo, logo aparecerá outro evento para participar. E difícil dizer se foi feita a escolha certa porque tudo se apresenta no mesmo nível de importância. De acordo com Leckowicz e Cantarelli (2003), a dinâmica de mercado cria uma nova lógica cuja temporalidade é a velocidade, é a substituição, o imediato como em "Últimas Notícias".

Esse ímpeto de apresentar sempre algo novo tem consequências subjetivas. Como hoje ocorre com a infância e a banalização de se ganhar um brinquedo novo: são tantos em tantos momentos que tudo perde o valor – dos presentes às datas comemorativas. No esforço de nos adaptarmos a situações que se modificam em tempo real, os significados são igualmente fluidos e passageiros. Nesse sentido, "a destituição de consistências e rupturas de agenciamentos simbólicos" marcam a subjetividade contemporânea (LECKOWICZ e CANTARELLI, 2003, p. 36). Os autores chamam de "caducidade sem experiência" esse mecanismo a estímulos variáveis que impedem as permanências e a apropriação de significados.

> Sem possibilidade de permanência não há possibilidade de apropriação e esgotamento. A mudança exigida pelo mercado marca a caducidade imediata das coisas, das pessoas, das ideias. Deste modo a inovação fica reduzida a um imperativo neoliberal. Isto é, a uma substituição sem experiência, a uma caducidade sem apropriação (LECKOWICZ e CANTARELLI, 2003, p. 39).

Nem servidores, nem alunos escapam dessa "caducidade sem experiência" ou experiência caduca a qual estamos expostos. Nesse cenário, reinvenção e flexibilidade são peças chave, consistem num novo *modus operandi* regido pelo capital.

Seria possível uma tecnologia que fizesse o tempo parar? Andar mais devagar? Acompanhar os fluxos da vida? No IFSP, diz-se que tudo é para ontem. A decisão por parar, por desacelerar não vem de fora, mas nem sempre os servidores se permitem a tamanha rebeldia.

No trecho abaixo, uma quadra esportiva é concretizada graças a disponibilidade de tempo, flexibilidade e reinvenção do diretor administrativo no usufruto de sua licença gala:

> [O Diretor] Anunciou a quadra esportiva que havia conseguido, antes da troca do Ministro da Educação. Não a quadra coberta que todos esperavam, mas uma quadra esportiva. Disse que poucos câmpus tinham conseguido a verba para a quadra, e graças a agilidade do Diretor Adjunto Administrativo – que tivera que interromper a licença gala para fazer os procedimentos burocráticos – conseguiram o investimento. A toque de caixa a quadra seria construída.
>
> Diário de Campo de 31 de outubro de 2018.

Não me refiro apenas ao fato de uma licença ser suspensa – o que aliás nem causou surpresa aos presentes nem piada, mas todo o trecho é revelador de um tempo que con-corre com outras situações. “Antes da troca do ministro”, “a toque de caixa”, a todo o momento essa experiência de corrida contra o relógio. Ou ainda:

> O coordenador do curso técnico em Química havia postado foto trabalhando nas férias. A foto retratava o filho pequeno num computador lhe fazendo companhia. A mensagem era algo do tipo “veja quem está trabalhando aqui comigo”. O foco não estava para o filho, mas para o trabalho que realizava. Enfim, soube o que tanto fazia no período e me contou assim que de mim se aproximou. Ele havia conseguido uma orquestra para o Instituto. “Seremos o primeiro Câmpus de todos os Institutos Federais a ter uma orquestra”. Elogiei, parabenizei, acho que meu corpo todo se manifestou positivamente porque ele foi contando como havia feito o projeto. O número de violinos, de violencelos, não sei mais o que, num entusiasmo só. O custo seria de 35 mil reais e passara as férias montando o orçamento. Perguntei como seria, quem tocaria os instrumentos, quem ensinaria os jovens a tocar. Falou que não seria coordenador por muito tempo e se dedicaria à orquestra, ao coral. Falei que voltaria ao coral logo no início do semestre. Contou que um professor coralista esteve ausente do coral e do IF em razão de um câncer na garganta.
>
> Diário de Campo de 25 de julho de 2018.

Férias, feriados, licenças preenchidas com trabalho, afastamentos para qualificação coagindo com termos de trabalho voluntário, isso tudo vem se tornando corriqueiro e naturalizado no IF.

Se o IFSP abre um “mundo de oportunidades” – e aqui dou destaque também aos servidores, isso não acontece gratuitamente. Há muito trabalho dispendido, há muita energia empregada para que se veja o IF crescer, para oferecer mais aos estudantes. Sobre este último relato destaco que no IF-Catanduva, como em todos as outras unidades do IFSP, temos apenas um professor de Artes, e pensar numa orquestra logo remete a falta de profissionais para orquestrá-la. Novamente, há demanda por trabalho voluntário, e recai sobre o professor uma carga maior de responsabilidade, afinal, “quem inventa, aguenta”. Também destaco o rumo que a conversa tomou: do entusiasmo em torno dos instrumentos fomos parar num câncer de garganta, talvez um sinal de alerta dos efeitos da intensificação e fragmentação do trabalho.

Finalmente, a situação retratada apresenta a presença do filho de um professor no IF-Catanduva, mostrando o quanto nossa vida privada atravessa o trabalho e é atravessada por ele. Sguissardi e Silva Junior (2018) ao pesquisar sobre o trabalho intensificado nas Universidades Federais da região Sudeste apontam para a crescente indissociação entre tempos e espaços da vida profissional e os tempos e espaços da vida pessoal e familiar. Também não deixam de apontar que “a compressão espaço-tempo é possível pela via tecnológica nos meios de transportes, na comunicação e informação, mas dentro do cérebro normal do professor pesquisador as sinapses continuam no mesmo ritmo” (2018, p. 226). Os autores fazem referência ao professor pesquisador, e sem dúvida, isso vale também para o professor polivalente do IF, que canta, assovia e chupa cana ao mesmo tempo. Os autores concluem ironicamente o seu ponto de vista, sinalizando a possibilidade de se recorrer à bioquímica ou de o ser humano passar por uma evolução a ponto de transformar a estrutura cerebral. A primeira alternativa já é realidade social, e também institucional. E sem dúvida, não é prática sem algum custo para o trabalhador.

A banalização dos domingos e feriados, a banalização dos eventos, a banalização das férias, das licenças levam enfim a uma banalização da vida.

Embora muitos servidores não concordem que haja excesso e há quem se posicione a favor de mais trabalho, há evidências que demonstram a naturalização das sobrecargas.

> Conversei com várias pessoas sobre diversos assuntos. Com professor Fulano, coordenador do curso de especialização, falamos sobre a morte da aluna. Ele disse algo nestes termos: “Acabou dando certo de fazermos o luto na segunda feira, porque professor Ciclano ficou doente e não havia quem o substituísse”. Falei que tinha conversado com diversas alunas no velório, todas falando que estava muito puxado, que os professores estavam apertando muito. Ele negou que estivesse muito puxado, mas no final disse que era assim mesmo.
>
> (...)
>
> Antes de sair, conversei com o Diretor. Ele parecia alegre em me ver. Trocamos rápidas palavras. Ele explicou que não pode decretar luto no sábado, pois o câmpus sediava uma atividade para uma instituição externa ao IF. Eu nem havia falado a respeito. Paguei minha refeição, lavei meu prato e fui acompanhando o fluxo.
>
> Diário de campo de 31 de outubro de 2018 – antevéspera de Finados

De novo o tempo, a falta de tempo. Ou as escolhas dentro de sua finitude. Um luto (parcial) se improvisou pela precariedade da situação de não haver um professor substituto para repor as aulas de um professor doente. As mortes ainda não são agendadas, mas talvez devessem sê-las. No registro acima fica claro o ímpeto de seguir o fluxo e sua naturalização. Na vida pragmática do IFSP, não há tempo a perder.

5.14 Os espaços físicos e as paredes (invisíveis) da escola

Sendo uma escola, o IF-Catanduva opera feito uma empresa que funciona em três turnos, ofertando à comunidade local e regional 9 cursos regulares, sendo 4 da Educação Básica e 5 da Educação Superior, como vimos no Quadro 4. Estes cursos – aparentemente tão diferentes entre si – são desenvolvidos a partir da otimização de elementos físicos, humanos e imateriais.

O IF-Catanduva compreende 13 salas de aula que são ocupadas manhã, tarde e noite por alunos diversos de diversos cursos. Todas salas são equipadas com instalações de multimídia, ares condicionados e cadeiras estofadas[156]. Os laboratórios de informática são otimizados e, com prévio agendamento, utilizados por diferentes cursos.

Há locais de convivência como pátio interno, a cantina, a cozinha para os servidores, e na falta de espécie de auditório ou anfiteatro (transformado recentemente em salas de aulas) o laboratório de Hidráulica e Pneumática é utilizado para as palestras, reuniões e assembleias.

Não temos um local de ócio ou inatividade, e os servidores que passam o dia inteiro no câmpus estão ali para trabalhar. Uma conversa mais descontraída pode se dar em pé nos corredores e quando as pernas cansam é sinal de voltar aos locais de trabalho. A cantina é um ponto de encontro, mas está localizada num local estratégico: ninguém passa por ela despercebido. Não há chuveiros para quem emenda dois turnos, para quem saiu cedo de casa e queira entrar renovado numa aula de um curso noturno.

Até o primeiro semestre de 2018, os alunos dos cursos técnicos integrados não tinham um local para descanso entre um turno e outro. E sendo muitos, espalhavam-se pelos mais diversos locais do IF-Catanduva, como se pode ver nos dois trechos abaixo:

> Cheguei ao câmpus muito próximo às 14h.(...). Estacionei o carro nos fundos da escola, e reparei que lá estavam vários estudantes do ensino médio sentados e deitados na calçada. Fiquei pensando porque estariam ali e o que faziam nesse espaço praticamente sem circulação. Um espaço atípico, mas interessante quando se quer estar distante do movimento da escola.
>
> Diário de campo de 9 de maio de 2018.

[156] Em um importante evento anual do IF-Catanduva denominado “Casa Aberta” recebemos alunos do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas de Catanduva e região para apresentar os cursos, as instalações físicas, os recursos humanos. Em todas as edições das quais participei pude reparar que a estrutura das salas de aulas chamam atenção dos possíveis candidatos, além do número de laboratórios e seus equipamentos, destoando das possibilidades encontradas na rede pública estadual e municipal de ensino. Bem verdade que em quase dez anos de uso há muitas cadeiras em estado deplorável que pedem troca. Assim como as paredes pedem nova pintura, e por toda a parte se vê a necessidade de manutenção.

Ou ainda:

> Encontrei quatro meninas esparramadas num colchão de molas. “Senta aqui, professora, veja que delícia”. “Isso aqui é bom demais” disse a outra. Elas se lembraram das vezes que deitavam no chão para descansar entre um turno e outro. Uma delas dormia. Pedi se eu podia tirar uma foto. Elas esconderam o rosto – por que seria? Adolescentes gostam tanto de fotos. Naquele colchão não havia capa, fiquei pensando quanto tempo continuaria branco. Pensei também se o diretor não tivera tempo para costurar o pano, ou se não havia mais pano.
>
> Diário de Campo de 25 de julho de 2018.

A falta de um espaço físico e mobília para estudantes (e servidores) é parte de uma política educacional mais ampla que prima pela produtividade. Por muito tempo isso sequer foi discutido na instituição, mais preocupada em formular seus currículos e atrair os alunos para os cursos. Poucas vezes e de poucos setores partiu a iniciativa de pensar um lugar físico e social para acomodar bem aqueles que dão vida à escola ou são a própria vida da escola.

Os espaços de convivência criados nas férias de julho de 2018 contaram com a boa vontade de servidores. Foram feitas doações e foi o próprio Diretor que se colocou a costurar capas de colchões e almofadas. Isso parece estranho não só porque foi o diretor quem realizou a costura, mas porque como ocupante de um cargo que lida com trâmites burocráticos e com as pechinchas ao alto escalão para aparelhar a escola, não encontrou outra forma de resolver o problema. Talvez não fosse um problema. Problema para o IF-Catanduva é conseguir comprar os utensílios, apetrechos e aviamentos para os laboratórios, problema é com a compra de equipamentos de informática, multimídia e sua manutenção. Problema é conseguir abastecer a biblioteca. Se os recursos são escassos, podemos ter certeza de uma coisa: a prioridade não será para uma área de descanso, lazer, deleite. Não mesmo!

Os espaços de convivência que foram criados não foram pensados apenas para descanso. Eles poderiam muito bem servir para outras finalidades como se pode ver no trecho a seguir. Nas melhores intenções, o diretor vislumbra possibilidades de que mesmo nos horários vagos, ali também possa se produzir alguma coisa:

> O Diretor abriu a reunião dando boas vindas. Falou de algumas mudanças na estrutura na escola. Alguns setores mudaram de salas e a sala de videoconferências agora contava com um isolamento acústico. Falou também do espaço de convivência criado para os alunos, e também para os servidores. Não entrou em detalhes, nem se gabou. Disse que era um projeto idealizado pela administradora, mas que contou com inúmeras mãos. Fez menção às doações e lembrou-se inclusive que eu havia doado um saco de espuma para fazer almofadas.
>
> Achou que aqueles colchões poderiam servir para outros fins além de descanso, como um clube de leitura, um café filosófico, uma roda de poesia. Falou da importância de sair dos moldes tradicionais. “Imaginem ali um grupo de alunos debatendo, sentados no colchão, segurando uma almofada, fora da sala de aula, da lousa, do giz”. Fez menção que aquilo poderia ser um projeto de qualquer professor, não necessariamente do Núcleo Comum. Acho que já é consenso associar este tipo de atividade ao Núcleo Comum. Aproveitou para pedir doações de revistas, gibis, livros de literatura.
>
> Diário de Campo de 25 de julho de 2018.

Há um olhar sensível da parte do diretor para a formação integral. Na reunião, ele chamou atenção para a formação desses jovens, que não se faz só com aulas nos termos convencionais ou quando muito com práticas nos laboratórios. O que está dito nas entrelinhas é que a educação é um processo mais abrangente – em sua forma, em seu conteúdo. No entanto, com a possibilidade de a molecada fazer ali “um clube de leitura, um café filosófico, uma roda de poesia” são necessárias “doações de revistas, gibis e livros de literatura”. De fato, a sugestão foi acatada e há registros que uma professora substituta de contrato temporário levou os alunos para rodas de conversas. Essa metodologia não requer materiais prévios, nenhum tipo de investimento financeiro excedente ou burocracia. Mas rodas de conversas não são diálogos abertos entrecortados por risadas. Rodas de conversas têm objetivos previamente definidos.

O que chamo atenção nestes recortes dos diários de campo que selecionei é que não há intenções de se produzir um tempo livre, um tempo descomprometido com o trabalho acadêmico. Há intenções de controlar o tempo dos estudantes e mantê-los ocupados *full time.*

Ao passar por estes ambientes, é corriqueiro encontrarmos alunos conectados aos celulares e *smartphones*. Deitados, utilizam o horário que liga um turno e outro de atividades para jogos ou para trocas virtuais. Embora essa prática de descansar sem “desligar” já esteja bastante naturalizada entre nós, Crary (2018) chama atenção para os estados de semiautomatismo, de neutralização e inatividade que esses dispositivos provocam. De acordo com o autor:

> Uma das formas de incapacitação em ambientes 24/7 [24 horas por 7 dias da semana] é a perda da faculdade de sonhar acordado ou de qualquer tipo de introspecção distraída que costumava ocorrer nos interregnos de horas lentas ou vazias. Uma das atrações dos sistemas e produtos atuais é a velocidade de operação: tornou-se intolerável esperar que um dispositivo carregue ou se conecte. Quando há atrasos ou intervalos de tempo vazio, raramente são brechas para a errância da consciência, na qual nos libertamos das imposições e demandas do presente imediato. Há uma incompatibilidade profunda entre tudo aquilo que se assemelha ao devaneio e às prioridades da eficiência, funcionalidade e velocidade (CRARY, 2018, p. 97-98).

Quando estes espaços de convivência não existiam, os alunos deitavam-se no chão, por vezes escorados em alguma parede, ou deitados sobre a mochila, e tendo acesso ao WIFI, passavam a sensação de que o mundo podia até desabar sobre suas cabeças.

Masschelein e Simons (2018) apontam que o próprio tempo de relaxamento é tomado pela lógica da produtividade, no sentido de que comumente se entende que ele é útil porque repõe as energias e permite que no turno posterior se possa melhor produzir. Não se cultua uma ideia de que o relaxamento tem um fim em si mesmo. E nesse sentido, se a escola produz um tempo livre o torna novamente produtivo.

Nos dias de provas, a movimentação no intervalo do almoço acontecia um pouco diferente, e embora não houvesse um lugar decente para sentar, viam-se estudantes reunidos por toda parte. Em grupos, em duplas, sozinhos veem-se os alunos sentados no meio da rampa, nas muretas, nas vias de acesso. No IF-Catanduva não temos cabines de estudos como são comuns em algumas universidades. Não somos Universidade, e isso certamente seria reconhecido como

um luxo desnecessário. Na biblioteca não há lugar para todos e há cartazes pedindo silêncio.

O fato de esses adolescentes acomodarem-se no meio do caminho, nos lugares de passagem guarda algum significado: querem ser vistos, querem ser olhados, querem ser cuidados.

No IF-Catanduva, os espaços para as discussões e deliberações são também inadequados como se pode verificar no relato de uma assembleia estudantil:

> A assistente social contou que diante dos cortes na assistência estudantil realizou uma assembleia para redefinir os critérios de distribuição das bolsas. Contou que no espaço que em estávamos ali discutindo a greve, reuniram-se 230 estudantes. Ficaram todos sentados no chão, espremidos para que todos coubessem ali, e definiram unanimemente pela reclassificação dos beneficiados. Até mesmo os alunos que sabiam que iam perder a bolsa,votaram por esse procedimento. Contou que ficou admirada da postura dos estudantes durante todo o tempo que a assembleia perdurou.
>
> Diário de Campo de 25 de setembro de 2019.

Faltam espaços de convivência para os servidores, e até mesmo espaços que promovam a discussão e os debates. Como podemos verificar num relato de uma das reuniões do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional):

> Como a reunião aconteceu em um laboratório de informática, o mediador estava sentado à mesa destinada ao professor e os demais presentes ocupando mesas de computadores. Não havia possibilidade de movimentá-las, impossibilitando a formação de um círculo ou outra disposição que predispusesse as pessoas para uma discussão. Em nenhum momento houve pretensão de se buscar outro espaço para essa reunião. (...)
>
> Diário de Campo 24 de abril de 2018.

Quando as reuniões acontecem nesses laboratórios de informática as trocas ficam comprometidas, ainda que as temáticas sejam supostamente de interesse comum. Mesmo numa reunião com poucos servidores a possibilidade de dispersar-se, de desconectar-se é alta. Cada participante se protege com uma armadura computador a sua frente, impedindo aproximações entre os servidores e em relação aos assuntos ali abordados.

Vale lembrar que o espaço físico é esse elemento silencioso do currículo que nos formata de alguma maneira. O espaço escolar não é neutro, e ele sempre regula (e educa), quer quando impede ou facilita acessos, quer quando proíbe, inibe ou promove ações, quando distancia ou aproxima sujeitos.

Ainda sobre a ausência de espaços adequados para discussão e trabalho:

> Cheguei ao Núcleo Comum e que grata surpresa: um sofá! Ora, quem diria que teríamos um estica-corpo-e-mente para os dias de maior trabalho. A sala está equipada de modo que cada professor tenha o seu computador, de uso individual. Assim, as mesas estão dispostas em três fileiras, de modo que mais de vinte professores caibam nessa mesma sala, com uma janela que se mantem fechada pela preferência ao ar condicionado. Também temos uma geladeira (comprada em conjunto) pelos professores e uma cafeteira que foi doada. Temos uma mesinha para colocar bolo e bebidas usada em dias de confraternização. Ficamos espremidos e temos que nos adaptar a regras construídas coletivamente para que o trabalho flua.
>
> Ali, naquele espaço de pouca ventilação, realizamos a reunião com nossa DAE (Diretora Adjunta Educacional) que ficou sentada no sofá. De onde estava sentada não conseguia enxergá-la. Entre um computador e outro, conseguia ver parte do seu rosto. (...)
>
> Um assunto de grande importância que discutia a possibilidade de abertura de mais um curso em face ao número reduzido de alunos e por outro lado sobrecarga de um grupo específico de professores, deveria ter um lugar adequado para ser discutido.
>
> Diário de campo, 25 de setembro de 2019.

O trecho acima mostra as características de um espaço físico impróprio para o debate. Para não perder tempo, o grupo decidiu não se deslocar para outro ambiente – ainda que o assunto fosse relevante. Ficamos espremidos no tempo e no espaço, e vamos dia a dia nos sujeitando ou assujeitando às condições existentes.

Como já mencionei em outro capítulo desta tese, essa exterioridade nos atravessa, perpassa nosso modo de pensar, agir, viver. O fato de termos um computador individual, uma mesa, uma cadeira, todos identificados com uma tarja de metal prateado com uma sequência numérica, que não devem ser trocados de lugar, produzem efeitos em nossa existência. Produzem inclusive modos automatizados e individualizados de trabalhar. Não ocorre de algum professor

chegar a sua sala e ter que esperar até que algum colega termine de usar o computador para que possa usá-lo. Ninguém dirá: “Alguém pode liberar o computador porque preciso imprimir uma prova?” Enquanto espera esse professor não se sentará ao lado de um colega que esteja digitando notas, atualizando seus diários eletrônicos e distraidamente ficar observando o que não é da sua conta. Isso soaria como intrusão nesse ambiente e nessa prática (educacional) que dizemos ser coletivo. É o privado se impondo ao público. Também ninguém precisará chegar mais cedo ao ambiente de trabalho para precaver-se. Longe disso. Mas, ao chegar ao IF-Catanduva há possibilidades tecnológicas de trabalhar o tempo todo ou a maior parte do tempo, e quando não se está com os alunos, trabalhar de forma solitária.

Trago um trecho da reunião de PDI em que havia necessidade de se reconstruir um texto de forma coletiva, uma prática que não é cotidiana:

> (...) O texto original fazia referencia à assistência estudantil e depois de alguns esclarecimentos por parte da servidora sobre algumas mudanças na nomenclatura dos programas de assistência, e uma breve discussão se a assistência estudantil participa direta ou indiretamente em relação ao acesso à instituição (além de participar da permanência), **ela deu a sugestão de escrever o texto sozinha e inserir o trecho posteriormente. Todos concordaram.**
>
> O trecho seguinte fazia menção ao Grêmio Estudantil e Centros Acadêmicos no Ensino Superior. Discutiu-se se era Centro Acadêmico ou Diretório Acadêmico. **Enfim, o professor que coordenava a discussão disse que poderia escrever algo a respeito em casa. Todos concordaram.**
>
> Em uma hora de discussão, o grupo deu sinal de esgotamento. O ar condicionado foi gelando a sala. Alguns comentários reclamando do frio. Professores cansados, olhando para o celular, checando as horas ou alguma mensagem.
>
> O texto de referência havia chegado ao final e o grupo entendeu ter concluído a tarefa. Alguém falou que precisariam discutir outros temas. Sugeri um espaço de convivência. Parecia fazer sentido, mas onde incluir isso? Parece não haver lugar no PDI. Alguém falou de formação mais humanizada – música, teatro, dança. Alguém trouxe uma informação em relação ao grande número de atestados de realização de exames de endoscopia: “nossos jovens estão adoecendo”. **O coordenador se prontificou a pensar e tentar incluir um trecho.**
>
> Diário de campo de 25 de abril de 2018.

O advento dos computadores individuais produziram modos de vida nunca antes imagináveis e o trecho mostra a dificuldade em se produzir uma escrita em conjunto. Bem verdade que há outros elementos como a falta de afinidade entre os servidores, e maior ou menor afinidade para com os assuntos em questão. No entanto, a tarefa de escrever conjuntamente é algo trabalhoso, e na situação retratada como em outras, é mais fácil concluir sozinho, mesmo que isso demande fazer em outros momentos em que já existem outros compromissos. Se o tempo é finito, o trabalho do IF-Catanduva parece não ter fim. E esse ritmo de trabalho já foi incorporado e naturalizado.

Na reunião é reconhecida a necessidade de espaços de convivência – um assunto que suscitou aspectos da educação integral e fez lembrar adoecimentos dos nossos jovens. Esses adoecimentos não se restringem aos adolescentes, pouco acostumados com as exigências do IF-Catanduva. Também não são decorrentes apenas da educação que lhes oferecemos. Por toda parte vimos impor-se um estilo de *vida* que o capitalismo nos apresenta como sendo o ideal, colocando-nos em situação de vulnerabilidade.

No IF-Catanduva, durante os primeiros 8 anos não tivemos estrutura para sediar um evento como IFSports. E quando tivemos uma quadra esportiva, em agosto de 2019, a inauguramos a com direito a hino nacional, discursos por parte da direção, da Pró-Reitoria de Administração, de representantes do poder público municipal, fan-farra e tradicional corte da fita. O projeto original previa um ginásio esportivo agora reduzido a uma quadra descoberta, o que talvez explique todo um valor simbólico atribuído a ela, no sentido de valorizá-la enquanto importante conquista. Como tem sido de praxe nessas inaugurações das quadras em diversas unidades do IFSP, também em Catanduva se desenrolou um jogo de futebol dos servidores do Câmpus contra a Reitoria. E como parte do ritual já se esperava uma goleada, e a partida finalizou em 21 X 5 para o time local. Nessa euforia, os alunos ficaram como expectadores.

O sentimento que fica é de que melhor uma quadra que pode virar ginásio futuramente (e por isso não pode ter providenciada sombra de árvores a sua volta para não comprometer o projeto) do que utilizar a estrutura emprestada de escolas vizinhas, ter que se deslocar até outros locais para a prática de esportes. “Até que

ficou bonito” disse alguém na noite da inauguração, quando estava suficientemente fresco. E esse “até que ficou bonito” se transforma na melhor possibilidade, que coaduna com o lugar periférico que a Educação Física enquanto componente curricular ocupa no IFSP.

Esse sentimento de que melhor assim do que de outra forma ou forma nenhuma é recorrente. Desde o anúncio desse empreendimento uma ideia foi minando outras possibilidades, como podemos verificar na fala do Diretor, durante uma confraternização:

> Depois do almoço, o diretor fez um rápido pronunciamento, dizendo que estávamos todos reunidos – técnico-administrativos e professores – para comemorar o dia do funcionário público. Anunciou a quadra esportiva que havia conseguido, antes da troca do Ministro da Educação. Não a quadra coberta que todos esperavam, mas uma quadra esportiva. Disse que poucos câmpus tinham conseguido a verba para a quadra, e graças à agilidade do Diretor Adjunto Administrativo – que tivera que interromper a licença gala para fazer os procedimentos burocráticos – conseguiram o investimento. A toque de caixa a quadra seria construída. Disse que futuramente talvez se consiga a quadra coberta, mas como estamos iniciando um período de escassez de recursos achou melhor ficar com um pássaro na mão do que dois voando.
>
> Diário de Campo de 31 de outubro de 2018.

Melhor isso do que nada, e ainda assim, com grande esforço.

E se tratando das quadras esportivas ainda não existentes em todas as unidades do IFSP, podemos questionar como é possível competir em pé de igualdade ou se pensar em currículos mais padronizados.

Em setembro de 2019 ocorreu a primeira edição dos Jogos do Instituto Federal (JIF) em âmbito estadual, e em outubro do mesmo ano o 10º JIF nacional. Os eventos foram noticiados no sítio do IFSP e deu-se destaque aos laços de amizade e de camaradagem entre os estudantes de diferentes câmpus ou Institutos. Todavia, não há como deixar de reparar na ênfase para as premiações. No JIF estadual, o IF-Catanduva conseguiu uma medalha de ouro e uma de prata na modalidade xadrez. No JIF Nacional, o IFSP se destacou com 24 medalhas, garantindo o 2º lugar geral. 45 alunos participantes do IFSP trouxeram para casa 24

medalhas, tendo participado em cinco modalidades: futsal, judô, natação, tênis de mesa e xadrez. Foram conquistadas 10 medalhas na natação (uma de ouro, seis de prata e três de bronze), três no tênis de mesa (duas de ouro e uma de prata) e 11 no judô (9 de ouro e duas de prata). Que o esporte tenha sido valorizado não há dúvida, principalmente nas modalidades individuais. Todavia, é preciso reconhecer que o "mérito" ou "privilégio" não pode ser atribuído ao IFSP que em 2020 iria sediar o evento nacional. Até onde é sabido não há piscinas de natação em nenhum dos nossos 36 câmpus. Os JIF dessa maneira estão longe de se consagrar como atividade democratizadora.

Por último, ainda sobre os espaços físicos e suas ocupações, o nosso refeitório fica ao lado da quadra esportiva, teve o início do seu funcionamento em março de 2018 e atende apenas alunos do técnico integrado ao Ensino Médio. Foi inaugurado com hino, com discursos e vaias ao prefeito Afonso Macchione Neto (PSDB), por ter cortado a alimentação então servida na escola municipal vizinha aos estudantes do IF. O benefício foi suspenso porque se compreendia que se tratava de estudantes da rede federal de ensino e não da rede municipal. Talvez soubesse que o IF não atende apenas os estudantes de Catanduva, e assim, instauram-se novas paredes invisíveis.

Muitas lutas devem ser travadas para que as refeições sejam estendidas a todos os estudantes, em todos os turnos de funcionamento, independente dos seus níveis de ensino em que estudam. Mas, sem sombra de dúvidas, o refeitório significou uma grande conquista. Na falta de outro espaço, ali também ocorrem festas para confraternização da família IF em Catanduva.

Enfim, a questão dos espaços físicos – de como são ocupados, distribuídos, otimizados – não deve ser secundarizada, porque não são panos de fundo ou cenários de uma escola. Eles são elementos ativos que agem na produção de subjetividades, (im)possibilitam trocas, facilitam ou prejudicam as relações, promovem o maior ou menor (des)envolvimento institucional.

6. PROPOSIÇÕES

Aprendi com colegas que uma tese não se conclui, se abandona. Por mais que eu tenha ainda o que acrescentar ela chega ao seu limite. Ela foi idealizada muito antes do meu ingresso no doutorado como um importante ícone da sabedoria e da alta cultura. Com Bourdieu (2013) despi esse signo a partir da máxima de que todo reconhecimento é desconhecimento. Todavia, não deixo de considerá-la como um trabalho de fôlego, fruto de *habitus*, possibilitado por circunstâncias muito próximas das ideais: afastamento remunerado para qualificação é uma delas. Há outros elementos como o fato de ter cursado boas escolas, ter vivido e viver em ambiente familiar de valorização do meio acadêmico, aos livros, à leitura, ao debate, que me levaram para instituições de ensino superior públicas. Fiz a graduação, o mestrado e a maior parte do doutorado com dedicação quase exclusiva para os estudos e às pesquisas. Portanto, faço este registro para dizer das condições que obtive ao longo da minha vida de pele e olhos claros, e desdizer os méritos pessoais que me seriam dignos em outro registro discursivo.

Após Exame de Qualificação, o texto desta tese foi revisado sob a tortura da Pandemia do Covid 19 sobre comando do capitão Jair Bolsonaro. Se o texto pesa é porque não há como ser imparcial à violência que matou só em 2020, 194 mil brasileiros: destes, a grande maioria de negros, pobres, de baixa escolarização, de famílias de trabalhadores dos piores postos de trabalho e de postos nenhuns.

Perdemos mais crianças e adolescentes do que em outros países afetados pela Pandemia não só porque somos comparativamente um país de população jovem. Há mais exposição ao vírus e por isso mesmo que se estima que comunidades indígenas inteiras possam ter sido dizimadas. Quando falo de violência, não me refiro ao coronavírus obviamente. Nem mesmo ao capitão eleito, que não é causa, antes consequência do catecismo neoliberal e conservador que se tornou manual de cabeceira para muitos compatriotas, a ideologia mais bem elaborada e poderosa que se aquiesceu nas últimas décadas. A violência a qual me refiro diz respeito ao abandono da população por parte do Estado em prol das exigências do mercado.

Lewkowicz e Cantarelli (2003) desenvolvem a ideia de que há um impasse em que uma racionalidade vem sendo substituída por outra “diferente em sua forma, porém idêntica em sua função totalizadora” (p. 13) – da totalidade do Estado-Nação para a totalidade do mercado. O Estado diminui, torna-se mínimo no sentido protetivo, embora mantenha suas atribuições de articulador simbólico.

Para os autores vivemos uma espécie de crise que veio para ficar. E desse entendimento participa LAVAL (2016) para quem muito mais que uma crise passageira, assistimos a uma mutação do capitalismo, que se deu desde os anos 1980:

> mundialização das trocas, financialização das economias, desengajamento do Estado, privatização das empresas públicas e transformação dos serviços públicos em quase empresas, expansão dos processos de mercantilização ao lazer e à cultura, mobilização geral dos assalariados em uma “guerra econômica” geral, questionamento das proteções aos assalariados, sujeição à disciplina pelo medo do desemprego (LAVAL, 2016, p. 15).

Não posso me furtar de me reportar à Pandemia, pois junto às incertezas que trouxe, ela confirmou o que já vinha sendo discutido a respeito das políticas neoliberais no mundo. Nesse sentido, a quarentena não trouxe nada exatamente de novo, mas apurou o caldo com a fervura dos dias.

Santos (2020) em “A cruel pedagogia do vírus” discorre sobre os ensinamentos que o vírus promoveu. Dentre as lições, considero alguns bastante pertinentes a esta tese. Uma deles: “o tempo político e mediático condiciona o modo como a sociedade contemporânea se apercebe dos riscos que corre”´(SANTOS, 2020, s/p). Com isso o autor afirma que há crises e crises. Algumas breves e de intensa mobilização política e midiática, enquanto outras mesmo de letalidade e duração maiores passam despercebidas sob as nossas barbas porque não são enunciadas ou anunciadas. Nesse sentido, o coronavírus é uma crise que ganhou centralidade ante a concentração de riquezas, a extrema desigualdade social e a exploração sem precedentes do Planeta. Nesse caso, mesmo que a crise rápida ajude inclusive a esconder a crise que lhe dá lastro, o que se resolve – quando muito – são as consequências mais imediatas e não as suas causas. O auxilio emergencial de R$600,00 é um bom exemplo para o caso brasileiro.

Em âmbito mundial, a “vacina” é considerada a grande solução da vez para a crise breve. Por traz dessa palavra (e não poção) mágica há todo um aparato de ciência e tecnologia, de formação de pessoas que devem não só desenvolvê-la propriamente, mas pesquisar e produzir condições para pesquisar e produzi-la; por traz destes pesquisadores que em breve ganharão fama e reconhecimento há escolas, universidades, programas de iniciação científica, programas de pós-graduação, enfim, investimentos de longo prazo em Educação. No Brasil, estes investimentos não são maiores porque ora ela é apresentada como custo aos fundos públicos, ora é considerada importante nicho de mercado, ou as duas coisas ao mesmo tempo.

“Quando houver vacina...” no início da pandemia, e mais recentemente “Quando formos vacinados...” é a esperança da vez. E a corrida por vacinas não tem só como objetivo salvar vidas; por traz desta busca desenfreada se almeja o lucro – com ela e a partir dela. “Quando houver vacina a todos...” haverá retorno à “normalidade”, aos postos de trabalho, às escolas, aos serviços, ao lazer, ao turismo. Afinal, a economia não pode parar! A vacinação em massa se apresenta como medida paliativa que acalenta nossos sonhos e nos priva de pensar em novas estratégias para resolver a crise longa. “Quando houver vacina...” é o *band-aid* de uma ferida que apodrece por dentro. É tapar o sol com a peneira.

Essa mais nova situação de crise breve – agora considerada como a pior crise mundial dos últimos tempos – possibilitou melhor compreender a crise de 2008, contexto de criação dos IF que foi comparado pela mídia com a Depressão de 1929. De crise em crise, os grandes problemas que afligem a população não são resolvidos. Perdemos uma importante oportunidade em 2008, perdemos outra melhor em 2020: de parar de proteger os mais bem protegidos. Dito isso, trago Santos que nos assegura:

> Haverá mais pandemias no futuro e provavelmente mais graves, e as políticas neoliberais continuarão a minar a capacidade do Estado para responder, e as populações estarão mais indefesas. Tal ciclo infernal só pode ser interrompido se se interromper o capitalismo (2020, s/p).

Dessa primeira lição aponto outra, intrínseca em toda argumentação de SANTOS (2020): o Estado mínimo não está preparado para proteger sua população, como se essa responsabilidade não lhe coubesse (mais). Os serviços públicos são demonizados, servidores públicos considerados parasitas do sistema. Educação, saúde, segurança, seguridade e previdência social – há um verdadeiro desmonte dos serviços públicos porque a versão mais antissocial do capitalismo compreende estas áreas como importantes investimentos de setores privados. E a população? No neoliberalismo há menos implicações com os direitos humanos fundamentais. Entende-se que não se pode dar o peixe, deve-se ensinar a pescar. E ensinar a pescar implica que o sujeito possa comprar a vara, o anzol, as iscas e, de preferência, os rios e os peixes. Nada mais deve ser de responsabilidade do Estado.

A quarentena apresentou – não a todos, obviamente – uma abordagem mais sistêmica do problema. A Pandemia do Covid 19 passou a ser vista como um problema sanitário, mas também econômico, político, social e cultural. De acordo com Abdalla e Sadín (2020):

> Há entendimentos de que a pandemia revelou a insuficiência da economia de mercado para resolver os problemas fundamentais da humanidade; de que o sistema político e os representantes eleitos cumprem papel fundamental no fracasso ou sucesso das medidas de combate a seus efeitos; de que a desigualdade social é uma das principais causas do número de vítimas no mundo e de que é preciso mudar comportamentos sociais para se enfrentar ameaças que atingem a todos e dependem de atitudes conscientes por parte da população.

Destas lições compartilha Santos (2020) ao dizer que a Pandemia mostrou que o capitalismo não tem futuro, e que se espera que a extrema-direita e a direita hiper-neoliberal fiquem definitivamente desacreditadas. Gostaria de acreditar nisso, não sem antes trazer o pensamento de Han (2020) ao comparar práticas de controle da Pandemia na Europa e Ásia, e conclui:

> O vírus não derrotará o capitalismo. A revolução viral não vai acontecer. Nenhum vírus é capaz de fazer a revolução. O vírus nos isola e individualiza. Não gera nenhum sentimento coletivo forte. De alguma forma, cada um se preocupa apenas com a própria sobrevivência. A solidariedade que consiste em manter distâncias mútuas não é uma solidariedade que permite sonhar com uma sociedade diferente, mais pacífica, mais justa. Não podemos deixar a revolução nas mãos do vírus. Esperemos que depois do vírus venha uma revolução humana. (HAN, 2020.).

O que essa discussão toda tem a ver com o IFSP e minha pesquisa? Muita coisa. Não é minha pretensão responder se os IF sobreviverão à crise econômica e à diminuição vertiginosa do PIB provocada pelo vírus (neoliberal), nem é minha intenção dizer se haverá uma política de geração de empregos que justifique o próprio IF. O que quero é mostrar, nestas considerações finais, como nós, servidores e estudantes, estamos incluídos nessa problemática até o pescoço.

Não é demasiado dizer que me valendo dos estudos bourdeusianos parto da premissa de que somos nós – pessoas dotadas de senso e razões práticas – que agimos, mas nosso agir é socialmente determinado. Ou seja, a história não se faz à margem dos sujeitos concretos, mas os sujeitos em suas atividades não agem apenas por consciência e vontade. Não são totalmente livres para agir, uma vez que a formação das ideias é tributária de condições históricas de produção. Nesse sentido, as manifestações dos indivíduos, explicações, sentidos e sentimentos atribuídos ao trabalho no IF não foram descolados das condições que os produziram.

Em minha pesquisa não procuro culpados, mas apresento o quanto o neoliberalismo se projeta dia a dia no cenário nacional, na vida de cada um de nós e o quanto os IF participam desse processo. Esta tese se ocupou não só da macropolítica, mas principalmente da micropolítica – progressista e conservadora; possibilitou melhor compreender como a Lei 11892/2008 foi construída, quais foram seus pontos de tensão, e posteriormente como foi interpretada, como se materializou em ações diversas no IF-Catanduva no decurso de sua história.

“Educação para o trabalho” constitui-se na temática central desta tese e para isso tomei bocados do processo educacional a partir da produção e análise de dados do cotidiano. A aproximação à cartografia com seus dispositivos analíticos

proporcionou uma espécie de mapeamento do terreno institucional. Assim, estive muito longe de uma ciência positiva que compreende que “a observação é tanto mais científica quanto mais conscientes e mais sistemáticos forem os métodos de que se serve” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 30).

O que fiz ao longo desta pesquisa foi me esparramar pelo território IF-Catanduva como água que se derrama ao chão e vai tomando a superfície sem rumo definido. A liquidez me aproximou das beiradas, permitindo fazer contornos e chegar para debaixo de móveis – inclusive daqueles que de tão pesados ficam sempre no mesmo lugar, mesmo em dias de faxina. Não deviam se chamar móveis se se fixam ao chão e não permitem que as pessoas, os insetos, o ar, as ideias circulem de um jeito diferente. Nessa itinerância topei com muitos arbitrários da língua, dos costumes, das práticas sociais; com violências simbólicas que naturalizam o processo institucional.

Não tive a intenção de lavar o território, mas quem sabe a água parada sob o móvel produza mofo – essa forma de vida que faz com que se tome alguma providência sob o risco de se ter a estrutura apodrecida. As madeiras de lei embora mais duras e resistentes que os aglomerados, ainda assim incham e com o tempo desmancham. A água também acelera a oxidação de outros materiais e produz a ferrugem, deixando marcado o que está exposto e vulnerável.

Zanzando aqui, ali, acolá procurei cartografar o IFSP, com especial atenção ao IF-Catanduva. Nomearei aqui algumas paisagens que não se acham soltas no nada, pelo contrário, estão enraizadas, ladeadas, por vezes sobrepostas ou amontoadas, e ainda se encontram sob uma atmosfera que pode negar a vida, ou afirmá-la. Pensei em enumerar estes cenários, me valendo do conjunto de números ordinais, mas isso significaria colocá-los em ordem de importâncias ou prioridades, o que não cabe nessa tese. Não há aqui “Em primeiro lugar”, assim como não há um “Por último”, “Por fim”. Na perspectiva de um olhar multicêntrico sobre a instituição, não há um único jeito de ler esta tese: não propus uma linearidade ou o que normalmente se entende por desenvolvimento, em que a última etapa, o último estágio, o último capítulo se sobrepõe a todos os outros. De qualquer ponto onde se inicie a leitura desta tese há de se encontrar elementos que se encaixam, como evidentemente, outros que se desconjuntam.

Começo de algum lugar essa cadeia associativa.

A população demanda por empregos e renda, e em contrapartida o Estado oferece formação profissional. Instaura-se uma ideia-força de que a política de geração de empregos se reduz ao se vincular com a política educacional. Como se oferecer qualificação profissional fosse suficiente. Lembremos que o IF-Catanduva está localizado e instalado onde inicialmente se previu o 5º Distrito Industrial no município. Nenhum outro distrito foi implantado desde então. Assim sendo, uma política focal de educação profissional não resolve por si só os problemas sociais existentes. Com isso não nego a falta de oportunidades educacionais em Catanduva-SP e região, e a importância do processo de interiorização dos IF. Nessa trama em que a educação substitui a política por mais trabalho remunerado, o cidadão é culpabilizado pelo seu desemprego e pela precariedade das suas condições de sobrevivência, eximindo o Estado de suas responsabilidades.

O próprio IF-Catanduva dá indícios de que temos pessoal qualificado e altamente qualificado, sendo que faltam aos brasileiros postos de trabalho e remuneração digna. Um exemplo é a elevada proporção candidatos/vagas nos concursos para provimento de cargos oferecidos pelo IFSP das carreiras docente e técnico-administrativo. Em relação a esta última carreira, no IF-Catanduva observei ainda que os servidores possuem níveis de escolarização muito acima das exigências dos cargos, e formação acadêmica que destoa do trabalho realizado em muitas situações – um sinal evidente de falta de oportunidades de empregos mais ajustados aos interesses individuais.

Nessa contradição, ainda é o mérito pessoal que ganha relevo (por ocupar uma vaga estável federal) e não o fato de sua formação voltar-se para outra área. O Técnico em Mecatrônica, Tecnólogo em Mecatrônica Industrial, com pesquisa de Mestrado na mesma área, ocupando cargo efetivo de Assistente em Administração não é um caso isolado no IF-Catanduva. Há deslocamentos do gosto e contragosto, há evidências de que o trabalho realizado no IF-Catanduva pode ser algo alheio ou estranho, que faz com o que sujeito tenha que enquadrar-se ou, em outros termos, alienar-se (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011). Situações como estas deveriam nos causar maior estranheza quando o assunto é falta de profissionais qualificados no Brasil.

Quem apresenta a ideia de “apagão educacional” é quem o produz. Para fazer com que áreas profissionais sejam supridas em determinados territórios é preciso valorizá-las, remunerá-las dignamente, oferecendo condições adequadas de trabalho. Não é o contrário que resolve o problema: formar profissionais qualificados em grande escala (de preferência com investimento público) para que se possa formar mercado de reserva e achatar salários. (Talvez isso ajude a responder por que alguns cursos têm poucos candidatos e poucos concluintes no IF-Catanduva).

O mercado propaga a ideia de que o “apagão educacional” é gerado pela falta de habilidades e conhecimentos tecnológicos por parte da população. É bem verdade que o mundo nunca esteve tão tecnológico e sem perspectiva de voltar um passo atrás, exigindo que os trabalhadores acompanhem a velocidade das mudanças. Mas, é igualmente verdadeiro que a tecnologia tem eliminado postos de trabalho. Portanto, não basta que o IFSP se encarregue de formar trabalhadores aptos para lidar com – e desenvolver – a tecnologia. Não se trata de incluir mais e mais trabalhadores especializados nesse mundo doente. Trata-se de compreender como o capitalismo em sua dobra financeirizada funciona, quais são suas artimanhas, como este produz as desigualdades e se alimenta delas (FRIGOTTO, 2018). Trata-se de discutir e viver alternativas novas para este mundo. É neste sentido que devemos pensar a inclusão.

O IFSP se interiorizou e democratizou oportunidades de educação profissional à população de baixa renda, no entanto, nosso movimento é o de escolher/selecionar os mais aptos e os mais fortes nesse universo. Um projeto de inclusão que opera por exclusão: a lei do mercado é a lei do mais forte (BOURDIEU, 1998). E nesse sentido, vale destacar que assim como não existem “recursos naturais” (HARVEY, 2018) também não existem fortes em si, como Bourdieu mostrou diversas vezes, e que podemos compreender numa expressão: reconhecer é desconhecer. Desse entendimento partilham Dardot e Laval (2017) mostrando o quanto um talento é sempre socialmente construído; é uma dentre muitas características que ganha destaque por um grupo e se dissemina como sendo a melhor característica, o melhor atributo. Nesse sentido, nossa escola é mais gratuita do que pública porque não há lugar para todos. Não (só) porque as vagas são insuficientes, mas porque nem todos correspondem aos atributos arbitrariamente constituídos pela sociedade e absorvidos como legítimos pelo IF. Esta ideia de

escola pública que devemos construir, inicialmente dentro do IF, mostrando que há lugar para os mais diversos projetos e talentos[157].

Um segmento da população é considerado carente ou deficiente quando comparado aos padrões da cultura acadêmica e da cultura dominante. Nesse sentido são “impropriamente chamadas de classes baixas, classes desprivilegiadas ou camadas desfavorecidas” (PATTO, 1993, p. 209). Se os critérios fossem outros, outros seriam os desfavorecidos. Há interesses em naturalizar critérios, e a população tem Direito de conhecer como eles foram instituídos. Daí a importância de uma educação profissional de formação integral em todos os cursos oferecidos.

Os IF são anunciados como um novo conceito pedagógico da educação profissional, mas em que medida não acabamos fazendo mais do mesmo? Restrinjo-me a uma leitura do IFSP e mais especificamente do IF-Catanduva: na tentativa de romper com a educação dual – propedêutica X profissionalizante –, amontoamos formação geral e profissional num formato conteudista e competitivo. Além disso, dentro de um mesmo câmpus desenvolvemos cursos que se aproximam e se afastam de uma profissionalização estreita e aligeirada, provocando o dualismo dentro da instituição, oferecendo aos trabalhadores-estudantes e estudantes-trabalhadores a oferta dos cursos em piores condições – noturnos, com menor carga horária, com menores possibilidades de pesquisa e extensão, visitas técnicas, atividades culturais, etc.

O projeto de omnilateralidade é capenga, tendendo para o aspecto intelectual, para a razão, para o senso lógico – uma tentativa de nos colocar em evidência no capitalismo contemporâneo. Os aspectos físico, estético, emocional ficam em segundo plano. Quando desenvolvidos ocorrem fora da sala de aula, fora das “grades” curriculares, num caráter complementar e não raro num estilo competitivo (IF Runner, IF Sports, IF Ride, Concurso de Fotografias, IF Leitura, Sarau Literário, IF Show, etc). Esta parte da formação vista como suplementar ou adicional não atinge igualmente todo o corpo discente, sendo que os alunos dos cursos noturnos são os menos alcançados pelas atividades propostas.

[157] Um bom exemplo é o aluno do curso técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio que ganhou notoriedade quando se tornou professor voluntário de saxofone no IF-Catanduva. Não fosse a estruturação da Orquestra, talvez continuaria sendo mais um aluno repetente com dificuldades em Matemática.

Há um desequilíbrio entre o número de professores das áreas técnicas/profissionais e exatas em relação ao número professores de humanas o que reflete diretamente na estruturação dos cursos e na formação oferecida/ desenvolvida aos alunos. Mais professores em áreas mais bem valorizadas não podem resultar formação integral a todos os estudantes.

Acreditamos no – e creditamos o – poder da Matemática, da Ciência e da Tecnologia. Somos encantados por essa lógica e cremos que se existem problemas é porque ainda não encontramos a solução por meio dessas ferramentas. A ciência e a técnica são espécies de deuses de adoração, que teriam a virtualidade de nos proporcionar melhores condições de vida. Nessa lógica, os IF constituem templos para formação de novos fiéis e adeptos, e renovação constante da nossa fé em seus poderes.

Talvez isso explique o porquê nessa tese utilizo um número significativo de tabelas e dados quantitativos para mostrar o quanto sou também tomada por essa racionalidade que não é produzida senão por violência simbólica. Calcular ou perecer parece ser a lógica do IFSP. Fazendo a crítica ao lugar central que a Matemática ocupa na ciência moderna, Santos é categórico ao afirmar que nesse modelo “o que não é quantificável é cientificamente irrelevante” (2000, p. 63).

Assim como a omnilateralidade ainda não se concretizou, vimos também que o projeto de formação politécnica que os IF pretendiam resgatar está longe de se consolidar. Este projeto previa romper com a cisão entre trabalho manual e intelectual, possibilitando a compreensão dos princípios científicos presentes na produção moderna. Há vários elementos que concorrem para que essa cisão histórica se perpetue e atualize. Dentre elas, a atuação de professores altamente especializados em suas áreas do conhecimento, o que vem contribuir para um ensino conteudista, pouco integrativo/integrador do conhecimento e de desvalorização das práticas sociais como fontes de saber (estas, por natureza, transdisciplinares). Enfim, o academicismo se coloca como um entrave à politecnia.

O academicismo que nos habita também fez com que “optássemos” pelas Engenharias em detrimento das Licenciaturas, “escolhêssemos” os cursos de Pós-graduação em detrimento de Educação de Jovens e Adultos, ouvir o alto escalão de empresas e suas demandas ao invés da comunidade.

Não somos escola, nem universidade, e embora o carro-chefe atualmente seja o Ensino Médio Integrado, nosso desejo se move em direção aos cursos superiores. Ali teríamos as melhores condições de desenvolver o intelecto, o pensamento abstrato, aprofundar conceitos, buscar a via da especialização, promover a racionalidade que fundamenta a ciência, a tecnologia, a inovação, o progresso. Bem verdade que estas expectativas nem sempre se cumprem, pela formação dita deficitária dos estudantes na Educação Básica precedente. Assim sendo, o trabalho se volta com atenção para o Ensino Médio, promovendo uma formação que atingirá seu ápice nos níveis subsequentes em um mesmo itinerário formativo. No entanto, vimos que os estudantes nos escapam, e sentindo-se fortalecidos, buscam outras instituições de ensino superior para dar continuidade aos estudos. Talvez, a "caducidade sem experiência" (LEWKOWICZ e CANTARELLI, 2003) transforme o IFSP em algo já desgastado antes de concluir a totalidade de estudos que ele oferece. O IFSP, pois, transforma-se numa espécie de trampolim, e no ensino superior não conseguimos iniciar todos os cursos com o preenchimento total de vagas, muito menos conclui-lo em níveis desejáveis de eficiência acadêmica.

Ao tomar porções dos currículos em sua forma escrita para análise, encontrei elementos que evidenciam a falta de compreensão acerca dos propósitos dos IF: ele é apresentado como formador de mão-de-obra para o mercado, ora para o modo de produção taylorista ora para o pós-taylorismo. De um modo geral, as áreas Química e Indústria ainda apostam na fábrica como referência do trabalho. Já a Informática "avança" com a crescimento dos setores de serviços, buscando uma formação ajustada à produção dita flexível. Esta área se apresenta como sendo versátil como são versáteis as exigências e demandas atuais do Capital. De qualquer forma, as três áreas apresentam algo em comum em seus PPC: no lugar da crítica há exaltação das condições de produção, de trabalho, de rendimentos pessoais e/ou do mercado. Na caracterização do território as desigualdades e injustiças sociais, os problemas ambientais climáticos não são problematizados. No cenário apresentado, o IF-Catanduva não vem para bagunçar o coreto; vem para fechar um quebra-cabeça com peças que estariam faltando: trabalhadores qualificados que impulsionarão as empresas.

Sguissardi e Silva Junior assim afirmam (2018):

> Uma instituição educacional, mormente de nível superior, tem no cerne sua identidade uma contradição: de um lado, deve contribuir para o crescimento econômico de seu país e para consolidar o pacto social de seu tempo histórico; de outro deve ser, institucionalmente, a razão crítica desse tempo histórico e de seus próprios objetivos. Todo o processo de administração da educação, no país está crescentemente voltado para a produção e reprodução da sociabilidade produtiva. (2018, p. 57).

O IFSP não escapa dessa sociabilidade produtiva, que lhe é anterior. A produção e reprodução dessa lógica se fazem presentes em todos os itinerários formativos, em todos os cursos oferecidos. O que destaco em minha pesquisa é a sujeição servil aos ditames econômicos, à formação utilitarista e pragmática voltada para atender as demandas produtivas em face à diminuta crítica ao sistema. O paradoxo que se coloca com mais veemência nos IF é que diferente das Universidades que foram criadas inicialmente para atender as elites, a instituição que pesquisei toma como ponto de partida os interesses das classes populares.

Quando me refiro à formação – este processo contínuo e inacabado – não me restrinjo aos estudantes. Essa sociabilidade produtiva da qual se referem Sguissardi e Silva Junior (2018) não está presente apenas no currículo formal publicado nas páginas oficiais do IFSP e vai além do plano das intencionalidades. Ao me dedicar a compreender o cotidiano do IF-Catanduva nesta empreitada antropológica pude melhor verificar que a sociabilidade produtiva atinge o dia a dia daqueles que ali trabalham, que introjetam e expelem uma racionalidade mercantil num movimento constante, de poucas resistências. Os efeitos sobre a população e em especial aos estudantes são inevitáveis. Nesse sentido, cada um de nós não está apenas construindo algo, mas está se construindo.

Sorrateiramente o neoliberalismo é interiorizado em cada um de nós, fazendo crer que nos apropriamos da instituição em proveito próprio quando somos expropriados de nossa potência. Estruturada em nós, aliada ao poder simbólico investido na figura de servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a lógica neoliberal é reproduzida em nossas práticas cotidianas – ainda

que nos discursos nos coloquemos como formadores de massa crítica, como se olhássemos esse fenômeno de fora, com relativa distância e objetividade.

A privatização dos setores públicos se faz primeiro pela captura das mentes, que se faz por violência simbólica. Naturaliza as formas e modos de funcionamento, imprime ritmos de trabalho, intensifica jornadas, precariza atendimentos. Assim, um servidor público é transformado paulatinamente em agente privado, socialmente transformado "à imagem e semelhança do trabalhador da iniciativa privada" (SGUISSARDI e SILVA JUNIOR, 2018, p. 27). A Reforma Administrativa em curso no Congresso Nacional (PEC 3220/2020) é só mais um movimento em direção ao xeque-mate. Ou talvez, o próprio xeque-mate antecedido por inúmeros micromovimentos ora mais ora menos consentidos. Ou ainda, a desintegração do tabuleiro que já mal sustenta as suas peças.

Ao IF "panaceia" do Deputado Federal Gastão Vieira em 2008, ao IF "metamorfose ambulante" de Costa e Marinho (2018), ao IF "Frankenstein" do Reitor Eduardo Módena (gestão 2013-2020), ao IF "complexo do ornitorrinco" de Cruz Sobrinho (2018) ou ainda ao IF do "hibridismo institucional" exaltado por Pacheco (2020) foi criada a figura do professor poli-valente de mesma estranheza identitária. Um professor que procura movimentar-se numa instituição multifacetada e ao mesmo tempo engessada burocraticamente, cumprindo atividades muito diferentes entre si.

Ser ou estar professor no IFSP implica um trabalho que pode desmembrar-se em muitas instâncias, decorrente da natureza desta instituição que desenvolve além das atividades relacionados ao ensino, atividades de extensão, de pesquisa e inovação, de administração e de representação. Na esfera do ensino, o IF-Catanduva se estrutura de forma a oportunizar a verticalização de itinerários formativos a seus estudantes, integrando a Educação Básica à Educação Superior em três eixos tecnológicos distintos. Desta forma, abarca diferentes níveis e modalidades, passando pelos cursos técnicos, nas modalidades integrado e concomitante/subsequente, aos cursos superiores de Licenciatura, de Tecnologia, de Bacharelado, de Pós-Graduação *lato sensu.*

O professor do IFSP se move em diferentes cursos, em diferentes níveis de ensino, atendendo a públicos, regras, calendários letivos diferentes, e busca fazer

isso num mínimo período de tempo. Ao concentrar suas atividades no IF-Catanduva em três dias da semana, escolhendo na medida do possível os turnos das suas obrigações laborais, realiza um trabalho que se precariza à medida que se intensifica.

No plano ideal, os cursos não devem ser desenvolvidos na perspectiva da justaposição da formação profissional e formação propedêutica, ou mesmo, da formação humanística-cultural e formação científica. Todavia o trabalho do professor nosIFSP se caracteriza pela fragmentação de suas atividades e não de sua integração. São muitas e diferentes as tarefas que realiza, nem sempre articuladas ou integradas entre si. Se nem mesmo o próprio trabalho se costura o que pensar de um trabalho conjunto com os pares. São afazeres que se multiplicam, no sentido de trabalho a fazer.

O IF-Catanduva se divide em sub-campos, sendo cada um responsável por ações específicas, que nem sempre dialogam com os demais, fazendo perder muitas vezes a ideia de conjunto. Professores X técnico-administrativos; administrativos da educação X administrativos da administração; professores da área propedêutica X professores da área profissional; Indústria X Química X Informática X Núcleo Comum; servidores à direita X servidores à esquerda, conservadores X progressistas. Temos a sensação de que o nosso maior inimigo é o interno, sendo os ataques externos encontram um terreno poroso, um grupo fragilizado por seus conflitos internos. Dentro de cada subcampo, a competição se apresenta mais velada, mas ainda assim há embates por legitimidade e reconhecimento. Sociedade dentro da sociedade, estamos submersos nas contradições do mundo social, vivemos um sofrimento social que se revela na forma de dramas pessoais e adoecimentos.

Frigotto (2012) citando Gramsci afirma que a formação politécnica deveria possibilitar uma formação humana que “permita o domínio das técnicas, as leis científicas e a serviço de quem e de quantos está a ciência e a técnica” (p. 74). Assim, rompe-se a dicotomia entre político e técnico, geral e específico, educação propedêutica e profissional. Entretanto, somos incumbidos a ensinar diferentes dimensões do trabalho, sem termos clareza de como elas se entrelaçam em nosso próprio ofício de ensinar. Dito de outra forma, na condição de professores, estamos

sendo reduzidos a ensinantes, a cumpridores de horas, sem nos interrogarmos sobre o ato de educar, sem nos aprofundarmos no significado das técnicas que utilizamos para ensinar, sem questionarmos a serviço de quem estamos, a serviço de quantos estamos. O mesmo para nossa condição de pesquisadores e extensionistas, ou fazedores de pesquisa e extensão. Estamos destituídos da perspectiva política no exercício da carreira EBTT (Educação Básica, Técnica e Tecnológica).

Junto a uma suposta liberdade e flexibilidade em escolher suas atividades de modo completar 40 horas e garantir sua progressão bianual veicula um discurso que culpabiliza o professor por suas escolhas, como se aproveitasse mal as oportunidades oferecidas. A autonomia é um termo caro para servidores do IF-Catanduva. O que se vê em muitos casos é o extrapolar das 40 horas inflando PIT e RIT. Para fazer o que se quer, antes deve-se cumprir com as obrigações que não são poucas. Definitivamente, o IF não é uma mãe.

Os editais de pesquisa e extensão são restritos e não possibilitam que todos sejam contemplados e realizem essas atividades com as condições ótimas ou necessárias. A competição não é apenas resultado desse processo, é também estratégia. O tempo para tais atividades é exíguo, e não raro vimos docentes utilizando parte ou totalidade das horas que deveriam ser utilizadas para a organização do ensino. Disso decorre que a preparação de um material didático pode não ficar tão bem ajustado às singularidades de cada nível de ensino, uma aula ou prova não fica tão bem customizada quanto deveria ou poderia, uma visita técnica deixa de ser preparada em seus detalhes, uma prática potencialmente integradora se restringe a uma disciplina. (Na evasão do Estado, quem afinal se evade é o aluno ou o professor?). O que se vê é o uso do tempo dedicado para descanso e lazer, o tempo que seria para a família, os amigos, os relacionamentos.

A possibilidade de fração de sua jornada ser realizada em horário e local de livre escolha não se constitui numa prática de libertação. Ao levar trabalho para casa borram-se as barreiras do tempo para descanso e do tempo para o trabalho, e não há uma sirene que force a interrupção, um ponto eletrônico que registre as horas-extras, um sistema que automaticamente cesse a internet, ou mesmo um vigilante do câmpus indicando a hora de recolher. Nos idos de 2012 vivenciei situações

constrangedoras de vigilantes armados que nos acompanhavam do setor de serviço até o estacionamento se excedíamos o horário de funcionamento da escola. Hoje, os porteiros não se encarregam de nos carregar para casa. O trabalho levado para o âmbito do lar se confunde ora menos, ora mais com as tarefas domésticas, com os cuidados familiares e os afetos. E nesse sentido também há desigualdades entre professores conforme gênero, estado civil, composição familiar, área de atuação, remuneração, características pessoais, etc. para realizar esta fração da jornada. Sem falar que a suposta liberdade de levar atividades para casa torna o trabalho solitário e individual. E para não perder a oportunidade da crítica, os custos operacionais deste trabalho recaem para o trabalhador, e neste sentido a Pandemia do Covid 19 deu mostras suficientes de quem se beneficia do *home-office* e de quem se prejudica.

Situação semelhante se apresenta aos técnico-administrativos que entendem que utilizam de uma jornada flexibilizada quando são eles os que têm sido utilizados por ela. A possibilidade de desconfiar dos princípios que regem seu trabalho flexível como eficiência, produtividade, racionalização de custos, economicidade parece estar fora de alcance, porque eles já foram naturalizados como as palavras “chiques e modernas” da administração pública. Esta tese não é uma apologia ao desperdício, o que dou destaque é que a escola não é uma empresa como indica o título da obra de Laval (2004).

No IF-Catanduva há tantos eventos, tantas comissões, tantas reuniões, tantos formulários e protocolos, tantas mudanças nos sistemas eletrônicos e nos procedimentos burocráticos e burocratizados que (o)correm simultaneamente, fazendo com que os servidores sintam-se submersos em atividades, atolados em afazeres, sufocados em normas, portarias, compromissos. De repente alguém grita “Perdemos tempo com tanta coisa inútil que o importante não é falado”. O útil e o inútil se misturam, o entulho se agiganta e nos imobiliza, nos adoece, nos emudece, nos enfraquece individual e coletivamente. Na impossibilidade de acompanhar o fluxo, uma das alternativas é recolher-se em seu quadrado, dizer “não é minha função”, deixar para que o outro faça, providencie, tome a iniciativa, tornando-se prisioneiro de seus próprios interesses.

Em nossos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) há informações desencontradas ou sobrepostas como em vários cantos do IF-Catanduva que dão a sensação de descuido, desalinho beirando a imprudência. O mesmo desencontro em relação a chaves, controles de ar condicionados, cabos. Em Lewkowicz e Cantarelli (2003) encontrei respostas quando os autores dizem que “estamos perplexos diante dessa mudança desregrada, diante desse devir aleatório que se converteu em termo central de nossas vidas” (p. 15). Ou seja, o aleatório e desregrado constituem a experiência. O desregrado virou a regra com a morte do Estado protetivo e o triunfo do mercado.

Os autores argumentam que a passagem que estamos vivendo, do Estado como grande regulador para o mercado produz importantes efeitos. “Morto o Estado, suas sombras não param de produzir os seus efeitos nessa fluidez chamada mercado” (LEWKOWICZ e CANTARELLI, 2003, p. 17).

As consequências afetam diretamente as instituições, e os sofrimentos atuais não se dão por repressão, antes e muito claramente por falta de regulamentação. Assim, transformam-se em galpões em que a fragmentação é sua principal característica. Têm alteradas “a sua consistência, o seu sentido, o seu campo de implicação, e definitivamente, seu próprio ser” (p. 23). “Sem meta-regulamentação estatal, ficam órfãs de função, tarefa, sentido” (p. 25). Daí o IF existir para qualquer coisa ou para coisa alguma.

Os recursos da instituição chegam por número de alunos num sistema que se aperfeiçoa e se modifica de tempos em tempos. Os recursos (ainda) não chegam por desempenho dos alunos em provas de larga escala, mas nos preparamos para isso; os docentes e técnico-administrativos não recebem penduricalhos em seus vencimentos em decorrência das classificações nesses exames, no entanto, estamos sempre em concorrência – dentro ou fora – colocando-nos em ranqueamento. ENEM, Olímpiadas, PISA, Maratona de Programação, Torneio de Robótica, Desafio de Inovação, Jogos dos Institutos Federais, competições nas quais queremos nos colocar como “ilhas de excelência”, e de preferência como ilha dentro da ilha. Nessas competições vence a lógica capitalista: o individualismo, a competição, a meritocracia. Funcionamos mesmo feito rede de colaboração? Cruz Sobrinho (2018, palestra) afirma que discursamos em rede e agimos como anzol.

Quando convém, a lógica meritocrática se desloca, e se pesca individualmente uma quadra poliesportiva, sua cobertura, um sistema de placas voltaicas para gerar energia limpa, um prédio novo para auditório, uma centena de poltronas ou climatização para este ambiente. Muitas vezes no “gogó”, na “amizade”, na “camaradagem”, ou ainda nas trocas por reconhecimento político que o plano de gestão de um candidato a Rei-tor chamou de vassalagem (PLANO..., 2012). A meritocracia se volta para o capital social dos dirigentes, na capacidade de gerar recursos extraordinários, seja por emenda parlamentar, seja pela alocação de recursos financeiros não utilizados por outros câmpus. Nas 37 unidades do IFSP não há um modelo arquitetônico que se repita, e difícil não tornar isso mais um motivo para disputas ou conflitos. Afinal, a grama do vizinho é sempre mais verde.

O grosso dos recursos para custeio chega pela Matriz CONIF – essa nova entidade que acreditamos impessoalizar as transações financeiras. Sob a lógica da mercantilização, a identidade do IF é empobrecida e empobrecedora. A Lei 11892/2008 já previa 50% das vagas prioritariamente para os cursos técnicos integrados e 20% para os cursos de Licenciatura. O que a Matriz CONIF faz é atualizar a lei de criação dos IF, não por meio de formação continuada, não por meio do entendimento crítico das finalidades da instituição, mas por meio de uma lógica mercantil, que atribui valores distintos por cabeça de aluno. A atualização da lei por meio da Matriz CONIF não se faz sem prejuízos, uma vez que o ajuste aos cursos mais bem valorizados pode (ou deve) se fazer a despeito dos interesses e necessidades das comunidades locais.

Podemos afirmar, também no âmbito do IF, que as atividades humanas vão perdendo o seu valor, e o dinheiro tornou-se principal ou único sentido? Há um esvaziamento das atividades que não estejam voltadas para a questão monetária. Há um processo de unilateralização do trabalho humano em curso também no IF que promove o esvaziamento do sentido da vida em sentido amplo. Um tipo de problema que a sociedade capitalista não consegue resolver simplesmente porque foi ela mesma quem o criou.

Assim, os recursos são repassados por cabeças, mas não quaisquer cabeças de alunos: nesse cálculo há alunos que valem mais e alunos que valem menos. Não é só a educação que virou mercadoria, o próprio aluno é visto como moeda de troca.

Nesse processo a instituição pública estatal mais se parece com a instituição privada, e isso parece se consolidar com pouca resistência.

A Matriz CONIF classifica os diferentes IF no país, e em cada um deles, suas unidades descentralizadas, atingindo “a ponta” como se diz na linguagem da rede. Nessa distribuição de recursos, o IF-Catanduva está mal posicionado, e além de aceitar a situação, reproduz o efeito cascata dividindo os montantes financeiros por cursos. Essa divisão de recursos mostra mais uma vez como reproduzimos o sistema capitalista, protegendo os mais bem protegidos: ou seja, muitos alunos trazem mais recursos que refletem em melhores laboratórios, acervo para biblioteca, eventos, visitas técnicas, etc. que por sua vez podem atrair mais alunos. Feito ativos financeiros: quanto mais se tem, mais rendem.

O custo por aluno é considerado elevado, acima da média dos “gastos” educacionais praticados em outras redes. Ao refletir sobre o público atendido e suas condições de vida, simplificadas no ícone renda *per capita*, chega-se a conclusão que parcela significativa dos estudantes do IF-Catanduva recebe mais de escola do que o valor recebido para a própria sobrevivência. Dessa experiência extraímos a palavra “gratuita” para nossas campanhas, o que é tão ingênuo quanto perverso. A gratuidade esconde que este ensino já foi pago pela população, que é um Direito e não uma concessão. E se é um Direito, o estudante deveria poder opinar como utilizar este tempo educativo, inclusive com tempo livre.

Estudantes e professores sentem a ausência desse tempo livre que é também formador. Pois é, bendito tempo livre que a tecnologia ia prover... No IF-Catanduva temos um computador por servidor e nem por isso as disciplinas se aglutinam, as atividades se condensam, os processos educativos se integram por si sós. Pelo contrário, quanto mais se produz possibilidades de trabalhar individualmente, mais (e não melhor) se trabalha.

Os estudantes e professores sofrem pela corrida por reconhecimento das áreas, e o processo educativo é produto de disputas e de relações de poder. Esse entendimento não é novo no campo do currículo, mas não está superado. A percepção que se tem é de haver um verdadeiro cabo de guerra em que as forças mais evidentes convergem em sentidos opostos.

O que aind*a* não foi dito sobre o Integrado do IF-Catanduva é que ao se operar numa lógica binária de isso ou aquilo, ou Técnico ou Propedêutico, deixamos de enxergar uma terceira força, de resistência às duas primeiras. Nessa operação de disputas cada Parte quer encontrar o seu destaque, ser reconhecida, e para isso se filia de algum jeito à Matemática pura ou aplicada. Se a premissa A diz que o Integrado deve formar para o mercado de trabalho e a premissa B formar para o vestibular, e assim sendo, se A estaria correta, B estaria incorreta, e se B seria falsa, então A seria verdadeira, deixamos de ver semelhanças nesses caminhos.

As duas alternativas comungam de uma educação para o futuro e esquecem-se do aqui e agora. Para o mercado de trabalho, para o mundo do trabalho, para a Revolução 4.0, para cumprir o itinerário formativo do IF, para a Universidade, para a cidadania, para o século XXI, enfim, o IF-Catanduva opera numa lógica de preparar para. De um jeito ou de outro o pragmatismo e o utilitarismo imperam. A vida é útil, fazendo oposição à obra de Krenak (2020).

Na disputa que se instala, muitas vezes cremos que a formação geral oferecida pode se colocar como forma de resistência. No entanto, Laval (2004) observa que “o utilitarismo que caracteriza o ‘espírito do capitalismo’ não é contra o saber em geral, nem mesmo contra o saber para um maior número de pessoas, ele vê o saber como uma ferramenta a serviço da eficácia do trabalho” (p. 23). Se isso for feito com recursos públicos, tanto melhor para iniciativa privada.

Como bem argumentam Masschelein e Simons (2018) “o que muitas vezes chamamos de escola hoje em dia é, na verdade (total ou parcialmente), escola desescolarizada” (p.28). Para quem acredita que o IFSP é outra coisa, ele pode ser tão desescolarizado quanto muitas escolas deste século, preocupadas mais com os resultados do que com os processos. “No final terá valido a pena” dizemos aos estudantes exauridos com a quantidade de disciplinas e atividades.

Não há mais final de semana, não há mais descanso. Há banalização dos domingos e feriados. As doenças se instalam. “O que você faz da meia noite às 6?” pergunta um professor também bastante ocupado. O que fica não é o conteúdo aprendido ou apreendido. Mas a condição de tentar apreender, de correr atrás, de estar em movimento constante.

Educação “Integrada” se confunde com tempo integral, que se confunde com estar produtivo o tempo todo, realizando atividades muito diferentes entre si. O que gostaria de manifestar é para a necessidade da inteireza dos processos, nos processos, que pretende deitar por terra este modo *checklist* de estudar, trabalhar e viver.

Não há problemas em ensinar Mecânica, Eletrônica, Informática, Microbiologia ou Bioquímica. O que não podemos mais admitir é a forma mecânica de ensinar, de aprender; nos automatismos perder o gosto por conhecer como as coisas funcionam, como se articulam, como as partes interagem porque há um propósito pré-definido para essa formação. Já virou piada a clássica pergunta “Onde vou usar isso, professor?”, há sempre uma resposta preparada, porque há sempre um depois: o simulado, o vestibular, o ensino superior, a pós-graduação, com sorte, o emprego e suas demandas por atualizações incessantes.

Mas... qual remédio? Qual antídoto? Qual vacina?

Já sabemos: as vacinas que temos são insuficientes. E se houver, haverá mutações do vírus, e seremos novamente pegos de surpresa. Quantas vezes mais? Mal nos apropriamos e já temos uma situação nova a nossa frente. Apropriação não é um bom termo para a fluidez do mercado, para esses tempos de velocidade e aceleração. O que temos são possibilidades de enfrentamentos cotidianos, ou quem sabe, afrontamentos.

Um ponto sensível em nossa instituição ainda são as relações interpessoais que desdenham o individualismo operante. No IF-Catanduva há laços de camaradagem, há solidariedade que se manifesta no interior dos subcampos. Nas afinidades há muita indignação coletiva, há zelo, há cuidado. Se alguém não sabe, pode perguntar. Não será ridicularizado no subcampo. Uma nova portaria? Mudaram-se as regras? Alguém já sabe como as novas funcionam. Perdeu algum prazo? Alguém sabe como proceder. Ou sabe quem saiba. Não consegue preencher um formulário eletrônico? Alguém conseguiu e se dispõe a ensinar. Alguma mudança no terceiro calendário letivo? Alguém mais atualizado pode ajudar. A chave está perdida? Nas confusões do dia a dia, alguém encontra alguma alternativa.

É bem verdade que estas trocas são possíveis porque ainda temos recursos estáveis: existem regras claras de progressão linear na carreira, há uma tabela de vencimentos que nos possibilita projetar o futuro, há um dia fixo no mês para recebimento do salário, há procedimentos conhecidos por todos para garantir estabilidade. Se isso ruir, estilhaçar em pedaços, essas trocas possivelmente desaparecerão adensando o sofrimento contemporâneo, marcado pelas incertezas e pelas inseguranças. Hoje podemos acudir nossos pares porque ainda nos sentimos protegidos. E somos nós, nessas condições, que melhor podemos acudir os desprotegidos, dentro e fora da instituição.

Como discuti no último capítulo, o trabalho remunerado também se mostra profícuo quando se trata de socializar os indivíduos e estabelecer laços recíprocos. Dessas relações, germina a satisfação no trabalho. Há prazer nas colheitas e também nos processos de produção.

Em cada subcampo do IF-Catanduva há muitos pontos em comum. Nos subcampos, compartilhamos o mesmo *habitus*, mesmos esquemas de percepção. E por isso podemos nos ajudar, rir das mesmas piadas, rir de nós mesmos, e nos incomodar com as mesmas situações. Mesmo quando pensamos diferente, ainda pensamos igual. Como transcrevi no segundo capítulo: “o desacordo supõe um acordo nos terrenos do desacordo” (BOURDIEU, 2017, p. 207). Para o autor, o movimento em qualquer direção ou sentido não se dá de forma individual, isolada, mas no âmbito do campo. Assim sendo, nos subcampos do IF-Catanduva é que podem ocorrer microdeslocamentos. Embora os subcampos estruturados por áreas do conhecimento e atuação profissional sejam os mais visíveis e estruturados, há muitos outros no IF-Catanduva. Gênero, origem social, identificação político-partidária, religiosa, musical são exemplos. Em cada subcampo há um capital simbólico específico em torno do qual se estruturam. O que aponto ou afronto é que ali no subcampo, ou no subcampo do subcampo, alguma coisa precisa começar a se mexer de um jeito diferente, ou quem sabe, serenar, sossegar. Daí as minhas pró-posições.

Lewcowicz e Cantarelli (2003) apontam que há necessidade de se pensar novos modos de existência, novas estratégias de subjetivação. Para os autores, algumas mudanças ocorrem no interior de uma lógica e há mudanças de lógica.

Portanto, os recursos que dispúnhamos não servem para a nova lógica que se instaura regida pelas forças do mercado. Nesse sentido, os autores apontam três dispositivos de pensamento: desacelerar, habitar e suspender, que são lidas a partir da perspectiva desta tese.

Desacelerar significa encontrar um novo ritmo de trabalho que se coloca contra a pressa, contra as urgências do dia a dia, contra os apelos de última hora, de mais isso, mais aquilo. Ao desacelerar nos propomos um trabalho mais reflexivo de avaliar as próprias demandas que surgem. No IF-Catanduva estamos sempre tropeçando em atividades novas, e para que não se avolumem, podem ser realizadas sem muito critério.

> Desacelerar não é uma operação meramente quantitativa, mas centralmente qualitativa. Definitivamente, trata-se de uma operação que busca construir pausas em um ambiente veloz. E na velocidade neoliberal, a desaceleração torna-se um registro de subjetivação contemporânea. (LEWCOWICZ e CANTARELLI, 2003, p. 62).

Desacelerar significa não submeter-se à logica do “tirar da frente”, fazer para eliminar. De repente podemos nos assustar dessa razão irracional de iniciar algo para vê-lo concluído, começar para terminar. O “vamos começar para concluir logo” tem muito pouco de atividade autorrealizadora. Bem verdade que a lógica do capital pouco se importa com a autorrealização, mas nós ainda nos importamos. Ao desacelerar é possível minimamente decidir e de repente dizer “não”; “não é possível num tempo tão exíguo”, “não é possível em tais condições”.

Nossa experiência recente mostrou que nem mesmo um vírus de grande letalidade conseguiu nos parar. Portanto, não considero desacelerar uma solução fácil, já antecipo.

O desacelerar se associa ao habitar. Habitar é outra condição de afronta que se opõe a estar (de passagem). Habitar significa colocar-se por inteiro, nos fragmentos transformados em situações únicas e plenas. Quando os fragmentos são fragmentos, há tarefas desprezíveis, de menor importância e valor. E se são muitos os fragmentos nos portamos como se estivéssemos simplesmente vencendo obstáculos numa corrida de velocidade. De acordo com os autores

> Habitar uma situação exige tomá-la como absoluta, exige que não adquira sua consistência de um exterior complementar, mas de sua própria produção; exige que não se componha como uma parte de um todo, mas como uma elaboração própria. Definitivamente, fazer de um fragmento uma situação implica transformar cada situação em um mundo habitável. (LEWCOWICZ e CANTARELLI, 2003, p. 58).

Uma aula, um experimento, uma reunião, um conselho de classe, um plantão de dúvida, a decoração de algum evento, o ensaio de um sarau, o preenchimento de um formulário, a produção de um artigo, a redação de uma ata, a escrita de um relatório, a leitura de um edital, a correção de uma prova, a seleção de um bolsista, um projeto interdisciplinar, enfim, cada situação tem importância. Cada situação como um mundo habitável. O percurso para se chegar à escola, o percurso para se chegar em casa. Habitar a própria casa, habitar o descanso, o lazer, o convívio com a família e os amigos.

Masschelein e Simon (2018) defendem uma escola que se coloca no presente do indicativo. Como abrir um parênteses na vida, deixando para traz o passado e também o futuro. O que importa nessa escola, em determinado curso, em cada situação educativa é a possibilidade de transformar algo em matéria de estudo. Trazer a atenção do estudante para o conhecimento enquanto produção humana nos mais diversos campos do saber. Colocá-lo em atividade porque há coisas a conhecer, e a escola é este lugar por excelência que lida com o conhecimento. Nesse sentido, os autores trazem uma metáfora no mínimo intrigante para melhor situar o leitor de suas propostas:

> Pense em um nadador tentando cruzar um grande rio. Pode parecer que ele estivesse simplesmente nadando de uma margem para outra (isto é, da terra da ignorância para a terra do conhecimento). Mas isso quereria dizer que o próprio rio não significa nada, que ele seria uma espécie de meio sem dimensão, um espaço vazio como voar através do ar. Eventualmente, o nadador, é claro, chegará à margem oposta, porém o mais importante é o espaço entre as margens – o centro, um lugar que compreende todas as direções. Esse tipo de meio termo não tem orientação, nem destino, mas torna todas as orientações e direções possíveis. Talvez a escola seja outra palavra para esse meio termo onde os professores atraem os jovens para o presente. (MASSCHELEIN e SIMONS, 2018, p. 37).

Nesta perspectiva o conhecimento não serve para alguma finalidade, senão para ele mesmo, em prol dele mesmo. Esta é a função da escola. O emprego, o vestibular, a etapa seguinte fogem do controle e da alçada de uma escola porque há outras variáveis envolvidas. Numa escola de educação profissional isso não é tão diferente quanto se imagina.

O mais importante é que se possa em cada situação demarcada estar presente. E solicitar a presença do estudante implica que o professor também possa habitar aquele encontro. E nesse sentido, as circunstâncias externas à sala de aula do IF-Catanduva são pouco facilitadoras de experiências íntegras. No entanto, há de se considerar que a aula no IF-Catanduva é refúgio, porto seguro de muitos professores. Além de outros elementos, uma aula tem hora para começar e acabar.

Ao desacelerar é possível começar a agir como se não houvesse mais nada a fazer, além daquela situação específica, demarcada no tempo e no espaço. Assim, desacelerar e habitar permitem suspender.

Esta terceira estratégia de subjetivação é uma afronta aos nossos encontros tantas vezes desencontrados, sejam nossas aulas, nossas reuniões, nossos eventos institucionais. Ali onde a presença é marcada pelas listas de presenças e certificados que a certificam: estávamos de fato lá? Na estrutura armada de auditório e plateia, expositores e espectadores, e olhos mais ou menos atentos ao *Power point*:

> Em condições de evento institucional, os expositores desenvolvem, com maior ou menor perícia, o número prescrito para a ocasião. Os espectadores expressam sua opinião, se manifestam satisfeitos ou não pelo serviço oferecido. Assim, tudo transcorre no terreno da subjetividade instalada pelo evento. **Nós vamos do mesmo jeito que chegamos.** Sabendo um pouco mais, opinando um pouco mais. O pensamento não afetou a situação. Permanecemos os mesmos. Mas, para que o destino seja outro será necessário suspender as operações próprias do evento e forjar outros procedimentos, outra subjetividade. (LEWCOWICZ e CANTARELLI, 2003, p. 63, grifos meus).

Suspender significa acionar o dispositivo de pensamento assembleia, onde não há expositores e nem espectadores. Na assembleia não há consumo de opiniões, de ideias prontas e formatadas, estas serão acionadas apenas se forem

necessárias, porque a “assembleia nasce a partir de um problema compartilhado”(p. 64). Ninguém sabe no que vai dar, como um evento deste tipo termina, porque dali podem surgir pensamentos novos.

A tríade de dispositivos subjetivos proposta se aproxima das ideias de Dardot e Laval (2017) que apontam o comum como revolução do século XXI. Para os autores a fragmentação da atividade humana em partículas sem importância cumpre a função de atomizar os próprios indivíduos. Nesse sentido, o trabalho coletivo e criativo apontam possibilidades concretas para os problemas ainda não resolvidos.

Pensar o comum como nova razão política, enquanto alternativa viável ao neoliberalismo significa apostar na participação ativa de um grupo de pessoas que se esforçam em determinar conjuntamente decisões e ações. Co-atividade e co-obrigação são elementos do comum, e por isso não se trata de *bem* comum, pois não se supõe um patrimônio, uma riqueza, um valor a dividir e compartilhar. O que se propõe dividir e compartilhar são ideias, pensamentos e ações.

O comum parte do pressuposto de que política não é um fazer reservado aos esclarecidos, a um grupo de especialistas nomeados pelo Estado, não é competência de alguns setores ou cargos: “ela é assunto para aquele que queira ou deseje participar da deliberação pública, seja qual for seu *status* ou profissão. No fundo a política é atividade de tomar parte da deliberação, de expor em comum palavras e pensamentos” (DARDOT e LAVAL, 2018, p.616).

Há muito de comum que pode ser realizado nos IF, há muito de comum na proposta educacional dos IF, e se voltarmos um pouco mais no tempo, veremos incipientes ideias associadas ao conceito de territorialidade.

Pacheco (2020) enquanto importante idealizador dos IF tem apontado para a questão da territorialidade em seus escritos e falas que divulgam e promovem a instituição. Para este autor, a territorialidade é um dos fundamentos estruturantes dos IF e geralmente subestimado e pouco debatido.

Para o autor, é a territorialidade somada ao modelo pedagógico singular caracterizado pela verticalidade e pela transversalidade que possibilitam a definição identitária dos IF. Assim considerando, afirma categoricamente: “ao eleger como princípio de sua prática educacional **a prevalência do bem social sobre os demais**

interesses, que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade" (PACHECO, 2010, p. 12, grifos meus).

Ao referir-se à territorialidade o autor compreende um conjunto de entidades, associações, organizações no entorno do território de atuação de cada unidade de IF: instituições de ensino, de saúde, de segurança, de cultura, de proteção social, organizações populares, comunitárias, sindicais, etc. Junto ao IF formam territórios educativos, um conceito ampliado de câmpus onde se desenvolve ensino, pesquisa e extensão. Um território educativo educa e é educado por ele.

Esse conceito pode ser novo ou até desconhecido para quem trabalha nos IF, mas ele já vem sendo desenvolvido e difundido, inclusive, pelo referido autor muito antes da sua criação legal. Em 2005, o autor publicou "Por uma cidade educadora" na qual apresenta a ideia de que a educação não se restringe aos espaços de educação formal, mas "resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade pela ação do conjunto das organizações governamentais ou não" (PACHECO, 2005, p. 8). É neste sentido que o poder público e a sociedade trabalham de forma articulada visando "construir uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal" (2005, p. 8). O autor vai além ao dizer que não se trata de uma educação qualquer:

> Não basta a escola ser cidadã, embora seja importante que possa ser garantidora de direitos. Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações. A escola precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ideologicamente ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e igualitária. (PACHECO, 2005, p. 8).

Noutros termos, o que Pacheco propõe é a suspensão, o dispositivo assembleia, um comum.

Quando o autor apresenta “a perspectiva radicalmente democrática e igualitária” sugere que o trabalho a ser edificado não deve partir dos IF – ali onde estão concentrados grande número de mestres, doutores; ali onde os técnico-administrativos são em sua maioria especialistas. Na cidade educadora, na territorialidade dos IF, todos estão em pé de igualdade, pois são reconhecidos por seu valor intrínseco. Todos podem falar, apresentar suas ideias e seus pontos de vista, a partir das suas experiências, vivências, do trabalho que realizam. Como afirma Santos (2000), assim como não existe conhecimento em geral também não existe ignorância em geral, e o conhecimento crítico deve fazer a autocrítica, do que se considera conhecimento legítimo.

Isso significa que os projetos não são **para** a comunidade, direcionados do *IF–prestador-de-serviços* **para** a população a partir do entendimento do que deveria ser melhor para ela. Os projetos são realizados com a comunidade a partir das suas necessidades; estas passam a ser ouvidas por pessoas atentas e interessadas por seus problemas e pelas soluções que elas próprias compreendem como viáveis.

> Isso não significa falta de direção, mas, sim, a possibilidade de que o projeto pedagógico da Cidade Educadora seja permeado pela vida concreta de cada comunidade, possibilitando diferentes abordagens através de sua construção coletiva, pela comunidade escolar. (PACHECO, 2005, p. 9).

Digo mais se ainda não me fiz clara: isso não significa deixar as aulas[158], formalizar e desenvolver projetos de pesquisa ou extensão, participar de reuniões, etc., mas colocar em suspensão os seus resultados. Significa que cada um atuará em suas especificidades, mas a partir da compreensão de que “todos aqueles que interagem com os educandos são educadores” (PACHECO, 2005, p. 9). E nesse sentido as posições muitas vezes são invertidas, e quem educa pode ser ao mesmo tempo educado. Se Bourdieu pensava em levar o povo para a escola, a proposta é levar a escola para o povo (BURAWOY, 2010). A elaboração de boas perguntas, sem respostas conhecidas de antemão, podem promover a construção de novos conhecimentos e a solução de velhos problemas.

[158] Possivelmente o termo usual “dar” aulas pode ser ressignificado nessa nova perspectiva.

Disso decorre que não será mais necessário pedir apoio à comunidade em tempos de paralisações e greves. O *apoio à* instituição evidencia uma separação, evidencia que a comunidade é lembrada em tempos específicos quando é chamada para tomar pé da situação, quando é interpelada a se posicionar sobre um campo do qual não pertence. Numa educação popular a comunidade faz parte deste campo IF, e ela própria ajudará a decidir por estes atos e manifestos, possivelmente em outros formatos e conteúdos, pois estará ciente de que a luta por melhorias é a sua luta.

Como sugerem Dardot e Laval (2017)

> Em vez de seguir apenas a linha de defender os serviços públicos, seria o caso de transformar os serviços públicos com a criação de órgãos democráticos que dessem aos profissionais – mas também aos cidadãos a quem se destinam esses serviços públicos – direito de intervenção, deliberação e decisão, evidentemente dentro do respeito às leis gerais e do sentido da missão do serviço público. Não é outro o sentido que se chama de democracia participativa. (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 553).

Dar-se conta de que falamos e escrevemos para os outros, que a **comun**icação inexiste sem o receptor, e que este ao nos ouvir, ao nos interromper, ao nos questionar, ao sugestionar nos provoca, nos faz pensar algo novo, de um jeito (um pouco) diferente. Só o fato de termos que encontrar as palavras certas para sermos compreendidos, procurar um novo exemplo, relacionar e encadear ideias de um jeito próprio e propício produz a novidade. Nesse sentido, o trabalho com as **comun**idades nos obriga a sair dos formalismos e dos formulismos acadêmicos, e a ter sensibilidade para reconhecer que há muitos elementos e razões que nos aproximam mais do que nos afastam.

Trata-se de ampliar o campo a partir de interesses comuns. Trata-se de construir alternativas locais, deslocando o mercado para a centralidade da comunidade.

REFERÊNCIAS

ABDALA, M.; SANDÍN, M. A Ciência e a origem obscura do novo coronavírus. 12/06/2020. **Outras palavras.** Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Disponível em: https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/a-ciencia-e-a-origem-obscura-do-novo-coronavirus/ Acesso em: 20 out. 2020.

ACERVO Folha. **Folha de São Paulo.** Disponível em: https://acervo.folha.com.br/index.do. Acesso em: 25 jan. 2019.

AGUIAR, L. E. V.; PACHECO, E. M. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. In: ANJOS, M. B. dos. ; RÔÇAS, G. (Org). **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Série Reflexões na Educação. Vol. 1. Natal-RN : Editora IFRN; Parceria Editorial, 2017.p. p.13-35.

APPLE, Endireitar a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. 55-78. Jan/jun, 2002.

AUMENTA participação feminina em cursos de engenharia. **INEP/MEC**, 8/04/2004. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/aumenta-participacao-feminina-em-cursos-de-engenharia/21206. Acesso em: 22 agos. 2019.

BATISTA, S.; SILVA, J. da. **Matriz CONIF: conceitos e relevância.** Palestra. Araraquara, 2018. Vídeo disponível no youtube**.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yn7gJmkzcS0´. Acesso em: 25 out. 2008.

BENAYON, A. ; REZENDE, P. A. D. de Anatomia de uma fraude à Constituição. **Auditoria Cidadã da Dívida.** 25/09/2016. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/anatomia-de-uma-fraude-constituicao/ Acesso em: 30 março 2020.

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem.** Educação democrática para um futuro humano. Tradução Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2017.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal : Porto Editora, 1994.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo.** Tradução: Ivone Benedetti; Revisão Técnica: Brasílio Sallum. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOMFIM, A. M. do. O convívio da educação superior com a educação básica dos Institutos Federais: perderemos essa oportunidade? ANJOS, M. B. dos; RÔÇAS, G. **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Série Reflexões na Educação. Vol. 1. Natal-RN, Editora IFRN; Parceria Editorial, 2017, p.77-116.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução Lucy Magalhães. Consultoria Sérgio Miceli. Rio de Janeiro : Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. O conhecimento pelo corpo. In: _____. **Meditações pascalianas.** Tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001, p. 157-198.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas.** Sobre a teoria da ação. Tradução: Marisa Corrêa. 11 ed. Campinas : Papirus, 2011.

BOURDIEU, P. O Campo político. **Revista brasileira de ciência política.** N. 5, Brasília-DF, janeiro-julho de 2011, p. 193-216. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2017.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado.** Cursos no Collége de France(1989-92). Tradução Rosa Freire d´Aguiar. São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. ; PASSERON, J. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7 ed. Petrópolis – RJ : Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 16 ed. Petrópólis : Vozes, 2016.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. A condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro : Bestbolso, 2017.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C. & PASSERON, J.-C. **A profissão de sociólogo:** preliminares epistemológicas. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis-RJ : Vozes, 1999.

BOURDIEU, P; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (Coord). **A miséria do mundo.** 8 ed. Petrópolis – RJ : Vozes, 2012, p. 481-486.

BRASIL. **Decreto Nº 7566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Câmara dos Deputados. Legislação informatizada. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 07 de set. 2019.

BRASIL. **Decreto Nº. 1.590, de 10 de agosto de 1995.** Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências. Brasília-DF, 1995.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília-DF, 2002.

BRASIL. **Lei Nº 11892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. **Concepção e diretrizes** : Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília – DF : Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional Tecnológica, junho de 2008b.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2010.** Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. CENSUP/INEP, 2011. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf. Acesso em: 20 agos. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e dá outras providências. Brasília-DF, 2012.

BRASIL. **Manual de Aplicação da Marca Instituto Federal.** 3 ed. MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2015.

BRASIL . **Notas estatísticas do Censo da Educação Superior 2015.** MEC/INEP, s/d. Acesso em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/Notas_Estatisticas_Censo_Superior_2015.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

BRASIL. **Portaria Nº 246, de 15 de abril de 2016.** Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

BRASIL .**Censo da Educação Superior 2016. Notas estatísticas.** MEC Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 20 agost. 2019.

BRASIL. **Guia Pronatec.** Programa Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego. MEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), s/d.

BRUM, E. **Brasil construtor de ruínas.** Um olhar sobre o país de Lula a Bolsonaro. Porto Alegre – Arquipélago Editorial, 2019.

BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu.** Organização: Ruy Braga. Tradução, referências e notas: Fernando R. Jardim. Campinas : Editora da Unicamp, 2010.

CARDOSO, U. C. **APL: Arranjo Produtivo Local.** Brasília : SEBRAE, 2014. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/$File/5197.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

CATANI, A. M. et al. **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2017.

CABRAL, M. C.; SANDER, L.; MATAIS, A. Desempenho do governo na Câmara é pior em seis anos. **Folha de São Paulo**, Primeiro Caderno, 26/12/2008, p. 4 -5. Disponível em: www.https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17763&anchor=5206265&origem=busca&pd=5bf27cad462618f2b6a90c926ef107a6. Acesso em: 20 maio 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVA. Vereadores elogiam trabalho de Crippa na conquista de CEFET. **TV Câmara**. 29/04/2008. Disponível em: http://www.catanduva.sp.leg.br/noticias/vereadores-elogiam-trabalho-de-crippa-na-conquista-de-escola-federal. Acesso em: 10 maio 2020.

CAMARGO, R.; VILELLA, J. E.V. Da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal. **Sinergia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

CARVALHO, M. A. M. de. Nilo Peçanha e a criação das escolas de aprendizes e artífices no contexto da primeira República (EAAs): 1910-1914. In: **7ª Conferência internacional de história econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica.** Julho 2018. Disponível em: http://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/DE%20CARVALHO.%20NILO%20PE%C3%87ANHA%20E%20A%20CRIA%C3%87%C3%83O%20DAS%20ESCOLAS%20DE%20APRENDIZES%20ART%C3%8DFICES%20NO%20CONTEXTO%20DA%20PRIMEIRA%20REP%C3%9ABLICA.pdf. Acesso em: 7 set. 2019.

CIAVATA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. ; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. 3 ed. São Paulo : Cortez, 2012, p. 83-116.

COSTA, L. B. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV.** Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais. Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-77, maio/agosto, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111. Acesso em: 10 maio 2018.

COSTA, P. L. de A.; MARINHO, R. J. de A. Educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada: uma visão geral dos embates sobre a aprovação dos IFs. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 63-82.

COSTA, P. L. de A. A educação do campo no contexto da implementação dos IFs no Estado do Rio de Janeiro. In: FRIGOTTO, G. (org) **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p.151-204.

CRUZ SOBRINHO, S. **Institutos Federais: panorama de desafios para a Educação Profissional e Tecnológica – mesa redonda.** Araraquara, 2018. Vídeo disponível no youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=62l34Yf95LU. Acesso em: 20 out. 2018.

CRARY, J. **24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono**. Tradução: Joaquim Toledo Jr. São Paulo : UBU Editora, 2016.

DARDOT, P. ; LAVAL, C. **Comum**. Ensaio sobre a revolução do século XXI. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo : Boitempo, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo : Boitempo, 2016.

DESIGUALDADE: Brasil tem a 2ª maior concentração de renda do mundo. **Carta Capital**, 9/12/2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desigualdade-brasil-tem-a-2a-maior-concentracao-de-renda-do-mundo/#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20segundo,da%20renda%20total%20do%20Pa%C3%ADs.&text=J%C3%A1%20os%2010%25%20mais%20ricos,divulgado%20nesta%20segunda%2Dfeira%209. Acesso em: 30 agos. 2020.

DIAS, M. Lula cria 38 institutos federais de educação. **O Globo.** 29/12/2008. Disponível em https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/lula-cria-38-institutos-federais-de-educacao-3799594. Acesso em: 8 maio 2019.

EMPREENDORISMO atrai 52 milhões de brasileiros em 2018. **Pequenas Empresas & Grandes Negócios.** Disponível em: https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2019/02/empreendedorismo-atrai-52-milhoes-de-brasileiros-em-2018.html. Acesso em: 19 jun. 2020.

EXPANSÃO da rede federal. **Portal do MEC.** 2/03/2016. Portal da Rede Técnica Federal, Científica e Tecnológica. Disponível em: http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal. Acesso em: 20 março 2017.

FARIAS, J. V. **de O Profmat e as relações distintivas no campo da Matemática.** 2017. 293 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

FAVERI, D. B.; PETTERINI, F. C.; BARBOSA, M. P. Uma avaliação do impacto da política de expansão dos institutos federais nas economias dos municípios brasileiros. **Planejamento e políticas públicas.** N. 50, p. 125-147, jan./jun. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/742-3862-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 26 nov. 2020.

FNDE. **Histórico**. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/4752-hist%C3%B3rico. Acesso em 14 maio 2019.

FREITAS, L**. A produção da ignorância na escola:** uma análise crítica do ensino da língua escrita na sala de aula. São Paulo : Cortez, 1989.

FRIGOTTO, G. Contexto da problemática do objeto da pesquisa, objetivos, categorias de análise e procedimentos metodológicos. In: FRIGOTTO, G. (Org). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 17-40.

FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.;

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. 3 ed. São Paulo : Cortez, 2012, p. 21-56.

FRIGOTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. ; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. 3 ed. São Paulo : Cortez, 2012, p. 57-82.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. (org). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo.** Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre : Artmed, 2010.

GEISLER, A. Revisitando o conceito de cidadania: notas para uma educação politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 2, p. 355-378, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tes/v4n2/08.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

GLOBAL employment trends for youth 2017: Paths to a better working future International Labour Office – Geneva: International Labor Organization, 2017. Disponível em: www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598669.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

GOIS, A. 72% dos jovens têm preparação inadequada. Estudo do BID mostra que maioria dos jovens não têm instrução adequada para obter boa colocação no mercado de trabalho. **Folha de São Paulo.** Cotidiano. P. 5, 29 de outubro de 2008. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17705&anchor=5323713&origem=busca&pd=ef226dfa2889f28766b61494081e6c6d Acesso em: 8 abr. 2019.

GIMENO SACRISTÁN, J. O que significa o currículo? GIMENO SACRISTÁN, J. (Org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

HADDAD, F. Discurso de lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. 15/03/ 2007.**Portal do Mec.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/gabinete-do-ministro/discursos-e-apresentacoes/234-conhecaomec- 1447013193/materias-838392339/12238-veja-o-que-disse-o-ministro-haddad-no-lancamento-do-pde. Acesso em: 11 abril 2019.

HAMMOUNTI, N. D. Diários etnográficos “profanos” na formação e pesquisa educacional. **Revista Europea de Etnografía de la Educacion.** Vol 1, n. 2, p. 10-18, 2002. Disponível em: http://socioconstructivismo.unizar.es/wp-content/uploads/2010/07/REE2.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

HAN, B. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han. **El País.** Opinião, 22/03/2020. Tradução: Disponível em https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html. Acesso em: 20 out. 2020.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica.** Marx e o capital no século XXI. Tradução Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

HESS, R. O momento do diário de pesquisa na educação. Ambiente & educação. Revista de educação ambiental. Vol. 14, p. 61-87, 2009.

https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/1137/447. Acesso em: 19 de nov. 2020.

HEEREN, M. V. **A construção político e normativa do IFSP: a garantia do Direito Constitucional à Educação Básica e o conflito com a Reforma do Ensino Médio de 2017.** 2019. 140 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Araraquara, 2019.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil Moderno.** Medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro : Rocco, 1994.

HUISMAN, D. **Descartes Discurso do Método.** Brasília – DF : UnB, 1985.

IPEA. "PNAD 2008: primeiras análises". **Comunicado da Presidência**. N. 32. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/09_10_07_ComunicaPresi_32_PNAD2008_educacao%20(1).pdf. Acesso em: 05 abril 2019.

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Fabricação Mecânica.** IFSP – Câmpus Catanduva, maio de 2011. (Documento Interno).

IFSP. **Relatório de Gestão 2012**. 19/04/2013. Disponível em: http://www2.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/52-reitoria/1497-relatorio-de-gestao-2012.html. Acesso em: 10 maio 2019.

IFSP. **Resolução 963/2013.** Regulamenta Jornada Flexível de Trabalho dos Técnicos-Administrativos em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 3 de setembro de 2013.

IFSP. **Resolução 138/2014.** Aprova o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica, 2014a.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**, 2014b.

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Mecatrônica Industrial.** Proposta de implantação do curso. IFSP – Câmpus Catanduva, março de 2015a. (Documento Interno).

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecatrônica Integrado ao Ensino Médio.** Proposta de Implantação/Reformulação do Curso Integrado ao Ensino Médio em Mecatrônica. IFSP – Câmpus Catanduva, março 2015b. (Documento Interno).

IFSP. **Projeto Pedagógico do curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio.** Proposta de Implantação do curso técnico em Química Integrado ao Ensino Médio IFSP – Câmpus Catanduva, julho de 2015c. (Documento Interno).

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.** Proposta de reformulação do curso. IFSP-Câmpus Catanduva, setembro de 2015d. (Documento Interno).

IFSP. **Resolução 109/2015**. Aprova *ad referendum* alterações no regulamento de atribuições de atividades docentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. 4 de novembro de 2015e.

IFSP. **Resolução 138/2015**. Aprova política de formação continuada de professores no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo. 8 de dezembro de 2015f.

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Engenharia de Controle e Automação.** Proposta de implantação de curso. IFSP – Câmpus Catanduva, junho de 2016a. (Documento Interno).

IFSP. **Relatório de Gestão 2016.** Março/2017. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/institucional/85-assuntos/desenvolvimento-institucional/137-relatorio-de-gestao. Acesso em: 20 maio 2019.

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Fabricação Mecânica nas formas concomitante e subsequente.** Reformulação do Curso Técnico em Fabricação Mecânica nas formas Concomitante e Subsequente. IFSP – Câmpus Catanduva, maio de 2017a. (Documento Interno).

IFSP. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Química**. Proposta de reformulação do curso. IFSP-Câmpus Catanduva, novembro de 2017b. (Documento Interno).

IFSP. Relatório de Gestão 2017. Março/2018. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/institucional/85-assuntos/desenvolvimento-institucional/137-relatorio-de-gestao. Acesso em: 20 maio 2019.

IFSP. **Projeto Pedagógico do curso técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio.** Proposta de Atualização do Curso Integrado em Redes de Computadores. IFSP – Câmpus Catanduva, junho de 2018a. (Documento Interno).

IFSP. **Ata de reunião de reunião geral de 1 de fevereiro de 2018.** IFSP-Câmpus Catanduva, 2018b. (Documento Interno).

IFSP. **Ata de reunião geral de 5 de abril de 2018.** IFSP – Câmpus Catanduva, 2018c. (Documento Interno).

IFSP. **Anexo 1, MEMO CIRCULAR Nº 013/IFSP/CTD/CAAD/2018.** IFSP – Câmpus Catanduva, 2018d. (Documento Interno).

IFSP. **Comunica Catanduva**. Ano III. Edição 042. Catanduva, 18 de junho de 2018e. (Documento Interno).

IFSP. **Posicionamento dos Professores do Ensino Propedêutico sobre as convocações dos dias 02 e 09 de maio.** Catanduva, maio de 2018f. (Documento Interno).

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.** Com você planejando o futuro. Catanduva, 2019a. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/861-pdi-2019-2023-e-aprovado-pelo-consup-e-esta-disponivel-para-consulta Acesso em: 10 maio 2019.

IFSP. **Portal Institucional do IFSP-Câmpus Catanduva**.13/06/2016. Última Atualização: 16/08/2018. IFSP-Câmpus Catanduva, 2019b. Disponível em: ctd.edu.ifsp.edu.br. Acesso em: 30 jan. 2019.

IFSP. **Memorando Nº 19/2019/ CLP-PEP.** IFSP-Câmpus Catanduva, 2019c. (Documento Interno).

IFSP. **Questionário da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicado ao segmento docente,** 2019d. (Documento Interno).

IFSP. **Portal institucional.** Visão geral institucional e ambiente externo. 29/09/2020. Disponível em https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/128-acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/1810-visao-geral-organizacional-e-ambiente-externo. Acesso em: 20 nov. 2020.

INEP. **Comentários sobre os resultados do Censo 2008.** 14/01/2009 republicado em 11/02/2009 com correções. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/- Acesso em: 05 abril 2019.

JORGE, N. P. Engenharia: como as mulheres estão ganhando espaço nesse curso. **Quero Bolsa.** 8/3/2018. Disponível em: https://querobolsa.com.br/revista/engenharia-como-as-mulheres-estao-ganhando-espaco-nesse-curso. Acesso em: 22 agos. 2018.

KOBER, C. M. **Qualificação profissional:** uma tarefa de Sísifo. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.

KRENAK, A. **A vida não é útil.** Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo : Companhia das Letras, 2020.

KUENZER, A. Z. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?. **Educ. Soc. [online].** 2010, vol.31, n.112, pp.851-873. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000300011. Acesso em: 10 maio 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa.** O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Maria Luiza de Carvalho e Silva. Londrina : Editora Planta, 2003.

LEWKOWICZ, I ; CANTARELLI, M. e Grupo Doze. **Do fragmento à situação.** Anotações sobre a subjetividade contemporânea. Tradução: Maria Onice Payer e Romualdo Dias [s. n.], 2006.

LOSTADA, L. R. Ethos: a dominação masculina na formação do sujeito. **PerCursos**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 144–161,jan./abr. 2016. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/19847246173320161 44/pdf_50. Acesso em: 31 out. 2020.

MACHADO, L. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Trabalho Necessário**. Rio de Janeiro, Ano 13, n. 20, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8620. Acesso em 14 de maio de 2020.

MACHADO, L. Organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos por eixos tecnológicas. **Linhas Críticas**. Brasília-DF, v. 16, n. 30, p. 89-

108, jan/jun, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3571. Acesso em 10 de abril de 2021.

MAGALHÃES, G.; Lima, R. Para que(m) servem os institutos federais? **PCB – Partido Comunista Brasileiro.** 18/08/2015. Disponível em: https://pcb.org.br/portal2/9148/para-quem-servem-os-institutos-federais/. Acesso em: 20 maio 2018.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. **Em defesa da escola:** uma questão pública. Tradução Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018.

MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução: Isa Tavares. 2 ed. Revisada e ampliada. São Paulo : Boitempo, 2008.

MICELI, S. A Força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. VII-LXI.

MOURA, D. H. **Entrevista**. Entrevistadores: Lenina Lopes Soares Silva e Francisco das Chagas da Silva Souza. RECEI. Revista Ensino Interdisciplinar. V. 2. N. 5, P. 9-16. Mossoró-RN : UERN. julho/2016.

NINIO, M. Europa teme que crise infle a extrema direita. **Folha de São Paulo**, Primeiro Caderno, p. 24. 25/10/2008. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17701&anchor=5211533&origem=busca&_mather=4cae82469d65fa37&pd=322fb26151e354136fc058e8f9a59e4f Acesso em: 7 abril 2019.

OMAR, J. H. D. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol.1, n.3 p.463-490, Set./Dez. 2008. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482008000300003. Acesso em: 3 março 2020.

PACHECO, E. **Por uma cidade educadora.** Série documental: textos para discussão. Brasília-DF: MEC/INEP, 2005.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais. Uma Revolução na Educação profissional e Tecnológica.** Brasília-DF : MEC/SETEC, 200?.

PACHECO, E. **Rede Técnica Federal de Educação Tecnológica/Institutos Federais**. [Entrevista concedida a] Iara S. Tiggemann e Rafaela Franzini. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fjRCZ-07vbk&t=1389s. Acesso em: 24 nov. 2020.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1429/1065>. Acesso em: 14 set. 2016.

PADRE OSVALDO (PSDB) é eleito prefeito de Catanduva (SP). São Paulo : **UOL**. 15/11/2020. Disponível em:

https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/15/apuracao-prefeitura-catanduva-sp-resultado-1-turno.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.

PATTO, M. H. de S. Da psicologia do “desprivilegiado” à psicologia do oprimido. In: PATTO, M. H. de S. (Org). **Introdução à Psicologia Escolar.** 2 ed. São Paulo : T. A. Queiroz, 1993, p. 208-228.

PERFIL ocupacional dos profissionais de Engenharia no Brasil. **DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos**, outubro, 2015. Disponível em: https://www.fne.org.br/upload/documentos/publicacoes/PerfilFNE_net.pdf. Acesso em: 22 agos. 2019.

PINTO, J. M. de R. Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade na educação. **Arquivos analíticos de políticas educativas**. V. 22. N. 19, p. 1-20. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n19.2014. Acesso em: 15 março 2018.

PINTO, J. M. R. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educação e Sociedade**, 2016, vol. 37, n. 134, p. 133-152. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00133.pdf. Acesso em: 29 jan. 2018.

PLANO de trabalho e ação: 2013-2017. Disponível em http://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2012/11/plano_de_trabalho_e_acao-_11modena.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

PNAD 2008: Mercado de trabalho avança, rendimento mantém-se em alta, e mais domicílios têm computador com acesso à Internet. **Agência IBGE Notícias**. 18/09/2009. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13713-asi-pnad-2008-mercado-de-trabalho-avanca-rendimento-mantem-se-em-alta-e-mais-domicilios-tem-computador-com-acesso-a-internet. Acesso: 05 abr. 2019.

POPKEWITZ, T. S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T. T. (org). **O sujeito da educação**. 3 ed. Petrópolis-RJ : Vozes, 1999, p. 173-210.

PRADO FILHO, K. ; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói (UNISC. Online)**, v. 1, p. 45-59, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf. Acesso em: 25 jan. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sanção do projeto de lei dos IFET´s – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Palácio do Panalto, 29 de dezembro de 2008. **Secretaria de Imprensa.** Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/29-12-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sancao-do-projeto-de-lei-dos-ifets-2013-instutos-federais-de-educacao-ciencia-e-tecnologia. Acesso em: 19 nov. 2020.

RIBEIRO, R. J. Escola pública no Brasil. Como enfrentar os tempos difíceis. KRAWCCZYK, N. **Escola pública: tempos difíceis, mas não impossíveis.** Campinas-SP : FE/UNICAMP; Uberlândia-MG : Navegando, 2018, p. 97-106.

ROCHA, R. **Marcelo, marmelo, martelo e outras histórias.** 29 ed. Rio de Janeiro : Salamandra, s/d.

RODRIGUES, S. Galera: uma gíria, duas teorias. Sobre palavras. 11/01/2011. Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/galera-uma-giria-duas-teorias-2/ Acesso em: 20 set. 2019.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da Práxis.** Tradução Maria Encarnación Moya. São Paulo : Expressão Popular, 2011.

SANFELICE, J. L. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. **Nuances**: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146-159, jan./dez. 2010, p. 146-159. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/730/742. Acesso em: 10 de abril de 2021.

SANTOS, B. de S. **Crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo : Cortez Editora, 2000.

SANTOS, B. dos S. **A gramática do tempo.** Para uma cultura política. São Paulo : Cortez, 2006.

SANTOS, B. dos S. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra : Almedina Edições, 2020. Disponível em http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf. Acesso em: 8 maio 2020.

SANTOS, J. D. dos. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.9, n. 3, p. 230-240, dez, 2017.

SANTOS, J. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? FRIGOTTO, G. (Org). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 113-124.

SANTOS, C. M. Por que as mulheres “desapareceram” dos cursos de computação? **Jornal da USP.** 07/03/2018. Disponível em: https://jornal.usp.br/universidade/por-que-as-mulheres-desapareceram-dos-cursos-de-computacao/ Acesso em: 05 set. 2019.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. **Trabalho intensificado nas Federais:** pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2018.

SILVA, H. M. G. Política pública, programas de governo e educação na trajetória do PSDB no estado de São Paulo (2007-2018). **SciELO Preprints**, 2021 (no prelo). Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2083/version/2210. Acesso em: 10 de abril de 2021.

SOUZA, J. **A classe média no espelho.** Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro : Estação Brasil, 2018.

SENNET, R. **A cultura no novo capitalismo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SINASEFE . **Boletim maio 2019.** Impresso. São Paulo, 2019.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública [online].** vol.40, n.1, p.27-53, 2006,Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003. Acesso em: 10 set. 2019.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação.** Campinas/Sorocaba-SP, v. 18, n. 2, p. p. 459-485, julho 2013.

VEREADORES elogiam trabalho de Crippa na conquista de CEFET. **Câmara Municipal de Catanduva**, 2008. Disponível em: http://www.catanduva.sp.leg.br/noticias/vereadores-elogiam-trabalho-de-crippa-na-conquista-de-escola-federal . Acesso em: 20 set 2019.

VEIGA-NETO, A. J. A Ciência em Kuhn e a Sociologia de Bourdieu: implicações para análise da Educação Científica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre : v. 17, n. 1, jan/jun. 2, p. 93-107, 1992.

WICHS, P. H. e LOPES, C. Forma de vida surda e seus marcadores culturais. In: **Educação em Revista.** vol. 34, p. 1-17, Belo Horizonte, 2018 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e184713.pdf. Acesso em: 19 abril 2019.